



esboços

histórias em contextos globais

DOSSIÊ

Toda história é história conectada?

2019
maio/agosto

V. 26
N. 42

ISSN
2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo César Balthazar

Vice-Reitora

Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor

Rogério Luiz de Souza

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Eunice Sueli Nodari

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Lucas de Melo Reis Bueno

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –
Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>

ISSN 1414-722x

E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos - CAPES

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITORA-CHEFE

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Fábio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai
Andrea de Souza Lobo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia
Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil
Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil
Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia
João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha
Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda
Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia
Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil
Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil
Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha
Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina
Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

ESTAGIÁRIA

Bruna Vitória Grando, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil



CAPA

Pablo Figueiredo

PROJETO GRÁFICO

Lara Benedet

Pablo Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani – Editora Milfontes

REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMALIZAÇÃO

Algo Mais Soluções Editoriais

REVISÃO DE INGLÊS

Cláudia Flores Pereira – Lectura Traduções

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História - UFSC

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

ESBOÇOS

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900

Telefone: + 55 48 3721 4136

Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>

E-mail: esbocos@contato.ufsc.br

ISSNe 2175-7976

Periodicidade: Quadrimestral



MÍDIAS SOCIAIS E ALTMETRIA: O IMPACTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM NOVAS MÉTRICAS

Social Media and Altmetric: the Impact of Scientific Output Measured on New Metrics

Flávia Florentino Varella^{ab}

 <https://orcid.org/0000-0001-7123-8807>

E-mail: flavia_varella@hotmail.com

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

^b Editora-chefe de *Esboços: histórias em contextos globais*

A divulgação costumeira dos periódicos da área de história foi, durante muito tempo, feita por envio de e-mails para listas de grupos, por material impresso e por conversas em corredores, eventos e bancas. Com o advento da Web 2.0 e das facilidades trazidas do *software* aberto Open Journal System (OJS), muitas revistas deixaram de imprimir seus números, tornando-se exclusivamente eletrônicas, ou adotaram a publicação simultânea em papel e em formato eletrônico. Essa migração para o mundo digital do conteúdo científico vinculado pelos periódicos vem se expandindo nos últimos anos para o marketing digital. Tem-se argumentado que a adoção de novas plataformas de comunicação pelos periódicos e, em especial, das mídias sociais pode contribuir para maior visibilidade dos resultados das pesquisas publicadas por eles, para sua aproximação com o público acadêmico e não acadêmico, bem como para sua avaliação altmétrica (ARAÚJO, 2019, p. 4).

Talvez as redes sociais mais próximas do mundo científico sejam as chamadas mídias profissionais, como Academia.edu, ResearchGate, Mendeley, entre outras, que permitem compartilhar, de forma aberta e gratuita, as análises publicadas por pesquisadores em perfis pessoais ou corporativos. Contudo, o desafio maior a editores de periódico na atualidade parece residir no domínio de habilidades que envolvam a divulgação científica nas mídias sociais com foco mais amplo, como Facebook e Twitter.

Esses canais de comunicação são correntemente apontados como grandes aliados na divulgação científica veiculada pelos periódicos e estão cada vez mais sendo incorporados às rotinas editoriais dos veículos de publicação brasileiros. Não menos relevante para os editores científicos darem atenção especial a esse tema é o fato de importantes indexadores, como SciELO e Redalyc, incentivarem e valorizarem o uso desse tipo de mídia (ARAÚJO, 2019, p. 3).

Inúmeras revistas, das diversas áreas do conhecimento, têm hoje conta ativa em alguma mídia social. No Brasil, o Facebook parece ser a principal rede escolhida por editores para atuar na web social. Estima-se que cerca de 20% dos periódicos classificados nos estrados que vão do B5 até o A1 tenham conta no Facebook – número modesto, mas em franca ascensão. Ao passo que na última década houve um movimento de expansão considerável dos periódicos nas mídias sociais, seus perfis são, na maioria das vezes, inconstantes, com poucos seguidores, e acabam não atingindo as expectativas da equipe editorial (AZEVEDO *et al.* 2017; HORIMI; ZANINELLI, 2017).

Apesar de parecer evidente que uma página na web deve movimentar pessoas, parece não ser tarefa fácil alcançar essa meta. São raras as revistas que possuem um perfil com mais de 2 mil seguidores e tenham curtidas e compartilhamentos com índices de impacto significativos. Os mais diversos fatores podem contribuir para esse cenário. O mais básico parece ser a carência de pessoal especializado. Raramente uma revista conta com um funcionário para isso, e os editores estão sempre buscando brechas em suas agendas para conseguir cumprir suas atividades (AZEVEDO *et al.*, 2017; HORIMI; ZANINELLI, 2017; ARAÚJO, 2018).

Tentando mapear e examinar com mais precisão esse cenário, estudos exploratórios indicam que as postagens que têm melhor desempenho de engajamento contam com fotos e vídeos. Além de manter uma presença mais contínua e ativa nas mídias sociais, um caminho possível para aumentar o alcance e o engajamento com o perfil público do periódico parece passar pela utilização de comunicações com imagens e vídeos (ARAÚJO, 2018).

O Twitter é outra mídia social que vem sendo bastante explorada por periódicos ao redor do mundo. No Brasil, porém, os veículos, não obstante a necessidade de estudos de maior fôlego, o utilizam bem menos, e sempre em conjunto com o Facebook (AZEVEDO *et al.*, 2017, p. 355). Em análise investigativa sobre o uso do Twitter por periódicos de humanidades e ciências sociais presentes no Master Journal List, chegou-se ao resultado de que a maioria dos tweets desses periódicos tem uma URL (RAAMKUMAR *et al.*, 2018). Quando comparamos esses dados aos levantados por outras pesquisas em relação à presença de periódicos nessa plataforma e ao aumento do número de citações de seus artigos (ORTEGA, 2017 *apud* RAAMKUMAR *et al.*, 2018), somos capazes de enxergar o potencial de projeção científica dessa ferramenta.

Desde meados do século XX, a bibliometria e a cientometria ganharam espaço como forma de construir índice de citação e fator de impacto dos periódicos. Os estudos pioneiros de Eugene Garfield transformaram o modo como a qualidade de um periódico era medida, associando o número de citação de um artigo ao seu impacto (PICKARD, 2012).

Em 2012, as críticas ao fator de impacto ganharam bastante força, principalmente após o surgimento do San Francisco Declaration on Research Assessment (Dora), firmado por diversos pesquisadores e organizações científicas – e assinado, em 2019, pela *Esboços: histórias em contextos globais* –, que contraindica a utilização desse tipo de métrica para avaliar a qualidade da pesquisa

em periódicos. Como lembra o manifesto, o fator de impacto foi originalmente criado para delimitar os periódicos os quais as bibliotecas deveriam privilegiar a aquisição, portanto uma métrica que não buscava mesurar a qualidade do que era veiculado (BENCHIMOL; CERQUEIRA; PAPI, 2014, p. 353). Aliado a isso, vem-se discutindo, via altmetria, que o impacto de um artigo abarca outras esferas, como a taxa de leitura, ligada às facilidades do acesso aberto, e sua difusão em mídias sociais (PICKARD, 2012).

Com o desenvolvimento dessa discussão, desde 2010, a altmetria desponta como forma de avaliação do impacto do conhecimento científico que leva em consideração outros aspectos que não se restringem à citação em obra científica. Plataformas como a PLOS Article-Level Metrics, a Plum Analytics, a ImpactStory e a Altmetrics estão produzindo relatórios que buscam “considerar também meios e canais voltados para um público mais amplo, espaços considerados não tradicionais da comunicação científica – ou ‘alternativos’, daí o nome em inglês *altmetrics*”. A altmetria reativa a chama do debate sobre a pesquisa científica na sociedade como um todo, na medida em que avalia a repercussão do artigo em suas diversas aparições no ambiente virtual, cobrindo um espaço que antes ficava descoberto pelo fator de impacto e pelo Índice H, que quantificam taxas de citação bibliométricas. A despeito dessa ampliação de avaliação, parece que a altmetria, em vez de avaliar toda e qualquer citação, tem se concentrando em redes sociais e gerenciadores de referência bibliográfica (CARVALHO, 2019). O que torna esses espaços particularmente atrativos aos editores de periódicos.

A altmetria certamente não resolve todos os problemas da medição da influência da produção periódica, já que pode ser manipulada, restringe a busca na web a certos nichos e necessita de mais estudos que correlacionem os dados altméticos ao impacto da pesquisa, apresentando uma compreensão qualitativa dos dados (CARVALHO, 2019). Ainda assim, existem indicativos de que a presença de periódicos nas mídias sociais pode contribuir positivamente para que ele alcance novos leitores, autores e pareceristas, promovendo a ampliação de sua rede (AZEVEDO *et al.*, 2017, p. 2) e aumentando a probabilidade de as pesquisas por ele publicadas serem encontradas, lidas e citadas pelo público (PICKARD, 2012). Assim, a adoção de estratégias de visibilidade na internet por editores pode contribuir para a notoriedade do periódico – inclusive em esfera internacional – por meio de práticas de marketing digital não convencionais (BENCHIMOL; CERQUEIRA; PAPI, 2014, p. 355).

Malgrado todo o debate apresentado, parece um ponto consensual que a sociedade em geral, os periódicos e os autores têm muito a ganhar nessa nova ponte que surge para interligar esses hemisférios. É visível, hoje em dia, a propensão das pessoas a pesquisar informações na internet. Isso acontece em assuntos os mais variados, inclusive o histórico. Não é surpresa que a grande maioria do conteúdo histórico à mão esteja hospedada em sites gerenciados por empresas comerciais ou pessoas diletantes, que oferecem informações desatualizadas, em não conformidade com os resultados da pesquisa especializada (JOKISIPILÄ, 2012 apud BERGER, 2012, p. 24).

Na busca por facilitar o caminho para um conteúdo histórico atualizado e de referência, que busque contribuir para o papel social da ciência, a *Esboços: histórias em contextos globais* criou, em 2019, um perfil no Facebook (www.facebook.com/revistaesbocos) e um canal de podcast, intitulado Podcast da Esboços (<http://esbocos.sites.ufsc.br>), que têm este duplo desafio: ampliar a divulgação do conteúdo publicado no periódico ao mesmo tempo que entrega a leitores e ouvintes material de qualidade.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Presença e impacto dos periódicos na web social: rumo ao fator de impacto de mídias sociais [online]. *SciELO em Perspectiva*, 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/07/26/presenca-e-impacto-dos-periodicos-na-web-social-rumo-ao-fator-de-impacto-de-midias-sociais/>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. O impacto das mídias sociais para revistas científicas da área da saúde. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 3-6, fev. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002019000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2019.
- AZEVEDO, Ana Karisse Valença Silva *et al.* O uso de mídias sociais como marketing digital por revistas científicas eletrônicas da área de Ciências Sociais Aplicadas. Encontro de Usuários de Sistema de Publicação – Sispub. *Anais [...]*, 2017, p. 1-11. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1159>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- BENCHIMOL, Jaime L.; CERQUEIRA, Roberta C.; PAPI, Camilo. Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 347-364, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jul. 2019.
- BERGER, Stefan. Professional and popular historians: 1800 – 1900 – 2000. In: KORTE, Barbara; PALETSCHEK, Sylvia (ed.). *Popular History Now and Then: International Perspectives*. Bielefeld: Transcript-Verlag, 2012. p. 13-30.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho. O que é altmetria? Repensando o impacto da pesquisa acadêmica. *Blog PPEC*, v. 3, n. 2, mar. 2019. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/blog/index.php/2019/03/31/altmetria/>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- HORIMI, Drielen; ZANINELLI, Thais. A utilização do Facebook como ferramenta para divulgação de revistas científicas da ciência da informação. II Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento. *Anais [...]* 2017, p. 14-25. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2017/coaic2017/paper/viewFile/518/333>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- PICKARD, Thomas. The Impact of Open Access and Social Media on Scientific Research. *Journal of Participatory Medicine*, Toronto, v. 4, 2012.
- RAAMKUMAR, Aravind Sesagiri *et al.* Understanding the Twitter Usage of Humanities and Social Sciences Academic Journals. ArXiv abs/1807.05571, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1807/1807.05571.pdf>. Acesso em 30 jun. 2019.

NOTAS

AUTORIA

Flávia Varella: Doutora. Professora adjunta, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Departamento de História, CFH, Bloco E, 6º andar, Campus Universitário da UFSC, Trindade, 88040-970, Florianópolis, SC, Brasil.

LICENÇA DE USO

Este editorial está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Como citar: VARELLA, Flávia Florentino. Mídias sociais e altmetria: o impacto da produção científica em novas métricas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 224-228, maio/ago. 2019.



HISTÓRIA GLOBAL, HISTÓRIAS CONECTADAS: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Global History, Connected Histories: Contemporary Debates

Alex Degan^{ab}

 <https://orcid.org/0000-0001-7359-0265>
E-mail: alexdegan@yahoo.com.br

Lindener Pareto Junior^{cb}

 <https://orcid.org/0000-0003-1441-4979>
E-mail: lindenerpareto@gmail.com

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

^b Organizador do dossiê Toda História é História Conectada?

^c Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas,
Faculdade de História, Campinas, SP, Brasil

A crescente bibliografia do campo da História Global elegeu como um de seus principais alvos o que foi definido como “internalismo metodológico”. Tal postura se basearia, segundo as críticas dos historiadores globais, na supervalorização dos fatores internos à unidade de análise escolhida para a explicação e a interpretação dos processos históricos (GRUZINSKY, 2001; CONRAD, 2016, p. 108; MARQUESE, 2019). As unidades de análise variam do Estado-nação, base do recorrente “nacionalismo metodológico”, a comunidade étnica, civilização, império ou região, entre outras (CONRAD, 2016, p. 79; GUARINELLO, 2003).

Em contraponto, críticos da história global argumentam que a ênfase nas conexões e nos processos de integração acabam por criar histórias sem fronteiras, reiterando ideologias que apontam para a criação de uma “aldeia global”, integrada e harmônica, em que ideias, pessoas e bens circulariam em redes cambiantes de fluxos multiformes – ideologia particularmente artificial quando observada do hemisfério sul (BLAUT, 1993). A defesa das unidades de análise tradicionais e de seus fatores internos – o Estado-nação acima de todos – seria uma resistência à ideologia globalista subjacente à história global, condenada desde a concepção.

As respostas dos historiadores globais são variadas, mas, no geral, apontam para a incorporação das fronteiras como parte fundamental dos processos de integração (GUARINELLO, 2010). Longe de eliminarem as fronteiras em favor dos fluxos, os processos de integração e conexão também promoveriam a reconfiguração das fronteiras (CONRAD, 2016, p. 67). Assim, a ênfase nas conexões reposiciona o problema das unidades de análise em outros termos – Estados-nação, impérios ou comunidades étnicas definem seus contornos e limites em contextos mais amplos de contatos e interseções de fronteiras variadas (SUBRAHMANYAN, 1997). Não mais pressupostas, as fronteiras deixam de ser fundamento da historicidade para se tornar também componentes da problemática, discutidas em função de processos concretos que as ultrapassam, sendo ao mesmo tempo seus vetores.

Assim, a revista *Esboços* apresenta o dossiê *Toda história é história conectada?*, composto por cinco artigos, com escopos temporais e espaciais variados, que abordam, sob diferentes pontos de vista, a questão das conexões e das fronteiras, bem como da própria definição da história global.

José Ernesto Knust, em “Os Plácios, a emancipação da plebe e a expansão romana: conectando as histórias interna e externa da República Romana”, realiza uma crítica radical da divisão que estruturou a historiografia sobre o período republicano em Roma: a “história interna”, dominada pelas guerras entre ordens (patrícios e plebeus), e a “história externa”, dominada pelas guerras de conquista da Itália e do Mediterrâneo. Essa divisão, arbitrária, define como fronteira da análise uma Roma raramente definida (uma cidade?, um estado?, a comunidade cívica?) e produz alguns enigmas insolúveis fora de uma história conectada. Um deles é a ascensão meteórica de uma família plebeia, os Plácios, à mais alta magistratura romana, o consulado, sem antes ter ocupado qualquer magistratura menor.

Com base no caso dessa família, Knust demonstra que, enigmática quando se toma a história interna de Roma como fronteira, sua ascensão é compreensível quando se incorpora a história das comunidades vizinhas de Roma, onde a família já estava inserida em redes de elites. A ascensão dentro do estado romano, por sua vez, é fundamental para a compreensão de guerras no centro da Itália, que resultarão na criação de um império formado por um arranjo complexo de alianças particulares.

A história global oferece, segundo Knust, o impulso para a superação de fronteiras historiográficas insuficientes na direção da dimensão mediterrânica da circulação horizontal das elites, da reconfiguração de suas fronteiras inraelites e externas contra as comunidades camponesas (2019).

Em “Connecting worlds, connecting narratives: global history, periodisation and the year 751 CE”, Otávio Luiz Vieira Pinto realiza um exercício de história conectada reduzindo o escopo temporal ao ano de 751, ao passo que amplia o escopo espacial à Eurásia. Discute três processos históricos que têm nesse ano um marco fundamental: o conflito entre o Califado Abássida e o Império Chinês sob a dinastia Tang; a ascensão da família carolíngia no reino franco; a guerra iconoclasta e a ascensão ao trono bizantino de um imperador de origem centro-asiática.

O autor demonstra a conexão entre esses processos tomando o Império Bizantino como ponto de ligação – a decisão bizantina de se concentrar no oriente abássida em ascensão reforça a separação com a Europa ocidental, abrindo o terreno para a separação das igrejas e a construção de um império cristão europeu, o carolíngio. Assim, o ano 751 seria um marco não para a história de uma ou outra região, mas para a história da Eurásia, pois significou o fim da Antiguidade eurasiática

com a instauração da divisão em três superpotências – Império Carolíngio no ocidente, Califado Abássida no centro, China Tang no oriente –, com consequências duradouras para o período medieval. As conexões, portanto, passaram pela formulação de novas fronteiras entre macrorregiões (PINTO, 2019).

O artigo “Más allá de una simple biografía: ‘el caso Cerruti’, una historia conectada y multinivel enlazada por un ‘historiador electricista’”, escrito por Luciana Fazio, é um exercício de micro-história conectada, que toma como caso a “questão Cerruti”, a qual começa com a prisão de um imigrante italiano na Colômbia oitocentista e resulta numa crise diplomática de grandes proporções entre Itália e Colômbia. Para tanto, a autora articula processos históricos de natureza e escalas diversas: das estratégias comerciais, matrimoniais e políticas de um migrante italiano na Colômbia até a formação do Estado nacional colombiano; do terror da população de uma cidade portuária prestes a ser bombardeada até a afirmação do imperialismo italiano, do hispano-americanismo espanhol e da doutrina Monroe norte-americana.

Fazio analisa a história da migração, do imperialismo, da formação de um sistema comercial, financeiro e diplomático internacional, bem como da criação do Estado nacional e do nacionalismo, como macroprocessos, à luz do local/particular, superando separações arbitrárias de historiografias internalistas. A autora conclui, no entanto, que a história global pode ser empregada somente quando há globalização e suspensão das fronteiras – para ela, algo que se deu após os anos 1970 –, que são úteis na medida em que oferecem uma caixa de ferramentas boa para pensar processos históricos integrados, entre os quais se destaca a história conectada (FAZIO, 2019).

O quarto artigo do dossiê, “Contribuições preliminares da história universal de H.G. Wells: elementos de história socioevolucionista e da *world history* contemporânea”, escrito por Fábio Iachtechen, discute as escolhas científicas e as implicações geopolíticas do escritor britânico H.G. Wells na redação de sua *História Universal*, cuja primeira edição aparece em 1919. Contra histórias centradas na Europa e nos Estados-nacionais, Wells buscou nas ciências naturais a unidade fundamental da história, que seria a base para a construção de uma Liga das Nações que superasse os traumas da Primeira Grande Guerra.

Em Wells, não se trata de relatos conectados, já que as histórias das várias civilizações e “raças” são tratadas separadamente. No entanto, a discussão científico-evolucionista que orienta a obra fundamenta uma “história unificada” do gênero humano, que parte de uma mesma raiz (IACHTECHEN, 2019).

O último artigo do dossiê é “Bandung, 1955: ponto de encontro global”, escrito pelas historiadoras Raissa Brescia dos Reis e Taciana Almeida Garrido Resende, que discute a produção e a interação das produções narrativas – em documentos, relatórios e revistas – acerca da unidade e das fronteiras dos países do Terceiro Mundo. Em função dos sujeitos e dos contextos discursivos, diferentes fronteiras eram engajadas na definição das prioridades da ação terceiro-mundista. Tratava-se de uma aliança de países não alinhados, que excluiria os alinhados a cada potência da Guerra Fria? Qual era o maior inimigo: o colonialismo europeu ou o em geral, incluído o comunista? A luta anticolonial se sobrepunha às disputas entre os países terceiro-mundistas? O Terceiro Mundo se centrava na Ásia ou na África? A luta anticolonial deveria ser feita por estados ou por movimentos sociais?

A conexão de diferentes pautas governamentais e ideias sobre geopolítica e relações sociais, em vez de suspender fronteiras, tornou-as mais complexas,

mergulhada em tramas narrativas de sujeitos que disputavam posições dentro da nova comunidade (REIS; GARRIDO, 2019).

O dossiê, portanto, apresenta múltiplas respostas ao desafio colocado pelo paradigma da história conectada, identificada ou não com a história global. Historiadoras e historiadores especialistas em períodos diferentes, e com trajetórias formativas diversas, apontam para a multiplicidade pela qual as conexões são produzidas e produzem fronteiras tanto no nível dos objetos quanto no enquadramento historiográfico das pesquisas. Sem encerrar a questão, o dossiê apresenta mais elementos para o debate sobre os limites e as possibilidades da história global como conectada.

REFERÊNCIAS

BLAUT, James M. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. London: The Guildord Press, 1993.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

FAZIO, Luciana. Más allá de una simple biografía: “el caso Cerruti”, una historia conectada y multinivel enlazada por un “historiador electricista”. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 270-289, maio/ago. 2019.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, São Paulo, v.1, p. 113-127, 2010.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da história: as formas da história antiga. *Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

IACHTECHEN, Fábio Luciano. Contribuições preliminares da História universal de H.G. Wells: elementos de história socioevolucionista e da *world history* contemporânea. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 290-308, maio/ago. 2019.

KNUST, José Ernesto Moura. Os Plácios, a emancipação da plebe e a expansão romana: conectando as histórias interna e externa da República Romana. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 234-254, maio/ago. 2019.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A História Global da escravidão atlântica: balanço e perspectiva. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, 2019.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Connecting worlds, connecting narratives: global history, periodisation and the year 751 CE. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 255-269, maio/ago. 2019.



REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Bandung, 1955: ponto de encontro global. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019.

SACHSENMAIER, Dominic. Global History, Pluralism, and the Question of Traditions. *New Global Studies*, v. 3, n. 3, p. 1-9, 2009.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 31, n. 1, p. 735-762, 1997.

NOTAS

AUTORIA

Alex Degan: Doutor. Professor adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Lindener Pareto Junior: Doutor. Professor titular, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de História, Campinas, SP, Brasil. Pós-doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Lindener Pareto Junior. Rua Helenita Aparecida Bassan de Sá, 577, Bosque de Barão Geraldo, 13082-754, Campinas, SP, Brasil.

LICENÇA DE USO

Esta apresentação está licenciada sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 30 de junho de 2019
Aprovado em: 8 de julho de 2019

Como citar: DEGAN, Alex; PARETO JUNIOR, Lindener. História global, histórias conectadas: debates contemporâneos. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 229-233, maio/ago. 2019.





OS PLÁUCIOS, A EMANCIPAÇÃO DA PLEBE E A EXPANSÃO ROMANA: CONECTANDO AS HISTÓRIAS INTERNA E EXTERNA DA REPÚBLICA ROMANA

The Plautii, the Emancipation of Plebs and the Roman Expansion:
Connecting the Internal and External Histories of the Roman Republic

José Ernesto Moura Knust^a

 <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>

E-mail: zeknust@gmail.com

^a Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, Brasil

DOSSIÊ

Toda história é história conectada?

RESUMO

A história da República Romana normalmente é dividida entre fenômenos internos, como lutas sociais e transformações institucionais, e externos, como guerras e conquistas. A crítica ao internalismo metodológico desenvolvido pela história global tem trazido uma importante discussão sobre as definições de internalidade e externalidade e sobre as conexões históricas entre processos que antes eram tomados como internos ou externos. Ao longo do século IV a.C. acontecem importantes transformações tanto no que tradicionalmente se toma como “história interna” romana (a emancipação da plebe) quanto no que seria sua “história externa” (a reorganização e a consolidação da dominação romana sobre a Itália central). O intuito deste artigo, tendo por ponto de partida o estudo de caso da atuação política da família dos Plácios, é mostrar que podemos entender as transformações da época como partes de um mesmo processo histórico: a rearticulação dos grupos sociais da Itália central. Assim, emancipação da plebe e expansão romana não são meros processos históricos coevos e paralelos, mas facetas de um mesmo processo histórico, maior e de escopo geográfico mais amplo.

PALAVRAS-CHAVE

República Romana. Expansão romana. Internalismo metodológico.

ABSTRACT

The history of the Roman Republic is often divided between internal events such as social struggles and institutional transformations and external events such as wars and conquests. The critique of methodical internalism developed by Global History has sparked an important discussion on the definitions of internality and externality and on the historical connections between processes that were formerly taken as internal or external. Throughout the fourth century BCE, important changes took place both in what is traditionally taken as Roman “internal history” (the emancipation of the plebs) and in what is taken as “external history” (the reorganization and consolidation of Roman domination over central Italy). The objective of this article, whose starting point is the political action of the Plautii family, is to argue that we can understand the transformations of that time as pieces of the same historical process: the rearticulation of social groups in central Italy. Therefore, the emancipation of the plebs and the Roman expansion are not mere contemporaneous and parallel historical processes, but facets of the same historical process, which is larger and has an ampler geographical scope.

KEYWORDS

Roman Republic. Roman expansion. Methodological internalism.

Um dos grandes nomes da história social da Roma Antiga no século XX, o inglês Peter A. Brunt escreveu certa vez que a história das lutas sociais dentro de Roma ao longo do período republicano se acelerava quando a história dos conflitos externos romanos se refreava, e vice-versa (BRUNT, 1986). Essa afirmação revela uma ideia fundamental dos estudos sobre os fatos da República Romana: a existência de uma separação essencial entre histórias “interna” e “externa” de Roma. Se olharmos os sumários das grandes obras de síntese sobre o período, não é difícil identificar os capítulos ou seções que tratam de um e do outro.

A despeito de certa “italianização” dos estudos sobre o período republicano, estimulados sobretudo pela arqueologia, mas também pela epigrafia (BRADLEY; ISAYEV; RIVA, 2007; FARNEY; BRADLEY, 2017; ROTH, 2007; ROTH; KELLER, 2007; TORELLI, 1999), as grandes narrativas que orientam a organização da pesquisa histórica e do ensino de história sobre a República Romana ainda são determinadas por essa divisão entre histórias interna e externa. Os grandes temas historiográficos sobre esse período se enquadram naquela – como as instituições políticas romanas se formaram? o que dava a dinâmica dos conflitos sociais dentro de Roma? – ou nesta – quais foram os motivos da expansão romana? como conseguiram fazê-la de maneira tão bem-sucedida? como os povos italianos foram *romanizados*?

Quando muito, algumas grandes questões são colocadas sobre a interação entre as duas – quais foram as consequências da expansão externa para os diferentes grupos sociais dentro de Roma? como os conflitos internos de Roma moldaram sua política expansionista? –, mas ainda assim são tomadas como dois objetos distintos.

A expansão romana é entendida como a expansão de uma institucionalidade (a *res publica* romana) que cresce territorialmente e incorpora aquilo que antes lhe era externo. Trata-se de uma expansão centrífuga; isto é, ao longo do tempo, o que é “interno” cresce para fora, transbordando e tomando o que estava fora de si. Tal expansão em nenhum momento é essencialmente conectada às transformações da própria institucionalidade. Estas são vistas como resultado de processos endógenos ou desdobramentos endógenos da expansão. A *coisa* se expande e se transforma, e essas expansão e transformação podem até se influenciar mutuamente, mas são processos distintos, duas histórias que correm lado a lado, às vezes se influenciando.

Uma das questões aqui é uma naturalização da noção de *soberania territorial* – acabamos pensando a expansão romana como a de uma forma de poder territorial que é típica do Estado-nação moderno. Assim, territórios vão aos poucos sendo incorporados à abstração *Roma*, expandindo a história interna por meio da incorporação do que antes era história externa. Mapas históricos que mostram as fases da expansão romana são a síntese visual perfeita dessa forma de pensar.

Uma das mais importantes contribuições epistemológicas da ascensão da história global tem sido questionar a primazia explicativa dada às questões internas, aquilo que se convencionou chamar, de forma crítica, de internalismo metodológico. Um dos pontos nodais dessa crítica é justamente o questionamento da distinção entre internalidade e externalidade histórica (CHERNILO, 2011, 2017; MATIN, 2013).

Um ponto fundamental desse questionamento diz respeito à forma como determinadas abstrações são tomadas como entidades discretas entre si. Encaradas como autossuficientes, é dado a elas o estatuto epistemológico de contêiner que encerra a história interna (CONRAD, 2016, p. 3) e de unidade básica de interação com outros seres similares na história externa. É nessa lógica que a história interna de Roma é a da “sociedade romana” – uma história de conflitos entre patrícios e

plebeus e de mudanças das instituições republicanas – e a externa é a da interação de Roma com sociedades vizinhas – uma narrativa de conquista e expansão. Roma e sociedade romana são essas abstrações tomadas como criaturas discretas pela historiografia dedicada à República Romana.

Um dos caminhos para superar esse problema é entender quais eram as diversas organizações políticas da Itália central no período e suas formas de interação. Mas, para isso, precisamos estar preparados para entender a dinâmica das transformações dessas sociedades, posto que não permanecem estáticas conforme interação entre si. Mais uma vez, é preciso frisar: isso não significa meramente entender as relações entre as transformações *internas* dessas organizações e sua história de interações externas. É preciso conectar o que tradicionalmente se separa como histórias interna e externa em uma única narrativa, porque estamos diante de um único processo que se desenrola em dinâmicas de escalas geográficas diversas.

Assim, a formação e a transformação dessas comunidades e instituições devem ser entendidas por dinâmicas que vão além de si mesmas. A própria expansão dessas comunidades e instituições pode ser resultado das mudanças nessas dinâmicas, que não são determinadas de dentro da comunidade. Isto é, podem existir expansões centrípetas quando aquilo que era externo se imiscui para dentro, transformando nesse processo o contexto interno. A *coisa* que se expande se transforma, ou, melhor dizendo, se expande porque se transforma de dentro para fora.

Inspirado nessa contribuição epistemológica da história global, pretendo contribuir neste artigo para o projeto acima delineado, analisando um momento que até historiadores da Antiguidade, acima de todos Tito Lívio, reconhecem como crucial tanto para o que é tratado como história interna de Roma – a grande vitória dos plebeus em seu conflito com os patrícios, ao obterem o direito à eleição para as mais altas magistraturas romanas – quanto para o que é entendido como história externa – a vitória romana sobre a rebelião das cidades latinas e a reorganização do sistema de alianças romano, que impõe sua hegemonia sobre a Itália central.

Darei especial atenção, à guisa de estudo de caso, à atuação política de uma família plebeia romano-italica, os Pláucios, neste contexto histórico. Pretendo mostrar aqui que a história dos Pláucios nos ajuda a entender que a “emancipação da plebe” e a “expansão romana” são fenômenos históricos muito mais conectados do que normalmente se supõe.

A EMANCIPAÇÃO DA PLEBE, MAS O QUE ERA A PLEBE?

Começamos pelo que foi tomado como a história interna da República Romana. Os cidadãos romanos, reunidos na Assembleia das Centúrias, elegeram Caio Fábio Ambusto e Caio Pláucio Próculo para o consulado no ano de 358 a.C. (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.12; BROUGHTON, 1951, p. 121). Essa era a nona eleição anual desde a Lei Licínia-Séxtia de 367 a.C., que, entre outras coisas, punha fim à possibilidade de suspensão do consulado para a eleição de tribunos militares com poder consular, consolidando, assim, o modelo de dois cônsules como a mais alta magistratura da República Romana. A um primeiro olhar, essa eleição não parece muito interessante, e raramente chamou a atenção dos historiadores.

A eleição de Caio Fábio para cargo tão prestigioso e importante não poderia nos causar surpresa alguma. A *gens* Fábio era uma das mais tradicionais famílias patrícias

da República Romana. Caio Fábio era apenas mais um Fábio a atingir tamanha glória. Seu xará e parceiro de consulado não tinha genealogia similar, é verdade. Muito pelo contrário, Caio Plúcio Próculo foi o que os romanos chamavam de “homem novo”, o primeiro de sua família a ocupar a mais alta magistratura. Os Plúcios sequer são mencionados pelas narrativas históricas antes dessa eleição em 358 a.C. Caio Plúcio era um homem novíssimo.

Sua eleição, contudo, nunca foi tratada como um enigma pela historiografia. A Lei Licínia-Séxtia de 367 a.C., para além de estabilizar o consulado como magistratura mais importante, fez sua fama por abrir a possibilidade de membros de famílias não patrícias serem eleitos cônsules. Caio Plúcio foi, nesse contexto, o sexto plebeu eleito cônsul depois de 367 a.C. A pergunta que sempre prendeu a atenção dos historiadores foi por que a Lei Licínia-Séxtia fora aprovada.

Os historiadores modernos encontraram em Tito Lívio algo além de nossa principal fonte de informações sobre o período. Encontram também um modelo interpretativo. Ainda que Dioniso de Halicarnasso, a outra grande fonte de informações para o início da história romana, seja relevante para o estudo de alguns temas específicos do período, é sem sombra de dúvida a obra de Tito Lívio que estabeleceu as bases fundamentais para sua interpretação geral. Vem de Lívio o próprio enquadramento geográfico de uma história interna, na qual lhe preocupa sobretudo o conflito entre as ordens – isto é, as disputas entre patrícios e plebeus –, e uma externa, em que a questão da guerra e da paz surge como fundamental.

Seguindo esse enquadramento geográfico – que se alinhava à historiografia nascida no berço do Estado-nação –, a historiografia moderna acomodou a questão da Lei Licínia-Séxtia na gaveta da história interna, dentro da qual a questão dos conflitos entre patrícios e plebeus era a causa motriz fundamental.

Com essa lógica, produziu-se um modelo interpretativo que explicava tal lei. Os cidadãos romanos alijados dos espaços de poder pela fechada elite política patrícia, por meio de um longo processo de conflitos e reivindicações, que tiveram nas famosas sedições da plebe seus momentos decisivos, teriam obtido vitórias que, ao longo do tempo, foram abrindo o sistema político romano aos plebeus. A esse processo se dá o nome de “emancipação da plebe”. A lei de 367 a.C., que, entre outras coisas, dava aos plebeus o direito à eleição para o consulado – e que nos permitia explicar por que Caio Plúcio Próculo fora eleito em 358 a.C. –, era parte desse processo.

“Como os plebeus conseguiram tamanha vitória?” é a pergunta que se impõe em seguida. A explicação hegemônica sobre a emancipação da plebe aponta como fato primordial a formação de uma nobreza patrício-plebeia, isto é, uma nova elite política e econômica que incluía famílias não patrícias. Em parte, as conquistas plebeias, como a abertura do consulado para os plebeus, seriam, então, resultado da ascensão social e econômica de uma fração dos plebeus. Por outro lado, essa mesma abertura teria reforçado o processo histórico, incluindo essa fração no seio da elite política romana e consolidando sua ascensão social.

O modelo de narrativa histórica usado nessa explicação me parece emular, ao menos em parte, a imagem tradicional da relação entre burgueses e aristocratas na Europa dos séculos XVIII e XIX. De uma posição inicial de conflito, emergem alianças a partir do momento em que setores da burguesia conseguem grande ascensão social por conta de seu enriquecimento, atraindo o interesse por alianças – inclusive matrimoniais – das famílias tradicionais. Substituindo burgueses por plebeus e nobres

por patrícios, temos a explicação tradicional para a formação da *nobilitas* patrício-plebeia (CASSOLA, 1988; CORNELL, 1995, p. 340-344).

Ao longo do tempo, a historiografia se esmerou em precisar, refinar e subverter nossa compreensão sobre quais eram as partes desse conflito. Posto de maneira mais simples, há décadas se discute quem eram realmente os patrícios e o que foi de fato o movimento plebeu. Nas duas questões, o entendimento tradicional ancorado em Tito Lívio foi desafiado por propostas historiográficas bastante sólidas. No caso da identificação dos patrícios, o trabalho de Gaetano de Sanctis teve bastante êxito em mostrar que todas as nossas fontes, até Tito Lívio, nos permitem entrever dados que mostram que o patriciado se tornou uma elite política fechada e exclusivista em um momento bastante avançado do que seria a história do conflito (DE SANCTIS, 1907; CORNELL, 1995, p. 254-255).

A retórica patrícia vende a origem de seus privilégios como provenientes de um estado de coisas primordial, o que acabou enganando a historiografia desde Tito Lívio. Contudo, estaríamos diante de tradições inventadas, para usar o termo consolidado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (HOBSBAWM; RANGER, 1997), para legitimar um processo de “fechamento do patriciado” entre o fim do século V e o início do século IV a.C.

Diante dessa reinterpretação do que foi o patriciado, também foi necessário reinterpretar a plebe, posto que esta em geral foi entendida como o conjunto de todos aqueles excluídos do patriciado. Acredita-se hoje que o movimento plebeu tenha sido um movimento político-social mais específico, que envolveu determinados grupos sociais enfrentando a crescente pretensão do patriciado de monopolizar o controle sobre elementos fundamentais da comunidade política romana, mas não envolveu todos aqueles que não eram patrícios.

Nas palavras de Tim Cornell, “o movimento plebeu que criou a plebe, e não o contrário” (CORNELL, 1995, p. 257), isto é, organização da luta política em oposição ao patriciado, criou um movimento político que, por sua vez, delineou uma identidade plebeia. O grande debate passa a ser, porém, justamente sobre quem eram essas pessoas que tomaram parte do movimento plebeu. A falange hoplítica (RAAFLAUB, 1993) e os *infra classem*, isto é, os excluídos do Exército (MOMIGLIANO, 2005, p. 178-180; CORNELL, 1995, p. 257), são dois grupos citados quando se busca identificar o grupo social que dá forma inicial à plebe, ainda que a formação da nobreza patrício-plebeia entre os séculos IV e III a.C. deixe claro que o movimento plebeu passara, em algum momento, a incluir grupos sociais em melhores condições econômicas, incorporando setores da classe dominante em seu enfrentamento ao patriciado.

O mais importante nisso, como bem aponta Christopher Smith, é perceber que um movimento político que durou mais de duzentos anos dificilmente manteria características sociais e políticas idênticas ao longo de todo o período (SMITH, 2006, p. 257; RAAFLAUB, 2005a). Essa percepção da historicidade do elemento plebeu tem sido o ponto central das análises sobre a plebe e sua atuação política e não nega, em essência, a ideia central tradicional de que a vitória plebeia esteve diretamente relacionada à existência de plebeus ricos e importantes em Roma.

Pensando nos termos do debate epistemológico posto pela ascensão da história global, contudo, nenhuma dessas discussões realmente rompe com a lógica do “internalismo metodológico”. O contexto que explica as transformações históricas observáveis continua sendo uma dinâmica que se desenrola nas entranhas do que definimos abstratamente como sociedade romana. É bem verdade que essa história

pode ser – e inúmeras vezes o foi – conectada a um contexto mais amplo de conflitos sociais que seriam típicos das cidades-Estado grecorromanas em formação.

As lutas sociais, o que os gregos chamavam de *stasis*, que invariavelmente envolviam os temas do acesso à terra, da escravidão por dívidas e do acesso à cidadania ativa (FUKS, 1984; STE. CROIX, 1989, cap. IV e V), parecem uma constante na história mediterrânea antiga, da qual o conflito entre patrícios e plebeus poderia ser visto como apenas um caso (RAAFLAUB, 2005b). No entanto, estamos diante de uma comparação entre histórias cuja dinâmica sempre é dada por fatores internos – os conflitos sociais locais da comunidade. Afora essa comparação entre elementos formais de histórias que correriam paralelas, pouco se explorou essa similaridade na direção de identificar verdadeiras conexões e explicações para além das “fronteiras” de cada uma das ditas “sociedades”.

Essa abordagem internalista certamente tem valor explicativo. Suas bases empíricas são sólidas, inclusive. Com base em uma prosopografia dos magistrados do período, é possível identificar que certos grupos e famílias patrícios estão criando laços de aliança política com grupos e famílias plebeus, dada a concomitância frequente de comagistraturas entre membros de famílias patrícias e plebeias específicas (FORSYTHE, 2006, p. 269-270).

Ademais, das seis famílias plebeias que elegem cônsules nos vinte primeiros anos após a lei de 367 a.C., sabemos que cinco delas já haviam elegido magistrados importantes no primeiro século e meio de República, entre tribunos da plebe e militares com poder consular. Isto é, eram famílias plebeias já com alguma relevância política na sociedade romana antes da abertura do consulado para os plebeus. Encaixam-se bem, portanto, na narrativa de famílias plebeias que ascendem, mais cedo ou mais tarde, a uma posição social e política de destaque, possivelmente associada também a uma posição econômica privilegiada, e que depois disso obtêm sucesso com a abertura do consulado aos plebeus.

Não há razões para desacreditar por completo a tese de que as transformações que a República romana sofre estão diretamente ligadas à ascensão social de um grupo de famílias plebeias dentro de Roma, que muda a balança do jogo social, econômico e político.

Os Pláucios, porém, constituem um enigma nesse quadro explicativo e são a exceção entre as seis famílias que elegem cônsules nos vinte primeiros anos depois de 367 a.C. Dentro do que podemos saber, nunca haviam ocupado qualquer magistratura antes de ter seu primeiro cônsul, e nada se sabe sobre sua ascensão em Roma. Poderíamos estar diante de um exemplo que se faz desimportante pela sua própria escassez de informações – sabemos pouco sobre os Pláucios porque os Pláucios são pouco importantes. Contudo, as informações que temos mostram os Pláucios como uma importante família na política romana da segunda metade do século IV a.C. Além de Caio Pláucio Próculo, vários outros membros da família elegem-se cônsul nas décadas seguintes.

Em 347, 341, 330, 329 e 328 a.C. temos cônsules Pláucios, e em 312 a.C. temos um censor da família (BROUGHTON, 1951, p. 130, 134, 143-145, 154). É significativo que, entre 330 e 328 a.C., os Pláucios tenham enfileirado três eleições para cônsul, façanha repetida por pouquíssimas famílias (TERRENATO, 2014, p. 50).

Estamos diante de uma família claramente relevante no cenário político romano que veio, ao que parece, do nada. Ou seria uma miopia romanocêntrica que estaria nos impedindo de ver de onde vieram os Pláucios? O arqueólogo italiano Nicola Terrenato

teve sua atenção despertada por essa família e levantou o que era possível saber sobre os Pláucios. Logo percebeu que havia algo a ser perseguido ali, e, de enigma, os Pláucios se transformam na chave para mudar o enquadramento geográfico que usamos para entender a dinâmica política da República Romana.

Além da informação de seus primeiros membros eleitos cônsules, presente nos *fasti* e em Tito Lívio, as duas menções mais antigas aos Pláucios provêm de inscrições de difícil interpretação encontradas fora de Roma. Em uma inscrição datada do início do século IV a.C. encontrada na Tumba dos Relevos, na cidade etrusca de Cere, pode-se ler o nome *plavti*. Pelo contexto em que se encontrou a inscrição, ela foi entendida como referência a uma Pláucia, provavelmente casada com um homem do importante clã local Maturna, proprietária da tumba.

Em outra inscrição, em uma cista de bronze encontrada na cidade latina de Preneste e datada do fim do século IV a.C., pode-se ler *Novios Plautios med Romai fecid* (isto é, “Nóvio Pláucio me fez em Roma”). Nóvio é um nome de origem campana e não se conhece em toda a história antiga outro Pláucio que tenha tido esse nome, o que levou Theodor Mommsen a lançar mão da ideia de que Nóvio seria um escravo ou liberto campano ligado aos Pláucios.

Outra interpretação possível, porém, é a de que Nóvio seria um legítimo membro da família Pláucia, teria encomendado a produção dessa cista e possivelmente tinha alguma relação com a Campânia. Em qualquer um dos casos, a descoberta dessa cista em Preneste serve como bom indício da presença dos Pláucios na cidade, o que converge com o que se sabe sobre a família durante os séculos seguintes, dado que uma série de inscrições do período republicano encontradas tanto em Preneste quanto na vizinha Tibur trazem menção a ela (TERRENATO, 2014, p. 47-53).

Quem eram os Pláucios no século IV a.C.? A melhor resposta que podemos dar é que estamos diante de uma família com raízes nas cidades latinas de Preneste e Tibur, com relações políticas estabelecidas pela via matrimonial ao menos com a cidade etrusca de Cere, que nessa época parece ter tido relações próximas com Roma (RUOFF-VÄÄNÄNEN, p. 1975, p. 43-44; HARRIS, 1971, p. 45-47; CORNELL, 1995, p. 320-321), e que por fim aparece elegendo cônsules romanos ao longo de toda a segunda metade do século.

Os Pláucios não eram, percebe-se ao juntar essas peças do quebra-cabeça, uma mera família romana plebeia em ascensão social. Para entender quem eram eles e por que elegeram tantos cônsules ao longo do século IV a.C., entender Roma parece não ser o bastante. A circulação de membros das elites mediterrânicas por diferentes comunidades é um fenômeno há muito já identificado (AMPOLO, 1977), mas ainda pouco explorado em termos de construção de explicações históricas. A principal barreira a isso, sem dúvidas, é a hegemonia que o internalismo metodológico ainda mantém na estrutura explicativa dos historiadores.

A emancipação da plebe ganha, assim, um novo quadro geográfico de explicação, não mais limitado ao que se convencionou chamar “sociedade romana”. Sem negar a importância de famílias baseadas em Roma que eram excluídas da fechada elite patrícia e cuja ascensão social e econômica forçava a rigidez do sistema, a existência de famílias poderosas baseadas em outras cidades da região central da Itália entrando no sistema político romano pela via do movimento plebeu também precisa ser levada em consideração para perceber tal processo histórico.

Algo para além de Roma precisa ser entendido para compreender a chegada dos Pláucios às altas magistraturas romanas. Ao concebermos os Pláucios, talvez

sejamos capazes de interpretar Roma para além de si mesma e, assim, fugir do internalismo metodológico.

O que melhor conhecemos sobre os Pláucios do século IV a.C. é justamente o que os membros da família fizeram enquanto foram altos magistrados romanos. Em 358 a.C., os cônsules eleitos foram designados para fazer a guerra contra tarquinenses ao norte e privernates ao sul, enquanto um ditador foi designado para fazer frente à ameaça ainda maior: o ataque gaulês. Diante de tantas frentes de batalha, segundo Tito Lívio, um sorteio definiu que as primeiras legiões romanas a serem comandadas por um Pláucio seriam responsáveis pela guerra com Priverno, uma cidade ao sul de Roma razoavelmente próxima a Tibur e Preneste.

Terrenato, contudo, chama a atenção para o fato de esse ser um sorteio estranhamente propício aos dois cônsules. Enquanto Caio Pláucio Próculo ficou responsável pela guerra em uma região um pouco ao sul de uma área com a qual sua família tinha claras ligações, Caio Fábio Ambusto recebeu o comando de tropas em uma região onde os Fábio historicamente haviam lutado famosas batalhas: a fronteira com a Etrúria (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.15; TERRENATO, 2014, p. 49).

Em 341 a.C., Tito Lívio conta que nova guerra com Priverno é causada pelo ataque desta às colônias de Norba e Sécia. Mais uma vez há um Pláucio eleito cônsul, Caio Pláucio Venão, em seu segundo mandato. E, mais uma vez, o sorteio define o cônsul Pláucio como responsável pela guerra com Priverno (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.1). Terrenato tem razão em desconfiar desses sorteios, que, para Tito Lívio, definiam aleatoriamente os responsáveis pelas campanhas militares. Mas a questão vai muito além dos sorteios. A própria relação entre consulados de Pláucios e guerras com Priverno fica incontestada quando identificamos que o terceiro e maior conflito entre Roma e Priverno – quando esta, aliada a Fundos, ataca as colônias romanas de Sécia, Norba e Cora – ocorre justamente nos anos de apogeu do poder político da família no século IV a.C., quando ela emplaca três cônsules seguidos (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.19-20).

Como bem sentencia Terrenato, ou a eleição de um Pláucio em Roma era relevante o suficiente para enervar os ânimos em Priverno, ou os Pláucios sistematicamente lideraram os exércitos romanos sob suas ordens para ataques na área, depois narrados como guerras defensivas. Em qualquer opção, fica claro o que Terrenato chamou de uma “agenda pláucia” em relação à região (TERRENATO, 2014, p. 50).

Ao estudar os Pláucios, Terrenato está especialmente interessado no fato de uma família utilizar os meios institucionais da República para agendas privadas. Seu ponto está em mostrar a importância do elemento clânico na organização da vida política italiana. Mas seu exemplo também mostra que as guerras de conquista romanas têm uma relação intrínseca com a dinâmica política interna. Afinal, foi a Lei Licínia-Séxtia que permitiu aos Pláucios terem a possibilidade de usar esses meios institucionais romanos para sua agenda. Cabe aqui perguntar qual foi a relação entre a abertura das altas magistraturas romanas à plebe e as transformações no contexto das guerras expansionistas romanas. Essa história externa passava por momentos decisivos justamente nesse período.

A EXPANSÃO DE ROMA, MAS O QUE ERA ROMA?

Olhemos agora, então, com mais atenção para o que se entende por história externa de Roma. Em episódio bem mais renomado do que as aventuras militares dos Plácios, Tito Lívio conta, com indubitável floreio literário, que um dos cônsules do ano 338 a.C., Lúcio Fúrio Camilo, proferiu um discurso persuasivo ao Senado sobre a situação das cidades latinas (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 8.13). Três anos antes, um grande número dessas cidades havia se unido a campânios e sedicinos em um grande levante anti-Roma, originando uma enorme rebelião que alguns chamam de Guerra Latina – ou Segunda Guerra Latina, para diferenciá-la de outro conflito com os latinos ocorrido na primeira década da República. Derrotada a revolta, tratava-se agora de como lidar com os derrotados.

Lívio, por meio da recriação inventiva do discurso de Camilo ao Senado, nos conta que este teria convencido os senadores da necessidade de reconstruir a relação com os latinos derrotados em bases misericordiosas, para garantir com isso a grandeza de Roma. O Senado teria então, ainda segundo Lívio, analisado caso a caso a situação das cidades latinas e estabelecido punições e novas condições de aliança com Roma que, em essência, significavam diferentes tipos de relação de inserção no sistema político republicano (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade*, 8.14).

Há tempos, identificou-se que esse momento marca uma transformação importante na forma como Roma se relaciona com as regiões sob sua hegemonia. Roma teria proibido as cidades sob sua influência de estabelecerem alianças paralelas entre si. Isso determina o fim da possibilidade de criar ligas, forma bastante importante de interação entre as cidades-Estado da época, e impõe que todas as cidades passem a se relacionar diretamente com Roma em condições que variam dentro de uma hierarquia. Sob essa lógica, a *res publica* romana passa a ser incontestavelmente o centro de articulação do poder na Itália central.

Uma abordagem que já foi muito corrente apregoava que, nesse processo de redefinição das relações entre Roma e as cidades latinas, havia sido criado o modelo de formas específicas de enquadramento institucional dos aliados que duraria até a Guerra Social (CORNELL, 1995, p. 348-353; HUMBERT, 1978).

Algumas cidades se tornam municípios com cidadania plena; isto é, mantêm instituições próprias, mas são cidadãos romanos, seguindo o modelo do que teria sido o primeiro município romano: Túsculo. Outras se tornam municípios sem direito a voto, caso similar ao anterior, mas com a diferença importante de que sua cidadania romana não lhes garantia direito a participar das assembleias romanas. Outras cidades recebem o *status* de aliadas: mantêm-se independentes, mas submetidas a tratados de aliança com Roma que as obriga a enviar tropas quando requisitadas. E outras mais recebem o *status* de colônias latinas, passando a ser regidas por uma noção inspirada no Direito que era compartilhado entre as cidades latinas; isto é, são cidadãos de suas próprias cidades, mas quando em Roma têm alguns direitos específicos e podem inclusive tornar-se cidadãos romanos depois de um tempo de residência na cidade.

Acredita-se hoje, contudo, que o mais provável é que essa tipologia seja o resultado de um processo mais gradual de construção de relações entre Roma e suas “aliadas” durante o fim do século IV e o século II a.C., quando uma miríade de diferentes

tipos de relações específicas foi sendo progressivamente enquadrada nesses quatro modelos mais gerais (MOURITSEN, 2007; SCOPACASA, 2015, p. 149-150).

Seja como for, ainda predomina uma ideia de interação entre entidades políticas tomadas como dadas. Roma, como agente dessas interações, é tanto uma abstração quanto Priverno ou Veios. É claro que as identidades étnicas e as estruturas institucionais que essas abstrações envolvem eram fatores concretos para a realidade histórica de seu tempo. Contudo, os historiadores modernos tendem recorrentemente a reificar essas abstrações como sujeitos em si. Filhos de uma historiografia que teve no Estado-nação seu eixo constituinte, facilmente cedemos à fantasmagórica figura do Estado-nação o papel de sujeito histórico, até quando não existem Estados-nação.

Marc Bloch disse que o historiador é como o ogro da lenda, que, ao farejar o humano, sabe que ali está sua caça (BLOCH, 2002, p. 54). Quando cedemos a essas abstrações um tanto vazias de conteúdo social, acabamos perdendo a trilha da caça. Evitar ao máximo usar *Roma* como sujeito de uma frase, forçando-nos a refletir sobre que sujeitos históricos realmente estavam realizando a ação que atribuímos a essa abstração fantasmagórica, pode ser um bom exercício olfativo.

Quem estava, então, fazendo acordos e alianças, montando o sistema hegemônico que transformou as instituições políticas da *res publica* romana no centro de poder incontestável da Itália central na segunda metade do século IV a.C.? Tito Lívio atribui esse papel ao Senado, mas é provável que isso seja um anacronismo. Na época de Tito Lívio, tais acordos eram atribuição do Senado, por isso ele dá ao Senado do século IV a.C. esse papel. Contudo, é só um pouco depois do fim da Guerra Latina, e isso mais uma vez não é uma coincidência, que o Senado começou a ganhar a forma tradicional pela qual ficou conhecido na história romana.

A Lei Ovínia, sobre cuja data existe muita incerteza, mas aprovada provavelmente entre 339 e 318 a.C. (CORNELL, 1995, p. 369), instituiu que os censores definiriam os membros do Senado (Festo, *Sobre o significado das palavras*, 290L). Com isso, a condição de ser um senador passa a ser algo mais estável, quase sempre vitalício, dado que, por mais que um censor pudesse excluir alguém do Senado, essa parece ter sido uma medida drástica tomada apenas em ocasiões muito específicas.

Isso acontece paralelamente a mudanças nas magistraturas curuis. Uma das três Leis Genúcias de 342 a.C. proibia o acúmulo de magistraturas e o exercício de uma mesma magistratura pela mesma pessoa dentro de um prazo de dez anos. Isso punha fim à prática recorrente de alguns nomes importantes da política romana se revezarem no poder, facilitando o acesso à magistratura para outras pessoas dentro desse grupo dominante. Fica claro aqui que grupos da classe dominante romana estão ativamente buscando a construção de uma oligarquia mais ampla, de um sistema que seja controlado de maneira mais horizontal por um grupo maior da classe dominante, do que acontecia no auge do “fechamento do patriciado”.

A ascensão do Senado como corpo central do sistema, um local em que o conjunto da elite política dessa classe dominante era capaz de controlar coletivamente as ações individuais dos magistrados, é a culminância desse processo (CORNELL, 1995, p. 371-373).

Essa oligarquização da política romana foi tradicionalmente tratada como resultado da história interna. Mas, se a conectarmos com a reorganização da relação com as cidades aliadas e com a presença itálica na plebe que se emancipa, uma realidade mais complexa começa a emergir.

Entre a década de 360 e o fim do século IV a.C., as instituições da *res publica* se transformam significativamente e passam a articular grupos diferentes daqueles que haviam articulado no auge do fechamento do patriciado. Esse processo não foi plenamente compreendido por causa de seu fatiamento em histórias interna e externa. Tirar a agência histórica das abstrações estatais e identificá-la nos grupos sociais, ao mesmo tempo que se olha para além dos recortes geográficos estabelecidos por essas abstrações, é o caminho necessário. Em vez de agentes históricos, tais abstrações estatais precisam ser entendidas como plataformas para a agência de diferentes grupos sociais.

Mencionei antes que Terrenato tem no papel dos clãs uma de suas teses centrais sobre a política na Itália antiga. Ele parte do pressuposto de que a política italiana durante séculos já era controlada por grandes linhagens de parentesco (real ou fictício/mítico), o que ele chama de clãs e associa às *gentes* mencionadas nas fontes literárias. Em um texto em que trata da formação da cidade-Estado arcaica romana, ele identifica justamente a agência histórica desses clãs.

Segundo o modelo que propõe, os clãs buscam e constroem locais para sua convergência e negociação estratégica. Santuários e festivais religiosos desempenham um papel importante nisso, mas logo a cidade desponta como o espaço primordial dessa interação clânica (TERRENATO, 2011, p. 240-242). As instituições da cidade-Estado surgiram, assim, da sedimentação histórica de acordos e associações criados por determinados clãs de uma ampla região sobre um espaço político específico.

É discutível quanto temos realmente elementos para identificar na arqueologia da Itália pré-romana a presença ubíqua desses clãs que, segundo Terrenato, marcariam a história italiana na longa duração (TERRENATO, 2011, p. 237-240; *versus* SMITH, 2006, p. 144-163). Ainda assim, mesmo que esses clãs não sejam estruturas sociopolíticas de um longo passado, ou mesmo se *clã* não for a terminologia mais apropriada para definir essas articulações políticas de ampla territorialização, o modelo de Terrenato ainda me parece um excelente ponto de partida para elaborar uma reflexão sobre a institucionalidade política romana.

Ao fugir da centralidade dada ao *Estado* romano como instituição em si, o modelo de Terrenato nos faz pensar sobre a espacialidade das relações sociais que determinam a formação das instituições políticas. O grande mérito desse modelo, a meu ver, é justamente dar conta do desenvolvimento das comunidades políticas das cidades-Estado centro-italicas, tendo uma escala de análise para além de cada comunidade em si. O desenvolvimento das instituições políticas deixa de ser pensado como uma dinâmica completamente endógena de uma comunidade em isolamento e inclui o problema da interação regional – e mesmo mais ampla – entre classes dominantes locais e supralocais.

A base empírica do modelo de Terrenato é uma série de histórias que atestam a circulação e a mobilidade horizontal de membros de famílias aristocráticas ou mesmo de famílias aristocráticas inteiras. Essas são histórias há muito notadas, e apontar para essa mobilidade não é exatamente uma novidade. O que ele propõe de inovador é deixar de identificar essa mobilidade como meras migrações entre comunidades. O que permite a mobilidade de membros da classe dominante entre diferentes comunidades sem que percam sua posição social são as articulações entre esses grupos da classe dominante inseridos em comunidades diferentes.

As fronteiras políticas desse período são facilmente perpassadas por interações sociais horizontais entre as elites. E é preciso estar atento para o fato de que o próprio

processo de formação dessas comunidades, que acabará por levar ao fechamento dessas fronteiras em algum nível (GUARINELLO, 2013, p. 78-79), está determinado por essa característica de sua classe dominante. Assim, seria impossível entender a formação das instituições políticas dessas cidades-Estado em uma escala que se reduzisse a uma comunidade isoladamente. Isto é, as instituições cívicas singulares que se formam não são explicáveis apenas pela realidade social interna ao espaço sobre o qual elas irão se estabelecer.

Dois pontos me parecem poder ser desenvolvidos tomando essa ideia de Terrenato como ponto de partida.

Em primeiro lugar, a base camponesa desse mundo, ignorada nesse modelo, precisa ser reinserida nele. Apesar de a tese clássica de *revolução hoplítica* ter sido questionada já há algum tempo, a relação entre o campesinato e a atividade militar continua sendo incontornável para entender o desenvolvimento da cidade-Estado mediterrânica antiga (SNODGRASS, 1993, p. 61; RAAFLAUB, 2003, p. 28-30). É impossível entender a emergência do conceito de cidadania e a importância política que instituições populares, como as assembleias, vão ter nesse mundo sem garantir aos camponeses algum protagonismo histórico.

A base camponesa da comunidade é a chave para entender por que os grupos da classe dominante buscam justamente as comunidades das cidades-Estado para se articular. Repare bem: no modelo de Terrenato, o centro de articulação poderia muito bem ser um local de culto, um templo ou um palácio principesco. Talvez seja possível, inclusive, criar modelos nessa linha para explicar a interação de grupos da classe dominante no Mediterrâneo da Idade do Bronze, quando locais como esses parecem ter desempenhado papel central na organização política e social.

Por que, então, as cidades-Estado predominam como centro de articulação no Mediterrâneo da Idade do Ferro? Porque aqueles grupos da classe dominante que se articulam de maneira bem-sucedida nesses locais conseguem enormes vantagens políticas, sociais e militares sobre os outros grupos.

Eles passam a ter à disposição um poder considerável, substanciado na comunidade camponesa – poder militar, em primeiro lugar, mas não apenas. Para além de seus familiares, clientes e dependentes diretos, esses grupos agora têm o poder de mobilizar a comunidade de seus concidadãos – que incluem os dependentes de outros grupos da classe dominante com quem se articulam, mas também camponeses independentes ligados a eles pela construção dessa comunidade cívica.

Assim, a questão étnica ganha um papel fundamental na arena política, fenômeno que alguns especialistas chegam a apontar como um desenvolvimento fundamental das formas estatais mediterrânicas e próximo-orientais entre o fim da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro (LIVERANI, 2016, p. 536-540). Esse ponto é importante para nos precaver de incorrer no erro de pensar toda a dinâmica política e militar do período como um teatro de sombras das classes dominantes. Lealdades e identidades, institucionalidades e pertencimentos daqueles que lutam as guerras do período desempenham papel crucial.

Em segundo lugar, a reflexão de Terrenato serve não só para o momento formativo das instituições da cidade-Estado, mas para toda a sua história de desenvolvimento e constante transformação. Assim, toda a rica narrativa de transformações institucionais romanas – como a formação da monarquia tarquínia, o surgimento da República, o fechamento do patriciado, a emancipação da plebe e assim por diante – precisa ser explicada para além da história interna de Roma. Ou, melhor dizendo, a história interna

de Roma precisa ser dissolvida em uma complexa história que necessariamente demanda variação de escalas geográficas.

Como isso pode nos ajudar a entender o estudo de caso deste artigo? Ou como este estudo de caso nos ajuda a materializar essas reflexões gerais? Em meados do século IV a.C., aparentemente temos uma séria pressão por rearticulação das instituições políticas centro-italicas. De alguma forma sobre a qual não temos informações, grupos da classe dominante centro-italica que não tinham acesso à fechada elite política patricia utilizaram o movimento plebeu como caminho para produzir um meio de rearticulação da classe dominante regional. Os Plácios seriam um exemplo extremamente bem-sucedido disso. Não só conseguem entrar com sucesso no centro de poder dessa institucionalidade, como têm êxito em mobilizá-la com frequência para impor sua agenda sobre os territórios que lhes são especialmente sensíveis.

Isso não significa que esses grupos da elite tenham apenas instrumentalizado o movimento plebeu. Se a vitória plebeia foi uma rearticulação dentro da classe dominante, também foi uma rearticulação dessa classe dominante com a base camponesa romana. A menção em Tito Lívio de que Caio Plácio Venão esteve envolvido nas demandas por corte de taxas de juros, uma pauta tradicional plebeia, pode ser uma notícia histórica de um exemplo desse tipo de rearticulação (TERRENATO, 2014, p. 49).

A emancipação da plebe, todavia, faz parte de um contexto maior de conflitos e projetos de rearticulação institucional ao longo do século IV a.C. Interpreto que muitas guerras dessa época tradicionalmente entendidas como lutas de determinadas cidades contra a dominação romana eram, na verdade, batalhas complexas em torno das rearticulações dentro da classe dominante centro-italica e desta com as bases camponesas das comunidades da região. Existem diversos projetos de rearticulação política em jogo, e se os Plácios são um exemplo de projeto bem-sucedido, devemos buscar os exemplos de projetos malsucedidos. A Guerra Latina me parece ser um deles.

Na narrativa de Tito Lívio, campânios, sedicinos e latinos se articulam para combater a ameaça vinda dos Samnitas, mas logo essa aliança aparece se envolvendo em conflitos com Roma. É interessante que esses conflitos emergem, no texto de Lívio, logo após sua narrativa sobre a incorporação da importante cidade de Cápua ao sistema político romano (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 7.28-30). É impossível saber em que nível de detalhe é prudente confiar nas informações de Lívio, mas chama a atenção o fato de essas duas aparecerem de maneira subsequente na narrativa liviana.

Os tentáculos do poder da classe dominante, que se articulava por via da institucionalidade romana, atingem uma nova escala geográfica nesse momento. A Campânia é arrastada para o palco de disputa. Aparentemente, a articulação entre grupos das classes dominantes organizadas em duas das mais proeminentes cidades da Itália central tirrênica, Roma e Cápua, levou diversos outros grupos organizados em outras cidades a buscarem uma articulação para fazer frente a esse poderio enorme que se constituía. Isso desencadeou o que passou para a história como a “rebelião dos latinos”.

Os grupos latinos que se organizam de maneira antagônica à Roma entre 341 e 338 a.C. poderiam estar buscando uma forma distinta para a rearticulação do que aquela que vinha se constituindo com a emancipação da plebe. O discurso recriado por Tito Lívio do líder latino Lúcio Ânio no Senado romano, por exemplo, remete à exigência de formação de uma entidade política latino-romana, com um cônsul latino e outro romano, assim como metade do Senado sendo formada por latinos (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.3-5).

Um modelo de consulado compartilhado entre um latino e um romano – em vez de um plebeu e um patrício, como recentemente havia sido estipulado – poderia ser interpretado como um caminho de rearticulação alternativo àquele que vinha sendo traçado até então, exigido por grupos que estavam menos inseridos no núcleo de poder romano – isto é, fora da *nobilitas* patrício-plebeia que vinha se formando. Contudo, é muito provável que a recriação de Lívio das reivindicações latinas nessa revolta esteja sob influência do que ele sabia sobre as demandas dos italianos na Guerra Social do início do século I a.C. (FORSYTHE, 2006, p. 289) e, portanto, é imprudente tirar muitas conclusões com base nos detalhes de sua narrativa.

A informação de que houve uma ampla reforma nas relações de aliança entre Roma e essas cidades, entretanto, é bastante sólida e pode ser reinterpretada no modelo que estou propondo, ou seja, que o novo sistema que emerge em 338 a.C. é resultado de um processo de articulação, disputa e conflito tanto entre os diversos grupos da classe dominante regional quanto destes com as diversas comunidades camponesas da região, frente à consolidação e à expansão do poder do sistema organizado em torno da República romana.

Essas disputas geram transformações em toda a cadeia institucional que articula os sistemas de poder da região. No que é normalmente entendido como história interna romana, há reformas das instituições políticas – inclusão dos plebeus nas altas magistraturas, oligarquização do funcionamento das magistraturas e novo papel do Senado. Naquilo que é chamado de história externa de Roma, há a criação de uma nova rede hierárquica de *status* de relação entre as cidades-Estado da região, que consolidava as instituições da *res publica* romana como o centro de poder ao mesmo tempo que reformava a relação dessas instituições com as das outras cidades-Estado.

As diversas institucionalidades que vão sendo construídas para incorporar diferentes comunidades, que com o tempo vão sendo enquadradas em tipos mais específicos – município, município sem sufrágio, colônia latina, cidade aliada –, são resultado dessa rearticulação.

Essa reação latina à incorporação de Cápua ao sistema romano, todavia, não inaugura a pressão por rearticulação. Na verdade, é o sucesso político-militar da articulação em torno da *res publica* controlada pelos patrícios nas décadas anteriores que parece ter causado uma reação em cadeia por toda a Itália central. A segunda metade do século V e o início do século IV a.C., além de marcados pelo “fechamento do patriciado”, também assistem à retomada das conquistas militares romanas depois de algumas décadas de “crise” (COLONNA, 1990).

Existem muitas dúvidas sobre a cronologia desse conflito apresentada por Tito Lívio, mas é possível ter alguma convicção de que, em 427 a.C., Fidenas foi conquistada por Roma. A seguir, uma série de conquistas de cidades ao sul de Roma, tomadas principalmente de volscos e équos, é citada em Tito Lívio – a começar por Labico, em 418 a.C., passando por Bola, em 415 a.C., e Terrancina/Anxur, em 406 a.C. (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 4.45-47, 4.49.2-5, 4.59).

O caso mais importante e paradigmático desse novo momento é a conquista de Veios. Os relatos de destruição são bastante impressionantes, e acredito que tenham relação com o fato de essa conquista ter sido mais que uma batalha dentro de um quadro conflituoso de rearticulações da classe dominante regional. Tratou-se de uma conquista territorial mais drástica (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 5.1-24). Isso poderia explicar por que os levantamentos de superfície na região identificam uma importante reorganização do assentamento no território veioense

nesse período. O controle sobre a propriedade da terra nessa região passa por uma grande transformação após a conquista romana (PATTERSON *et al.*, 2004). O controle direto sobre esse território tão vasto e rico coloca o sistema político controlado pelo patriciado em um novo patamar. Essas conquistas estão associadas também ao que parece ser uma nova política de fundação de colônias.

O núcleo de poder constituído pelos patrícios parece bem-sucedido em uma expansão centrífuga, derrotando adversários e incorporando territórios ao seu sistema de poder. Esse poderio expansivo romano deve ter pressionado os diferentes grupos sociais da região a buscarem novas articulações. Em alguns casos, isso parece ter sido feito com o próprio grupo patrício e seus aliados, colocando-se sob as asas do sistema patrício ou articulando alianças com ele.

Os textos antigos contam que os cidadãos de Túsculo se submeteram voluntariamente a Roma em 381 a.C. (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 6.25-26), tornando-se o primeiro município romano (Cícero, *A favor de Plâncio*, 19), e que os cidadãos de Cere passaram a ter *status* especial em Roma depois de sua benevolência com os romanos durante o saque gaulês de 410 (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 5.40 e 5.50; Valério Máximo, *Feitos e ditos memoráveis*, 1.1.10; Plutarco, *Camilo*, 21; Aulo Gélio, *Noites Áticas*, 16.13.7; Estrabão, *Geografia*, 5.2.3; *Corpus Inscriptionum Latinarum* VI.1272). Ambas as histórias podem ser formas centrípetas de expansão do sistema de poder patrício.

Outro caminho teria sido justamente a tentativa de subverter por dentro o sistema patrício, abrindo-o aos plebeus e constituindo uma nova elite política, que foi bem-sucedido ao longo do século IV a.C. e do qual os Plácios são nosso exemplo. Por fim, um terceiro caminho foi a articulação antagônica aos grupos que controlavam as instituições da *res publica*, fazendo eclodir revoltas que, se por um lado foram derrotadas militarmente, por outro forçaram a rearticulação do sistema de alianças romano.

O reajuste de 338 a.C. também não dá fim a esta pressão. Aqueles que enfrentaram as legiões romanas lideradas por Plácios contra Priverno nos dão um excelente indício disso. O personagem que Tito Lívio identifica como líder da rebelião de Priverno e Fundos em 330 a.C., Mário Vitruvius Vaco, era um rico nativo de Fundos que tinha uma luxuosa mansão no Palatino (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.19.4). Ou seja, Vitruvius Vaco não era o líder patriota anti-Roma de uma revolta nacionalista buscando independência, e sim parte dessa classe dominante regional, construindo estratégias para aumentar seu poder por meio de redes e instituições políticas disponíveis; era, provavelmente, rival dos Plácios nas vizinhanças de Priverno.

Talvez fosse também, mas aqui estou especulando, o fiador de uma tentativa de nova articulação com algumas bases camponesas na região do Lácio, que envolvia o enfrentamento com os grupos articulados pela institucionalidade romana, o que talvez explique os ataques às colônias romanas na região. O fato de Lívio contar que senadores Fundanos suplicaram aos romanos dizendo que nada tinham a ver com Vitruvius (Tito Lívio, *Desde a fundação da Cidade*, 8.19.10-11) pode ser, por outro lado, a ponta de uma informação histórica sobre a existência de grupos anti-Vaco (e talvez pró-Plácios) na cidade. Mais do que uma guerra entre nações, estamos diante, pois, de conflitos entre grupos da classe dominante que se articulam de maneiras dinâmicas e nos espaços de poder disponíveis com as bases camponesas das regiões em que atuam (TERRENATO, 2014, p. 51-52).

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Roma não é, portanto, um agente histórico em si, como normalmente é tratada. É uma plataforma de poder utilizada e disputada por pessoas que vivem tanto dentro quanto fora daquilo que, sob algum critério, poderíamos definir como Roma — até porque teríamos enorme dificuldade em chegar a algum critério que parecesse razoável. Isso só pode ser percebido se deixarmos de lado a rígida dicotomia entre história interna e história externa. A partir disso, escalas geográficas diferentes precisam ser usadas para identificar agentes e processos que nos ajudam a entender os fenômenos históricos que observamos.

Neste artigo, explorei quanto agentes e processos históricos da Itália central, sobretudo em sua porção tirrênica, precisam ser compreendidos para dar conta da dinâmica histórica daquilo que a princípio poderia ser entendido como história interna de Roma. Isso significa conectar essas histórias, ou, talvez mais do que isso, solvê-las uma na outra. A história da guerra e da paz entre Roma e as cidades centro-italianas é, na verdade, uma narrativa de conflito e alianças entre diversos grupos de poder que criam, dissolvem e transformam institucionalidades e identidades políticas. É por isso que a expansão romana e a emancipação da plebe precisam ser pensadas como facetas de uma mesma história.

O escopo geopolítico que este artigo abordou, entretanto, não é um limite necessário para esse processo de reenquadramento geográfico da história da República Romana. Pelo contrário, essa é ainda uma escala reduzida. A história externa que precisa ser trazida para este tipo de reflexão pode ser mais ampla. Como dito, a história do conflito social romano parece reproduzir um padrão bem comum de conflitos ao redor do Mediterrâneo na mesma época. Da mesma forma, a construção de um sistema político de grande escopo geográfico e militar em torno de Roma, na segunda metade do século IV a.C., também é comparável com processos ocorridos em outras partes do Mediterrâneo, como o sistema político cartaginês e as monarquias helenísticas. Superar enquadramentos “internalistas” e identificar como essas diferentes histórias estão conectadas pode ser o próximo passo na superação dos limites impostos pelo internalismo metodológico em nossos estudos.

REFERÊNCIAS

AMPOLO, Carmine. Demarato, osservazioni sulla mobilità sociale arcaica. *Dialogues d'histoire ancienne*, Besançon, n. 9-10, p. 333-345, 1977.

AULO GÉLIO. *Noites Áticas*. Londrina: Eduel, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRADLEY, Guy Jolyon; ISAYEV, Elena; RIVA, Corinna (org.). *Ancient Italy: Regions without Boundaries*. Exeter: University of Exeter Press, 2007.

BROUGHTON, T. Robert S. *The Magistrates of the Roman Republic: 509 B.C.-100 B.C.* v. 1. Atlanta: Scholars Press, 1951.



- BRUNT, P. A. *Social Conflicts in the Roman Republic*. London: Hogarth, 1986.
- CASSOLA, F. Lo scontro fra patrizi e plebei e la formazione della “nobilitas”. In: MOMIGLIANO, Arnaldo; SCHIAVONE, Aldo (Ed.). *Storia di Roma I: Roma in Italia*. Torino: G. Einaudi, 1988. p. 145-175.
- CHERNILO, Daniel. The Critique of Methodological Nationalism: Theory and History. *Thesis Eleven*, Clayton, v. 106, n. 1, p. 98-117, 2011.
- CHERNILO, Daniel. Methodological Nationalism. In: CHERNILO, Daniel. *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Theory*. New York: Blackwell, 2017. p. 1-3.
- CÍCERO. *A favor de Plâncio*. In: N.H. Watts (ed.). *Pro Archia. Post Reditum in Senatu. Post Reditum ad Quirites. De Domo Sua. De Haruspicum Responsis. Pro Plancio*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1923.
- COLONNA, Giovanni (org.). *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie antique au Ve siècle J.-C. Actes de la table ronde de Rome (19-21 novembre 1987)*. Roma: École Française de Rome, 1990.
- CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- CORNELL, Tim. *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c.1000-264 BC)*. London: Routledge, 1995.
- Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlin-Brandenburg Academy of Sciences and Humanities (ed.). 1853-.
- DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei Romani, vols. I-II: La conquista del primato in Italia*. Torino: Fratelli Bocca, 1907.
- ESTRABÃO. *Geografia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- FARNEY, Gary D.; BRADLEY, Guy. *The Peoples of Ancient Italy*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2017.
- FESTO. Sobre o significado das palavras. In: *De Verborum Significatione*. Edited by Wallace Lindsay. Leipzig: Teubner, 1913.
- FORSYTHE, Gary. *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War*. Berkeley: University of California Press, 2006.
- FUKS, Alexander. *Social Conflict in Ancient Greece*. Leiden: Brill, 1984.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARRIS, William V. *Rome in Etruria and Umbria*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org.). *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUMBERT, Michel. “*Municipium*” et “*civitas sine suffragio*”: l’organisation de la conquête jusqu’à la guerre sociale. Rome: École française de Rome, 1978.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente*. São Paulo: EDUSP, 2016.

MATIN, Kamran. Redeeming the Universal: Postcolonialism and the Inner Life of Eurocentrism. *European Journal of International Relations*, London, v. 19, n. 2, p. 353-377, 2013.

MOMIGLIANO, Arnaldo. The Rise of the Plebs in the Archaic Age of Rome. In: RAAFLAUB, Kurt A. (org.) *Social Struggles in Archaic Rome: New Perspectives on the Conflict of the Orders*. Malden: Blackwell, 2005. p. 168-184.

MOURITSEN, Henrik. The Civitas Sine Suffragio: Ancient Concepts and Modern Ideology. *Historia: zeitschrift für alte geschichte: revue d’histoire ancienne*, Stuttgart, v. 56, n. 2, p. 141-158, 2007.

PATTERSON, Helen *et al.* The Re-evaluation of the South Etruria Survey: The First Results from Veii. In: PATTERSON, Helen (org.). *Bridging the Tiber: Approaches to Regional Archaeology in the Middle Tiber Valley*. (Archaeological Monographs of the British School at Rome, n. 13.) London: British School at Rome, 2004. p. 11-28.

PLUTARCO. Camilo. In: PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. São Paulo: Paumape, 1991.

RAAFLAUB, Kurt A. Politics and Society in Fifth-Century Rome. In: LEVI, M.A. (org.). *Bilancio critico su Roma arcaica fra monarchia e repubblica*. In memoria di F. Castagnoli. Atti del Convegno (Roma, 3-4 giugno 1991). Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 1993.

RAAFLAUB, Kurt A. Soldiers, Citizens, and the Evolution of the Early Greek Polis. In: MITCHELL, Lynette; RHODES, P. J. *The Development of the Polis in Archaic Greece*. London: Routledge, 2003. p. 26-31.

RAAFLAUB, Kurt A. From Protection and Defense to Offense and Participation: Stages in the Conflict of the Orders. In: RAAFLAUB, Kurt A. (ed.). *Social Struggles in Archaic Rome: New Perspectives on the Conflict of the Orders*. Malden: Blackwell, 2005a. p. 185-222.

RAAFLAUB, Kurt A. The Conflict of the Orders in Archaic Rome: A Comprehensive and Comparative Approach. In: RAAFLAUB, Kurt A. (ed.). *Social Struggles in Archaic Rome: New Perspectives on the Conflict of the Orders*. Malden: Blackwell, 2005b. p. 1-46.

ROTH, Roman Ernst. *Styling Romanisation: Pottery and Society in Central Italy*. (Cambridge Classical Studies.) Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ROTH, Roman Ernst; KELLER, Johannes. *Roman by Integration: Dimensions of Group Identity in Material Culture and Text*. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, LLC, 2007.

RUOFF-VÄÄNÄNEN, Eeva. The Civitas Romana-Areas in Etruria before the Year 90 B.C. In: BRUUN, Patrick. *Studies in the Romanization of Etruria*. (Acta Instituti Romani Finlandiae, 5) Roma: G. Bardi, 1975. p.33-68.

SCOPACASA, Rafael. *Ancient Samnium: Settlement, Culture, and Identity between History and Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SMITH, Christopher. *The Roman Clan: The Gens from Ancient Ideology to Modern Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SNODGRASS, Anthony M. The 'Hoplite Reform' Revisited. *Dialogues d'histoire ancienne*, Besançon, v. 19, n. 1, p. 47-61, 1993.

STE. CROIX, Geoffrey Ernest Maurice De. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

TERRENATO, Nicola. The Versatile Clans: Archaic Rome and the Nature of Early City-States in Central Italy. In: TERRENATO, Nicola; HAGGIS, Donald C. (ed.). *State Formation in Italy and Greece: Questioning the Neoevolutionist Paradigm*. Oxford: Oxbow, 2011. p. 231-244.

TERRENATO, Nicola. Private Vis, Public Virtus. Family agendas during the early Roman expansion. In: PELGROM, Jeremia; STEK, Tesse Dieder (ed.). *Roman Republican Colonization: New Perspectives from Archaeology and Ancient History*. (Journal of Roman Archaeology Supplementary Series.) Portsmouth, R.I: Journal of Roman Archaeology, 2014. p. 45-59.

TITO LÍVIO. *Desde a fundação da Cidade*. 6 vols. São Paulo: Paumape, 1990.

TORELLI, Mario. *Tota Italia: Essays in the Cultural Formation of Roman Italy*. Oxford: Clarendon Press, 1999.

VALÉRIO MÁXIMO. Feitos e ditos memoráveis. In: BAILEY, D. R. Shackleton (ed.). *Memorable Doings and Sayings*. 2 vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2000.

NOTAS

AUTORIA

José Ernesto Moura Knust: Doutor. Professor do ensino básico, técnico e tecnológico, Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rodovia Almirante Peixoto, Km 164, 27973-030, Imboassica, Macaé, RJ, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo desenvolvido a partir de reflexões produzidas na minha tese de doutorado – *Longe dos muros: uma história econômica e social do assentamento rural na Itália central tirrênic no contexto da conquista romana (séculos V a III a.C.)* –, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que conversaram comigo sobre o tema deste artigo e/ou leram versões de partes deste texto e contribuíram com sugestões, como Sônia Rebel, minha orientadora de Doutorado, Paulo Pachá, Fábio Frizzo, Mário Jorge da Motta Bastos, Eduardo Daflon e Thiago Magella.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 1 de março de 2019

Aprovado em: 7 de abril de 2019

Como citar: KNUST, José Ernesto Moura. Os Plácios, a emancipação da plebe e a expansão romana: conectando as histórias interna e externa da República Romana. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 234-254, maio/ago. 2019.



**CONNECTING WORLDS, CONNECTING
NARRATIVES: GLOBAL HISTORY,
PERIODISATION AND THE YEAR 751 CE**

Otávio Luiz Vieira Pinto^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5628-3263>
Email: rocha.pombo@hotmail.com

^a Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas,
Departamento de História, Curitiba, PR, Brazil

DOSSIÊ
Toda história é história conectada?

ABSTRACT

The objective of this article is to propose a historiographical exercise through a Global History approach, more precisely, Connected History, trying to understand aspects of pre-modern chronology from a different perspective regarding geographical limits and Eurocentric traditions. Starting from the Battle of Talas, famous for putting Arabs and Chinese against each other, I will establish a connective narrative between East and West, highlighting how the year of 751 CE is paradigmatic regarding the formation of frontiers and patterns of political interaction. In order to demonstrate such pattern, I will analyse the presence of the 'Abbāsids and the Tang in Central Asia, the crowning of Pippin the Short in Europe, and the destruction of the Exarchate of Ravenna and the Byzantine Iconoclasm. I hope this exercise demonstrates how synchronicity and global connections can be a viable historical approach, allowing us to understand and to relocate pre-modern periodisation beyond its Eurocentric roots. This chronological/geographical shift has the potential to unravel wider, richer, and better-connected narratives and interpretations on pre-modern subjects, breaking with the traditional normalisation of Europe as the ruler to measure and define historical periods, especially the Middle Ages.

KEYWORDS

Talas. Connected History. 8th Century.

Imagination – that kind of imagination that favours the bold,¹ that helps the historian construct bright luminaries of time – allowed us, for the past hundred years, to divide and categorise epochs of the past (GREEN, 1992, p. 13). We imagined, through sources and historical methods, more or less homogeneous periods marked by customs, politics, religion, behaviours. We called it *periodisation*, the study of measuring time. By dividing the past into three or four big categories (Antiquity, Middle Ages, Modern History and, depending on the historiographical tradition, *Contemporary History* as well), we built an overarching framework of history, one in which objects of study could be situated, localised (GANGATHARAN, 2008, p. 862-864). Chronology and periodisation became our “laboratory”, where History is tested, evaluated and even “reworked”.

Structured chronology has its shortcomings. Historical eras were built upon a European foundation (GANGATHARAN, 2008, p. 863). As *historiography* developed more and more like a *science*, it emulated Eurocentric values, basing itself on events and ephemerides of Europe alone. The Fall of Rome, the French Revolution, the *Renaissance*; the West became the obvious engine of history – and if this ideological stance, even if not taken on purpose (and if we want to keep our analogy of periodisation as the testing ground of History) – has already tainted every single testing tube of our *laboratory* of the past. Periodisation became the hegemonic tool to *Westernise* historical studies (FABIAN, 2014, p. xxxviii).

One will do well to remember that *European periodisation* did not exclude the study of “foreign” topics: “exotic” history such as silk-wearing Persians, elephant-riding Indians or scimitar-wielding Arabs is – and always was – popular.² Does it amend the moral charge that roots our sense of chronology? No, it does not. It does not because topics that do not pertain to Europe are imbued with a sense of *otherness*, because they stem from a jigsaw whose centre is already complete, and just the *peripheral* pieces are missing (*cf.* SAID, 1979). Non-European history exists to *complement* Eurocentric discourses. They are *add-ons*, and there is no bigger proof than a quick glance over North-American and European universities: all study concerned with the “East” does not belong to History departments, but to “Near Eastern Studies” departments, to “Semitic Languages” departments, and so on. History, these institutions tell us, is Western.

Surely, there are movements – methodological and epistemological – that somehow try to break the mould and establish new or concurrent forms of looking at the past and at periodisation. Here, I would like to refer specifically to Global History. After the 1980s predominantly, Global History has tried to propose a wider, more geographically expansive view, focusing globally on patterns of cultural displays across cultures and on how these patterns change and are modified by the idiosyncrasies of human nature worldwide (HARE; WELLS, 2015, p. 371-372). This approach is not free of methodological shortcomings, but stemming from its roots we can see, be it shyly or not, the desire to break from the chains of Eurocentric historiographical outlooks. However, some historians, such as Franz Fillafer, see, deep in the intellectual

¹ *Fortis Fortuna adiuvat*, “Fortune favours the strong” is a common idiom in many languages, present in Phormio, Terence’s comedy. Here, I decided to make a word play, replacing “Fortune” with “imagination”. Terence, *Phormio* 1, 203.

² In general terms, this is a reflection of what Said called “Orientalism”: the West creates the East in exotic fashion, displaying hierarchy and relation of power in this cognitive process (SAID, 1979, p. 2).



genealogy of Global History, the DNA of European colonialism and the desire to shape past, present, and future according to a European *Weltanschauung* (FILLAFER, 2017, p. 3-4). In other words, what Global History lacks in “heuristic design” and “political functions” (FILLAFER, 2017, p. 3), it makes up in European traditions of conceptualising the past – therefore, we would still be working inside that “laboratory of History” in which our testing tubes and Bunsen burners are the periodisation of *Eurocentric* chronology.

Let us assume for a second that we do want to conceive a historical narrative that pays attention to connections and “global” patterns; but that we also want to concoct a historical narrative that does not thread on the old dusty steps of the “European Laboratory of History” and helps us to perceive different geographical and cultural protagonism. Then, we need to see the global, the *connections*, through different lenses.

For this exercise, I will put in check notions of geographical protagonism and chronology (always thought as a mirror of European or European-related events). I will start from one specific point in time and space to establish our connections and perceive a past that highlights different times, protagonism, centres, and peripheries. That will be our new “laboratory”. The point in time is the year of 751 CE. The space will be Central Asia. In this text, we will be looking at the fabled Battle of Talas as our central node to connect history and see the past through different perspectives and periodisations.

What is my objective with this exercise? To show that *periodisation* does not have to be a Eurocentric effort, and that different spaces can be connected and included in our chronological and global analyses. Highlighting different processes starting, taking place and culminating in the year of 751 CE across a vast range of locations – as I will demonstrate below – can successfully demonstrate the plethora of stances that historians can take when building frameworks to accommodate religious, political, and cultural movements of every sort. That being said, this paper will be a *general survey* of key spaces of Afro-Eurasia in the 8th century, not necessarily bringing new evidence, but rather proposing a fresh look into periodisation, a look that takes into account global links: by connecting events across Europe, the Arabian Peninsula, the Iranian Plateau, the steppes of Central Asia and China, one will be hard-pressed not to understand the 8th century – from 751 CE onwards – as a time of change. In other words, by looking into a *connected world*, our parameters of periodisation can become more flexible, thus establishing new and diverse chronological points to our pedagogical division of epochs in History, taking into consideration not just European events, but worldwide phenomena.

THE WORLD IN 751: THE EAST

In 751, Islam was in a conquer spree for over a hundred years (KARSH, 2006, p. 21). Arisen from the dark sands of al-Hijāz, the Islamic faith had united groups of nomads and merchants of the Arabian Peninsula under the word of the Prophet Muhammad and his successors, the Rāshidūn, the *rightly guided caliphs*. Civil strife soon followed, and the *ummat al-Islām*, the community of Muslims, saw itself under the rule of a new dynasty, the Umayyads, named after Mu‘āwiyah ibn Abī Sufyān, the sixth caliph of the Islamic world, from 661 to 680 (ALKHATEEB, 2017, p. 9-55). From 661 to 750, Mu‘āwiyah and his descendants expanded the caliphate from the Iranian plateau to the Pillars of Hercules. Afro-Eurasia became the warring ground of the Umayyads



and their multitude of subjects (KENNEDY, 2004, p. 57-89). Rapidly, Persians, Berbers, Copts, Arameans and other groups became *mawālī*, non-Arabs converts to Islam – a clearly Arab religion in its beginnings (CRONE, 2002, p. 60). The great number of *mawālī* generals, bureaucrats, and slaves led the Umayyad world to political pressure, which culminated in revolution. In 750, after three years of rebellions, Abu al-‘Abbās al-Saffāh became the caliph, starting the period of ‘Abbāsīd rule and persecuting every member of the House of Mu‘āwiyah.³

Abu al-‘Abbās al-Saffāh ruled as caliph for four years. His tenure was marked by the proper inclusion of *mawālī* in the engines of the government – especially Persians (KENNEDY, 1981, p. 102-103). The ‘Abbāsīd Era started as multicultural (especially if compared to the Umayyad period), but soon faced its own problems, having lost most of North Africa by the 800s.⁴ At the beginning, however, ‘Abbāsīd’s rule seemed promising. While the Umayyads were markedly pro-Arab and had their power orbiting Damascus, the ‘Abbāsīds were looking East, having their capital centred in Kūfah and, later, Baghdad, closer to the old seat of Sasanian power, Ctesiphon (AGHA, 2003, p. 7-38). The shift in focus does not come as a surprise: al-Saffāh himself had rebelled against Marwān II, the last Umayyad caliph from the province of Khorāsān, deep inside ancient Iranian territory, and one of his greater commanders, Abū Muslim, was a Khorasanian originally named Zadān (which, if true, is a distinctively Persian name).⁵ He had political roots in the East, and, therefore, tried to enforce ‘Abbāsīd rule in Central Asia (DANIEL, 1979, p. 7-8).

Arabic presence in Central Asia and along the so-called Silk Road can be traced back to the Umayyad period, but it was especially important for the newly-established ‘Abbāsīds, because so much support for the rebellion against Marwān II came from Khorāsān, including Abū Muslim himself (cf. DANIEL, 1979; AGHA, 2003). In trying to exert control over eastward regions, the caliphate reached Ferghāna, an intermountain depression leading to the Tarim Basin, and the nearby Chach (modern-day Tashkent) (SAIDOV; ANARBAEV; GORIYACHEVA, 2011, p. 9-11). Both places, called *Ningyuan* and *Shí* in Chinese, were also under the sphere of influence of the Tang dynasty – the ruling house of China since 618 CE – due to its strategic positions (BÖ, 2007, p. 15-23). The Chinese, keen on securing “trade routes south and north of the Tianshan” (MILLWARD, 2007, p. 35), the famous mountain range of Central Asia, had defeated the local Turkish confederation of Tūrūgesh⁶ in 744 and, soon after, expelled the Tibetans from the south of the Tian Shan, that is, the Pamir mountains (MILLWARD, 2007, p. 35-36). These victories were achieved under the command of Ko Sōnji, also known as Gao Xianzhi, a remarkable Korean who served the Chinese Tang as “Assistant

³ The ‘Abbāsīd Revolution is a contentious subject among specialists, with the ethnic composition of societies between the ‘Abbāsīd and the Umayyad period being a polemic topic within it. Here, I am fragrantly simplifying the discussion, and a good starting point to complement it is CRONE, 1998.

⁴ It is an accepted view that non-Arabs had a much stronger influence in the ‘Abbāsīd Caliphate, especially if compared to the Umayyad period. However, there is dissidence among specialists, and it should be noted that early Abbāsīd history is complex and entangled with biased primary sources (ELAD, 2005, p. 278-279).

⁵ The origins of Abū Muslim are shrouded in mystery – and neither contemporary nor later sources help diminishing the question of who Abū Muslim was and where he came from before his political and military glory (DANIEL, 1979, p. 101-105).

⁶ Also called *Türgesh* (STARK, 2016, p. 2122-2127).

Protector-General of the Pacified West”, and represented the last “blaze of glory” of China in Central Asia during this period (MILLWARD, 2007, p. 36). However, soon after the victories of Ko Sōnji, a conflict broke between Chach and Ferghāna. The latter sought aid and protection of the Tang, while the former was defeated, its king was assassinated and his son fled to Samarkand, a famous city in the Sogdiana region, which was under Arab rule since 712 (JUN-DA, 2015, p. 106-110).

Locked between Ko Sōnji and Abū Muslim, the rocky roads and tall mountains of Central Asia were in disarray. The conflict between Ferghāna and Chach represented a sudden political maelstrom whose consequences seemed optimal for both the ʿAbbāsids and the Tang. Both dynasties wanted to establish control and influence over the region, and the Chach-Ferghāna incident proved to be the perfect catalyst for the military advances of both powers. That is how, in the summer of 751, Arabs and Chinese properly met in battle for the first and last time (MILLWARD, 2013, p. 35-36).

Historiography calls it the “Battle of Talas”, named after the river that flows from Kyrgyzstan to Kazakhstan. It pitched the governor of Samarkand, Ziyād ibn Sālih – who received aid and reinforcements from Abū Muslim – against Ko Sōnji himself (GIBB, 1923, p. 96). The Tibetans, who had suffered a defeat under the Korean general just years before, decided to join the Arabs in the ensuing fight, while the Chinese had their ranks enlarged by the presence of Turkish mercenaries from the Qarluq confederacy and by their old client, Ferghāna. During the clash, most of the Qarluq defected to the ʿAbbāsid side, while forces from Ferghāna retreated (BECKWITH, 1987, p. 108-139). Ko Sōnji was suddenly left exposed, with Turkish forces attacking from close quarters and the Arabs pushing against a much smaller and diminished Chinese army. It was a quick and complete defeat for the Tang (BECKWITH, 1987, p. 139-140).

In spite of the crushing defeat, Ko Sōnji was able to return East and start assembling new forces to make another advance in Central Asia. The Arabs, on the other hand, seemed to be satisfied enough with the victory and did not pursue further advances beyond Ferghāna. However, before the Tang could attack the caliphate again, the An Lushan rebellion broke out in Northern China, thus ending any ambitions that China could have in retaining major territories or influence in Western Central Asia (SKAFF, 2000, p. 23-25).

What is the overarching meaning of this bellicose encounter at the banks of River Talas? Firstly and foremost, it was the first and last major encounter of Arab and Chinese field armies, it meant the proper encounter of two different worlds and two different ways of life – in other words, both sides were under the influence of two great universal religions: on the west side, Islam, spreading like wildfire to the deserts of Central Asia, carrying its main pillar, the *šahādah* (*lā ʿilāha ʾillā llāh muḥammadun rasūlu llāh*, “There is no god but God; Muhammad is the messenger of God”); on the East side, Buddhism, growing increasingly as the main religion and philosophy of the Chinese empire, stemming from India through the translations and teachings of Xuanzang, the travelling monk.⁷ Thus, Talas represented the clash between Buddha

⁷ I refer here to the influence and the historical impact of two of the three major universal religions in re-modern conception of the world: Islam and Buddhism (with Christianity being the third). This period, usually called *Late Antiquity* or *Early Middle Ages* by traditional historiography, is fundamentally marked by the rise of religions possessing universal and overarching beliefs (as said, Christianity, Islamism and Buddhism), which defined much of how life, history and humankind were conceived. The impact and, of course, the settlement of these religions in certain areas of Afro-Eurasia cannot be overlooked (cf. JOHNSON; JOHNSON, 2007).

and Muhammad, between East and West. Therefore, even though, there were not great consequences to neither 'Abbāsids nor Tang, it still signified the end of eastward expansion for the Caliphate and the end of westward expansion for the Chinese Empire. It halted the world as it was, and the shape and image of Asia in 751 became the paradigm for years to come.

Secondly, Talas is a looking-glass aimed at the plethora of the historical actors who were leading the fate of Central Asia. On the surface, the battle is the encounter of Arabs and Chinese, but, actually, it is much more: Persians, Tibetans, Koreans, Turkic clans, and Iranians from Sogdiana and beyond were all forging the world in the crucible of the Tarim Basin. From the dry desert of Taklamakan to the ranges of Tian Shan and the hubs of Transoxiana, the history and the vicissitudes of the Silk Road made it the centre of the Earth – or, at least, a centre of the Earth. The cosmopolitan crossroad of Central Asia withstood a clash in Talas and revealed just how much was happening in this side of the planet.⁸

THE WORLD IN 751: THE WEST

The year of 751 was not just an ordinary year. Besides the wondrous bout between Arabs and Chinese, other defining events were taking place across the continent. From Central Asia, we now observe Europe to see what, if anything at all, is connected to these events in a global scale.

In the 8th century, Europe was living the institutional aftermath of the destructuring of the Western Roman Empire, a distant memory going back to 476 CE.⁹ The disappearance of Roman political machines in the European provinces led to a quick spread of “Barbarian” organised societies, mainly Franks in Gaul, Ostrogoths in Italy, Vandals in North Africa, Visigoths in the Iberian Peninsula, and Burgundians in southeastern Gaul (*cf.* FRIGHETTO, 2012). It did not take long for the Franks, under the rulership of the Merovingian dynasty, to conquer most of northern Europe and become the driving force in the West. The Merovingians had their roots placed on the conquests of Clovis, the converted catholic who united all Frankish tribes and submitted all the warring chieftains under the clout of hereditary monarchy (CANDIDO, 2008, p. 46-64). His kingdom went from Belgian provinces to the conquest of Aquitaine, the Rhine Valley, to Armorica (modern day Brittany), thus covering what is now part of France, Belgium, the Netherlands, Germany, Austria, and Switzerland. In other words, Clovis left to his heirs the heart of Western Europe (WOOD, 1994, p. 55-57).

Upon his death, Clovis' realm was divided into four: his eldest son, Theuderic, was responsible for ruling half of the kingdom, Austrasia, from Metz; the other half was given to the remaining three sons, with Childebert I governing in Paris, Chlodomer in

⁸ Regarding primary sources that address the conflict of Talas, on the Arab side we have, mainly, Abū Ja'far al-Ṭabarī and Shams al-Dīn ibn al-Dhahabī – while the first, much closer to these original events, wrote his *History of Prophets and Kings (Tārīkh al-Rusul wa al-Mulūk)*, the latter, a thirteenth/fourteenth century scholar, wrote the *Great History of Islam (Tārīkh al-Islām al-Kabīr)*. On the Chinese side, Beckwith has enumerated a certain amount of great historical compendia of pre-modern China that relate these events (BECKWITH, 1987, p. 13-140).

⁹ I will not proceed, here, into the minefield of the “Fall of the Roman Empire”, an endless debate. For our purpose, suffice it to say that the hallmark year of 476 is taken as a *de jure* event, that is, one that led to institutional changes, rather than full political, cultural and social changes.



Orléans, and Clothar I in Soissons. From 511 to 558, Clothar waged war against his brothers and became, once again, the one king of Frankia – a position that did not last long, as he divided, just like Clovis, the kingdom into four parts among his four living sons (WOOD, 1994, p. 55-76).

Problems of succession, weakened institutions and interfamily rivalry eroded the establishment of Merovingian power. Thus, the position of *maior palatii* or “Mayor of the Palace” – an office conceived to manage the household of the Merovingian kings – soon became the *de facto* force driving the kingdom (McKITTERICK, 2004, p. 126). It is not surprising, therefore, that in 687, Pippin II of Herstal became Duke and Prince of the Franks, greatly increasing his powers and officially giving him full military command, which also made his son, Charles Martel, incredibly powerful (McKITTERICK, 1997, p. 126-127). Hence, the ever-increasing authority of the *maior palatii*, especially under the House of Pippin, soon became excessive for the Merovingian (ceremonial, at this point) monarchy.

It was Pippin the Short who gave the *coup de grâce* on Clovis’ heirs. Son of Charles Martel, Pippin was made *maior palatii*, together with his brother Carloman, in 741. Both men were leading the realm on behalf of Childeric III, a petty king who was under utter control of Pippin and Carloman since he was crowned in 743. Carloman retired to a monastery in 747, the same year in which their half-brother Gripho, son of Charles Martel with his second wife, Sunnichild, rebelled against Pippin (WOOD, 1994, p. 287-292). Sensing that his authority was being questioned, Pippin decided that it was time for the Merovingian to disappear and for him to become king not only *de facto*, but also *de jure*. In 751, while the Arabs and Chinese were deciding their fates in Central Asia, Pope Zacharias declared that Childeric III was not a true king, and so Pippin III, the Short, was crowned and anointed King of the Franks, the first of the Carolingian dynasty (CLOSE, 2007, p. 835-850). Childeric was tonsured and sent to a monastery, where he probably died three or four years later.

Just as it is with Talas, analysing the rise of Pippin as an ephemeral is not a straightforward task. The installation of the House of Charles Martel in the throne of Frankia had a ripple effect in Europe: 49 years after the event took place, Charles, son of Pippin the Short and grandson of Charles Martel became Emperor of the Romans being crowned by Pope Leo III – hence, *Charlemagne*. For the first time since 476, the West had someone sitting on the “Roman” imperial throne, and it happened because of the political manoeuvres of Pippin, which allowed Charlemagne to craft his own political ladder (*cf.* COLLINS, 1998). Henceforth, from 751 onwards, Europe changed, and as it happened with Asia, it was in 751 that the paradigm of power was settled, and the West became the Empire of the Franks (while Central Asia became the realm of multicultural ‘Abbāsids, and the Tang were confined to Eastern Asia).

THE WORLD IN 751: BETWEEN EAST AND WEST

Sitting at the Bosphorus, the mighty walls of Constantinople were already shaken by the War of the Icons in 751. Since the first half of the 8th century, the Eastern Roman Empire was going through the *Eikonomachía*, the Iconoclastic movement



against religious icons led by Leo III Isaurian.¹⁰ The emperor and some authorities of the church were rabidly against religious imagery, and this instance soon developed into persecution of iconodules – the faithful who still adored images (HEAD, 1971, p. 105-108). Leo's son, Constantine V *Kopronymos*, was a fervent iconoclast. His harsh position on the *Eikonomachía* led to an ever-growing rift between Eastern and Western churches (which, at this stage, were still united), and a consequential isolation of the Byzantines in relation to the Latins – a drifting movement that would only increase, later, with the coronation of Charlemagne (PELIKAN, 1977, p. 111-112).

Constantine V, named by his later detractors as the “shit-named”, had to deal with the icon controversy within his empire, but also with the growing threats from East and West, North and South (VISSER, 1952, p. 33-48). To fight the Arab enemies of the Umayyad Caliphate, his father had secured a marriage between Constantine and Çiçek, the daughter of Bihar, the Khazar Qaghan.¹¹ They had their first son, Leo IV, in 750, while Abu al-'Abbās al-Saffāh was establishing 'Abbāsīd power. Worried about the growing menace of the new Arab *status quo*, Constantine named Leo IV, still an infant, co-emperor, in order to secure his succession. The year was 751, and the ascension of child Leo happened just a month before the clash between the 'Abbāsīd and the Tang at Talas (KAEGI, 2008, p. 386-388).

Meanwhile, the papacy was leaning closer and closer to the Franks and their new dynasty, headed by Pippin the Short. With the pope looking West and the emperor looking East, the gap between Rome and Constantinople, already instigated by the Iconoclastic movement, became wider. Constantine had no desire to meddle in Europe anymore, and the last Byzantine territory there, the Exarchate of Ravenna, was left hopeless. Such was the case that, in 751, the Lombard King Aistulf invaded Ravenna and killed Eutychius, the Exarch (DELIYANNIS, 2010, p. 282-286). The conquest of the city virtually ended Byzantine presence in Italy for the duration of the 8th century.

The Eastern Roman Empire, sitting between East and West – affecting and being affected by both sides – follows the same pattern as the Frankish, the Arabic and the Chinese power: 751 is the year in which paradigms were defined, frontiers were settled and major events brought lasting consequences. In the case of the Byzantines, while the *Eikonomachía* both precedes and succeeds our hallmark year of 751, it is precisely at this time that we have not only the precocious ascension of Leo IV the Khazar, but also the definite cut in the cord left by Justinian between Constantinople and Italy: with the loss of the Exarchate, the eastern Emperor turns his back to Europe, thus signalling his plan to focus on his centre of power, that is, the orbit of the Black Sea. In other words, 751 is a breaking point for the Franks, the Byzantines, the Arabs and the Chinese (not to mention all the groups and societies revolving around them).

This is why looking into these different historical narratives at the same time can be a fruitful task: through connections and wider views, we can see a world out of isolation, one in which vicissitudes in China and Central Asia will affect Islamic policies – and, consequently, reverberate throughout the Christian world.

¹⁰ Much has been written about the long period of Byzantine Iconoclasm. An excellent survey of the topic is given by BRUBAKER; HALDON, 2011.

¹¹ Çiçek, also known as Tzitzak, was baptised with the Greek name of Irene (*Eiríni*). Her father, Bihar, was the leader of the Khazar confederacy, a strong Turkic power that dominated roughly what is now southeast Russia. The Khazars were fundamental for Byzantine diplomacy because they sat between the Greeks, the Arabs, and the northern nomads (*cf.* BROOK, 2006)

A WORLD CONNECTED: FINAL THOUGHTS

Historians have the privilege – sometimes a blessing, sometimes a curse – to look at the past *retroactively*. We can isolate the year of 751 and recount, with a certain degree of precision, all that happened afterwards; we can pinpoint causes, consequences and craft our narrative like a chain. Surely, one could say that this chain is always corroded with the rust of teleology, affected by *causality* that could only exist within historiography. After all, we wish our “laboratory” to be, in a way, fail-proof because historians want all the chaos of the past to dissipate, thus turning it into the order of our present, replete with clean arguments and well-oiled descriptions. Is this the case with this brief analysis of the year 751? To a certain extent, it could be said, every year can become a catalyst, the start or the end of a great narrative hawser, one from which causes stem and consequences ensue. This is where *Connected Histories* can help us.

In terms of *direct* connection, 751 is the culminating point of a longer narrative: Islam changes the geopolitics of the Middle East, toppling the Sasanian Empire and putting the Eastern Roman Empire at bay; Arabs, imbued with their triumphant faith, keep their conquering machine going, reaching the far end of Western Europe all the way up to modern-day France, where they clash against Frankish and Burgundian forces led by Charles Martel, who would stand victorious. The *maior palatii*, already powerful, becomes an even greater figure, diminishing further the role of the Merovingian kings. The Umayyad Caliphate started showing signs of stress and would soon crumble. Meanwhile, China was ever-growing under the Tang, an imperial force keen on controlling the Silk Road and the lands beyond the Taklamakan. By 751, this story reaches its apex. The Merovingians fall, and the son of Charles Martel rises; the Umayyad fell, and the ʿAbbāsids were adamant of conquering lands further east, just like the Tang were desirous of triumphing in the west. Between these worlds, Eastern Romans, the Byzantines, were deciding where to look and which side to guard. Constantine V, *Kopronymos*, decides to leave his last Italian dominions to the Lombards on the east.. Our hallmark year comes, 751 CE, and it brings a *pattern of change and decision*. These loose threads of history are tied up: the ʿAbbāsids and the Tang do not expand further, having violently fought at the banks of the Talas River; the Byzantines decided on their diplomacy, whereas Europe becomes the battling ground of the Carolingians. The year 751 sets the table to Global Middle Ages.

Now, in terms of *indirect* connection, we have a different common denominator: the synchronicity of time. If the events of 751 are not necessarily linked by politics, by culture or by war, they follow the path of change and are united by the tide of History, allowing us to perceive, understand and craft this connected narrative. This synchronicity allows us to rethink our old periodisations: on a global scale, 751 brings with it the end of Afro-Afro-Eurasian Antiquity. Christianity legitimises the Carolingian Europe; Islam dictates the powers in the Middle East and Central Asia; Buddhism sustains China and the eastern portions of the Silk Road. These three universal religions would certainly end up affecting peoples and societies in most of Africa, India and Southeast Asia also. The world changed, and we can now see an Afro Afro-Eurasian Middle Ages.

This *connected* account shows just how much of our old *laboratory* can be changed and modified. Periodisation does not have to be a tool to *westernise*, because we can craft different metanarratives with different roots. This *connected* account



proves that specificities and frontiers are not necessarily erased or ignored if we depart from global approaches. In the case of this article, *synchronicity* is the overarching framework to connect different centres and different peripheries – that is, when talking about Global History, we must take into consideration not only space, but also time. All the ephemerides of 751 prove it. It is possible to look into different areas, understand different historical contexts, and yet, see the connection of this plethora of occurrences, in global fashion, through *time*, through *periodisation*. This is precisely the reason why this array of seemingly distinct and disconnected passages are, in fact, part of the same continuum and *can* (and should!) be seen in connection.

Therefore, it is possible to conclude that looking into *time* does not exclude looking into *space*. Our understanding of time – as in, our understanding of the pedagogical value of periodisation – is somewhat dependent on our understanding of geographical scopes. Connecting different areas and concocting historical narratives can be greatly improved if we assume a “bird’s-eye” approach and widen our area of analysis. How can it be possible to divide History into periods if we do not take into account large movements and global paradigms? As we saw, Franks, Byzantines, Arabs, Persians, Chinese, and many other political, cultural, and social groups can be seen through the same chain of events. Changes that happened around 751 only did so in numerous areas because we are looking into this period *globally* and can see how events can be connected and set in motion different movements that can reverberate in different places.

It could be argued that *periodisation* is, after all, an artificial exercise to better understand historical processes. As such, I used the metaphor of the *laboratory*, because periodisation is how we *try* historical narratives, looking into it through major chronological frameworks. Thus, I defend that this pedagogical exercise makes better sense when taken in a global, connected manner – which dampens the *Eurocentric* movement of traditional periodisation. That is why the year of 751 is emblematic: we can see, side by side, how universal religions and major political players reach culminating points. Not just in Europe, but across the continent.

We can go global and not go Western. We can go connected and not forget the local. Thus, 751 CE is more than a year in the world – it is a year in a *connected, global* world.

REFERENCES

AGHA, Saleh Said. *The Revolution which Toppled the Umayyads: Neither Arab nor 'Abbāsid*. Leiden: Brill, 2003.

AL-DHAHABĪ, Shams al-Dīn. *Ta'rikh al-Islām wa Wafayāt al-Mashāhīr wa 'l-a'lām (Ta'rikh al-Islām al-Kabīr)*. Edit. by Bashshār 'Awād Ma'rūf, 17 vols. Beirut: Dār al-Gharb al-Islāmī, 2003.

ALKHATEEB, Firas. *Lost Islamic History: Reclaiming Muslim Civilisation from the Past*. London: Hurst & Co., 2017.

AL-ṬABARĪ, Abū Ja'far Muḥammad ibn Jarīr. *Ta'rikh al-Rusul wa al-Mulūk*. Edit. by M. A. Ebrāhim, 9 vols. Cairo: Dār Al Mārifah, 1960.



BECKWITH, Christopher. *The Tibetan Empire in Central Asia*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

BŌ, Bì. The Battle of Talas and Soldiers of the Tianwei Army Sent to Suyāb: Historical Events in the Western Regions during the Tianbao Era of the Tang Dynasty Recorded in the Documents Recently Unearthed from Turfan. *Historical Research*, [s. l.], v. 2, p. 15-31, 2007.

BROOK, Kevin A. *The Jews of Khazaria*. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2006.

BRUBAKER, Lesli; HALDON, John. *Byzantium in the Iconoclast era. c. 680–850: a History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CANDIDO, Marcelo. *A Realeza Cristã na Alta Idade Média*. São Paulo: Alameda, 2008.

CLOSE, Florence. Le Sacre de Pépin de 751? Coulisses d'un Coup d'État. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Brussels, v. 85, n. 3- 4, p. 835-852, 2007.

COLLINS, Roger. *Charlemagne*. Toronto: Toronto University Press, 1998.

CRONE, Patricia. *Roman, Provincial and Islamic Law: the Origins of Islamic Patronate*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CRONE, Patricia. The “Abbāsīd Abnā” and Sāsānid Cavalrymen. *Journal of the Royal Asiatic Society*, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 1-19, 1998.

DANIEL, Elton. *The Political and Social History of Khurasan under Abbasid Rule, 747 – 820*. Minneapolis: Bibliotheca Islamica, 1979.

DELIYANNIS, Deborah M. *Ravenna in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ELAD, Amikam. *Mawālī* in the Composition of al-Ma'mūn's Army: a Non-Arab Takeover. In: BERNARDS, Monique; NAWAS, John Abdallah (ed.). *Patronate and Patronage in Early and Classical Islam*. Leiden: Brill, 2005, p. 278-325.

FABIAN, Johannes. *Time and the Other: how Anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 2014.

FILLAFER, Franz L. A World Connecting? From the Unity of History to Global History. *History and Theory*, New Jersey, v. 56, n. 1, p. 3-37, 2017.

FRIGHETTO, Renan. *A Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa Época de Transformações (Séculos II - VIII)*. Curitiba, Juruá: 2012.

GANGATHARAN, A. The Problem of Periodization in History. *Proceedings of the Indian History Congress*, Kanur, v. 62, p. 862-871, 2008.



GIBB, H. A. R. *The Arab conquests in Central Asia*. London: The Royal Asiatic Society, 1923.

GREEN, William A. Periodization in European and World History. *Journal of World History*, Honolulu, v. 3, n. 1, p. 13-53, 1992.

HARE, J. Laurence; WELLS, Jack. Promising the World: Surveys, Curricula, and the Challenge of Global History. *The History Teacher*, Notre Dame, v. 48, n. 2, p. 371-388, 2015.

HEAD, Constance. Who was the Real “Leo the Isaurian”? *Byzantion*, Leuven, v. 41, p. 105-108, 1971.

JOHNSON, Donald; JOHNSON, Jean E. *Universal Religions in World History: The Spread of Buddhism, Christianity and Islam to 1500*. New York: McGraw-Hill, 2007.

JUN-DA, Chen. The Transition Zone and Battle of Talas. *Journal of Lanzhou University of Arts and Science*, Lanzhou, v. 1, p. 106-112, 2015.

KAEGI, Walter E. Confronting Islam: Emperor versus Caliphs (641 – c. 850). In: SHEPARD, Jonathan (ed.). *The Cambridge History of the Byzantine Empire: c. 500 – 1492*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 365-394.

KARSH, Efraim. *Islamic Imperialism: A History*. New Haven: Yale University Press, 2006.

KENNEDY, Hugh. *The Prophet and the Age of the Caliphates*. Harlow: Pearson, 2004.

KENNEDY, Hugh. *The Early 'Abbāsid Caliphate: a Political History*. London: Barnes & Noble, 1981.

McKITTERICK, Rosamond. *History and Memory in the Carolingian World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

McKITTERICK, Rosamond. Constructing the Past in the Early Middle Ages: the Case of the Royal Frankish Annals. *Transactions of the Royal Historical Society*, Cambridge, v. 7, p. 101-129, 1997.

MILLWARD, James. *The Silk Road: a Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MILLWARD, James. *Afro-Eurasian Crossroads: A History of Xinjiang*. New York: Columbia University Press, 2007.

PELIKAN, J. *The Christian Tradition: A History of the Development of Doctrine: The Spirit of Eastern Christendom (600-1700)*. Chicago: University of Chicago Press, 1977. v. 2.



SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Random House, 1979.

SAIDOV, Abdukakhor; ANARBAEV, Abdulkhamid; GORIYACHEVA, Valentina. The Ferghana Valley: The Pre-Colonial Legacy. In: STARR, S. Frederick (ed.). *Ferghana Valley: The Heart of Central Asia*. Armonk: M. E. Sharpe, 2011, p. 3-28.

SKAFF, Jonathan K. Barbarians at the Gates? The Tang Frontier Military and the An Lushan Rebellion. *War & Society*, Milton Park, v. 18, n. 2, p. 23-35, 2000.

STARK, Sören. Türgesh Khaganate. In: MCKENZIE, John (ed.). *Encyclopedia of Empire*. Chichester: Wiley Blackwell, 2016, p. 2122-2127. v. 4.

TERENTIUS, Publio. *Phormio*. Edit. by John Sargeant. Cambridge: Cambridge University Press, 1914.

VISSER, A. J. *Nikephoros und der Bilderstreit: Eine Untersuchung über die Stellung des Konstantinopeler Patriarchen Nikephoros Innerhalb der Ikonoklastischen Wirren*. The Hague: Springer, 1952.

WOOD, Ian. *The Merovingian Kingdoms*. London: Longman, 1994.

NOTES

AUTHOR DETAILS

Otávio Luiz Vieira Pinto: PhD. Professor, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Departamento de História, Curitiba, PR, Brazil.

CORRESPONDING ADDRESS

Rua General Carneiro, 460 , 6º andar, Ed. Dom Pedro I, 80060-150, Curitiba, PR, Brazil.

SOURCE OF THE ARTICLE

Not applicable.

ACKNOWLEDGEMENTS

Not applicable.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

This article is licensed under the [Creative Commons License CC-BY](#). With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal. The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editor-in-Chief)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTORY

Received on: February-02-2019
Approved on: May-28-2019

How to cite: PINTO, Otávio Luiz Vieira. Connecting worlds, connecting narratives: global history, periodisation and the year 751 CE. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 255-269, maio/ago. 2019.



MÁS ALLÁ DE UNA SIMPLE BIOGRAFÍA: “EL CASO CERRUTI” UNA HISTORIA CONECTADA Y MULTINIVEL ENLAZADA POR UN “HISTORIADOR ELECTRICISTA”

**Beyond a Simple Biography: “The Cerruti Case”, an Entangled and
Multilevel History Connected by an “Electrician Historian”**

Luciana Fazio^a

 <https://orcid.org/0000-0003-0147-6871>
Email: lucianafazio@hotmail.com

^a Libera Università Internazionale degli Studi Sociali - LUISS Guido Carli,
Departamento de Ciencia Política, Doctoral Program in Politics: History, Theory, Science, Roma, Italia

DOSSIÊ
Toda história é história conectada?

RESUMEN

El “caso Cerruti” fue un conflicto diplomático que, a finales del siglo XIX, involucró a Colombia, Italia, Francia, España y EE.UU. Por medio de la biografía de Ernesto Cerruti y de la relación “micro”/“macro”, se ilustrarán problemas históricos de gran envergadura en los finales del siglo XIX, tales como la consolidación del Estado Nacional, del sistema internacional moderno, del comercio y del sistema financiero internacional, imperialismo y las migraciones. El objetivo final de este artículo consiste en mostrar cómo a través de una biografía pueden examinarse amplias cuestiones históricas, cómo lo “micro” se relaciona con lo “macro,” cómo opera la historia conectada, cómo la historiografía contemporánea permite una lectura diferente del pasado y qué se entiende por un estudio multinivel.

PALABRAS CLAVE

Historia conectada. Historiografía. Local/global.

ABSTRACT

The “Cerruti case” was a diplomatic conflict that took place at the end of the nineteenth century, involving Colombia, Italy, France, Spain and the United States. Based on the biography of Ernesto Cerruti and analyzing its “micro”/“macro” dimension, this research will illustrate particular characteristics of the late nineteenth century, such as the consolidation of the Nation State, of modern international system, of trade and international financial system, of migrations and imperialism. This paper aims to show the potential of a biographical study to help examine broad historical issues, the relation between the “micro” and “macro”, the functioning of connected history, the different readings of the past through contemporary historiography and the meaning of a multilevel study.

KEYWORDS

Connected history. Historiography. Local /global.

La historiografía más reciente, sin recusar la importancia del Estado ni de la nación, ha “interiorizado” los presupuestos de la globalización y se hecho portadora de una sensibilidad nueva, en la cual lo internacional, lo global y lo mundial juegan un rol protagónico. En lo que va corrido del siglo se ha asistido a una relectura de lo local/nacional desde una perspectiva global más abarcadora. Sin embargo, es menester señalar que esto no significa que el mundo esté configurado o unificado de manera uniforme o que avance hacia un mismo objetivo, pues la mayor interconectividad se desarrolla al tiempo que se afirma la reproducción de experiencias diversas (VENGOA, 2013, p. 37). En realidad, se puede decir que lo que ha ocurrido es un cambio de paradigma: el binomio local/global ha empezado a sustituir la configuración basada en lo social/cultural, propia de los años setenta y ochenta, la cual, a su vez, remplazó el binomio económico/social típico de los años cincuenta/sesenta (TORRE, 2011, p. 46-48).

De esta manera, esta concepción sobre lo global ha llevado a un cuestionamiento de la centralidad tradicionalmente otorgada al Estado-nación y al eurocentrismo (CONRAD, 2016, pos. 80/4966) y, asimismo, ha conducido a la aparición de nuevas aproximaciones historiográficas. ¿En qué consisten estas nuevas perspectivas? Tres son sus características principales. Primero, el presente ha creado nuevas sensibilidades frente al pasado al reconocer la importancia de los nexos e interacciones. Segundo, al poner el centro de la mirada en los nexos y de las interconexiones se ha buscado superar las barreras nacionales explorando los vínculos y las analogías entre las historias de las diversas partes del mundo (BAYLY, 2007, p. 588). Por último, el lugar central que ha adquirido lo local/global induce a desarrollar miradas multidisciplinares que trascienden los ámbitos específicos (v.gr. político) y buscan nuevas formas de conjugar los varios aspectos que componen lo social en su sentido amplio (VENGOA; VARGAS, 2018, p. 12).

Ahora bien, pese a que todas estas perspectivas resultan ser producto de la experiencia global actual (OLSTEIN, 2015, pos. 249/5536) y, por tanto, de alguna manera del cuestionamiento de la centralidad del Estado-nación, no todos los nuevos enfoques resultan válidos para analizar los distintos momentos históricos. Es decir, al utilizar estas perspectivas, el estudioso debe considerar el momento mismo que pretende examinar. Teniendo en cuenta lo anterior, este trabajo apunta a reflexionar sobre las maneras cómo el presente participa en la construcción del pasado y cómo a partir de ello se puede acometer una lectura nueva y más fresca de los estudios internacionales, tanto pasados como presentes, reflexionando, empero, también, sobre los límites de estas nuevas herramientas y sobre cómo todas éstas no siempre resultan ser las más adecuadas para el estudio de los distintos momentos históricos.

Con este propósito, en este artículo se abordará un caso de estudio particular (una biografía) mediante una puesta en escena de un problema micro en conjunción con lo macro, a la manera que lo ha sugerido Francesca Trivellato (TRIVELLATO, 2011), en el cual, lo local y lo global no constituyen condiciones necesariamente contrapuestas (CONRAD, 2016, pos.1823/4966). Sobre el particular, no está de más recordar las palabras del historiador indio Sanjay Subrahmanyam cuando enfatizaba que “no se puede aspirar a una macrohistoria del problema sin mancharse los zapatos en el fango de la microhistoria” (SUBRAHMANYAM, 2014, p. 33).

En este sentido, para entender el problema en toda su complejidad, asumiremos el rol del “historiador electricista”, tal como ha sugerido el mencionado estudioso indio, cuando habla de la necesidad de “restablecer las conexiones continentales e

intercontinentales que las historiografías han intentado desenchufar, volviendo de este modo sus fronteras impermeables” (SUBRAHMANYAM, 2014, p. 17). La biografía de Ernesto Cerruti que utilizaremos como instrumento resulta muy pertinente para este tipo de análisis, porque en ella se entrecruzan distintos fenómenos: migración, diplomacia, derecho internacional, estrategia militar, reacciones sociales etc., que, por un lado, modelaron la vida del protagonista y, por otro, algunos de ellos fueron determinados por su actuación. Son variadas las conexiones e interdependencias que se esconden detrás de este *affaire*. Por lo tanto, a través de la biografía de Ernesto Cerruti y del “caso” que “produce”, y con el ánimo de dar cuenta de esta nueva sensibilidad historiográfica se quiere producir una imagen “global” y multinivel de esta historia.

¿QUÉ NOS DICE LA BIOGRAFÍA?

Todavía se le recuerda en Cali con su terno de lino de impecable albura, la corbata así mismo de lino, las botas negras y lustrosas, que hacían limpiar más de una vez al día; su anillo nupcial en la mano derecha y en la izquierda otro con insignias masónicas. Era de regular estatura, más bien bajo que alto, de buenas carnes sin tender a la obesidad (ARBOLEDA, 1933 *apud* LLANO, 1988, p. 56).

¿Quién fue Cerruti? ¿Qué fue la “cuestión Cerruti”?¹ Ernesto Cerruti fue un migrante italiano que en 1869 arribó a Colombia (BOTTA, 1995, p. 52-64). Inicialmente desembarcó en Panamá y luego se transfirió a Buenaventura (ciudad porteña del Pacífico colombiano, localizada en el Estado Soberano del Cauca),² donde logró acumular un enorme capital gracias a sus habilidades como comerciante. Habría que mencionar que su fortuna se vio también favorecida por la estrecha relación con los *liberales*, quienes en ese entonces se encontraban al mando del Estado caucano, vínculo que el italiano reafirmó mediante el matrimonio con Emma Davies Mosquera, nieta del General Tomás Cipriano de Mosquera.³ Vale la pena señalar que desde

¹ Sobre la cuestión Cerruti, véase Botta (1995), Llano (1988; 1993; 1996), Tamburini (2000). Asimismo, de gran relevancia resulta el dossier preparado por el gobierno italiano Italia Ministerio Degli Affari Esteri, 23 noviembre 1886 y la recopilación de documentos realizados por el mismo Ernesto Cerruti (1900).

² En ese entonces (1863-1886), Colombia era una República federal constituida por nueve Estados Soberanos (Estados Unidos de Colombia). El Estado Soberano del Cauca, era la región más grande del territorio colombiano, correspondía a la mitad del país. Su extensión era de 666.800 kilómetros cuadrados, de los cuales 603.800, y pese a los decesos por las constantes guerras civiles y las numerosas enfermedades, era una de las regiones más pobladas, con casi medio millón de habitantes. Era una región que además de tierras, ofrecía una variedad de recursos vegetales y minerales, por lo que era atractiva para el desarrollo económico (LLANO, 1993).

³ Tomás Cipriano de Mosquera (1798-1878), ha sido uno de los políticos más importantes de la historia colombiana, cuatro veces presidente del país y dos veces gobernador del Cauca. Conocido, tanto por su arrogancia y crueldad como por su política reformista (modernizar las infraestructuras, el sistema de transporte, la contabilidad del país, introducir el liberalismo como sistema económico, firmar el tratado Mallarino- Bidlack con Estados Unidos para la construcción del ferrocarril en Panamá). Durante su segundo mandato, luchó contra la Iglesia Católica, se apropió de sus bienes (promulgó el decreto de desamortización de los bienes de manos muertas y leyes de tuición), expulsó a los jesuitas y se propuso

la Independencia hasta finales del siglo XX Colombia estuvo regida por un sistema bipartidista en el que los dos partidos tradicionales (el partido Conservador y el partido Liberal) se enfrentaron militarmente por el poder. Numerosas fueron las guerras civiles que ocasionaron y que marcaron la historia contemporánea colombiana.⁴

Con su habilidad y conexiones, Cerruti logró convertirse en uno de los hombres más ricos e influyentes del Cauca. Su riqueza provino del monopolio del comercio de la sal, el comercio de la quina y la importación de armas norteamericanas con las que buscó equipar las tropas liberales. Sin embargo, no todo en su vida estuvo lleno de fortuna y esplendor, de hecho, su suerte cambió radicalmente en 1885 cuando estalló una nueva guerra civil que condujo a las fuerzas centralistas al poder.⁵ En ese año Cerruti fue acusado de rebelión, sus bienes fueron confiscados y le fue retirada la inmunidad internacional.

Nuestro migrante italiano negó haber participado en los asuntos políticos regionales y denunció lo ocurrido a su país de origen. El gobierno italiano, replicando las políticas imperialistas y colonialistas que animaban al Viejo Continente a finales del siglo XIX, decidió intervenir a favor de su connacional: envió una embarcación militar que arribó a Buenaventura el 5 de agosto de 1885 y amenazó con bombardear el puerto colombiano. “Los italianos nos han humillado hasta no más –así lo expresaban los porteños a la prensa peruana- ... El “Flavio Giojia” está anclado en actitud de guerra y durante la noche sus botes observan estricta vigilancia en toda la bahía” (EL COMERCIO, 6 agosto 1885).

Así lo percibieron los colombianos y este fue el detonante que dio origen al conflicto italo-colombiano el cual llevó a la ruptura de las relaciones diplomáticas entre los dos países, la suspensión de la inmigración italiana, además de fomentar cierto recelo ante el arribo de extranjeros al país. El conflicto rápidamente trascendió el marco bilateral e involucró a los gobiernos de España, Francia y Estados Unidos, que intervinieron en calidad de árbitros internacionales, y de paso, con sus actuaciones, buscaron satisfacer ciertos intereses nacionales propios.

Este altercado internacional sirvió para despertar sentimientos patrióticos en el pueblo colombiano y, a su manera, ayudó a afianzar la cohesión nacional. El máximo paroxismo en la tensión de las relaciones se alcanzó durante la campaña anti-italiana, que se produjo a raíz de la segunda intervención militar italiana, esta vez en el puerto de Cartagena (1898), cuando nuevamente se enviaron embarcaciones de guerra (13 julio 1898) para obligar al gobierno de Colombia a pagar las reparaciones ocasionadas por el “affaire Cerruti”.

reformular el estado. En 1863 convocó una asamblea constituyente, de la cual emanó la Constitución de Rionegro. De este modo, nacieron los Estados Unidos de Colombia, un estado federal con Mosquera como presidente (BUSHNELL, 2007).

⁴ Si bien el partido Liberal abogaba por el desarrollo económico, la reforma educativa, la libertad de comercio y el partido Conservador por el proteccionismo, la supremacía de una economía agrícola y una sociedad rural, el único factor de disputa y de verdadera oposición lo constituía la Iglesia Católica, pues los liberales eran netamente anticlericales mientras que los conservadores férreamente católicos.

⁵ En 1885 estalló una nueva guerra civil en los Estados Unidos de Colombia. Los liberales más radicales se opusieron a la política centrista de Rafael Núñez (liberal independentista) quien, empero, ganó recibiendo el apoyo de los conservadores. Así se dio inicio a la “Regeneración” y con ella a la proclamación de una nueva Constitución (Constitución de 1886) con la que el país abrazó un sistema nacional centralizado y adoptó el nombre de República de Colombia.

De manera sucinta, este fue Ernesto Cerruti y en esto consistió la “cuestión Cerruti”. Ahora bien, si se piensa de manera gráfica, se podría decir que por el momento hemos expuesto el meollo de este asunto, pero es momento de convertir el *affaire* en un problema histórico, para ello debemos ampliar el análisis y explorar el primer nivel que lo circunda.

CERRUTI Y LAS CORRIENTES DE MIGRACIÓN

El primer elemento que observamos es que el personaje es un migrante italiano, lo cual nos remite al fenómeno de la inmigración. ¿De dónde y por qué Cerruti decidió emprender este viaje, esta odisea? ¿A dónde lo llevó su travesía? Cerruti nació en Turín (Italia) y se destacó por haber sido un militar en carrera que combatió junto a Garibaldi en la tercera guerra de Independencia y en las batallas de Mentana y Monterotondo, es decir, en la fallida tentativa de conquistar el Estado Pontificio, principal obstáculo que dificultaba la unidad del país. Luego de estas importantes derrotas y debido a la difícil situación en la que se encontraba la península Itálica, como muchos de sus compatriotas, decidió probar suerte en el Nuevo Continente.

Respecto a este punto, es menester recordar una serie de elementos. Primero: Cerruti no es más que un único individuo dentro de una gran lista de migrantes. Por ejemplo, entre 1876 y 1900 (años para los cuales contamos con los primeros datos estadísticos), se estima que 2.614.620 (el 50%) de italianos emigraron al continente americano, de los cuales 1.829.530 (el 35%) a Suramérica siendo 5.257.830 (100%) el número total de los emigrantes (FAVERO; TASSELLA, 1978, p. 22).⁶ Segundo, es importante su bagaje anticlerical y cultural que podemos constatar, por una parte, en su ya citada tentativa de conquistar el Estado Pontificio y, por otra, en su posición y su ideología (ex garibaldina), ya que se adaptó al contexto colombiano y en ningún momento dudó en combatir al lado de los liberales: fue un enconado crítico de los conservadores y de la Iglesia Católica. Tercero, su destino: Colombia. Luego de la Independencia, los dirigentes colombianos, conscientes de la escasa densidad demográfica del país y del bajo volumen de europeos, intentaron promover la inmigración de extranjeros, quienes podían, entre otras, ocupar las tierras baldías. Con la ley 18 de 1823, el gobierno puso a disposición una gran cantidad de tierras, sin embargo, la baja calidad de las mismas, las dificultades de acceso y la escasez de recursos financieros, impidieron que la propuesta prosperara (TOVAR, 1995, p. 44-48).

⁶ Pese a que la emigración italiana hacia el Nuevo Mundo se incrementara a finales del siglo XIX, este no fue un fenómeno exclusivo de la Italia Unida. Ya en épocas anteriores había comenzado a verificarse un desplazamiento hacia estos territorios. La identificación con los movimientos independentistas en las colonias latinoamericanas impulsó estos flujos, pues al no poder cumplir sus ideales de libertad e independencia en patria (la Unificación Italiana se produjo en 1861), algunos “italianos” intentaron realizarlo al otro lado del Atlántico (FRANZINA, 1995). Sin embargo, fue sólo después de 1861 que las corrientes migratorias se volvieron permanentes debido principalmente a las condiciones de pobreza en la península. De ahí que los primeros gobiernos italianos intentaran limitar la emigración por medio de medidas restrictivas (v.gr. sólo podían partir aquellos que pudieran demostrar tener los medios necesarios para sobrevivir), al verse principalmente presionados por los terratenientes que temían un incremento en el coste de la mano de obra. Sin embargo, en 1888 la situación cambió, pues al producirse un conflicto aduanero con Francia (París aumentó los aranceles), el Gobierno de Francesco Crispi (1887-1891) intentó beneficiarse de los flujos migratorios de ultramar para crear una amplia red comercial (CIUFFOLETTI; DEGL’INNOCENTI, 1978, p. 174).

Los resultados de esta política fueron magros y en ello intervino la imagen que de Colombia existía en el extranjero. Su convulsionada vida política interna, la dureza del clima que favorecía la propagación de enfermedades tropicales (v.gr. la fiebre amarilla), la escasez de conexiones marítimas con Europa, la compleja red interna de transporte... desincentivaban la migración en gran escala, lo que sí ocurrió en otros países latinoamericanos (CAPPELLI, 2003, p.19). Asimismo, el objetivo del gobierno colombiano de poblar las zonas rurales con mano de obra blanca se esfumaba, ya que los pocos foráneos que arribaban preferían radicarse en las zonas urbanas, donde podían dedicarse a lucrativas actividades empresariales. No obstante estas limitaciones, se verificó una reducida pero importante inmigración, la cual contribuyó al desarrollo económico del país, debido a que fue una inmigración “especializada”; Ernesto Cerruti, fue un fiel representante de este grupo.

El italiano, que provenía de una familia acomodada, tuvo el privilegio de estudiar en la *Scuola Militare Raconigi*, donde obtuvo, el 1 de enero de 1863, el diploma de oficial de infantería. Por su formación, Cerruti cumplía ampliamente con los requisitos para instalarse en Colombia. Inicialmente llegó a Panamá, donde trabajó en la casa comercial *Ferrari & Cía.*, hasta el año siguiente (1870), cuando el cónsul italiano en Panamá lo nombró agente consular en Buenaventura. Con este nombramiento se mudó a esta ciudad donde desempeñó la función consular hasta 1882. Es importante recordar que la consolidación del sistema internacional le asignó un importante status a los cónsules quienes desempeñaban una función central en el sistema diplomático (FRANZINA, 1995, p. 198).

CERRUTI Y LAS DINÁMICAS LOCALES

Ernesto Cerruti arribó a Buenaventura en calidad de cónsul italiano, pero comenzó a trabajar en la empresa comercial de un connacional suyo: el comerciante Sebastiano Tassara, propietario de una de las principales compañías de importación y exportación del país. Cerruti aprendió velozmente el trabajo y al poco tiempo se había independizado. Le compró a Tassara sus bienes y expandió sus actividades por el Cauca. En 1871 le solicitaron transferir el consulado a Cali, ciudad en la que fundó la casa comercial *Ernesto Cerruti*, compañía financiada por la sociedad panameña *Ferrari & Cía.* Poco después inauguró otras sucursales en otras ciudades caucanas, convirtiéndose en uno de los hombres más ricos e influyentes del estado caucano, en ese entonces Estado Soberano. Fue así como Cerruti creó su propia compañía de exportación e importación.

Como señala Alonso Valencia Llano, los extranjeros desempeñaron un papel fundamental en el desarrollo exportador de la región y en la introducción de un sistema financiero más moderno, que les permitía remplazar el viejo sistema crediticio, heredado desde la colonia y monopolizado por la Iglesia católica. Los extranjeros fueron claves en la introducción y el movimiento de capital en el Cauca, no solo a través de las importaciones, sino también a través de las cartas de crédito de casas comerciales de Panamá (v. gr Cerruti con la *Ferrari & Cía.*). En todo ello Cerruti resultó ser un ejemplo elocuente pues, entre otras cosas, logró construir una extensa red de acreedores (LLANO, 1993, p. 273-275).

Debido a su formación, sus actividades profesionales y al matrimonio que celebró con Emma Davies Mosquera, Cerruti se identificó con la corriente *radical* del

partido Liberal, sector que proponía la eliminación de los obstáculos gubernamentales y corporativos que limitaban las libertades individuales (dentro del partido Liberal existía también un sector moderado más progresista: el *independiente*). El italiano no dudó en aprovechar los vínculos políticos para su beneficio económico. El 19 de marzo de 1872 firmó un acuerdo confidencial con el gobierno caucano, que preveía la importación de armas de los Estados Unidos para el ejército estatal. Poco después, en 1873, se produjo el escándalo por el cual lo acusaron de fraude. La acusación se sustentaba en que Cerruti no había respetado el acuerdo original con el gobierno que preveía el pago de la factura original y de los costos del transporte, más un 5% de comisión para el empresario. Cerruti, sin embargo, no presentó la factura original y estableció un precio mucho más alto de las armas (el costo real de cada arma era de \$18.50 y era vendida a \$76.95 (PROCURADURÍA GENERAL, 1885, p. XXXIX-XLVI). A este escándalo se le sumó la denuncia de que estaba intentando ingresar bienes al país de forma ilegal. No obstante estas acusaciones, el comerciante fue absuelto gracias a sus nexos políticos y a su condición diplomática. Al general Tomás Rengifo, jefe de la municipalidad de Cali, le fue asignado el proceso, pero como era socio y amigo de Cerruti decidió archivar el caso.

Entre los acuerdos comerciales de Ernesto Cerruti hay que mencionar que el 27 de febrero de 1873 se asoció con tres de los liberales radicales más influyentes de la zona -Jeremías Cárdenas Mosquera (hijo adoptivo de Tomás Cipriano de Mosquera), Ezequiel Hurtado (el más importante entre los liberales radicales) y Lope Landaeta (militar venezolano, cuñado de Hurtado)-, con quienes fundó la sociedad *E. Cerruti & Cía.*, dedicada al comercio directo de quina. Legalmente la sociedad estaba constituida con Cerruti como único socio capitalista, mientras se reservaba a los otros tres, que también aportaron capital, la figura de socios industriales. Habría que subrayar que esta estructura era un pacto estratégico para aprovechar la inmunidad internacional del italiano y proteger los bienes. La naturaleza del acuerdo quedó rubricada en el artículo XXI de la escritura de dicha sociedad, que rezaba que “la casa queda bajo garantía internacional que representa el señor Ernesto Cerruti como dueño del capital de dicha casa” (PROCURADURÍA GENERAL, 1885, p. XXXVII).

Este caso ilustra que los nexos políticos se utilizaban reiteradamente para obtener beneficios económicos por parte de Cerruti y de sus asociados colombianos. Este caso evidencia cómo los comerciantes locales, que en su mayoría eran activistas políticos, se beneficiaban de las relaciones con los extranjeros, no solo por sus habilidades financieras y comerciales, sino también porque se protegían tras la inmunidad diplomática para salvaguardar sus bienes en caso de cambio del gobierno de turno, cosa frecuente en un país constantemente sacudido por la inestabilidad política (LLANO, 1996).

En julio de 1876 se desató una nueva guerra civil entre los liberales y los conservadores. En esta oportunidad, el partido conservador que defendía el proteccionismo, la supremacía de la economía agrícola, de la sociedad rural y el poder de la Iglesia Católica, contando con el apoyo de esta última, se levantó en armas. El motivo de la revuelta residía en la decisión del gobierno liberal de fundar escuelas laicas, ya que hasta ese momento la instrucción había estado a cargo de la Iglesia Católica. Esta decisión ofendió al clero, que se oponía a que se impartiera la enseñanza religiosa en las escuelas públicas. Los conservadores aprovecharon este episodio para iniciar la rebelión, lo que derivó en una guerra civil, la cual entraría a los anales de la historia como la “guerra de los curas”. Con el anticlericalismo que le era

característico, Cerruti apoyó a los liberales, ¿cómo? A través de acciones comerciales, el suministro de pólvora y de armamento. Su militancia anticlerical lo llevó a solicitar y después a propiciar la expulsión del Obispo de Popayán, Carlos Bermúdez, quien enérgicamente se había opuesto a las políticas liberales, amenazando con excomulgar a todas las familias que optaran por la educación pública.

El triunfo de los liberales resultó ser un gran negocio para Cerruti. Se le adjudicaron nuevas extensiones de tierra para la producción de la quina y se ampliaron las concesiones en el comercio de la sal. En 1882, participó activamente en las elecciones del nuevo presidente caucano por lo que apoyó al candidato Tomás Rengifo, distribuyó armas y municiones entre los liberales radicales para asegurar la victoria de su candidato y para iniciar la rebelión contra el gobierno central, que estaba en manos de los liberales independientes (Rafael Núñez).⁷ Empero, la muerte inesperada de Rengifo, el 11 de enero de 1883, selló la suerte del italiano y de todos los liberales radicales, pues Rengifo era clave para continuar al mando del gobierno. Y así ocurrió, el control del Estado quedó en manos de los liberales independientes, quienes estaban convencidos que para el progreso y la paz del país se necesitaba implementar nuevas reformas.

Al estallar la guerra civil en 1885 el italiano, pese a que nunca se pudo demostrar su participación, fue acusado de financiar y abastecer a los rebeldes (los liberales radicales) en su enfrentamiento con el gobierno central, perdiendo así su estatus de neutral y su inmunidad, con lo cual podía ser juzgado por los tribunales nacionales y sus bienes confiscados. A partir de ese momento, la situación se volvió más compleja, pues el 5 de julio de 1885, el navío italiano *Flavio Gioia* arribó al puerto de Buenaventura ya que el empresario italiano había expedido un dossier a su país con el fin de acusar al Estado colombiano de haber violado sus derechos. Fue este reclamo el que llevó a que el gobierno italiano decidiera enviar el *Flavio Gioia*, cuyo almirante amenazó militarmente el puerto y solicitó la liberación de Cerruti, quien había sido detenido por intento de fuga (ITALIA MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 1886).

Llegados a este punto, es menester señalar que el gobierno italiano asumía como propias las políticas imperialistas y colonialistas que animaban al Viejo Continente, recurrió a la “diplomacia de las cañoneras” al enviar una embarcación militar a Buenaventura y amenazó con bombardear el puerto colombiano. Con esta actuación el gobierno italiano aspiraba al reconocimiento como potencia europea y a obtener prestigio internacional, en particular tras los magros resultados obtenidos durante la Conferencia de Berlín (1884-1885) en la cual las potencias europeas habían acordado la repartición colonial del continente africano (MAMMARELLA; CACACE, 2006). Vale la pena recordar que tras las batallas de Dogali (1887) y Adua (1896), Italia fue el primer país europeo en ser derrotado por un país africano. Al verse obligada a reconocer la independencia de Etiopía, la península itálica sufrió un duro golpe en términos de prestigio internacional y sus aspiraciones de convertirse en una gran potencia europea se esfumaron.

En todo esto, Colombia constituía una presa fácil porque no estaba preparada para librar ningún conflicto internacional, pues su débil política exterior se basaba en

⁷ Rafael Núñez (1823-1894) político colombiano, presidente 1880-1882 (Partido Liberal) y 1884-1894 (Frente Nacional). Exponente de la “Regeneración”, programa nacional que preveía la transformación del sistema federal a un sistema centralizado.

la diplomacia y el ejército se utilizaba con el único fin de garantizar el orden interno. De hecho, los constantes conflictos domésticos, la ineficiencia de los gobernantes y la ausencia de un ejército nacional fuerte influyeron en la política exterior colombiana y resaltaron su debilidad (TRIANA, 2010, p. 111 y p. 438). De ahí que no fuese extraño que en tales circunstancias la embarcación italiana lograra fácilmente su cometido, y abandonara el puerto colombiano con Cerruti a bordo.

EL *AFFAIRE* SE INTERNACIONALIZA

Fue a partir de ese momento que el *affaire* tomó otro giro y se convirtió en un conflicto que comprometía la soberanía nacional. El estado colombiano reclamó que el *Flavio Gioia* había infringido las normas internacionales y los derechos territoriales, además de haber atemorizado a la población local. Colombia exigió una explicación en nombre de las nuevas doctrinas y corrientes de derecho internacional en boga en América Latina, con las cuales se pretendía el reconocimiento de sus estados y el respeto de sus soberanías nacionales (v. gr., las doctrinas de Andrés Bello, Carlos Calvo, Manuel Atanasio Fuentes) (OBREGÓN, 2006).

Fue así que comenzó la disputa entre los dos gobiernos, los cuales diferían en cuanto a sus prioridades. Para Colombia lo realmente grave era lo sucedido en Buenaventura y secundario el caso Cerruti, mientras que Italia sostenía lo contrario. De ahí que, para estos últimos, se debiera resolver primero este *affaire* y en un segundo momento, dirimir el incidente en el puerto colombiano. Ante la imposibilidad de llegar a algún acuerdo, el 16 de diciembre de 1885, las relaciones diplomáticas entre los dos países fueron interrumpidas.

El activismo italiano en América Latina llevó a España a tomar cartas en el asunto y proponerse como mediadora. Vale la pena señalar que durante la primera presidencia de Rafael Núñez, España y Colombia firmaron el Tratado de Paz y Amistad (1881) con el cual oficialmente se le reconoció a esta última su independencia y se reanudaron las relaciones diplomáticas entre los dos países (NÚÑEZ, 2010). Además, la nueva lectura que Rafael Núñez confirió a la conquista española al considerarla como un mecanismo para sustituir el sistema gubernamental primitivo e implementar una forma superior de gobierno (el europeo), favoreció la aceptación del legado español y, por tanto, el acercamiento Bogotá-Madrid (GÓMEZ, 2011, p. 132). España, por su parte, aspiraba a recuperar las relaciones con sus ex colonias, política que fue impulsada por el despertar en esos años de movimientos que abogaban por una “unión hispánica” que debían contrastar las corrientes panamericanas y la supremacía norteamericana (ARENAL, 2011). Fue en medio de este contexto que se produjo la mediación española en la cuestión Cerruti.

Asimismo, no está de más recordar que en estos años, cuando existían Estados formalmente reconocidos, los conflictos y litigios internacionales procuraban ser resueltos por medios diplomáticos. De hecho, era habitual recurrir a mediaciones y arbitrajes internacionales, como ilustra el “caso Cerruti”. En el siglo XIX, los políticos y juristas veían en los arbitrajes internacionales el medio más eficaz para resolver los conflictos internacionales entre Estados y de este modo evitar las guerras (ROSENBERG, 2012, p. 835). La mediación fue española, pero las buenas disposiciones de los embajadores Francisco de Paula Matéus y Luigi Federico Menabrea (respectivamente embajadores de Colombia y de Italia en Francia)



condujeron a que las reuniones preliminares se llevaran a cabo en París. Se necesitó un par de meses para lograr poner de acuerdo a las partes. El 24 de mayo de 1886 se firmó en la capital francesa la propuesta de mediación, en la cual se precisaban las cuestiones que debían ser resueltas (CONVENCIONES DE ARBITRAJE, 1903).

España invitó a las partes a presentar su lectura del caso con sus respectivas pruebas, y el 26 enero de 1888 el ministro español, Segismundo Moret, presentó sus conclusiones. No todas las cuestiones quedaron resueltas. A pesar de que sentenció que Colombia debía restituir a Ernesto Cerruti sus bienes inmuebles, no fue claro el dictamen sobre la naturaleza de los acervos a los que se refería, es decir, si aludía a aquellos empresariales (es decir a los de la sociedad *E. Cerruti & Cía.*) o a los personales (bienes de Ernesto Cerruti en calidad de individuo). Esta ambigüedad se convirtió en un nuevo punto de discordia pues los italianos consideraban que debían ser ambos, mientras que para los colombianos solo debían respetarse los bienes personales. En todo caso, en junio de 1890, Colombia depositó a Italia 10.000 libras esterlinas como anticipo de la compensación. No obstante esta consignación, el italiano no logró recuperar nada, pues varios de los acreedores de la *E. Cerruti & Cía.*, exigían el pago de sus deudas. Algunos estudiosos sostienen que, en realidad, ya para 1885, la sociedad se encontraba en bancarrota, pues no solo se había visto afectada por la profunda depresión del precio de la quina, sino que también por un grave incendio, que en 1881 había golpeado el puerto de Buenaventura (LEMAITRE, 1993, p. 154).

En vista que con Cerruti no lograban llegar a ningún acuerdo, decidieron recurrir a un nuevo arbitraje internacional. Éste debía determinar la cuantía de la indemnización y la naturaleza de los bienes (personales o empresariales) que serían sometidos a dicho arbitraje, pero esta vez, fue el gobierno de Estados Unidos el encargado de resolver dicha cuestión. Así, el ministro italiano de relaciones exteriores Alberto Blanc y el delegado de Colombia en Roma José Marcelino Hurtado, lo fijaron el 18 agosto 1894 con el *Protocolo de Castellamare di Stabia* (CONVENCIONES DE ARBITRAJE, 1903, p. 22-24).

Estados Unidos ansiaba resolver la cuestión pacíficamente y rechazaba en nombre de la Doctrina Monroe,⁸ la injerencia europea. Asimismo, la realización de la Primera Conferencia Panamericana (1889) por un lado, con la que se apuntaba a establecer acuerdos económicos, comerciales, monetarios y mejoras en las comunicaciones a lo largo del continente y, por el otro, los movimientos que a finales de siglo comenzaron a surgir y a presionar por una mayor participación de Washington en materia exterior, fueron el telón de fondo en el que se desarrolló la mediación norteamericana en el caso Cerruti. El presidente Grover Cleveland el 2 de marzo de 1897 emitió su sentencia en la cual declaraba: son de competencia internacional tanto los bienes personales como aquellos industriales; la indemnización adeudada por Colombia es de 60.000 libras esterlinas, de las cuales 10.000 habían sido ya

⁸ Doctrina del 1823, con la que el presidente norteamericano James Monroe excluía la intervención europea en los asuntos americanos, pues una intervención del Viejo Continente en cualquier punto del continente americano, sería interpretada como una agresión directa a los Estados Unidos. De ahí la célebre frase “América para los americanos”. Del periódico boliviano *EL TRABAJO*, 16 junio 1886 “Sigue la prensa americana alarmada con la actitud del gobierno italiano, en la cuestión provocada por Cerruti en Colombia [...] Es de esperar que la Gran República Norte-americana, hará valer sus poderosas influencias evitando todo avance; que Europa se traslade a Asia o a África, pero por aquí nada tiene que hacer. Monroe lo dijo: “la América para los americanos”.

consignadas; Colombia debía proteger a Cerruti ante los acreedores. Pese a que Colombia criticó y rechazó este último punto, a excepción de los intereses, cumplió con el depósito de lo establecido. El 5 de junio pagó otras 10.000 libras y el 2 de diciembre de 1897 las restantes 40.000 libras. Sin embargo, el rechazo del último término implicó la continuación de la “cuestión Cerruti”, pues los acreedores solicitaron sus propias indemnizaciones. Colombia, por su parte, rechazó vivamente el hecho de que los acreedores, en su mayoría franceses, ingleses, alemanes y norteamericanos, se beneficiaran de la intervención italiana, ya que Italia solo podía y debía tutelar los intereses de su propio ciudadano.

Resultaba que ya para entonces era evidente que había nuevos recovecos por donde se desplegaba el sistema internacional. Además de los Estados y la diplomacia, era evidente que se estaba asistiendo a la consolidación un sistema financiero y mercantil siempre más internacional e interdependiente (MAIER, 2012, p. 70). Esta nueva realidad se reflejaba en el “caso Cerruti”, en particular, debido a los intereses y presiones de los 54 acreedores de la compañía, extranjeros en su mayoría y por las complicaciones que suscitaba la convergencia internacional de precios y la alineación al patrón oro, pues los acreedores no aceptaban indemnizaciones en moneda colombiana sino en libras esterlinas.

Debido a la presión que ejercían los acreedores, el gobierno italiano depositó el dinero consignado por Colombia en la Caja de Depósitos y Préstamos (*Cassa di Depositi e Prestiti*), lo que les permitía disponer de él para liquidarle a una parte de los accionistas. Posteriormente, en vista de que Colombia no había pagado los intereses, había resistido el pago a los acreedores y desatendía sus reclamos, el Estado italiano, ofendido en su orgullo, decidió presionar a Colombia enviando la *Squadra Navale Oceanica*. La armada, compuesta por cuatro embarcaciones (*Umbria, Calabria, Giovanni Bausan, Carlo Alberto*) y bajo el comando del capitán Candiani, debía obligar a Colombia a resarcir a los prestamistas. La estrategia italiana consistía en efectuar un ataque simultáneo y veloz en las costas del Pacífico y del Atlántico colombiano, con el fin de ejercer un bloqueo total de su comercio internacional. El 16 de julio 1898, la armada llegó a Cartagena. La actitud italiana, empero, fue vacilante, pues temía que Estados Unidos interviniera en nombre de la Doctrina Monroe. Sin embargo, y con el propósito de acelerar el desenlace del *affaire*, decidieron dar un ultimátum antes de realizar el bloqueo naval. Colombia, debía aceptar las resoluciones de Cleveland y cancelar en un máximo de veinte días un anticipo de 20.000 esterlinas como garantía. Paralelamente, para hacer efectiva su intervención relámpago, Italia decidió enviar dos embarcaciones adicionales (*Dogali y Piemonte*) (TAMBURINI, 2000, p. 720).

Fue en este momento que el gobierno norteamericano resolvió intervenir y solucionar el asunto de manera pacífica mediante la extensión del plazo de pago a ocho meses. Aunque efectivamente este impasse no pasó a mayores, y debido a que por problemas técnicos algunas de las embarcaciones italianas no cumplieron su cometido (la *Piemonte* encalló en la bahía de Cartagena y la *Dogali* ni siquiera arribó), sí tuvo el efecto de infundir temor en la población civil. De hecho, dos italianos residentes en Cartagena, el cónsul Giovanni Battista Mainero y el obispo Pietro Adamo Brioschi, intentaron persuadir al gobierno italiano de no bombardear el puerto. El mismo Mainero ofreció prestar las 20.000 esterlinas al estado colombiano para evitar el ataque. Sin embargo, el gobierno colombiano ante la llegada de los italianos, había ya aceptado el ultimátum, empero, a causa de las pésimas comunicaciones, la notificación no llegó a tiempo.

LA REACCIÓN COLOMBIANA

Este impasse fue duramente condenado por la opinión pública y la prensa colombiana. Se criticó enérgicamente el carácter italiano violento y amenazador. Ahora bien, las relaciones entre ambos países se deterioraron aún más. El 12 de septiembre 1898 se anunció la ruptura de las relaciones. Este episodio, empero, sirvió para unir el pueblo colombiano, despertar sentimientos patrióticos y acelerar la cohesión social y nacional, indispensable en un país en proceso de construcción nacional (GONZÁLEZ, 2006). Esta amenaza generó un rechazo de los extranjeros, en particular de los italianos. Se produjo una verdadera campaña anti-italiana, que contempló la idea de expulsar la colonia entera, además de que tuvo consecuencias sociales y culturales a largo plazo, pues la inmigración italiana quedó seriamente comprometida. El malestar colombiano fue de tal magnitud que incluso llegó a ser objeto de discusión en la sesión parlamentaria del Gobierno italiano del 21 de noviembre de 1898, donde se puso de manifiesto el repudio causado por la cuestión Cerruti hacia todo lo italiano, pues se quemaron banderas y retratos de personajes ilustres italianos, se invitó a la población a no adquirir mercancías italianas y a no alojar ni hablar con los italianos (ITALIA CAMERA DEI DEPUTATI, 21 noviembre 1898).

La campaña anti-italiana no solo se manifestó por medio de protestas directas, sino que también se difundió por medio de propagandas, panfletos y libros. Por ejemplo, como bien recuerda el estudioso Alonso Valencia Llano, en el país se difundió el manuscrito de Francisco Rebolledo, *Aventuras de un Cocinero*, un texto velado de índole biográfica que tenía como objeto justificar ante la opinión pública los secuestros realizados por el gobierno colombiano de los bienes del italiano (LLANO, 1996, p. 169-171). Con dicha denuncia se buscaba avivar los sentimientos patrióticos y reforzar la cohesión nacional a expensas de la amenaza infligida por la flota instalada en Cartagena (REBOLLEDO, 1898). Otro manuscrito de esta índole fue escrito por el jurista francés Paul Bureau que, como él mismo expresó, fue contratado por Colombia para producir una memoria sobre el “caso Cerruti”, texto que trascendió las fronteras de los dos países involucrados, pues debía ser difundido en Francia. De este modo, se intentó salvaguardar a Colombia, divulgando en Europa la “cuestión Cerruti”. Fue una herramienta que el país sudamericano utilizó como defensa pues el escritor acusaba a Cerruti y denunciaba la injerencia italiana (BUREAU, 1899).

Los últimos años del siglo XIX, dieron lugar a fuertes enfrentamientos entre Cerruti y el gobierno italiano, pues este no aceptaba que su propio gobierno, con la sentencia emitida por el Tribunal de Roma el 15 de enero de 1897, permitiera que los acreedores secuestraran el dinero consignado por Colombia. Asimismo, el italiano se mantenía al tanto de todas las noticias que la prensa publicaba sobre él y no dudaba en confutar y denunciar lo que según él eran falsedades o imprecisiones. En Italia, en particular, el italiano culpaba a la religión católica y a los jesuitas por difundir esas “calumnias” y al gobierno por no entregarle y proteger su dinero (CERRUTI, 1900, p. 416-418).

La cuestión Cerruti finalmente se resolvió mediante la creación de una nueva Comisión mixta, instituida el 28 octubre 1909. Esta debía establecer la cuantía debida a algunos acreedores, los intereses todavía sin pagar a Cerruti, y los gastos judiciales. Se acordó también que ningún otro reclamo presentado por el italiano podía ser aceptado. La sentencia fue comunicada el 6 de julio de 1911, y nuevamente Colombia tuvo que depositar lo convenido en el banco *Hambrode* Londres, lo cual representaba

un nuevo fracaso para el país sudamericano. Ernesto Cerruti transcurrió sus últimos días en Perugia (Italia), ciudad en la cual falleció el 11 de febrero de 1915, y con su muerte cesó también la “cuestión Cerruti”, proceso que perduró por veintiséis años.

CONCLUSIONES

El caso de Ernesto Cerruti logró desencadenar un verdadero conflicto internacional entre dos realidades aparentemente distantes. La revisión de la biografía de este personaje que, como hemos mostrado trasciende lo personal al involucrar diversos países de Europa y América, permite evidenciar cómo el mundo del siglo XIX había comenzado a complejizarse, conectarse, compactarse y cómo, de la misma manera, había comenzado a internacionalizarse (BAYLY, 2007). Los acontecimientos no se circunscribieron en un contexto local (v.gr Buenaventura), pues involucraron y concernieron a entidades de mayor amplitud (v. gr. Colombia, Italia, EE.UU., España, Francia), y no sólo atañía elementos de análoga naturaleza (v.gr. políticos), ya que también incumbió a otros sectores (v.gr. económicos, sociales, legales, militares, culturales). En otras palabras, era la conjunción de fenómenos locales y globales (OSTERHAMMEL, 2014).

Retomando a Subrahmanyam, Ernesto Cerruti, y el “caso Cerruti”, sirven para ilustrar cómo una biografía puede ser abordada de múltiples maneras, una de las cuales es la que el estudioso denomina “biografía social”, o bien, aquella empleada en este escrito. A su vez, se ha ilustrado cómo la microhistoria puede ser útil para ilustrar temáticas que trascienden lo “micro”, en este caso lo local (el Cauca), lo nacional (Colombia) y termina por involucrar varios países con diferentes intereses (Italia, España, Estados Unidos, Francia). Como adecuadamente ha señalado un importante historiador francés “para entrar en la historia global se debe pasar por la puerta de lo local” (GRUZINSKI, 2015, p. 149). Asimismo, es evidente que las transformaciones del mundo en las postrimerías del siglo XIX fueron determinantes en el “caso Cerruti: (i) los flujos migratorios, típicos del siglo XIX, condujeron a Ernesto Cerruti a Colombia; (ii) la construcción del estado nacional colombiano produjo un cambio político en el país, lo cual afectó a Ernesto Cerruti, pues le fueron confiscados todos sus bienes y fue esto lo que ocasionó la “cuestión Cerruti”; (iii) la definición de un sistema internacional moderno que preveía la definición de vínculos y reglas internacionales, quedó demostrado en este caso con los arbitrajes internacionales; (iv) real fue la difusión del imperialismo, del nacionalismo y del territorialismo que alentaban a las potencias a intervenir en diversas partes del mundo, en este caso en Colombia; (v) las revoluciones de las comunicaciones y de los transportes favorecieron la consolidación de una red de interdependencia, la reducción de los tiempos y de las distancias, facilitando la afirmación del mercado y del sistema financiero internacional, (v.gr. Cerruti quien se dedicaba al comercio internacional y contaba con más de 50 acreedores distribuidos por el mundo), además de la prensa (pese a que hoy en día el “caso Cerruti” nos parezca minúsculo, tuvo una gran trascendencia para la época, pues suscitó la atención pública internacional, tal como se observa cuando se revisa la prensa de la época, que con gran celeridad para el momento cubría los entretelones



del *affaire*)⁹ y del comercio del libro (v.gr. los manuscritos de Francisco Rebolledo y Paul Bureau).

Valdría la pena recordar que este texto señala y analiza brevemente algunas de las cuestiones históricas que se pueden explorar a partir de Ernesto Cerruti, pues un análisis exhaustivo nos llevaría más allá de un simple artículo, ya que en resumidas cuentas exploraríamos fenómenos de amplia envergadura, como lo es el fenómeno de la migración, el sistema comercial nacional-internacional, el sistema financiero, la territorialización, el derecho y la diplomacia internacional, la estrategia militar, las reacciones sociales, la opinión pública internacional etc. Se debe también expresar que la excepcionalidad de la “cuestión Cerruti” reside en su condición multidisciplinar, multinivel, la cual puede ser abordada desde múltiples perspectivas (escalas).

De ahí que en estas páginas hemos recurrido a herramientas provenientes de la microhistoria, la historia conectada, la historia transnacional, la biografía social, etc., pues nuestros propósitos han consistido en mostrar lo siguiente: (i) cómo las nuevas corrientes historiográficas nos brindan herramientas útiles para el estudio del pasado; (ii) cómo el presente influye en el examen del pasado; (iii) cómo una simple biografía (“micro”) puede esconder una historia “macro” en donde se conjugan todas las dimensiones y las categorías locales, internacionales, transnacionales; (iv) cómo es posible conjugar o interrelacionar diferentes herramientas / enfoques para abordar una misma temática, siendo esta una de las virtudes del oficio del historiador. Lo anterior, empero, no significa que todas las nuevas perspectivas sean siempre apropiadas para explorar los distintos momentos históricos pese a que todas estas sean “hijas” del presente global. A saber, la “historia global”, pues somos de la opinión que este enfoque es únicamente adecuado para explicar el presente mundial. Periodos anteriores, como en el que se desarrolla el caso Cerruti, pueden ser abordado a partir de la historia conectada, transnacional, cruzada, etc., y no desde la “historia global” (VENGOA; VARGAS, 2018, p. 17). ¿Por qué? Como el mismo caso Cerruti nos permite observar y, pese a que nos hayamos referido a lo “global” aludiendo por ejemplo a los nexos locales / globales, lo anterior no ha querido significar que esta cuestión represente un ejemplo de “historia global” o que puede ser abordada por medio de esta. Pues si bien a finales del siglo XIX, a raíz de la Segunda Revolución Industrial, se produjo una mayor integración del mundo y se construyeron variadas redes en ámbitos diversos al sincronizarse las métricas espaciales y temporales (por primera vez la humanidad tuvo la posibilidad de experimentar la noción de “simultaneidad”), no se logró superar la centralidad del Estado nacional. La verdad es que para esos años, los Estados nacionales construyeron la nueva configuración del orden mundial y, a su vez, se convirtieron en los garantes del sistema internacional mundial, el cual no hubiera podido funcionar sin las estructuras adecuadas ofrecidas por dichas configuraciones (OSTERHAMMEL; PETERSSON, 2005, p. 74). Por esta razón consideramos que en esos años se produjo una internacionalización del mundo o una “globalización internacionalizada” más no una plena globalización (lo que nos permitiría aludir a la “historia global”), pues esta última se producirá un siglo más tarde, 1970-1980, con el cese de la organización territorial de la humanidad (MAIER, 2008).

⁹ Algunos periódicos que cubrían el “caso Cerruti: *La Stampa* de Turín, Italia, *El Correo Nacional*, *El Deber* y *El Heraldo* de Colombia, *El Trabajo* de Bolivia, *El Mercurio* de Chile, *El Comercio* de Perú, *Diario del Salvador* de El Salvador.



El caso Cerruti, por tanto, nos permite observar cómo el dialogo micro/macro, las conexiones, las interdependencias, el desarrollo mismo de la cuestión que en ciertos aspectos superó las fronteras nacionales involucrando por ejemplo el fenómeno migratorio, la amplia red de acreedores o los medios de comunicación, en realidad, no puedo desvincularse de la lógica de los Estados nacionales. A saber, la participación de Colombia, Italia, Estados Unidos, España, así como las tentativas de resolución por medio de los arbitrajes internacionales, el derecho internacional y el sistema financiero internacional, respondieron siempre a lógicas nacionales. Por consiguiente, las “conexiones” realizadas por el “historiador electricista” quien está a cargo de “enlazar” o “desenlazar” los diferentes niveles y no puede obviar el contexto en el que los mismos se producen, ha debido recurrir a un análisis “multinivel” (conjugando las dimensiones locales, nacionales, internacionales, transnacionales y de índole diversa, v.gr. políticas, sociales, económicas, culturales) y a la historia conectada para poder comprender el problema en su totalidad y complejidad, pues a la luz de lo anteriormente expuesto, no es posible abordarlo como y desde la “historia global”.

BIBLIOGRAFÍA

ARENAL, Celestino del. América Latina en la política exterior española. *In*: BENEYTO, José M.; PEREIRA, Juan Carlos (ed.). *Política exterior española: un balance de futuro*. Madrid: Instituto de Estudios Europeos CEU/Siglo XXI, 2011. p. 243-306.

BAYLY, Christopher A. *La nascita del mondo moderno 1780-1914*. Torino: Einaudi, 2007.

BOTTA, Roberto Violi. *Biografías y Relatos de Italianos en Colombia (entre 1492 y 1938)*. Santa Fe de Bogotá D.C: Compañía Granadina de Seguros, 1995.

BUREAU, Paul. *Le conflit italo-colombien (affaire Cerruti): la Condition des Étrangers en droit public et les lacunes de la procédure arbitrale internationale*. Paris: Arthur Rousseau Editor, 1899.

BUSHNELL, David. *Colombia una nación a pesar de sí misma: nuestra historia desde los tiempos precolombinos hasta hoy*. Bogotá: Editorial Planeta, 2007.

CAPPELLI, Vittorio. Tra «Macondo» e Barranquilla. Gli italiani nella Colombia caraibica dal tardo Ottocento alla Seconda guerra mondiale, *Altreitalie*, Milano, p. 18-52, luglio-dicembre 2003.

CERRUTI, Ernesto. *Vertenzaitalo-colombiana: Documenti raccolti e presentati al parlamento e alla magistratura per Ernesto Cerruti*. Roma: Tip. Elzeviriana di Adelaide Ved. Pateras, 1900.

CIUFFOLETTI, Zeffiro; DEGL'INNOCENTI, Maurizio. *L'emigrazione nella storia d'Italia 1868/1975: storia e documenti*. Florencia: Vallecchi, 1978.

CONRAD, Sebastian. *What's Global History?* Princeton: Princeton University Press,



2016. Kindleedition.

CONVENCIONES DE ARBITRAJE obligatorio y Cláusulas referentes a arbitraje, comprendidas en los tratados celebrados entre Colombia y otras naciones. Bogotá: Imprenta Nacional, 1903. Publicación digital en la Página web de la Biblioteca Luis Ángel Arango del Banco de la Republica. Disponible en: <http://www.banrepcultural.org/sites/default/files/brblaa176135.pdf>. Consultado el: 8 ago. 2014.

EL COMERCIO: periódico. Lima, 6 agosto 1885. Database: WorldNewspaper Archive.

EL TRABAJO: periódico. Bolivia, 16 junio 1886. Database: WorldNewspaper Archive.

FAVERO, Luigi; TASSELLA G. Cent'anni di emigrazione italiana. In: ROSOLI, Gianfausto (ed.). *Un secolo di emigrazione italiana dal 1876 al 1976*. Roma: Centro Studi emigrazione, 1978. p. 9-64.

FRANZINA, Emilio. *Gli italiani al Nuovo Mondo: l'emigrazione italiana in America 1492-1942*. Milano: Mondadori, 1995.

GÓMEZ, Muller Alfredo. Imaginarios de la 'raza' y la 'nación' en Rafael Núñez. RUIZ, Leopoldo Múnera; CRUZ, Edwin Rodríguez (ed.). *La Regeneración revisitada. Pluriverso y hegemonía en la construcción del Estado-nación en Colombia*. Medellín: La Carreta Editores, 2011.

GONZALEZ, Fernán E. *Partidos, guerras e Iglesia en la construcción del Estado Nación en Colombia (1830-1900)*. Medellín: La Carreta Histórica, 2006.

GRUZINSKI Serge. *L'Histoire, pourquoi faire?* Paris: Fayard, 2015.

ITALIA MINISTERIO DEGLI AFFARI ESTERI, 23 noviembre 1886. Documenti presentati alla Camera dal Ministro degli Affari esteri (Di Robilant) nella tornata del 23 novembre 1886: reclami di italiani in Colombia. Roma: Tipografiadella Camera dei Deputati, Roma, 1886, Atti Parlamentari. Legislatura 16. 1 Sessione 1886; 15. Libri Verdi 54.

ITALIA CAMERA DEI DEPUTATI. *Atti Parlamentari*, 21 noviembre 1898, leg. XX, 2ª sesión. Roma: Tipografia della Camera dei Deputati, 1989.

LEMAITRE, Eduardo. *La Bolsa o la Vida: cuatro Agresiones Imperialistas contra Colombia*. Bogotá: Amazonas Editores, 1993.

LLANO, Alonso Valencia. Centu per centu, moderata ganancia! Ernesto Cerruti, un comerciante italiano en el estado soberano del Cauca. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, v. 25, n. 17, 1988. Disponible en: https://publicaciones.banrepcultural.org/index.php/boletin_cultural/article/view/2751. Consultado el: 15 feb. 2019.

LLANO, Alonso Valencia. *Empresarios y políticos en el Estado Soberano del Cauca*. Cali: Facultad de Humanidades Universidad del Valle, 1993.

LLANO, Alonso Valencia. *Indios, encomenderos y empresarios en el Valle del Cauca*. Cali: Gerencia para el Desarrollo Cultural, 1996.

MAIER, Charles S. Secolo corto o época lunga? L'unità storica dell'età industriale e le trasformazioni della territorialità. PAVONE, Claudio (ed.). *Novecento: i tempi della storia*. Roma: Donzelli Editore, 2008.

MAIER, Charles. Leviathan 2.0: Inventing Modern Statehood. ROSENBERG, Emily S. (ed.). *A World Connecting (1870-1945)*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

MAMMARELLA, Giuseppe; CACACE Paolo. *La politica estera dell'Italia: dallo Stato unitario ai nostri giorni*. Bari: Laterza, 2006.

NÚÑEZ, Pilar T. El proceso de las relaciones en el ordenamiento internacional entre Colombia y los Estados Soberanos: una mirada desde España. *Revista Electrónica de Estudios de Iberoamérica*, v. 4, n. 1, p. 116-143, 2010.

OBREGÓN, Liliana. Completing Civilization: creole consciousness and international law in nineteenth-century Latin America. ORFORD, Anne (ed.). *International Law and its Others*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 247-264.

OLSTEIN, Diego. *Thinking History Globally*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. Kindle edition.

OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSSON, Niels P. *Storia della globalizzazione*. Bolonia: Il Mulino, 2005.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *The Transformation of the World: A Global History of the Nineteenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

REBOLLEDO, Francisco. *Aventuras de un cocinero (Ernesto Cerruti): crónicas del Cauca*. Bogotá: Tip. El Mensajero, 1898.

ROSENBERG, Emily S. (ed.). *A World Connecting (1870-1945)*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

PALACIOS, Marco; SAFFORD, Frank. *Colombia país fragmentado, sociedad dividida: su Historia*. Bogotá: Editorial Norma, 2004.

PROCURADURÍA GENERAL, Cauca Estado Confederado. Informe que el Procurador General del Estado del Cauca dirige al Presidente de la Unión, relativo a la cuestión del ciudadano Ernesto Cerruti, Popayán, 1885.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Mondi Connessi: la storia oltre l'eurocentrismo (secoli XVI-XVIII)*. Roma: Carocci editore, 2014.

TAMBURINI, Francesco. La Cuestión Cerruti y la crisis diplomática entre Colombia e Italia (1885-1911). *Revista de Indias*, v. LX, n. 220, p. 709-733, 2000.



TORRE, Angelo. Comunità e località. LANARO, Paola. *Microstoria: a venticinque anni da l'eredità immateriale*. Milán: Franco Angeli, 2011.

TOVAR, Pinzón Hermes. *Que nos tengan en cuenta: colonos, empresarios y aldeas: Colombia 1800-1900*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1995.

TRIANA, Ricardo Esquivel. *Neutralidad y orden: política exterior y militar en Colombia 1886-1918*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

TRIVELLATO, Francesca. Is There a Future for Italian Microhistory in the Age of Global History? *Californian Italian Studies*, v. 2, n. 1, 2011. Disponible en: <http://escholarship.org/uc/item/0z94n9hq>.

VENGOA, Hugo Fazio. *Un mundo global: una historia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013.

VENGOA, Hugo Fazio; VARGAS, Luciana Fazio. La historia global y la globalidad histórica contemporánea. *Historia Crítica*, n. 69, p. 3-20, 2018.

NOTAS

AUTORIA

Luciana Fazio: Maestría. Doctoranda, Libera Università Internazionale degli Studi Sociali - LUISS Guido Carli, Departamento de Ciencia Política, Doctoral Program in Politics: History, Theory, Science, Roma, Italia.

DIRECCIÓN DE CORRESPONDENCIA

Via del Bosco 14, 53019, Castelnuovo Berardenga, Siena, Italia

ORIGEN DEL ARTÍCULO

Una versión preliminar de este artículo se desarrolló en el marco de la tesis – “L’affaire Cerruti” nelle sue diverse dimensioni politiche e diplomatiche, Maestría en Historia (*Scienze Storiche*), Università degli Studi di Firenze, en 2015.

AGRADECIMIENTOS

Agradezco a los evaluadores ciegos por sus valiosos comentarios.

FINANCIAMIENTO

No aplica.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

No hubo conflicto de intereses.

LICENCIA DE USO

Este artículo está licenciado bajo la [Licencia Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Las ideas expresadas en este artículo son responsabilidad de sus autores, no representando necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora jefa)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTORIA

Recibido en: 22 de febrero de 2019
Aprobado en: 3 de junio de 2019

Como citar: FAZIO, Luciana. Más allá de una simple biografía: “el caso Cerruti” una historia conectada y multinivel enlazada por un “historiador electricista”. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 270-289, maio/ago. 2019.





CONTRIBUIÇÕES PRELIMINARES DA *HISTÓRIA UNIVERSAL* DE H.G. WELLS: ELEMENTOS DE HISTÓRIA SOCIOEVOLUCIONISTA E DA WORLD HISTORY CONTEMPORÂNEA

Preliminary Contributions of H.G. Wells's *The Outline of History*:
Elements of Social Evolutionary History and Contemporary World
History

 **Fábio Luciano Iachtechen^a**

<https://orcid.org/0000-0002-5170-4679>

E-mail: fabio.luciano@gmail.com

^a Universidade Estadual de Londrina, Departamento de História,
Programa de Pós-graduação em História Social, Londrina, PR, Brasil

DOSSIÊ

Toda história é história conectada?

RESUMO

O presente artigo tem como proposta analisar a *História universal*, publicada em 1919 pelo escritor inglês H.G. Wells, como representante de um gênero de escrita histórica definido por Doris S. Goldstein como socioevolucionista. Esse gênero teve suas primeiras manifestações no fim do século XIX, com o início da repercussão das teorias darwinistas em algumas obras históricas, mas ganhou contornos mais precisos nas primeiras décadas do século XX, sendo o livro de Wells o mais representativo dessa historiografia. Essas primeiras manifestações foram retomadas em novas abordagens na segunda metade do século XX, com a emergência da *world history*, corroborada por descobertas em diversos campos das ciências naturais e mais bem fundamentada em suas aspirações de articular elementos da biologia evolutiva na análise do processo histórico. Enfim, sugerimos que, na *História universal*, de Wells, alguns elementos articuladores da *world history* estão já presentes, como a opção por uma escala temporal cósmica associada à temporalidade propriamente histórica e a crítica às fronteiras nacionais como convenções artificiais que se configuravam como empecilho ao desenvolvimento de um raciocínio histórico mais amplo e atinente a questões mundiais.

PALAVRAS-CHAVE

História universal. Historiografia socioevolucionista. World history.

ABSTRACT

This article aims to analyze the book *The Outline of History*, published in 1919 by the English writer H.G. Wells, as representative of a historical writing genre, defined by Doris S. Goldstein as social evolutionary history. This genre had its first manifestations in the late nineteenth century, after the repercussion of Darwinian theories on some historical works, but gained more precise contours in the first decades of the twentieth century with Wells's book, the most representative of the so-called social evolutionary history. These early manifestations were retaken in new approaches in the second half of the twentieth century with the emergence of World History, corroborated by scientific discoveries in various fields of natural sciences and better grounded in their aspirations to articulate elements of evolutionary biology in the analysis of the historical process. Finally, we suggest that in Wells's *The Outline of History* some elements that articulate World History are already present, such as the choice for a cosmic temporal scale associated with historical temporality itself and the criticism of national borders as artificial conventions, which hinder the development of a broader historical rationale regarding global issues.

KEYWORDS

The Outline of History. Social evolutionary history. World History.

Em artigo recente, a historiadora britânica Doris Goldstein propôs a identificação de um gênero de escrita histórica com origens no vitorianismo tardio – tomando, por exemplo, algumas obras de W.E.H. Lecky e a influência do darwinismo e da biologia social no pensamento historiográfico – e que se estenderia para as primeiras décadas do século XX, manifestando-se especialmente na chamada *new history* norte-americana e na *História universal*, publicada em 1919 pelo escritor inglês H.G. Wells.

Goldstein (2012) argumenta que esse possível gênero denominado historiografia socioevolucionista reflete os esforços de um grupo heterogêneo de historiadores para propor uma abordagem em novas bases temporais, incorporando conhecimentos sobre arqueologia, paleontologia e geologia, tendo como sustentação o evolucionismo darwiniano.

Essas tentativas de aplicação de teorias biológicas e evolutivas na escrita da história, no entanto, em geral não foram bem-sucedidas. Até pelo menos a metade do século XX, o conhecimento produzido pelas ciências da vida não era capaz de prover informações concretas acerca de culturas e civilizações iletradas e, ao mesmo tempo, não permitia perceber a relevância inequívoca da seleção natural para as sociedades humanas.

Mais recentemente, algumas sínteses pós-darwinianas em biologia evolutiva e genética, associadas a métodos mais precisos de datação de fontes históricas não escritas, deram maior confiabilidade e alcance aos estudos históricos que buscavam sustentação conceitual e metodológica em áreas como a antropologia natural. Para Goldstein, algumas obras e alguns ensaios de autores como William McNeill, David Christian e Daniel Smail, precursores da chamada *world history* (história-mundo) nas décadas de 1960 e 1970, demonstraram a relevância dos avanços da biologia evolutiva para o conhecimento histórico, relativizando fronteiras entre as ciências naturais e humanas e abrindo novas possibilidades de compreensão do fenômeno humano no passado.

Com algum intervalo, elas formariam um gênero de escrita da história que compartilha elementos e princípios metodológicos comuns. Para a autora, essa “nova história socioevolucionista, assim como aquela dos predecessores do século XIX e início do XX, assume a unidade do conhecimento, então não há divisão epistemológica entre os mundos da natureza e da história” (GOLDSTEIN, 2012, p. 42, tradução nossa).¹

Este trabalho pretende analisar a *História universal* de H.G. Wells como exemplo desse novo gênero, uma proposta de abordagem da história que divergia substancialmente dos modelos universalistas concebidos até a Primeira Guerra Mundial, caracterizados essencialmente como compilados de narrativas nacionais rearranjados de forma a compor uma aparente visão universalista da história.

O século XX já experienciava uma consciência, compartilhada por Wells, de que a idade do mundo, bem como de toda a vida e dos seres humanos, não se resumia à interpretação bíblica e, ao mesmo tempo, necessitava de uma revisão imediata dos próprios paradigmas científicos a respeito dessas origens. Tal historiografia de apelo

¹ No original: “This new social evolutionary history, like that of its nineteenth and twentieth century predecessors, assumes the unity of knowledge, so that there is no epistemological divide between the worlds of nature and history”.

nacionalista não tinha condições de prover informações suficientes, por exemplo, para uma abordagem histórica dos povos sem escrita, tampouco estender essa análise para períodos mais antigos, tidos como searas de outras ciências.

O historiador, enfim, ao abdicar desses novos conhecimentos, não estaria apto, inclusive por trabalhar em escalas temporais por demais artificiais, como “impérios” e “nações”, a perceber as importantes mudanças evolutivas na história humana.

Ainda sob o calor dos debates de Versalhes acerca do novo concerto geopolítico mundial e motivado pelo que presenciou deles, Wells publicou sua *História universal*, em fins de 1919, com a intenção de superar o modelo de história que sustentava as relações internacionais do período, calcado na estruturação factual dos processos, na personificação do passado em grandes vultos e na afirmação dos elementos nacionais, como língua e território.

A essência da crítica de Wells à historiografia de sua época estava, portanto, na onipresença europeia como centro irradiador da cultura e modelo civilizacional a ser incorporado por outras nações, algo que se propôs a rever em sua *História universal* na medida em que procurou equilibrar, num mesmo tempo-espço, a presença de grandes civilizações orientais, buscando configurar de fato uma abordagem pretensamente universal, mesmo que suas fontes de consulta fossem ainda os tradicionais estudos anglo-saxões acerca das dinastias chinesas, por exemplo.

Mesmo assim, o princípio da “provincialização” da Europa, como sugeriu um dos expoentes dos estudos subalternos, Dipesh Chakrabarty (2007, p. 3), já se apresentava imperativo, acarretando um processo de questionamento do protagonismo europeu na produção do conhecimento histórico, inclusive aquele proveniente dos povos colonizados, pois não fazia mais sentido perceber a história europeia como humana universal.

Seguindo a proposta de análise de Doris Goldstein, o argumento aqui exposto é que a *História universal* contempla, já no início da década de 1920, alguns elementos da World History, historiografia transnacional e transcultural que reflete o surgimento de uma sociedade de dimensões mundiais, em especial após a Guerra Fria (BENTLEY, 1996). Ademais, a concepção historiográfica de Wells antecipa alguns princípios da chamada história global, identificada como um movimento mais recente, que emerge na década de 1990 com base numa consciência de pertencimento a um mundo globalizado (MAZLISH; BUULTJENS, 1993), um processo de evidente encurtamento das distâncias em função das novas tecnologias, aceleração do tempo histórico, aumento populacional e incremento das desigualdades econômicas e sociais (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 483).

Entre esses elementos, daremos maior atenção àquilo que Patrick Manning (2003, p. 4) definiu como modo de abordagem “científico-cultural” da história global, que “consiste na aplicação de novas fontes não arquivais e de métodos das áreas como a biologia evolutiva, a pesquisa ambiental, a paleontologia, a arqueologia, a química, assim como da pesquisa em linguística e literatura”.

A HISTÓRIA UNIVERSAL E A GRANDE GUERRA

Para os jovens leitores do século XX, H.G. Wells foi um contista de histórias fantásticas, de narrativas que versam sobre sonhos humanos, o tempo futuro e suas implicações sociais, além de tecnologias antevistas. Foi também precursor, ao lado do



escritor francês Júlio Verne, de um gênero literário, a ficção científica, embora tenha se referido por vezes aos textos dessa fase como “romances científicos”.

Sua imaginação foi responsável por narrativas clássicas e imperecíveis imagens simbólicas desenvolvidas pelo gênero, como a viagem temporal em *A máquina do tempo* (1895), a invisibilidade em *O homem invisível* (1896), a questão da natureza humana e seu lado bestial em *A ilha do dr. Moreau* (1897), a invasão belicosa marciana em *A guerra dos mundos* (1898) e as viagens espaciais em *Os primeiros homens na Lua* (1901).

Foi também jornalista e colaborador de diversos periódicos de sua época, desde o período em que estudou ciências naturais na Normal School of Science, de South Kensington. Em quase uma centena de artigos e panfletos, é possível encontrar uma variedade substancial de temas e interesses, desde a questão sexual, incluindo o feminismo e o sufrágio, até a religião, a guerra, o nacionalismo e a educação científica. É justamente nesse campo da educação científica que podemos incluir a *História universal*, que representou uma importante guinada em sua carreira como escritor, antes marcada pela ficção e por ensaios de temáticas variadas.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, como resultado de sua participação como um dos delegados ingleses na “League of Free Nations Association”, Wells esteve envolvido, no fim de 1918, com um grupo de pesquisa ligado à associação e que produziu dois importantes documentos: “The Way to the League of Nations” e “The Idea of a League of Nations”, ambos publicados no início de 1919 com a intenção de servir como parâmetro para os debates acerca da formação da futura Liga das Nações.²

No trecho inicial de “The Idea of a League of Nations”, a apresentação procura demonstrar o papel informativo trazido por especialistas em diferentes áreas:

Um pequeno grupo de qualificados ingleses tem trabalhado por muito tempo na direção da paz universal sob uma perspectiva própria. Formando a Associação da Liga das Nações Livres, eles dividiram os principais problemas entre os especialistas para estudos mais amplos, avaliação e sugestões de solução. Essas investigações, eventualmente publicadas em forma de livro, farão, na opinião do *Atlantic*, um importante tratado sobre a paz mundial. Mas, enquanto isso, o grupo se uniu na compilação do artigo seguinte, que pode servir como introdução a todas as tentativas de uma Liga das Nações (WELLS, 1919, p. 15, tradução nossa).³

² Em setembro de 1919, Wells publicou, na *Atlantic Monthly*, “The Idea of a League of Nations”, no qual prevê uma liga com poderes mais amplos e atuação mais direta do que as propostas anteriormente apresentadas, sobretudo pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson. De fato, Wells propunha uma estrutura governamental para a liga que não se conformaria em ser apenas uma mediadora de problemas geopolíticos, e sim uma entidade com o controle prático e irrestrito de exércitos, marinhas, forças aéreas, indústrias bélicas e similares das nações que a compusessem. Os colaboradores em ambos os artigos foram Gilbert Murray – o único historiador profissional do grupo –, Viscount Bryce, William Archer, H. Wickham Steed, Lionel Curtis e J.A. Spender, tendo Wells como presidente.

³ No original: “A small group of qualified Englishmen have long been working toward Universal Peace from an angle of their own. Forming the League of Free Nations Association, they have divided the principal problems among experts, for extended study, appraisal and suggestions for solution. These inquiries, eventually to be published in book form, will, in the *Atlantic's* belief, form a highly important treatise on World Peace; but, in the meantime, the group has united in the compilation of the following article, which may well serve as an introduction to all attempts at a League of Nations”.

O fim da Grande Guerra representou também um período de grandes esperanças, e esses panfletos traduzem o esforço derradeiro em demonstrar a necessidade de um entendimento comum, preferencialmente a partir de uma história comum dos povos humanos. Tais textos resumem a ideia central de H.G. Wells sobre a história e como ela era ensinada como responsável pela guerra. Essa distorção do passado é abordada em “The Idea of a League of Nations” em diversas passagens que demonstram que a historiografia de fronteiras nacionais havia produzido um discurso histórico que servia apenas para confirmar o *status quo* imperial e beligerante no qual estavam imersas as potências europeias.

Em sentido geral, a Grande Guerra teria produzido seu efeito devastador não só porque teve na ignorância e na falta de sensibilidade política de diplomatas e governantes europeus um fator essencial, mas também porque cada nação envolvida direcionou milhões de estudantes a uma perspectiva cívica e patriótica, baseada num ensino da história metodológica, factualmente organizado sob uma perspectiva nacionalista em seu sentido maior, ou seja, calcada numa língua pátria, respeitando fronteiras físicas/geográficas e construído a partir de símbolos, líderes e mártires que reforçaram a importância do local de nascimento e pertencimento como valores fundamentais à própria existência (WELLS, 1919, p. 18).

A desilusão proporcionada pelo malogro da liga em seu nascedouro despertou em Wells o sentimento de que as respostas para explicar o contexto europeu das primeiras décadas do século XX estavam no passado. Uma nova história estaria por ser escrita, na qual as ideias tomariam espaço central e as multiplicidades étnica e social da humanidade deveriam ser equitativamente contempladas. Sua ideia primeira foi aproveitar os debates formadores do plano de uma liga de nações para sugerir que tal história da humanidade fosse produzida por um grupo de mentes coordenadas, o que não foi possível concretizar, seja pelo tempo e pelo esforço a serem empreendidos, seja pela falta de *expertise* para lidar com um campo de conhecimento no qual apenas Gilbert Murray atuava profissionalmente.

“A HISTÓRIA HUMANA COMO UMA CORRIDA ENTRE A EDUCAÇÃO E A CATÁSTROFE”

A sentença que intitula essa seção e aparece na parte final do último capítulo da *História universal* se tornou, em meio à grande produção bibliográfica de Wells, sua citação mais importante reproduzida ao longo dos anos. Em certa medida, ela sintetiza a importância central do ensino da história no início do século XX. O título principal da obra em inglês, *The Outline of History*,⁴ não faz jus à sua ambição. O subtítulo, *Being a Plain History of Life and Mankind*, apresenta uma explicação mais bem formulada

⁴ Em inglês, *outline* pode ser traduzido como “esboço”, “delinear” ou “contorno”. Escrita entre os anos de 1918 e 1919, foi publicada pela primeira vez em fascículos ilustrados. Cuidadosamente revista, foi transformada em livro em 1920. Novamente revista, foi reorganizada para a reedição de 1923, que ganhou nova edição ilustrada em 1925, sendo esta objeto de interpelação por parte de Hilaire Belloc. Em 1930, foi reeditada e aumentada, ganhando novas notas e correções, inclusive proporcionadas por correspondentes de Wells, aproveitando sua grande popularidade. A *História universal* sofreu ainda uma revisão final em 1932, base para a edição em português utilizada neste trabalho, publicada pela Companhia Editora Nacional, em 1958, com tradução de Anísio Teixeira e revisão de Monteiro Lobato.

sobre as características da obra, mas foi subtraído das edições nacionais pelo fato de “história universal” ser uma expressão que se adapta melhor à estrutura da obra e que, por si só, se apresenta ao leitor.

Podemos compreender a palavra *plain* em seus dois sentidos primordiais (plano, raso, liso) ou *plainly* (claramente, abertamente), e, ainda, os termos *life and mankind* como uma alusão à história do gênero humano, desde os primeiros organismos vivos até a complexificação das relações humanas e suas instituições jurídicas, econômicas e sociais.

Escrita a partir do fim de 1918, meses após o fim da Primeira Guerra Mundial, e finalizada em dezembro de 1919, *The Outline of History* teve – primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos e, depois, em grande parte do universo letrado – uma excepcional vendagem⁵ e uma conseqüente inflamada recepção, que lhe rendeu uma série de críticas profissionais, artigos de opinião e manifestações de desagravo. Tais críticas quase sempre consistiam na revindicação da presença de fatos e personagens teoricamente omitidos.

Parte importante dos comentários em relação à *História universal*, todavia, propunha um debate teórico-metodológico que criticava o evolucionismo social que acompanhou Wells e seu ideário, ou mesmo críticas à sua falta de isenção e excessivo julgo pessoal sobre o passado como um pecado historiográfico capital, mesmo para um não profissional.

Na própria introdução da *História universal*, Wells deixou claro que sua proposta de revisão da história não abandonaria os temas relacionados ao poder como principais condutores dessa grande novela da humanidade que apresenta ao leitor comum. A questão reside na forma como a política era tratada e retratada. Assim, é possível sugerir, apesar de o próprio Wells definir sua proposta como uma nova história, que as novas possibilidades temáticas e metodológicas de cunho sociológico, antropológico e cultural, que vinham sendo levantadas nas primeiras décadas do século XX como características da chamada nova história, não constituem necessariamente o fundamento metodológico da proposta historiográfica de Wells.

A ideia era propor uma nova abordagem da história política, de modo a inspirar os rumos da reorganização geopolítica mundial posterior à Primeira Grande Guerra e, por que não dizer, os próprios rumos da humanidade, seguindo a intensidade de suas pretensões.

Semelhante trabalho [a constituição da comissão inglesa para os debates na Liga das Nações] havia de forçosamente envolver participação nas discussões e levou ainda à organização de uniões e sociedades de propaganda. Os debates nessas associações revelaram, soberanamente, a importância vital em todas as atividades políticas de determinada concepção sobre o passado.

⁵ Os números de *Outline of History* foram realmente impressionantes para a época. No fim de 1921, cerca de 150 mil cópias da edição integral, composta por seis volumes, haviam sido vendidas na Inglaterra, e cerca de 500 mil cópias nos Estados Unidos, onde a popularidade de Wells o colocou entre os autores de não ficção mais vendidos da década. A tradução para mais de vinte idiomas, a maioria com vendas expressivas, colocou a *História universal* entre o seletivo grupo dos livros com circulação superior a 1 milhão de exemplares entre os anos 1920 e 1940 (ROSS, 2002, p. 13).

Com efeito, que são as atividades políticas de um homem senão sua ideia do passado posta em ação? (WELLS, 1959, p. 4).

Com o intuito de promover um debate diferenciado na constituição da Liga das Nações e no processo de reorganização mundial pós-Primeira Guerra, a ideia central de Wells era discorrer sobre alguns contextos históricos que exemplificariam a vocação europeia para a unidade, buscando justificativas para o que classificou como uma obstinada busca da manutenção de um império na Europa, ora baseado nos exemplos de expansão e conquista característicos da Antiguidade clássica, ora identificado nos projetos de unificação fundamentados na cristandade, propostos em diferentes momentos históricos.

Essa proposta inicial, todavia, foi extrapolada, adquirindo contornos universais, e foi se adequando a essa ideia de universalidade uma extensa e diversa relação de civilizações e grupos humanos, apresentados em narrativa pretensamente unificadora.

De maneira geral, entre os aspectos que caracterizam a *História universal*, podemos destacar o caráter popular, manifestado nos já comentados números de vendas, que proporcionam uma análise sobre sua atribuição como instrumento de educação geral. Certamente, a intenção de Wells não era produzir uma obra especializada para um público segmentado e talvez nesse segmento encontrar um novo sucesso editorial. Suas pretensões passavam pela necessidade de informar um número expressivo de pessoas sobre sua condição humana universal, segundo Wells abalada pelo flagelo da Grande Guerra, que se constituía, porém, como uma oportunidade ímpar para um reordenamento das atividades humanas, tudo isso tendo a história como justificativa e ferramenta principal.

Outra característica importante da obra é a linguagem empregada, que se pressupõe histórica, pois propõe analisar o passado como objeto central, mas traz consigo componentes literários. A intenção de Wells era se comunicar com um público mais amplo. Para tanto, seu discurso histórico se propõe bastante direto e simples, prevalecendo a natureza narrativa/informativa a respeito de civilizações, eras, impérios e movimentos humanos que tenta articular como componentes de um único, orgânico e evolutivo processo histórico.

É essa característica orgânica, proposta por Wells como modelo de sua historiografia, no entanto, o cerne das principais controvérsias geradas desde a primeira edição da *História universal*. Na própria introdução da edição de 1932, por sinal a última que recebeu novos trechos, informações ou supressões, Wells apresenta um novo item denominado “Da razão de certas omissões e acréscimos”, no qual justifica as principais modificações incorporadas. Entre elas, estão algumas descobertas arqueológicas consolidadas na segunda metade da década de 1920, denotando sua preocupação em reforçar o argumento evolutivo para sua história.

Outros acréscimos tornaram-se indispensáveis, em face do progresso dos escavadores. É difícil, hoje, para o autor, conservar-se em dia com os alviões. Desde a última revisão deste escorço, não faltaram acontecimentos interessantes: a descoberta do crânio de Taung na África do Sul, o crânio de criatura com traços de homem na face e maxilas; o reconhecimento de afinidades entre os primitivos sumerianos e os povos do norte da Índia – a

primeira verificação de algo definitivamente histórico na Índia de 600 ou 700 antes de Cristo (WELLS, 1959, p. 16-17).

Além desse novo item, presente na introdução, o próprio começo da *História universal* foi alterado na edição de 1925. O texto original de 1919 se iniciava com um capítulo chamado “O mundo antes do homem”, que continha subtítulos como “As primeiras coisas vivas” e “Seleção natural e a transformação das espécies” (WELLS, 1959, p. 16). Esse capítulo tinha considerações essencialmente biológicas sobre a origem da vida, enfocando os processos físico-químicos que contribuíram para a materialização desse fenômeno.

Já as edições posteriores foram acrescidas de um capítulo anterior chamado “A Terra no espaço e no tempo”, em que Wells procura associar as origens biológicas da Terra às principais ideias e conceitos em voga no período, numa tentativa de demonstrar a fundamentação científica de seus argumentos, além de relacionar a história humana com os primeiros processos orgânicos de nossa constituição.

Nesse mesmo trecho, Wells faz questão de ressaltar a capacidade humana historicamente recente de promover tais assertivas com precisão argumentativa, algo que só o raciocínio lógico fundamentado em preceitos científicos poderia oferecer. Como exemplo da precariedade anterior do debate sobre as origens do Universo e da humanidade, Wells aponta um livro — também chamado nessa edição em português de *História universal* —,⁶ publicado no fim do século XVIII em Londres, que ocupa seu início com a delimitação precisa da criação do mundo.

Na *História universal*, publicada em Londres, em 1779, afirmava-se que o mundo fora criado no ano de 4004 a. C., e (com amável exatidão) no equinócio do outono, coroando a obra da criação, a fatura do homem no Éden, à margem do Eufrates, exatamente dois dias de viagem acima de Basra. O crédito dado a tais assertos provinha da interpretação excessivamente literal da narrativa bíblica. São poucos hoje, mesmo entre os mais sinceros crentes na inspiração da Bíblia, que aceitam tais afirmações como positivas (WELLS, 1959, p. 22).

Dessa forma, a proposta histórica de Wells tem uma relação direta com alguns campos da ciência que se consolidam no século XIX e deles retira sua força argumentativa sobre nossas origens. Nesse mesmo trecho, o autor faz breve menção à paleontologia, que rompeu uma barreira temporal humana que tinha nos textos sagrados seus limites cronológicos, e à geologia, que tornou possível verificar a extensão incomensurável de nossas origens biológicas. As perspectivas da história humana se alargaram substancialmente no tempo e no espaço, passando de alguns milhares de anos para o campo dos milhões.

⁶ Nessa citação, Wells provavelmente faz referência à obra ilustrada *Universal History: from Earliest Accounts to the Present Time*, publicada por conhecidas casas editoriais inglesas do período, como Murray, Lower, Crowd, Newbery, entre outras. Outros exemplos de construção histórica nesse formato universal com inspirações providencialistas podem ser observados com relativa frequência, seja em períodos anteriores, como no *Discurso sobre a história universal* de Bossuet, no século XVII, seja na *História universal* de Cesare Cantù, em meados do século XIX.

A AURORA DA HISTÓRIA

As ideias-força da proposta histórica de Wells estão presentes especialmente no primeiro terço dos seus quarenta capítulos. O livro é fundamentado na habilidade de Wells em organizar um conjunto de conhecimentos de diversas áreas científicas numa narrativa, demonstrando quão históricas são as ciências da vida e articulando um tempo cósmico como prenúncio de um tempo humano, ambos compondo uma história pretensamente universal. Ao mesmo tempo, Wells sugere uma filosofia da história que mantém sua inspiração no darwinismo como grande narrativa do mundo.

Como seguidor de Thomas Huxley, Wells não era adepto da seleção natural como uma lei inexorável, e sua descrença na beneficência da natureza fez com que não tivesse ilusões sobre um destino humano pré-traçado. Processos evolutivos como “luta” e “sobrevivência” poderiam ser direcionados pela intervenção humana organizada, podendo se transformar inclusive em cooperação, exatamente o oposto sugerido pela seleção natural.

Ao fim do período Neolítico e acompanhando o surgimento das primeiras civilizações, Wells usa a expressão *the dawn of history* para definir o momento em que o ser humano passa definitivamente a estabelecer um convívio social organizado e consolida, portanto, as condições de unidade sugeridas adiante. Nos trechos iniciais, o surgimento das primeiras concepções religiosas é abordado com base numa explicação psicológica, baseada no que chamou de *fear of the old man*, base de mitos e lendas em torno dos quais as primeiras manifestações da religião humana foram concebidas.

Uma vez que o homem passa a tomar alguma consciência de sua necessidade pessoal por proteção, direção e uma força interna além do próprio poder, há o surgimento do sacerdote, que passará a normatizar e intermediar essas manifestações de fé. O templo, o padre e o sacrifício são vistos como sintomas de um declínio moral das religiões, antes marcadas por uma simplicidade e pureza não mais observadas, passando para um sistema de superstições, dogmas e tradições.

A essência do cristianismo é apresentada, em sua maior parte, pela grande revolução social perpetrada por Jesus de Nazaré, que Wells sugere ser um personagem histórico, portanto datado e integrado à dinâmica histórica, numa época em que os manuais concentram a atenção na expansão da civilização imperial romana. Sua abordagem sugere que o evangelho proclamado por Jesus constituiu uma manifestação contra o egoísmo individualista, ao mesmo tempo que denunciava o lucro privado (WELLS, 1959, p. 283-290).

Com base nessas considerações, é possível entender por que Wells dedica menos espaço a artes e religiões da Antiguidade oriental, como a egípcia ou a mesopotâmica, já que suas manifestações seriam calcadas em tradições e superstições mais obscuras, normalmente associadas ao politeísmo, sendo, para o autor, portadoras de uma mentalidade social atrasada.

Manifestações como o autocastigo e o sacrifício de pessoas e animais estariam ligadas a um tipo racial congênito, denominado por Wells de *dark-white (and brown skinned) Mediterranean race*, dono de um temperamento essencialmente supersticioso (WELLS, 1959, p. 191-194). De fato, Wells submete seu raciocínio a um racionalismo comum a determinados grupos intelectuais de sua época, e sua história não é exceção ao manifestar posições como julgar, por exemplo, arianos e mongóis, dinâmicos e

conquistadores, como mais aptos à cooperação e ao desenvolvimento social do que outros grupos.

A ideia de um processo emergente de cooperação internacional e harmonia social fundamentada numa ética altruísta e na emancipação intelectual humana ganha contornos mais definidos durante o período que chamamos de Idade Média. A unificação papal no fim do Império Romano é positivamente avaliada como um processo que veio a traçar um elemento cultural comum a territórios antes unidos por Roma.

Wells percebe as Cruzadas como a manifestação de um desejo comum à cristandade, mas a Igreja de Roma, enfim, teria falhado em levar a proposta unificadora do cristianismo primitivo adiante, transformando sua estrutura em um complexo burocrático e de poder: “Vimos a República Romana naufragada, e aqui vemos a Igreja falhando em sua missão mundial, em grande parte através de métodos eleitorais ineficazes” (1959, p. 648).

É interessante notar que o que convencionamos chamar de Idade Moderna e Contemporânea, períodos históricos mais próximos de nós cronologicamente, sobre os quais temos mais informações e acesso às fontes, compõem apenas uma parte da *História universal*. Do Renascimento, das Grandes Navegações e das Reformas Religiosas até o fim da Primeira Guerra Mundial se tem cerca de um quinto dos capítulos escritos por Wells. Se comparado com as tradicionais propostas de história universal, esse é um rearranjo temático e temporal digno de nota.

Um elemento comum a toda história da humanidade apresentada por Wells consiste na relação de contradição entre os hábitos dos povos nômades e sedentários, um processo de diferenciação iniciado desde o fim do Neolítico e que estendeu suas consequências por boa parte da história.

Desde o início da história, os povos nômades e sedentários têm estado em oposição. Já falamos sobre as invasões semíticas e elamitas sobre a Suméria; vimos o império do Ocidente ter sido esmagado pelos nômades das Grandes Planícies, a Pérsia conquistada e Bizâncio abalada pelos nômades da Arábia. Sempre que a civilização parece estar sufocada em meio às ervas daninhas da dívida e servidão, quando sua fé parece apodrecer no cinismo e seus poderes de crescimento estão irremediavelmente enredados em fórmulas enfraquecidas, o nômade entra como um arado para romper a estagnação apodrecida e lançar novos começos. A agressão mongol, que começou no século XIII, foi a maior e até agora a última de todas essas destruições reutilizadas pela associação humana (WELLS, 1959, p. 666).

Assim, nomadismo e sedentarismo representam dois ideais sociais distintos, postos em oposição por Wells, e são definidos pelo que chamou de *communities of faith and obedience*, como as primeiras civilizações, e *communities of will*, representadas desde os princípios da história principalmente pelos povos nórdicos, hunos e mongóis. O espírito nômade, seja germânico, seja semítico, “foi mais diligente e ereto do que o dos povos sedentários” (WELLS, 1959, p. 667), ou seja, as grandes mudanças, a criatividade, a iniciativa e o dinamismo social são associados ao modo de vida nômade e explorador.

O nomadismo seria uma espécie de termo alternativo e anterior ao conceito de civilização, enquanto os povos sedentários forjaram sua estrutura social e cultural em tradições e misticismos como elementos centrais de sua perpetuação. Essa separação, que permeia toda a obra, é retomada por Wells na conclusão:

Neste livro, procuramos mostrar dois grandes sistemas de desenvolvimento interagindo na história da sociedade humana. Vimos, a partir dessa especial cultura neolítica posterior, o heliolítico, a cultura nas partes aluviais mais quentes do mundo, as grandes civilizações primordiais, sistemas fecundos de subjugação e obediência, vastas multiplicações de homens industriais e subservientes. Mostramos a relação necessária dessas primeiras civilizações com os primeiros templos e com os reis-deuses e os deuses-reis. Ao mesmo tempo, traçamos o desenvolvimento a partir dos povos errantes do neolítico, que se tornaram povos nômades em grandes grupos, como os arianos e os povos huno-mongóis do noroeste e do nordeste (de uma fase heliolítica) e os semitas dos desertos da Arábia. Nossa história tem contado sobre uma repetida devastação e renascimento das civilizações originalmente aperfeiçoadas por esses povos mais duros, ousados e de espírito livre das estepes e do deserto. Já mostramos como essas inusitadas injeções nômades alteraram constantemente as civilizações primordiais, tanto no sangue como no espírito; e como as religiões do mundo atual, e o que hoje chamamos de democracia, a ousadia da investigação científica moderna e uma inquietude universal, são devidas a essa “nomadização” da civilização. As antigas civilizações criaram tradição e viveram pela tradição. Hoje o poder da tradição é destruído. O corpo de nosso Estado ainda é civilização, mas seu espírito é o espírito do mundo nômade. É o espírito das Grandes Planícies e do alto mar (1959, p. 725-726).

A HISTORIOGRAFIA SOCIOEVOLUCIONISTA E A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA GLOBAL

A premissa básica do que a historiadora britânica Doris Goldstein definiu como historiografia socioevolucionista está na relação entre a história e a biologia, que deveriam ser pensadas como um *continuum*, antes de duas esferas epistemológicas separadas. Seriam áreas que se influenciariam mutuamente – a biologia ofereceria um sentido essencial para a história, que, por seu turno, proporcionaria uma visão mais ampla do passado humano, para além do contexto bíblico. Essa ideia ganhou força em fins do século XIX, com a fundamentação histórica dos estudos sobre os fenômenos da vida em geral – seja na geologia, na paleontologia e na antropologia biológica, seja sobretudo nas teorias darwinistas que utilizaram uma ampliação sem precedentes na escala temporal humana como um dos fundamentos centrais de sua argumentação.

Segundo Goldstein, os precursores desse novo gênero seriam os historiadores William Edward Lecky e James Harvey Robinson, além de H.G. Wells, produtores de uma historiografia popular, transnacional e que se propunha uma alternativa ao modelo rankeano (GOLDSTEIN, 2012, p. 41-42).



Seu argumento sugere que determinado gênero de escrita histórica surgiu da relação de interseção entre um conjunto de conhecimentos oriundos das ciências naturais e o processo de revisão pelo qual passou a produção do conhecimento histórico no início do século XX, formando uma espécie de identidade possível de ser associada a um grupo de historiadores que, em diferentes épocas, retomam sob novos moldes essa relação.

Em primeiro lugar, Goldstein propõe que, nas primeiras décadas do século XX, houve um descrédito da validade das premissas evolutivas aplicadas à história, uma posição que refutava sobretudo o eurocentrismo, associado imediatamente a uma possível aplicação social do darwinismo. Autores como o antropólogo Franz Boas e Frederick Teggart, um “novo historiador” da costa oeste, propunham uma relativização do escalonamento evolutivo das culturas humanas, argumentando que elas não pressupõem diferentes fases rumo a um estado de civilização, cujo modelo seria o europeu ocidental. Boas, por exemplo, defendeu que o método comparativo seria insuficiente para a antropologia, que deveria se pautar pelas particularidades históricas de cada grupo humano estudado (1896, p. 901-908; TEGGART, 1918, p. 2-40).

As ciências naturais teriam sido revividas no fim dos anos 1940 como uma alternativa às explicações eminentemente culturais sobre o comportamento humano, ao menos nos Estados Unidos. Já nos anos 1980 e 1990, Goldstein lembra que a clonagem e o mapeamento genético foram fatores fundamentais para despertar o interesse para que uma nova abordagem da biologia por parte das ciências humanas e sociais fosse realizada com maior intensidade. Ele cita Carl Degler e seu *In Search of Human Nature*, de 1991, como um exemplo desse diálogo interdisciplinar em novas bases. Lembra ainda do editorial de 1999 da prestigiada *History and Theory*, conclamando os historiadores a pensar a pertinência (ou permanência) do evolucionismo na sua prática (DEGLER, 1991; SHAW, 1999). Em suas palavras,

as descobertas da biologia, da geologia e da paleontologia no século XIX levaram à conscientização da idade da Terra e da Antiguidade da espécie humana, ainda que correspondessem a uma compreensão teleológica do selecionismo darwinista. Um animado evolucionismo andou de mãos dadas com a crença na direcionalidade da história. Essas atitudes encontraram expressão no evolucionismo de *Rationalism and the Morals* (Lecky) e, em certa medida, na escrita histórica de H.G. Wells e J.H. Robinson. A síntese moderna do selecionismo variacional darwiniano e da genética minou as explicações teleológicas e possibilitou as realizações empíricas e teóricas da biologia evolucionária desde meados do século XX (GOLDSTEIN, 2012, p. 56, tradução nossa).⁷

⁷ No original: “The discoveries of the nineteenth century biology, geology and paleontology led to awareness of the age of the Earth and the antiquity of the human species, yet appeared to accommodate a teleological understanding of Darwinian selectionism. Cheerful evolutionism in nature went in hand with belief in directionality in history. These attitudes found expression in the social evolutionism of the *Rationalism and the Morals* (Lecky), and to some extent in the historical writing of H.G. Wells and J.H. Robinson. The modern synthesis of Darwinian variational selectionism and genetics undermined teleological explanations and made possible the empirical and theoretical achievements of evolutionary biology since the middle of the twentieth century.” Apesar desta passagem conclusiva de seu artigo

Semelhante associação pode ser encontrada num estudo de William Green sobre como os historiadores periodizam a história. Nos trechos finais, o autor faz uma exposição a respeito das continuidades que conectam o discurso socioevolucionista do século XIX com determinada historiografia que emerge na segunda metade do século XX. Sua tese é a de que uma estrutura conceitual dos membros da *World History* corresponde ao que propunham progressistas e teóricos da evolução do século XIX. Entre as analogias possíveis, Green afirma que ambos abraçaram a história humana desde suas origens e, além disso,

assumiram que existem qualidades comuns e universais à natureza humana, bem como que a natureza humana gera desenvolvimento social e cultural. Ambos consideraram a mudança gradual e constante, identificando a direção da mudança como uma evolução de homogênea para heterogênea, de simples para complexa. Eles acreditavam que, no fim, a mudança ocasionou melhoria na qualidade de vida humana – os acadêmicos do século XIX estavam confiantes nisso, e os historiadores do mundo contemporâneo tornam esse caso mais sutil, às vezes até apologético. Ambos fizeram o mesmo tipo de pergunta: como as pessoas se tornam civilizadas? (1995 p. 57-58, tradução nossa).⁸

Essa corrente – no sentido de cadeia, concatenação – estaria completa ao seguirmos a premissa de que, em linhas gerais, os mesmos pressupostos historiográficos apresentados por H.G. Wells e James Harvey Robinson estariam presentes na produção histórica atual, representada pelos *world historians*, proponentes de uma influente historiografia denominada genericamente *world history*, ou *global history*, e que tem como principais representantes nomes como William McNeill e David Christian.

Talvez a primeira *world history* moderna seja *The Rise of the West* (1963), de McNeill, cujo subtítulo, *A History of the Human Community*, indica suas pretensões em apresentar um desenvolvimento temático da história humana, abandonando a periodização tradicional para incluir uma origem pré-histórica associada aos povos ocidentais.

Em artigos para a *History and Theory*, McNeill (1998, 2001) explicitou sua visão sobre a necessidade de pensar o passado sob uma perspectiva integrada e evolutiva

fazer uma associação imediata entre Wells e o darwinismo, é necessário dizer que a autora faz uma análise pertinente da questão ao propor, em determinado trecho, que o evolucionismo de W. Lecky, baseado nas suposições naturalistas de seleção e adaptação, não é o mesmo de Wells, um cético em relação à beneficência da natureza. “Luta” e “sobrevivência” são parte de uma natureza que, em nós humanos, estaria sujeita a intervenção mediante um “*ethical process*” [processo ético], pontua Goldstein, ao lembrar da influência de Huxley em seu pensamento (GOLDSTEIN, 2012, p. 46).

⁸ No original: “Both have assumed that there are common and universal qualities to human nature and that human nature generates social and cultural development. Both have considered change to be gradual and constant; both have identified the direction of change as evolving from homogenous to heterogenous, from simple to complex; both have believed that, on balance, change has occasioned betterment in the quality of the human life (nineteenth-century scholars were boldly confident of this; contemporary world historians make this case more subtly, sometimes even apologetically). Both have asked the same kinds of questions: how do people become civilized?”

como condição para a prática da *world history*, por exemplo, ao contemplar alguns padrões humanos que só podem ser observados sob essa escala analítica, como o que chamou de “seletiva pressão pela complexidade”.⁹

É importante considerar que o evolucionismo defendido por McNeill não considerava os mesmos pressupostos hierarquizantes que determinada concepção biológica da história manifestou em momentos anteriores à Primeira Guerra, pois sua sugestão consistia em sustentar que as culturas indo-asiáticas tiveram um papel importante na formação da Europa, um movimento possível de ser percebido em escala temporal maior.

Em *Maps of Time: An Introduction to the Big History* (2005), David Christian aproveitou o desafio conceitual de McNeill e acabou por alargar seu escopo, propondo uma história natural desde o universo inanimado, do surgimento de estrelas e galáxias, até a era moderna e sua apresentação de um mundo unificado pela globalização, um exemplo do que poderíamos chamar de *global history*.

Sua análise parte da rejeição da premissa de uma divisão epistemológica entre as ciências naturais e humanas e se apresenta como crítica da redução que se fez da biologia aplicada aos fenômenos sociais. Em vez disso, sugere uma abordagem não reducionista que enfatiza o desenvolvimento da mentalidade humana como um grande mecanismo em adaptação, em contrapartida à tese da simples herança genética das aptidões. Como sugeriu em artigo posterior: “Defino a história universal como a tentativa de entender o passado em todas as escalas possíveis, até as da cosmologia, e fazê-la de maneira que faça justiça à contingência e especificidade do passado e aos grandes padrões que ajudam a dar sentido aos detalhes”, definição que se encaixa perfeitamente ao modelo wellsiano de história universal (CHRISTIAN, 2010, p. 8, tradução nossa).¹⁰

Segundo Fred Spier (2010), o termo *big history*, cunhado por Christian, define uma versão mais radical do que seria o objeto da história sugerido pela *world history*, uma abordagem que insere a história humana num contexto cósmico, dos princípios do Universo até os dias de hoje, ou do Big Bang até o Big Mac, expressão que passou a ser utilizada para definir esse amplo contexto a partir do livro de Eric Schulman (1999). É uma quebra radical em relação aos modelos sustentados até então, pois o escopo da história se confunde com o próprio surgimento da vida em si. Por fim, representa uma nova estrutura teórica para a ciência, porquanto o conhecimento científico passa a ser integrado.

Para Spier (2010, p. 26), o gênero historiográfico que compartilha, cujos expoentes são William McNeill, Jeremy Bentham e David Christian, foi iniciado por H.G. Wells, o primeiro a efetivamente escrever uma *big history* com tais características.

⁹ Após a contribuição inicial de McNeill para a configuração da *world history*, outros modelos surgiram aproveitando as premissas iniciais de uma visão panorâmica e integradora da história. Como exemplo, temos a história ambiental de Alfred Crosby *Imperialismo ecológico*, que aborda fenômenos ambientais observados na Europa em cerca de mil anos, desde a Baixa Idade Média até início do século XX. Outro exemplo de *world history* possível está na proposta de John Willis Jr., que toma o ano referencial de 1688 para traçar uma história universal dos acontecimentos constrictos especificamente a esse ano, uma abordagem cujo sentido universal é mais espacial. Ver CROSBY, 1993 e WILLIS JR, 2001.

¹⁰ “I define universal history as the attempt to understand the past at all possible scales, up to those of cosmology, and to do so in ways that do justice to the contingency and specificity of the past and to the large patterns that help make sense of the details.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, podemos considerar que há uma filosofia da história implícita na *História universal* de H.G. Wells, cuja essência aponta para uma história humana pautada por tentativas de unificação identificada em diferentes formas de governança. Algumas delas, em cada época e respeitando suas limitações, foram concebidas como mundiais, com base na influência religiosa, das conquistas imperiais ou mesmo de trocas culturais a partir de grandes diásporas e/ou da manifestação do espírito nômade.

Para Wells, desses momentos de unificação algumas lições poderiam ser apreendidas, como no caso da autoritária Roma da Antiguidade e do imperialismo moderno representado por Napoleão Bonaparte. Enfim, mesmo considerando que tais experiências não configuraram exatamente o modelo de governança mundial que idealizou, elas não deixam de ser exemplares do que um desejo orquestrado de unificação poderia produzir.

Essa ideia de história segue princípios evolutivos e defende que existem grupos humanos mais aptos que outros a se tornar protagonistas do processo de desenvolvimento histórico, candidatos a ser uma espécie de elite dirigente em cada época, uma classe apta a promover mudanças sociais planejadas e enfrentar os inerentes desafios naturais. Nesse arranjo temporal múltiplo, há um tempo da natureza, de caráter cósmico, dos fenômenos vivos, animais e vegetais, o qual tem uma duração evolutiva, direcionada, determinada e irreversível.

Nesse tempo de longuíssima duração e de movimentos naturais regulares, praticamente estático em essência, são inseridos uma série de movimentos duráveis, singulares e finitos, que se traduzem em temporalidades que se sobrepõem sem se justapor. Há, na verdade, uma relação simbiótica entre essas diferentes temporalidades que coexistem simultaneamente, na medida em que o tempo cósmico, ou melhor, a consciência sobre ele, permite que o tempo humano, psicológico e coletivo possa surgir e adquirir sentido. Assim, sob o signo maior da uniformidade, da homogeneidade e da determinação, percebe-se a mudança, a adaptação e a descontinuidade.

Na historiografia de Wells, percebe-se a aceitação da evolução como princípio histórico elementar, traço sugerido por Doris Goldstein como fundamental e unificador da literatura histórica que denominou de socioevolucionista. Ele manifestou uma predileção metodológica pela compreensão interdisciplinar da história, especialmente com a contribuição das ciências naturais – que permitiram o alargamento do escopo espaço-temporal humano durante a segunda metade do século XIX –, como a biologia evolutiva, a arqueologia e a antropologia física, e também das ciências sociais, como responsáveis por oferecer um instrumental técnico e conceitual que daria conta da complexidade e da diversificação humanas, um desafio que a historiografia denominada “tradicional” não poderia mais enfrentar.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. The Limitations of the Comparative Method of Anthropology. *Science: New Series*, Washington D.C. 4, n. 103, p. 901-908, dez. 1896.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.



CHRISTIAN, David. The Return of Universal History. *History and Theory*, Middletown, v. 4, n. 49, p. 6-27, dez. 2010.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEGLER, Carl. *In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

GOLDSTEIN, Doris S. The Making of Social Evolutionary History. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 1, n. 61, p. 41-58, 2012.

GREEN, W. A. Periodizing World History. *History and Theory*, Middletown, v. 2, n. 34, p. 99-111, 1995.

HAYNES, Rosalyn. *H.G. Wells: Discoverer of the Future*. New York: New York University Press, 1980.

HUNTINGTON, John. *Critical Essays on H.G. Wells*. Boston: G.K. Hall, 1991.

JAMES, Simon. *Maps of Utopia: H.G. Wells, Modernity and the End of Culture*. New York: Oxford University Press, 2012.

MANNING, Patrick. *Navigating World History: Historians Create a Global Past*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph (ed.) *Conceptualizing Global History*. Boulder: Westview Press, 1993.

MCNEILL, William. History and the Scientific Worldview. *History and Theory*, Middletown, v. 1, n. 37, p. 1-13, fev. 1998.

MCNEILL, William. Passing Strange: The Convergence of Evolutionary Science with Scientific History. *History and Theory*, Middletown, v. 1, n. 40, p. 1-15, fev. 2001.

ROSS, William. *H.G. Wells's World Reborn: The Outline of History and Its Companions*. Danvers: Rosemont Publishing, 2002.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, Niterói, 23, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2017.

SCHULMAN, Eric. *A Briefer History of Time: From the Big Bang to the Big Mac*. New York: W. H. Freeman, 1999.

SHAW, David G. The Return of Science: Evolutionary Ideas and History. *History and Theory*, Middletown, v. 4, n. 38, p. 1-9, dez. 1999.



SPIER, Fred. *Big History and the Future of Humanity*. London: Wiley-Blackwell, 2010.

TEGGART, Frederick. *The Processes of History*. New Haven: Yale University Press, 1918.

WAGAR, Warren. *European Intellectual History Since Darwin and Marx*. New York: Harper & Row, 1966.

WAGAR, Warren. *H.G. Wells: Traversing Time*. Middletown: Wesleyan University Press, 2004.

WELLS, H.G. *História universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

WELLS, H. G. *The Outline of History: Being a Plain History of Life and Mankind*. New York: The Macmillan Company, 1921.

WELLS, H. G. *The Idea of a League of Nations*. Boston: The Atlantic Monthly Press, 1919.

WELLS, H. G. My auto-obituary. In: HAMMOND, J. R. *H.G. Wells: Interviews and Recollections*. New Jersey: Barnes & Noble, 1980. p. 117-119. (Publicado originalmente em *Strand Magazine*, v. 104a, p. 45-47, jan. 1943).

WILLIS JR., John E. *1688: o início da era moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NOTAS

AUTORIA

Fábio Luciano Iachtechen: Doutor. Pós-doutorando, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Londrina, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Emanuel Kant, 709, 81.020-670, Curitiba, PR, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese – O argonauta de Cronos: estratos temporais em H.G. Wells historiador, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, em 2015.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.



LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 1 de fevereiro de 2019.
Aprovado em: 29 de março de 2019.

Como citar: IACHTECHEN, Fábio Luciano. Contribuições preliminares da História universal de H.G. Wells: elementos de história sócio-evolucionista e da world history contemporânea. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 290-308, maio/ago. 2019.



BANDUNG, 1955: PONTO DE ENCONTRO GLOBAL

Bandung, 1955: Global Meeting Point

Raissa Brescia dos Reis^a

 <https://orcid.org/0000-0003-0147-6871>
E-mail: rah.brescia@gmail.com

Taciana Almeida Garrido Resende^b

 <https://orcid.org/0000-0003-1483-9774>
E-mail: tacionagarrido@gmail.com

^a Pesquisadora autônoma, Belo Horizonte, MG, Brasil
^b Instituto Federal de Minas Gerais, Ipatinga, MG, Brasil

DOSSIÊ
Toda história é história conectada?

RESUMO

O artigo aplica métodos e conceitos da história global e transnacional para pensar a Conferência Afro-Asiática de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955, como um caso emblemático das relações globais que estiveram por trás da apropriação e da significação de denominações como Terceiro Mundo e movimento afro-asiático. Aposta-se na potencialidade desse evento para a construção de narrativas conectadas. Disputas pelo lugar de liderança, participações externas ao grupo oficialmente representado, assim como repercussões e intenções de inserção do evento em pautas de mobilizações não estatais, como o pan-africanismo, são trabalhadas por meio de fontes produzidas durante o congresso, bem como de artigos da imprensa e de analistas. Conclui-se pela importância de complexificar as análises sobre os participantes da política internacional introduzidos pela Conferência Afro-Asiática, problematizando categorias normalmente aceitas como dominantes para a ação política no período e ampliando a percepção do campo das Relações Internacionais como um todo.

PALAVRAS-CHAVE

Conferência Afro-Asiática de Bandung. Terceiro Mundo. História Global.

ABSTRACT

This paper applies methods and concepts of Global and Transnational History to reflect on the Asian-African Conference of Bandung, Indonesia, in 1955, as an emblematic case of the global relations behind the appropriation and meaning of denominations such as Third World and Afro-Asian movement. We believe in the potentiality of this event for the construction of connected narratives. Disputes over the place of leadership, external participation to the group officially represented, as well as the repercussions and efforts to insert the event into non-Statewise mobilization agendas such as Pan-Africanism are approached through sources produced during the Congress, as well as through articles by the press and analysts. Ultimately, this paper argues for the importance of complexifying the analysis of the participants of international politics introduced by the Afro-Asian Conference, problematizing categories normally accepted as dominant for political action in the period and broadening the perception of the field of International Relations as a whole.

KEYWORDS

Asian-African Conference of Bandung. Third World. Global History.

Não desejamos criar uma má impressão nos Estados Unidos e no Reino Unido, mas o mundo é bem maior que essas duas nações e temos que levar em conta as impressões que criamos no restante do mundo. Para nós, portanto, sermos avisados de que os Estados Unidos e o Reino Unido não vão gostar da inclusão da China na Conferência Afro-Asiática não é muito útil. Na verdade, é um tanto quanto irritante. Existem muitas coisas que esses países fizeram de que não gostamos nem um pouco (NEHRU *apud* LEE, 2010, p. 49, tradução nossa).¹

A citação que abre este artigo é parte de uma carta escrita por Jawaharlal Nehru, então primeiro-ministro da Índia, ao secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, em 18 de dezembro de 1954. Esse é um documento histórico interessante para observarmos a percepção de Nehru da igualdade formal entre os países africanos e asiáticos e os demais membros do órgão multilateral, ainda que tenha sido preciso lembrar que “o mundo é bem maior que Estados Unidos e Reino Unido” (NEHRU *apud* LEE, 2010, p. 49, tradução nossa) ao representante máximo da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, deixa evidente, por ser uma resposta do primeiro-ministro a apontamentos feitos pelo então secretário-geral, como a intenção de cinco países² em organizar uma conferência internacional afro-asiática na Indonésia balançou alguns alicerces do cenário internacional e fez circularem no mundo projeções e receios sobre suas possíveis consequências.

Este artigo pretende discutir mais a fundo as diferentes expectativas sobre a Conferência de Bandung, na Indonésia, criadas à época tanto por africanos e asiáticos envolvidos diretamente no evento quanto por imprensa e governos de países não convidados para o encontro, mas muito lembrados. Junta, a documentação estudada demonstra as conexões transnacionais feitas por meio dos discursos em tribuna, da imprensa e, sobretudo, de ideias e expectativas sobre Bandung que circulavam no mundo, como demonstram relatórios dos Estados Unidos e reportagens de jornais de grande circulação de países europeus, comprovando que a conferência convidou 29 delegações nacionais mas mobilizou, em ação ou atenção, muitos outros países-chave da balança de poder mundial.

Com esta pesquisa, também buscamos pensar a potencialidade e os limites na compreensão da Conferência Afro-Asiática de 1955 como um objeto possível nos estudos de história global.

Para cumprir o objetivo do texto, serão trabalhados números da revista *Asian-African Conference Bulletin (AACB)*, periódico financiado pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros da Indonésia entre 1954 e 1955 com o objetivo de divulgar os preparativos e o desenvolvimento da Conferência Afro-Asiática; relatórios sobre a conferência documentados pela Agência de Inteligência Norte-americana (CIA) e

¹ No original: “We have no desire to create a bad impression about anything in the US and the UK. But the world is somewhat larger than the US and the UK and we have to take into account what impressions we create in the rest of the world... For us to be told, therefore, that the US and the UK will not like the inclusion of China in the Afro-Asian Conference is not very helpful. In fact, it is somewhat irritating. There are many things that the US and the UK have done which we do not like at all”.

² Burma (atual Mianmar), Ceilão (atual Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão, que, no ano anterior, em 1954, haviam projetado e organizado a reunião de Bandung após dois encontros, o primeiro deles realizado na cidade de Colombo, no Ceilão, e, a segunda, em Bogor, Indonésia.

disponibilizados para consulta pelo *Freedom of Information Act*; e alguns números da *Présence Africaine*, revista criada por intelectuais oeste-africanos de expressão francesa, em 1947, que desponta como divulgadora e construtora dos elementos de uma política transnacional do Terceiro Mundo a partir da segunda metade da década de 1950.

No exercício da leitura comparativa de fontes com distintos pontos de vista ideológicos e objetivos políticos, é possível perceber, como pelos efeitos da refração da luz em um prisma, Bandung como manifestação de diferentes espectros das percepções e dos receios sobre a entrada do Terceiro Mundo nas negociações internacionais e contribuir para a fortuna crítica a respeito desse encontro, conectando-o a contextos mais amplos e complexos.

BANDUNG E A GUERRA FRIA: MOVIMENTAÇÕES NA GEOPOLÍTICA GLOBAL

A Conferência Afro-Asiática ou Conferência de Bandung, como também é conhecida, foi um marco, uma referência e uma inspiração no período da Guerra Fria para povos e países do chamado Terceiro Mundo. Aconteceu em um momento em que a solidariedade entre as nações recém-independentes foi de encontro aos conflitos bélicos e diplomáticos da Guerra Fria, desafiando o *modus operandi* de atrito contínuo entre as superpotências. Tratados assinados em Vietnã, Laos e Camboja eram vistos como ameaças pelos Estados Unidos; a França amargava a derrota de Dien Bien Phu; e a Guerra da Coreia havia chegado ao fim sem os louros da vitória aguardados pelos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, esse alargamento das relações internacionais era em si mesmo uma novidade no século XX, e a entrada de países da Ásia e da África na ordem mundial não ocorria de forma simétrica. Havia pressões pela criação de acordos e alianças que mantivessem esses novos atores ligados a países e a interesses que podiam se assemelhar em muito à manutenção dos poderes coloniais, como no caso dos tratados assinados pelo Paquistão, a Tailândia e as Filipinas, ou dos caminhos da política externa chinesa.³ As potências de antes da Segunda Guerra Mundial, junto aos Estados Unidos e à União Soviética, exerciam pressões por meio de seu poderio bélico, do domínio de recursos industriais e de velhos discursos de hierarquização cultural e racial. Posteriormente, as tensões nas disputas por alianças se acirravam em conflitos como a Guerra do Vietnã e dificultariam a durabilidade do afro-asiatismo (LEE, 2010, p. 16).

Nessa teia de embates mundial, Bandung surge com o intuito de criar uma ilha de entendimentos internos afro-asiáticos que ultrapassasse os desencontros da Guerra Fria. A pressão ocidental sobre o projeto foi implacável, como comprova a

³ A China tinha então uma estreita ligação com a União Soviética, e Irã, Iraque, Paquistão e Turquia – que já era membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) – haviam assinado o Pacto de Bagdá com a Grã-Bretanha, em fevereiro de 1955, para a formação da Organização do Tratado Central. Os Estados Unidos também estavam presentes com a Organização do Tratado do Sudeste Asiático, assinado em 1954, da qual participavam Tailândia, Filipinas e Paquistão. Essas organizações ofereciam apoio econômico em troca de contratos de exclusividade que impedissem a expansão do poder da União Soviética na região (LEE, 2010, p. 10-13). Para mais, ver: DUBE, 2009, p. 267.

irritação de Nehru no início desse artigo a respeito do convite feito à China comunista para o evento. Apesar disso, o Terceiro Mundo daria, naqueles dias de abril de 1955, passos importantes rumo a novas conformações na política global.

Muito já se escreveu desde 1955, data do encontro, e a bibliografia especializada transita pelas vias da História, do Direito Internacional e das Relações Internacionais, sendo esse um objeto de inter e transdisciplinaridade entre os campos. A Conferência de Bandung também conseguiu ultrapassar o limite do fim da União Soviética e da divisão bipolar da Guerra Fria e frequentemente é chamada a auxiliar novas perspectivas sobre as recentes atuações do Sul Global e do mundo multipolar em princípios do século XXI.⁴

Ao todo, compareceram a Bandung 29 delegações oficiais. Entre elas, 23 eram asiáticas e 6 eram africanas.⁵ Esses 29 países reunidos compreendiam quase metade do contingente da ONU no momento e congregavam em suas populações, de acordo com estimativas, 1,5 bilhão de pessoas (LEE, 2010, p. 11-12). Do ponto de vista histórico, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início das independências na Ásia ainda na década de 1940, a configuração política do globo e das Relações Internacionais passava por profundas mudanças, não apenas pelos novos atores, mas pela nova balança de poder, ainda uma incógnita para todos, especialmente para as potências coloniais.

Ao longo das duas décadas seguintes, o poder de intervenção asiático e africano aumentou na proporção de suas independências, assim como os sentidos de fazer política compartilhados entre essas nações. De modo crescente, houve a construção de um ponto de vista comum, no qual se destaca a importância dos países periféricos para a manutenção e a estabilidade das grandes potências. Mais do que isso, a noção de equilíbrio mundial ganhava força pela apropriação do vocabulário das Relações Internacionais, consagrado pela criação da ONU, em 1945. Em uma conjuntura posterior aos conflitos de 1939-1945, o temor dos grandes embates armados era amplo, e os territórios chamados periféricos emergiam como atores necessários à construção da paz.

O evento realizado em Bandung destaca-se por ser o primeiro de seu tipo a gerar euforia em torno da ideia do domínio dos meios diplomáticos como possibilidade para a criação política e a promoção do diálogo terceiro-mundista. O principal diferencial de sua proposta era o incentivo à tomada de decisões em um novo eixo geográfico e político. A Conferência Afro-Asiática deu destaque a um palco estratégico de negociações e alianças ligado ao conceito de Terceiro Mundo, que se referia a países que não se definiam como potências capitalistas ou comunistas em razão da economia, que quase sempre não era nem industrializada nem autossuficiente.

Apesar de ter sido criado para ressaltar uma falta, porém, o termo Terceiro Mundo foi apropriado e ressignificado por movimentos políticos da Ásia, da África e,

⁴ Sobre o tema, conferir os trabalhos mais recentes de Christopher Lee (2010), Hilmar Farid (2016), Richard Devetak, Tim Dunne e Ririn Tri Nurhayati (2016) e Anne Mahler (2018).

⁵ A lista de membros vindos da Ásia contava com Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, China, Filipinas, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Iêmen. Em meio a esses participantes, estavam também os organizadores: Burma (atual Mianmar), Ceilão (atual Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão. Do continente africano, foram à conferência na Indonésia as seguintes delegações: Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Líbia, Libéria e Sudão.

mais tarde, da América Latina. De certa forma, portanto, o Terceiro Mundo passou a designar, na década de 1950, países que se articulavam com autonomia e peso cada vez maiores no mundo das negociações pós-Segunda Guerra Mundial e dos processos de independência de antigas colônias ocidentais.⁶

Essa tendência, conhecida como terceiro-mundista, emergia como fruto dos debates iniciados na década de 1940 e da agência de políticos asiáticos e africanos. O desejo era estabelecer um diálogo verdadeiro, entre iguais, longe da assimetria representada pelo poder colonial dos países europeus que não abandonavam o interesse de exploração quando em negociação direta com suas antigas colônias. Nessa perspectiva, o diálogo e a eventual solidariedade entre essas forças não centrais, sem o intermédio ocidental, tornava-se um caminho desejável e, mais do que isso, urgente, e a Política dos Encontros⁷ foi um dos meios encontrados para isso. Já o diálogo entre iguais, como se verá nos tópicos seguintes, provou-se um percurso bem mais árduo do que o planejado.

Diante desse quadro, portanto, é interessante notar como as visões a respeito desses novos laços políticos internacionais, formados pelo Terceiro Mundo à revelia das antigas potências coloniais – mas também em torno de ou até contra elas –, movimentavam a imprensa e os próprios gabinetes de relações exteriores de países presentes e ausentes em cada um dos encontros, sendo Bandung um caso paradigmático.

OS DEZ PRINCÍPIOS DE BANDUNG, O AACB E OS RELATÓRIOS DIPLOMÁTICOS: UM PRIMEIRO APORTE DOCUMENTAL

Colonialismo e imperialismo

No fim de abril de 1955, foi divulgado o documento mais conhecido da Conferência Afro-Asiática. “Os dez princípios de Bandung” foram ancorados na Carta das Nações Unidas e advogam pelo respeito aos direitos fundamentais do homem; à soberania e à integridade de todas as nações; pela não ingerência nos assuntos internos de outros países; pelo direito de cada nação de se defender só ou coletivamente; pela abstenção de recorrer a acordos de defesa coletiva que tenham em vista servir aos interesses particulares de uma grande potência; pela abstenção de qualquer país

⁶ Interessante pensar que o termo Terceiro Mundo, ao delimitar o espaço dos que se encaixam em seu significado, também conectou o resto do mundo, deixando evidente o jogo de forças internacional sufocante para africanos, asiáticos e latino-americanos. Assim, foi Bandung a mais marcante ocasião para a criação de uma identidade e um imaginário, o sempre lembrado “espírito de Bandung”, em torno do projeto de solidariedade entre os atores que deixavam o domínio colonial e apresentavam-se a um presente prenhe de possibilidades inéditas.

⁷ Por “Política dos Encontros” entendemos um repertório de práticas criado pelo Terceiro Mundo a partir da ocupação e da subversão de espaços oficiais antes reservados ao imperialismo e ao colonialismo. O reconhecimento do valor e da potência das trocas internacionais, a afirmação de um não alinhamento – ou o alinhamento sob condições de interlocução – e o trânsito das teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento formaram o terreno fértil no qual se sedimentou a certeza de que a Política dos Encontros valia a pena como aposta de que países e povos, cada qual com suas especificidades, poderiam conviver, articular e criar suas próprias saídas.

de exercer pressão sobre outros países; pelo não recurso à força contra outro país; pela resolução negociada dos problemas em litígio e cooperação; pelo respeito pela justiça; e pelo respeito aos compromissos internacionais (AACB, 1955i, p. 2-7).

Os princípios foram divulgados junto ao comunicado final, de 24 de abril de 1955, que reúne as decisões sobre cooperações práticas nos âmbitos econômico, cultural, dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, dos países ainda colonizados e da promoção da paz mundial:

Asiáticos e africanos declaram sua convicção de que a cooperação amigável de acordo com esses princípios contribuiria efetivamente para a manutenção e a promoção de paz e segurança internacionais, enquanto a cooperação nos campos econômico, social e cultural ajudaria a promover a prosperidade comum e o bem-estar de todos (AACB, 1955i, p. 2-7, tradução nossa).⁸

Quem busca conhecer a Conferência de Bandung logo depara com essa fonte primordial, na qual vemos um documento assinado por todas as delegações envolvidas. Seria uma prova do alto grau de entrosamento e concordância entre as 29 nações? Por ser o documento mais conhecido desse fato histórico, muitas vezes Bandung é vista unicamente por seu papel agregador, pelo esforço coletivo de união. No entanto, a ausência de material complementar em conjunto com as declarações oficiais e protocolares de seus envolvidos finda por invisibilizar as dificuldades de realmente estruturar, no sentido mais completo do termo, a solidariedade entre os povos.

No primeiro número do *Asian-African Conference Bulletin*, publicado antes do encontro de 18 de abril, o primeiro-ministro da Indonésia, organizador e também representante oficial de Bandung, busca elencar os denominadores comuns do evento. Para o premiê, os problemas sociais, econômicos e culturais compartilhados entre as nações têm sua razão de ser no colonialismo ao qual todas estiveram submetidas em algum momento de sua história (AACB, 1955a, p. 7).

A aposta no colonialismo como ponto central de união foi, portanto, divulgada pela própria revista antes do início dos trabalhos. Tratava-se de um tópico que gerava a desconfiança da imprensa mundial e, provavelmente, sua publicidade vinha da crença, tanto do corpo editorial quanto dos próprios organizadores, de que essa desconfiança se mostraria, durante a conferência, infundada. Uma reportagem publicada no *The Times of India*, em 28 de dezembro de 1954, e reproduzida no AACB, em março de 1954, aponta para a vulnerabilidade das alianças almejadas ao afirmar que

o entusiasmo das perspectivas sobre uma cooperação mais próxima entre as nações afro-asiáticas não deve nos cegar para as reais dificuldades de formar uma organização que não é um bloco, mas é, ao mesmo tempo, suficientemente coesa para representar os interesses de países na vasta área dos continentes afro-asiáticos. Obviamente, o anticolonialismo é

⁸ No original: "The Asian and African declare its conviction that friendly cooperation in accordance with these principles would effectively contribute to the maintenance and promotion of international Peace and security, while cooperation in the economic, social and cultural fields would help bring about the common prosperity and well-being of all".

uma plataforma muito negativa para dar o sentido de propósito construtivo que só pode fazer a organização realmente efetiva (AACB, 1955a, p. 14, tradução nossa).⁹

A questão do tratamento do colonialismo como justificativa aglutinadora mostra-se ainda mais complexa no texto “This afro-asianism!”, publicado primeiramente no Paquistão, país alinhado aos Estados Unidos, e reproduzido no mesmo número do AACB. Os desentendimentos e as lutas por significações que a Conferência de Bandung enfrentaria em poucos meses estavam já evidentes. No artigo paquistanês, destaca-se o questionamento sobre o ponto C do Comunicado de Bogor,¹⁰ feito pelas Potências de Colombo:

Por que o comunicado C menciona apenas a soberania nacional, o racialismo e o colonialismo como problemas de especial interesse para Ásia e África? [...] não há racismo e colonialismo dentro do próprio mundo afro-asiático? [...] É apenas pretensão das Potências de Colombo pensar que, enquanto, por um lado, ignoram essas realidades internas do mundo afro-asiático, podem, por outro, promover “a paz e a cooperação mundiais” ao mobilizarem a Ásia e a África contra todo o resto. Nosso primeiro-ministro, senhor Mohammed Ali, fez bem ao apontar enfaticamente em Bogor, assim como em Colombo, que, se tais reuniões e conferências devem ter algum propósito útil sobre os problemas da região, as disputas entre os países conferencistas devem ser reconhecidas e resolvidas, em vez de tratadas como se não existissem (AACB, 1955a, p. 15-16, tradução nossa).¹¹

Essa é uma fonte importante em pelo menos dois aspectos. Primeiro, por estar publicada em um periódico governamental de divulgação da Conferência de Bandung, que em princípio se propõe a propagandear o feito do governo indonésio de recepcioná-la e as conquistas alcançadas, mas que escolhe também expor as fissuras entre as nações organizadoras do evento sobre um “denominador comum”. Segundo, como uma decorrência do aspecto anterior, por revelar os embates sobre o próprio conceito, o que revela a por vezes frágil solidariedade internacional do

⁹ No original: “The enthusiasm with which the prospects of closer co-operation among the Afro-Asian powers have been received should not blind us to the very real difficulties of forming an organization which is not a bloc but is at the same time sufficiently cohesive to represent the interests of countries covering so vast an area as that of the Afro-Asian continents. Clearly, anticolonialism is too negative a platform to provide the sense of constructive purpose which alone can make the organization truly effective”.

¹⁰ Reunião realizada em 1954, após o encontro em Colombo, para discutir os pontos essenciais para Bandung. Participaram Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão.

¹¹ No original: “[...] why under C, does the comunique mention only national sovereignty, rationalism and colonialism as problems of special interest to Asia and Africa? [...] but is there no racialism and colonialism inside the Afro-Asian world itself? [...] It is only a pretense for the Colombo Powers to think that while on the one hand they ignore these internal realities within the “Afro-Asian” world, they can, on the other hand, promote “world peace and co-operation” by mobilizing Asia and Africa against the rest. Our Prime-Minister, Mister Mohammed Ali, has done well to point out emphatically at Bogor, as he did on the previous occasion at Colombo, that if such meetings and conferences are to serve any useful purpose the internal problems of the region, such as disputes between conferring countries themselves, must be taken cognizance of and dealt with, instead of pretending as if they did not exist”.

Terceiro Mundo em formação, percebida até por um observador norte-americano presente na reunião: “O único assunto importante sobre o qual todos os conferencistas facilmente concordam é que a França deveria sair do norte da África” (CIA, 1955b, tradução nossa).¹²

O mesmo relatório catalogado como *top secret* pela CIA cita parte do discurso do primeiro-ministro iraquiano Fadhel al-Jamali como um exemplo do papel desempenhado pelos países anticomunistas no evento: “Os comunistas confrontam o mundo com uma nova forma de colonialismo, muito mais mortal que a anterior”(CIA, 1955a, tradução nossa).¹³ Chamam a atenção ainda as palavras de Zhou Enlai sobre o mesmo assunto publicadas no AACB: “A regra do colonialismo nesta região [Terceiro Mundo] ainda não chegou ao fim, e novos colonialistas tentam tomar o lugar dos antigos. Não são poucos os que na Ásia e na África ainda levam uma vida de escravidão colonial” (AACB, 1955f, p. 6, tradução nossa).¹⁴

Afinal, ainda que a palavra *colonialismo* fosse um ponto pacífico e de experiência histórica entre todos os envolvidos em Bandung, seu significado estaria em constante disputa desde as reuniões preparativas até a escrita do comunicado final, entre comunistas e anticomunistas, pró e antissoviéticos. Se os males da colonização eram inegáveis, de qual colonização falar: a do passado ou a do presente? No antigo ou no novo molde? Por fim, qual deveria ser denunciada publicamente sem colocar as nações participantes em posição desconfortável com seus outros parceiros na Guerra Fria?

Nessa querela, passado e presente se encostam e se entrelaçam, colocando em xeque a exclusividade do estatuto de país colonizador para as nações europeias ou estendendo-o às superpotências no mundo bipolar. No comunicado final, porém, foi aprovada por unanimidade a declaração de que “o colonialismo, em todas as suas manifestações, é um mal que deveria rapidamente acabar” (AACB, 1955i, p. 2-7, tradução nossa),¹⁵ frase bastante genérica e que acoberta profundos desentendimentos. A forma vaga como o texto oficial se refere à temática pode ser entendida como uma pista de como se tentava evitar o posicionamento direto, algo que poderia comprometer a assinatura conjunta do documento. A linguagem diplomática pacificadora não significou, todavia, um real consenso alcançado.

Desde o princípio dos debates, era latente a divergência entre os participantes sobre a condenação ou não do imperialismo soviético, e alguns de seus primeiros observadores e analistas apontaram o assunto como um ponto de divisão maior na solidariedade que se queria declarar. Adolpho Justo Bezerra de Menezes, já em 1960, descreveu a formação de dois blocos antagônicos no encontro sobre essa delicada questão. O primeiro, protagonizado pela Turquia e pelas Filipinas, pedia a denúncia da ingerência soviética, enquanto o segundo, composto por Índia, Birmânia e Indonésia, intercedia pela condenação exclusiva do colonialismo europeu (MENEZES, 1960, p. 258).

¹² No original: “Only important issue on which all conferees readily agreed: French should quit N. Africa”.

¹³ No original: “communists confront world with new form colonialism, much deadlier than the old”.

¹⁴ No original: “The rule of colonialism in this region has not yet come to an end and new colonialists are attempting to take place of the old ones. Not a few of the Asian and African are still leading a life of colonial slavery”.

¹⁵ No original: “Colonialism in all its manifestations is an evil which should speedily be brought to an end”.

Interessante, para compreender essas polêmicas e o peso da decisão a ser tomada publicamente, é a recepção do comunicado final pelos observadores norte-americanos em seus relatórios:

O aspecto mais marcante da conferência foi o papel desempenhado pelas nações anticomunistas. [...] Exemplo: o comunicado final não fez nenhuma menção à coexistência neutralista com o comunismo ou aos cinco princípios [de coexistência pacífica formulados por Zhou Enlai]. Em vez disso, cita que “as nações devem praticar a tolerância e viver unidas na paz, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas”. [...] Exemplo [da vitória]: após longa batalha, o colonialismo, tema que os organizadores esperavam ser o denominador comum de Bandung, foi denunciado “em qualquer forma que se manifeste”, linguagem que abarca a expansão comunista e o passado ocidental (CIA, 1955a, tradução nossa).¹⁶

A certeza de estar sob observação era justificada, como as fontes norte-americanas comprovam. A reação positiva dos observadores, entretanto, não pode ser considerada um indício simples de que a influência dos Estados Unidos havia sido vencedora e dominara as negociações em Bandung. Aqui vale a pena lembrar os perigos de tornar o relato de atores externos e ocidentais uma espécie de verdade absoluta sobre histórias não ocidentais. É preciso levar em consideração a maneira como o relato externo foi construído – os interesses e os sentidos em disputa por meio de sua produção – e a forma enviesada a partir da qual agentes de culturas distintas podem se entender mutuamente.¹⁷ É premente não hierarquizar as fontes e, sobretudo, não delegar ao falante norte-americano uma onisciência que inviabilize a percepção da agência de representantes e políticos afro-asiáticos no evento.

Assim, cabe fazer um breve recorte para falar sobre a espionagem em Bandung e a presença norte-americana. Os relatos não deixam dúvidas sobre a inserção dos Estados Unidos na conferência. Segundo Nehru (1955) em correspondência oficial enviada ao ministro de Estado indiano, os Estados Unidos enviaram vários “homens de inteligência” (*intelligence men*) para as sessões, mas o bloco norte-americano oficial era tão forte que seus espiões não eram imprescindíveis (NEHRU *apud* KHOSLA, 2014, p. 388; AHMAD, 2009, p. 190). Turquia, Paquistão, Iraque, Líbano e Irã representavam, às vezes de forma bastante agressiva, a doutrina de Washington, reportou Nehru ao seu governo (AHMAD, 2009, p. 190).

Além disso, de acordo com Amitav Acharya, em *East of India, South of China: Sino-Indian Encounters in Southeast Asia*, as rivalidades em Bandung foram

¹⁶ No original: “Most remarkable aspect of conference was effective role played by Anti-Communists. [...] Example: closing communique made no mention of Communist-neutralist ‘coexistence’ of ‘five principles’, instead said that ‘nations should practice tolerance and live together in peace’ in accordance with UN principles. [...] Example: after long battle, colonialism, which conference sponsors expected to be common denominator at Bandung, was denounced ‘in whatever form it may manifest itself’ – language which covers present Communist expansion as well as past Western history”.

¹⁷ Seguimos a linha metodológica que José da Silva Horta menciona em seu trabalho sobre o uso de fontes de viajantes europeus para a construção de conhecimento acerca da agência histórica africana durante a idade moderna (HORTA, 1995, p. 189-200).

exageradas pela mídia ocidental e pelos espões, mas é inegável que a conferência mexeu com as certezas norte-americanas (ACHARYA, 2017). Assim, na análise das fontes, longe de acatarmos a visão dos relatórios secretos enviados à CIA, buscamos observar as divergentes opiniões acerca do evento, sem fazer juízo de valor sobre qual interpretação é mais ou menos correta, verdadeira ou falsa.

De qualquer forma, o que se pode perceber é uma intrincada rede de sentidos que, apesar dos esforços em torno da criação de um aparente consenso que desse sentido ao termo *Terceiro Mundo*, nem sempre tinha um denominador comum. Tanto os atores oficiais quanto os que pretendiam se manter incógnitos, não obstante já fazerem parte de um modo de ação esperado e reconhecido no período, traziam percepções, conexões e projeções difíceis de serem conciliadas. Para complexificar os cenários que as fontes secretas da CIA parecem desenhar, a participação da delegação da China, como a citação inicial já demonstra, foi simbólica.

A presença da China comunista em Bandung

Outra controvérsia que mobilizou diversos países e provocou as mais distintas e conflitantes visões antes, durante e após a conferência de Bandung foi a presença da China comunista, conforme demonstra, por exemplo, a resposta de Nehru ao secretário-geral das Nações Unidas que abriu este artigo e a correspondência do embaixador dos Estados Unidos em Jacarta, Hugh Smith Cumming Jr.:

Ao contrário das primeiras expectativas de muitos, a conferência afro-asiática está agora a ponto de se tornar realidade. Por um lado, a China comunista teve uma vitória real: com pouca participação na ONU, ganhou um fórum e um público potencial além de suas expectativas. Esse é um ganho real para Pequim e Ho Chi-Minh. Por outro lado, acho que não devemos nos desanimar. A conferência, se adequadamente controlada por nossas agências de informação e mediante ação diplomática bem planejada, pode, creio, ser usada em nossa vantagem (*apud* FRASER, 2003, p. 118, tradução nossa).¹⁸

Havia razões óbvias para preocupação. A República Comunista da China era um obstáculo considerável às pretensões expansionistas norte-americanas na Ásia, tanto por seu apoio à Coreia do Norte na Guerra de 1950 quanto pelo auxílio à derrota da França na Indochina. Assim, sua presença consentida em Bandung colocava em dúvida a efetividade da campanha antichinesa dos Estados Unidos, daí a atuação da figura notória do premiê chinês mobilizar a atenção dos relatórios diplomáticos: “Zhou Enlai foi claramente a figura mais fascinante [...] Não cometeu nenhuma falha. Sua

¹⁸ No original: “Contrary to earlier expectations of many, Afro-Asian conference is apparently now about to become a reality. From one standpoint Red China has won a real victory: short of membership in UN they have gained a forum and a potential audience which must have been beyond their expectations. This is real gain for Peking and for Ho Chi-Minh. On the other hand I think we should not be discouraged. The conference, if properly handled by our information agencies and through well-planned diplomatic action, may, I think, be used to our advantage”.

maior vitória foi a proposta de negociar sobre [o estatuto] de Formosa” (CIA, 1955c, tradução nossa).¹⁹

Ao reportar as impressões positivas do embaixador britânico a respeito da participação de Nehru, Neilson Debevoise destaca: “Nem o sr. Landon nem eu, concordamos com o embaixador [britânico] Malik, já que consideramos que ele [Nehru] foi completamente ofuscado por Zhou Enlai” (CIA, 1955c, tradução nossa).²⁰

A embaixada britânica em Jacarta, capital da Indonésia, reuniu os discursos de abertura de alguns líderes das delegações em Bandung entre os dias 18 e 19 de abril de 1955, sendo o mais significativo para esta análise o do primeiro-ministro chinês, no qual afirma sua busca por um ponto de apoio de entendimento comum e da importância da conferência acima das diferenças ideológicas (EMBAIXADA BRITÂNICA, 1955). Ciente do terreno caudaloso em que estava pisando, Enlai optou por palavras de conciliação. Como se vê, mesmo escritos de testemunhas da época não são unânimes sobre Enlai. Enquanto um relatório aponta a vitória do bloco anticomunista da conferência, outro reporta a excelência da atuação comunista.

O escritor norte-americano Richard Wright, que esteve presente na reunião e deu início à bibliografia sobre Bandung, confirma a polifonia das impressões sobre as tendências gerais da conferência. *The Color Curtain: A Report on the Bandung Conference*, lançado em 1956, trata das impressões de Wright sobre os preparativos e a própria conferência, suas viagens pela Indonésia, entrevistas com políticos e intelectuais importantes, e é hoje uma fonte para o estudo do tema (WRIGHT, 1995) considerada por Vijay Prashad a narrativa inaugural dos estudos afro-asiáticos (PRASHAD, 2006, p. XI).

Na obra, Wright destaca a ação calculada do político comunista de não discutir a questão de Formosa sob a alegação de que esse assunto monopolizaria a conferência sem chegar a nenhum resultado (WRIGHT, 1995, p. 158). Ele dedica muitas páginas de seu relato para narrar a postura de Enlai no encontro em Bandung, muitas vezes com um tom laudatório. Esse posicionamento se confirmaria, ao menos parcialmente, na posterior apreciação do diplomata brasileiro Adolpho Justo Bezerra de Menezes:

A atuação do senhor Zhou Enlai poderia ser classificada por um observador desprevenido como uma ovelha mansa ou pomba da discórdia. [...] [Mas] a perspicácia do senhor Enlai, sua posição de aparente humildade, facilitou muito a boa marcha da Conferência, e ele mesmo veio a dar a nota mais concreta do conclave ao declarar, no penúltimo dia, que a China Comunista estaria à disposição dos Estados Unidos para examinar as possibilidades de uma solução pacífica para a questão de Formosa (1960, p. 258-259).

¹⁹ No original: “Chou En-Lai was easily the most outstanding figure. [...] He made no mistake. His crowning victory was the final offer to negotiate on Formosa”. A questão da ilha de Taiwan, ou Formosa, gerou um conflito internacional e diplomático entre China e EUA desde 1949, quando Chiang Kai-Shek e as forças nacionalistas refugiaram-se em Taiwan após a derrota para as forças de Mao Tse Tung. Durante a Guerra Fria, a ilha foi objeto de disputas entre os dois países, como demonstra a fonte citada neste artigo. A China, desde então, reivindica o território, que permanece com governo independente.

²⁰ No original: “Neither Mr. Landon nor I agree with the Ambassador that Nehru made a great success at the conference since we feel he was completely overshadowed by Chou En-Lai [...]”.

Para algumas testemunhas oculares, como Richard Wright, estudiosos da política internacional da época e o próprio embaixador Hugh Cumming, portanto, estava claro o ganho de influência do Partido Comunista Chinês entre os não alinhados,²¹ ao contrário da visão dos relatórios enviados a Washington pelo serviço de inteligência, que garantiam a “vitória” do bloco anticomunista no encontro. Sobre essa visão bastante polarizada do evento entre as narrativas – se ganhadores ou perdedores na corrida ideológica –, trata-se de um indício preciso de como Bandung movimentou e balançou os desenhos geopolíticos do mundo. Mais do que um evento a ser observado sem grandes apreensões, as fontes mostram como a Guerra Fria era realmente global (WESTAD, 2005).

Como se vê, Bandung anunciou uma mudança de perspectivas. Segundo Fraser (2003), o encontro foi um teste da disposição dos norte-americanos a acomodar as mudanças de poder na Ásia, realidades que apontavam para a diminuição da influência ocidental na região. A embaixada dos Estados Unidos em Jacarta, na figura de Cumming Jr. (1954), entendeu o cenário e propôs a flexibilização da conduta como pré-requisito para a continuidade da influência do país da América do Norte.

A linha mais útil a ser seguida diplomática e publicamente seria a de uma simpatia geral, o desejo pelo sucesso da conferência e expressões moderadas, sem condescendência, de aprovação do exemplo do crescimento de um senso de responsabilidade para e no mundo dessas novas nações, mesmo que possamos não concordar com seus métodos ou todos os seus objetivos. Em outras palavras, encorajamento, não desencorajamento (*apud* FRASER, 2003, p. 119, tradução nossa).²²

Mais do que as disputas, talvez mais claras ou evidenciadas, entre comunismo e capitalismo, ou entre campos de influência ocidentais ou soviéticos, existiam cisões políticas, históricas e diplomáticas internas a um discurso que pretendia fundar um bloco afro-asiático. Interessa, pois, perguntar sobre o papel dos países africanos no evento e, para além disso, as propostas e os espaços que a cúpula central, asiática, abriu ou direcionou para a participação africana antes, durante e depois de Bandung, bem como sua recepção e apropriação pelos agentes africanos. Afinal, quais eram os termos para a ligação afro-asiática?

²¹ Cary Fraser, em “An American Dilemma: Race and Realpolitik in the American Response to the Bandung Conference, 1955”, trabalha com as correspondências de Cumming, sendo algumas delas de especial interesse para o argumento aqui desenvolvido (FRASER, 2003, p. 119).

²² No original: “The most useful line to be taken both diplomatically and publicity wise would be one of general sympathy, hope for the conference’s success, and moderate expressions, short of condescension, of approval of this example of the growth of a sense of responsibility to and in the world of these new nations, even though we may not agree with their methods or all their aims. In other words, encourage[ment,] not discouragement”.

ASSIMETRIAS INTERNAS E APROPRIAÇÕES DO ESPÍRITO DE BANDUNG NA *PRÉSENCE AFRICAINE*

O discurso se contradiz

A pesquisadora Dohra Ahmad (2009) afirma que Bandung falhou em atender e entender necessidades e preocupações de seus participantes africanos, o que ratifica, segundo a autora, a abstrata noção de solidariedade presente em Bandung. Richard Wright diz, por exemplo, que nenhuma das delegações tinha muita noção sobre questões relacionadas a Etiópia, Libéria e Costa do Ouro (atual Gana), e que o Congo Belga nem mesmo havia sido mencionado publicamente. Wright foi categórico ao afirmar que a “África negra era a parte mais fraca da conferência” (WRIGHT, 1995, p. 128, tradução nossa).²³ E essa não foi uma característica exclusiva de Bandung.

Na maior parte dos anos 1950, o “asiatismo” foi a voz mais forte e persuasiva nas reuniões de solidariedade, prevalecendo a vontade e a força política dos países dessa região. Nesse cenário, a África foi muitas vezes recebida como o continente mais frágil, com maior necessidade de assistência internacional dentro da esfera afro-asiática.

Frank Gerits (2016) afirma que as delegações da Ásia queriam obter sucesso onde as grandes potências colonialistas haviam falhado e, assim, promover o desenvolvimento econômico nas regiões subdesenvolvidas do mundo, sendo o continente africano a imagem maior desse desejo de ação. Essa postura, no entanto, acabava por reforçar e reproduzir modelos já desgastados nos protocolos internacionais, desafiando a própria noção de solidariedade. No primeiro número do *AACB*, o artigo “Brown Man’s Burden”, uma clara referência à expressão “fardo do homem branco”,²⁴ é sintomático:

Os povos da África, em seu tortuoso caminho rumo à liberdade, buscam nas pessoas vivendo na Ásia apoio moral e espiritual. Acreditam que a Ásia, que até recentemente estava vivendo em subjugação, vai olhar para seus problemas de modo empático. [...] Uma ação que traga liberdade a todos os povos oprimidos, todavia, não é a única obrigação que a Ásia livre deve assumir em relação aos povos colonizados (*AACB*, 1955a, p. 16-17, tradução nossa).²⁵

Segundo o artigo, a Ásia deveria auxiliar e estar presente nas transferências de poder, a fim de ajudar nas questões administrativas, além de repassar experiência

²³ No original: “[...] the Negro Africa was the weakest part of the conference”.

²⁴ Expressão que tomou fama após o poema de Rudyard Kipling de 1899, bastante utilizada no conjunto de argumentos morais que, teoricamente, justificavam o imperialismo e o neocolonialismo a partir do século XIX.

²⁵ No original: “The peoples of Africa, on their tortuous path to freedom, look to the peoples living in Asia for spiritual and moral support. They believe that Asia which has but recently been living in subjection will look on their problems sympathetically. [...] Action which will bring freedom to all oppressed peoples, however, is not full measure of the obligations which the Free Asia nations must assume towards the colonial peoples”.

em questões econômicas para os povos recém-independentes. E finalizava: “O homem moreno [*brown man*] também tem um fardo a carregar em um mundo onde a insegurança e o caos em uma região ameaçam a paz e a estabilidade de todos” (AACB, 1955a, p. 18, tradução nossa).²⁶

O discurso final de Nehru em Bandung também revela um entendimento bastante próximo do fardo do homem asiático lançado no número de estreia do AACB:

Acho que não há nada mais terrível, não há nada mais horrível, do que a tragédia infinita da África nos últimos séculos. Quando penso nisso, todo o resto se torna insignificante – essa tragédia infinita da África, desde os dias em que milhões de pessoas foram levadas em galés para a América e outras partes do mundo, o modo como foram tratados, como foram levados, 50% morrendo nos navios. Temos que carregar esse fardo, todos nós. [...] Cabe à Ásia ajudar a África, no melhor de suas habilidades, porque somos continentes irmãos (AACB, 1955j, p. 8, tradução nossa).²⁷

O paternalismo em relação à África que reverberou nos discursos asiáticos em Bandung revelou concepções a respeito do desenvolvimento africano compartilhadas, de modo bastante problemático, por asiáticos e europeus (GERITS, 2016, p. 8). As relações afro-asiáticas foram seladas por solidariedades e também por desigualdades de posições que se repetiram em outros encontros pós-Bandung, construindo um modelo nem sempre igualitário e não completamente novo de fazer política internacional por parte do Terceiro Mundo.

Por fim, a iconografia oficial do evento também informa sobre o lugar dado aos representantes africanos. A documentação fotográfica oficial, em parte publicada no AACB, deixa entrever o pouco interesse nas delegações africanas e muito do exotismo dirigido aos representantes desse continente. As fotografias de políticos asiáticos foram constantes no periódico, enquanto para a África – à exceção dos chefes das delegações da Costa do Ouro, Kojo Botsio, e da Libéria, Momolu Dukuly – restavam poucas e genéricas identificações como “um delegado do Sudão em uma loja cultural na conferência” (AACB, 1955h, p. 16, tradução nossa) e o “Senhor Kojo Botsio com um membro de sua delegação” (AACB, 1955h, p. 8, tradução nossa). Ahmad ainda consegue mapear outras fotografias em sua pesquisa com os dizeres “Indira Gandhi com delegados da África” e “Chefe de delegação em traje tradicional” (AHMAD, 2009, p. 191, tradução nossa).²⁸

Tudo isso demonstra como, no encontro, as delegações africanas eram colocadas em um lugar de subalternidade semelhante ao que o discurso racialista

²⁶ No original: “The brown man, too, has a burden to carry in a world where insecurity and unrest in one region threatens the peace and stability of all”.

²⁷ No original: “I think there is nothing more terrible, there is nothing more horrible than the infinite tragedy of Africa in the past few hundred years. When I think of it, everything else pales into insignificance –, that infinite tragedy of Africa ever since the days when millions of them were carried away in galleys as slaves to America and elsewhere, the way they were treated, the way they were taken away, 50% dying in the galleys. We have to bear that burden, us all. [...] it is up to Asia to help Africa [...], to the best of her ability, because we are sister continents”.

²⁸ No original: “A delegate from Sudan in a cultural shop at the conference”; “Mr. Kojo Botsio with a member of his delegation”; “Indira Gandhi with African delegates”; “Chief Delegate in traditional dress”.

ocidental colocara as populações do continente ao longo dos séculos XIX e XX (HERNANDEZ, 2008, p. 132). A vigência de significados retirados do período colonial era visível de forma mais evidente pela refabricação da imagem da África como fardo.

Essa hierarquização pode ser relacionada, inclusive, com os lugares distintos que Oriente e África tinham nos impérios coloniais europeus que se desmantelavam, mas deixavam rastros duradouros. Além disso, cabe imaginar que essa percepção diferenciada das colônias asiáticas teve repercussões práticas nos movimentos anticoloniais desse continente, assim como na formação do afro-asiatismo em suas primeiras configurações, confirmando a tese de Gerits sobre o protagonismo asiático na época.

Resta, contudo, a pergunta: o que os africanos fizeram com a sub-representação em Bandung? Acataram a assimetria política nos sete dias de conferência?

Leituras africanas de expressão francesa sobre a Conferência Afro-Asiática

O terceiro número da nova série da revista *Présence Africaine*, criada por intelectuais entre os quais figuravam nomes centrais também para a política no Oeste da África, dedicou, em 1955, uma sessão especial à Conferência Afro-Asiática. Os discursos de apresentação dos seis líderes africanos convidados para participar de Bandung, traduzidos para o francês, foram reproduzidos ao lado de “*Témoignages des africains sur Bandoeng*”, no qual se liam os “testemunhos” de cinco intelectuais de origem africana e interlocutores da revista que haviam estado na Conferência. A cobertura de Bandung dá início a uma temática que se torna recorrente na *Présence Africaine*, voltada para encontros diplomáticos e sua linguagem.²⁹

Essa valorização ocorre concomitantemente à apropriação do repertório da política internacional por outros movimentos anticoloniais e pelos países africanos e asiáticos recém-independentes. A análise da recepção do evento feita pela *Présence Africaine* e os usos que a revista fez do exemplo de Bandung são dimensões que

²⁹ Depois de Bandung, uma nova Conferência Afro-Asiática foi realizada no Cairo, Egito, em 1957. Mas essa ocasião não teve a mesma repercussão que Bandung graças à dissensão de algumas delegações asiáticas importantes, que se recusaram a participar do evento diante de sua proposta de receber, além dos Estados, também representantes de movimentos políticos de países ainda colonizados, o que poderia ser entendido como uma afronta às potências, principalmente do Oeste. Já o nome que recebeu o encontro mostrava essa diferença: Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos. Esse impasse foi agravado pelos conflitos envolvendo Egito – dirigido por Gamal Abdel Nasser –, Israel, Reino Unido e França em torno da posse do canal de Suez, no que ficou conhecido como “crise de Suez”. Tanto o evento no Cairo quanto o embate diplomático foram noticiados na *Présence Africaine*, no editorial “Liminaire: le sous-équipement et les leçons du Caire”, e em uma crônica assinada por XXX e intitulada “De Bandoeng au Caire – La conference des peuples afro-asiatiques”, ambos no número 17, de dezembro 1957/janeiro de 1958. Outro exemplo da cobertura dada pela revista às Relações Internacionais foi a Conferência de Adis Abeba, de 1963, na qual foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA). Nesse caso, destacam-se o texto de Aaron Tolen, “Addis-Abeba: un diagnostic, deux thérapeutiques, un compromis”, do número 49, de 1964, e o editorial “Il y a un an, Addis-Abeba”, no número 50, também de 1964. Esses são exemplos diretos, mas o repertório e as referências vindas desses movimentos extrapolavam esse tipo de registro e estavam presentes como repertório mobilizado para a realização de eventos culturais e intelectuais internos à agenda política da revista para o futuro africano.

complexificam o cenário apresentado e demonstram a agenda de africanos francófonos ao ressignificar as ideias gestadas na Indonésia para suas próprias demandas.

As reações desses intelectuais africanos selecionadas e publicadas na *Présence* são uma demonstração de como Bandung e seus princípios foram feitos instrumentos para propostas internas. A conferência foi assumida em sua inovação e, ao mesmo tempo, inserida em bandeiras anteriores, de solidariedade racial e continental.

Como se viu no tópico anterior deste artigo, a significação do termo *colonialismo* mobilizou muitos participantes do encontro e pesquisadores. Christopher Lee, em *Making a World After Empire*, de 2010, reitera que um dos ideais mais sublinhados em Bandung foi de fato o anticolonialismo. Diante disso, o relato de Abdoulaye Wade, publicado no número 3, de 1955, da *Présence Africaine*, pode causar alguma confusão.

Bandung não foi a conferência do anticolonialismo, já que as potências anfitriãs Indonésia, Birmânia, Ceilão, Índia e Paquistão haviam decidido, desde Bogor, convidar não movimentos, mas governos. Essa decisão limitou consideravelmente o objeto do encontro e colocou à margem da conferência os representantes de movimentos presentes: Istiqlal, MTDL, Néo-Destour. Nota-se, no entanto, que o termo *colonialismo* teve em Bandung um uso mais amplo. Além disso, a questão do colonialismo ocupou no comunicado final somente um dos cinco pontos principalmente considerados (*Présence*, 1955, p. 39, tradução nossa).³⁰

Para Abdoulaye Wade, a disposição de somente aceitar delegações representando “governos” demonstrava que Bandung não tinha como ponto principal o anticolonialismo, que, conforme sugere o texto, permanecia um assunto ligado a movimentos, e não a nações. Segundo o autor, o grande mérito de Bandung estaria no fato de ser “a entrada em combate de dois ‘jovens’ continentes que, diante da resistência de seus ‘tutores’, decidem sozinhos por sua emancipação” (*Présence*, 1955, p. 40, tradução nossa),³¹ e não em uma disposição anticolonialista.

Nas impressões de Abdoulaye Wade, chama a atenção também o ceticismo diante de propostas de colaboração econômica que não envolvessem a participação de países fora do Terceiro Mundo. Para o autor, nenhum dos países que faziam parte desse bloco poderia participar de uma rede de trocas de técnicos e especialistas, o que tornaria qualquer projeção nesse sentido nada realista (*Présence*, 1955, p. 40).

Essas percepções entravam em contradição com a visão de outro texto publicado no mesmo número da *Présence Africaine*. Moustapha Wade destacava, da mesma forma que Abdoulaye Wade, o fim da exclusão dos “mudos de ontem”, com a entrada ativa da Ásia e da África na gestão dos negócios mundiais, porém

³⁰ No original: “Bandoeng n’a pas été la conférence de l’anticolonialisme. D’abord parce que les puissances invitantes: Indonésie, Birmanie, Ceylan, Inde et Pakistan avaient depuis Bogor décidé d’inviter, non les mouvements, mais les gouvernements. Cette décision en limitait donc considérablement l’objet, et mettait en marge de la conférence les représentants de mouvements présents: Istiqlal, MTLD, Néo-Destour. On notera cependant que le terme de colonialisme a eu à Bandoeng un sens plus extensif. Ensuite la question du colonialisme n’a occupé dans le communiqué final qu’un point sur les cinq essentiellement envisagés”.

³¹ No original: “[...] l’entrée en lice de deux ‘jeunes’ continents qui, en face de la résistance des ‘tuteurs’, décident eux-mêmes de leur émancipation”.

apostava mais fortemente nas propostas de alianças terceiro-mundistas. “A ideia de resolver na África os antagonismos da economia europeia desumanizada está para sempre arruinada. A Euráfrica, tão cara aos srs. Chastenet e Senghor, não existirá” (*Présence*, 1955, p. 39, tradução nossa).³² Segundo Moustapha Wade, a colaboração com os países asiáticos livraria a África de ter que lidar com os intuitos duvidosos da manutenção da ligação com países europeus.

Já David Diop representa Bandung como uma grande afronta às potências europeias que esperavam poder contornar o anticolonialismo com velhas táticas de “dividir para conquistar”. O poeta sublinhou ainda a novidade de uma solidariedade baseada somente em uma experiência histórica compartilhada, ao afirmar: “Pela primeira vez na história, homens de raças diferentes, mas unidos pelo ódio ao colonialismo e pelo amor à paz, proclamaram sua vontade de combater por toda parte a tirania e de defender sua independência contra toda ingerência estrangeira” (*Présence*, 1955, p. 41, tradução nossa).³³

As múltiplas pressões no palco das negociações em Bandung são também lembradas pelo autor, que culpa agentes infiltrados de tentar minar o clima amistoso suscitando clivagens entre comunistas e neutralistas, que, no entanto, se resolvem graças à “perspicácia de Nehru e à calma dos representantes da China popular” (*Présence*, 1955, p. 42, tradução nossa).³⁴

O jovem Joseph Ki-Zerbo contribuiu também para o número 3, de 1955. Seu “testemunho” sobre Bandung, em uma visão oposta à de David Diop, pensa o evento a partir de uma ideia de solidariedade racial, para além da experiência histórica recente. O relato de Ki-Zerbo procura pensar a história como resultado da articulação de atores coletivos, nem imperiais nem nacionais, mas raciais. Seu texto demonstra como a apropriação da noção de um pertencimento racial continua como uma das leituras possíveis do movimento afro-asiático ou terceiro-mundista.

Pode-se pensar aqui, mais uma vez, em uma adaptação à linguagem política pan-africanista, de grande relevância no período. As escolhas feitas em Bandung de privilegiar os Estados como atores não inviabilizaram projetos e visões de mundo por vieses não nacionais, e foram usadas, no caso do texto de Ki-Zerbo e de mobilizações posteriores da *Présence Africaine*, para endossar agendas políticas que se situavam fora da premissa do Estado-nação como única ou principal fonte de unidade cultural ou legitimidade política. Assim, ao contrário das colocações dos autores já citados, a leitura do evento feita por Ki-Zerbo sublinha Bandung como palco da mobilização dos povos de cor para acabar com a opressão colonial:

Depois do grande fluxo da raça branca sobre o mundo no século XV, tem início agora um refluxo generalizado. Bandung não precisou fazer um julgamento, e sim estabelecer, acima de qualquer coisa, uma espécie de constatação, unida a uma atitude positiva, em relação a problemas precisos, como o

³² No original: “L’idée de résoudre en Afrique les antagonismes de l’économie européenne déshumanisée est à jamais ruinée. L’Eurafricaine, si chère à MM. Chastenet et Senghor, ne sera pas.”

³³ No original: “Pour la première fois dans l’histoire, des hommes de races et de tendances diverses mais unis dans la haine du colonialisme et l’amour de la paix ont proclamé leur volonté de combattre partout la tyrannie et de défendre leur indépendance contre toute ingérence étrangère”.

³⁴ No original: “[...] clairvoyance de Nehru et le calme des représentants de la Chine populaire”.

colonialismo e o desarmamento mundial. “Como podemos dizer que o colonialismo morreu há tanto tempo assim, se vastas regiões da Ásia e da África não foram libertadas?”, declarou o presidente Sukarno. Nehru disse: “A Ásia quer ajudar a África”. Certamente, não se devem minimizar os perigos que ameaçam esse esforço planetário dos povos de cor para acabar com a opressão colonial. Ainda que ausentes em Bandung, os “amargos europeus” se faziam presentes por sua influência ideológica ou financeira. O colonialismo é proteiforme. Por outro lado, a Ásia e a África têm mais ou menos as mesmas necessidades de países subdesenvolvidos, razão de uma solidariedade, mas também de uma falta de complementaridade, salvo pelo problema demográfico: a África esvaziada pelo tráfico de escravos, a Ásia sobrecarregada de homens e que tem fome de terras. A solidariedade deve atuar nesse ponto? Seja como for, a África não pode ter atualmente melhor apoio do que essa maioria da humanidade. A Ásia é sua aliada natural. Juntas, dispõem do maior capital moral, das maiores riquezas naturais. A dinâmica da história não reserva a elas uma grande sorte? Se a obra empreendida em Bandung continuar, essa conferência representará, certamente, um “novo começo na história do mundo” (*Présence*, 1955, p. 43, tradução nossa).³⁵

O argumento da especificidade racial dada pelo pertencimento aos chamados “povos de cor”, vocabulário herdado das dinâmicas raciais norte-americanas, não foi usado como uma visão concorrente à apresentada em Bandung, mas como mais um fator de sua legitimação. Além disso, o autor prefere lidar com atores continentais ao falar de negociações e tendências da conferência, o que permitiu que citasse acordos entre África e Ásia sem mencionar qualquer unidade estatal ou conflito localizado.

Cabe apontar ainda como a leitura de Ki-Zerbo do discurso proferido por Nehru, comentado no tópico acima, não considera a ideia de que a Ásia queria ajudar a África como uma hierarquização do lugar desses dois continentes no interior do afro-asiatismo, ou, ainda, como um empecilho ao protagonismo africano. O que imperava

³⁵ No original: “Après le grand flux de la race blanche sur le monde au XV^e siècle, s’amorce maintenant un reflux généralisé. Bandoeng n’avait pas à faire un procès, mais à établir surtout une sorte de constat qui se double d’ailleurs d’une attitude positive à l’égard de problèmes précis comme le colonialisme et désarmement mondial. ‘Comment pourrions-nous dire que le colonialisme est mort aussi longtemps que de vastes contrées d’Asie et d’Afrique ne sont pas libérées’, a déclaré le Président Soekarno; et Nehru: ‘L’Asie veut aider l’Afrique’. Certes, il ne faut pas minimiser les dangers qui menacent cet effort planétaire des peuples de couleur pour liquider l’oppression coloniale. Bien qu’absents à Bandoeng, les ‘amer-Européens’ étaient présents par leur influence idéologique ou financière. La colonisation est protéiforme. D’autre part, l’Asie et l’Afrique ont peu près les mêmes besoins de pays sous-développés. Raison d’une solidarité, mais aussi d’une manque de complémentarité sauf pour le problème démographique: l’Afrique vidée par la traite négrière surtout. L’Asie surchargée d’hommes, et qui a faim de terre... La solidarité doit-elle jouer sur ce point? Quoi qu’il en soit, l’Afrique ne peut avoir actuellement de meilleur soutien que cette majorité de l’humanité. L’Asie est son alliée naturelle. Ensemble elles disposent du plus grand capital de puissance morale, des plus grandes réserves de richesses naturelles. La dynamique de l’histoire ne leur réserve-t-elle pas bientôt une grande chance? Si l’oeuvre entreprise à Bandoeng se poursuit, cette conférence représentera sûrement un ‘nouveau départ de l’histoire du monde’”.

em sua leitura do momento histórico eram os perigos que representavam os interesses externos para a realização dos ideais de solidariedade presentes nessas e em outras falas. Esses escritos, unidos à forma como a *Présence Africaine* publica os discursos e os testemunhos sob o adjetivo “africanos”, sem qualquer detalhamento nacional, indicam que os agentes continentais e pan-africanos não estavam fora do vocabulário da conferência nem dos diálogos que suscitou.

O último relato sobre a Conferência Afro-Asiática publicado no número 3 da *Présence Africaine* é assinado por Sylla Assane. O estudante de letras senegalês insiste em Bandung como uma representação do anticolonialismo e reforça a ligação imaginada no momento e verificada na Carta das Nações Unidas, de 1945, entre equilíbrio, paz mundial e autodeterminação dos povos. Ao escolher “os povos” como os atores históricos centrais, Assane se abstém de escolher a nação ou a raça como marcadores da especificidade cultural ou política a ser protegida pela ONU. O tom do texto demonstra como os preceitos retirados de 1945 e do comunicado final da Conferência Afro-Asiática poderiam ser inseridos e apropriados para legitimar mobilizações não nacionais, centrais para os cenários políticos continentais e regionais na África (*Présence*, 1955, p. 44).

Para Assane, qualquer conflito seria resolvido se fosse garantido o direito que cada povo teria de dispor de sua soberania livremente. Uma dimensão, porém, permanecia como questão a ser resolvida: como determinar o que chamar de povo, o que delimitar como ator político? O diálogo mundial simétrico deveria se passar entre nações, Estados, raças, continentes ou povos? Essas categorias podem parecer equivalentes em um primeiro olhar, mas sua delimitação era parte da agenda dos países que se tornavam independentes, e nem sempre a multiplicidade de abordagens foi facilmente conciliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a consolidação das Relações Internacionais como disciplina e campo de ação política, o Estado-nação é entendido como fomentador privilegiado de enunciados e de regras no jogo de forças mundial, algo que as teorias mais recentes do próprio campo buscam desconstruir. Como aponta Christopher Lee em sua introdução ao livro *Making a World After Empire*, o resultado mais duradouro da Conferência de Bandung e com maiores desdobramentos “foi o sentimento de possibilidade política apresentado a partir dessa primeira ocasião de solidariedade do ‘Terceiro Mundo’, o que foi logo referido como Espírito de Bandung” (LEE, 2010, p. 15, tradução nossa).³⁶

Mais do que a política de neutralidade ou de não alinhamento em meio à Guerra Fria, o que não era unanimidade para as 29 delegações nacionais presentes ou seus expectadores, o que dominou a ocasião foi o vislumbre de um campo que se abria com o surgimento de novos participantes na política internacional em um mundo que velava o ocaso dos impérios coloniais.

Como apontou Nehru em uma das cartas enviadas da Indonésia para seu ministro de Estado em 1955: “A Conferência Afro-Asiática foi um evento mundial que atraiu muita atenção. Todos os países do mundo estavam acompanhando os acontecimentos de perto e, às vezes, com apreensão” (NEHRU *apud* KHOSLA, 2014, p. 388, tradução

³⁶ No original: “[...] was the feeling of political possibility presented through this first occasion of ‘Third World’ solidarity, what was soon referred to as the Bandung Spirit”.

nossa).³⁷ Essa é uma visão interessante sobre Bandung como precursora da Política dos Encontros. Foi um evento de participação restrita, bem delimitado em relação aos critérios de presença, mas que movimentou o pêndulo oscilante de poder da Guerra Fria e, junto com os conflitos na Coreia, no Vietnã, nas independências africanas e nos governos autoritários na América Latina, por exemplo, escancarou o caráter global do conflito, deixando evidente a impossibilidade dessa história ser contada apenas pela perspectiva das duas superpotências envolvidas (WESTAD, 2005, p. 1-8).

Odd Arne Westad defende que o argumento de que a Guerra Fria conceitual e analiticamente não pertence ao Sul é infundado por dois principais motivos. Primeiro, porque o intervencionismo dos Estados Unidos e da União Soviética moldou mudanças nos países do então chamado Terceiro Mundo. Segundo, porque as elites do Terceiro Mundo apresentaram ao globo propostas e modelos alternativos de desenvolvimento e convivência internacionais, gerando uma relação intrincada e transnacional no fazer da nova ordem que exigia atenção em escala global (WESTAD, 2005, p. 1-8).

Os projetos que estiveram por trás ou que se desdobraram da realização da Conferência de Bandung, em 1955, são representações emblemáticas da imbricação entre atores, repertórios e práticas distintos e de como as configurações de suas relações e conflitos só podem ser entendidas em sua complexidade quando expostas a análises que rompem a naturalidade dada a unidades como Estado, país ou região. O trabalho proposto neste artigo não implicou a implosão de tais categorias, mas a percepção de sua dimensão precária e incerta nos debates e nos problemas percebidos em um momento de (re)fundação da ideia de “ordem mundial”.

Aqui, conexões e apropriações que se procurou destacar por meio da abordagem de discursos em e sobre Bandung eram parte da percepção dos atores sobre o conceito de ação política e projetavam propostas para o futuro conjunto do chamado Terceiro Mundo. Dessa forma, não podem ser ignoradas em nome de unidades de análise preestabelecidas.

Assim, como campo teórico-metodológico, as histórias global e transnacional são mais do que necessárias para revisitar os acontecimentos do período da Guerra Fria e oferecer perspectivas plurais às análises internalistas e nacionais sobre o conflito. Enquanto alguns especialistas, como Chris Bayly e Isabel Hofmeyr, afirmam que há diferença entre história comparada, transnacional, mundial e global, e que a expressão história global é mais próxima dos fenômenos da globalização pós-1990, há consenso de que todas as abordagens buscam o abandono do Estado-nação ou das fronteiras imperiais como categoria absoluta e necessária de análise e compreensão do passado e do presente, além da defesa de uma narrativa histórica crítica a parâmetros etno ou eurocêntricos.

Além disso, a chave para abordagens transnacionais é sua preocupação com movimentos, fluxos, circulação de ideias e pessoas. A preocupação das análises não são processos históricos em lugares diferentes e desconectados do mundo, mas a própria construção desses processos feita na movimentação entre lugares e regiões (BAYLY; BECKERT; CONNELLY; HOFMEYR; KOZOL; SEED, 2006, p. 1440-1464). Sem dúvida, Bandung configura-se como um ponto de encontro ímpar para a execução desse pensar.

³⁷ No original: “The Asian-African Conference was a world event which had attracted great attention. Every country in the world was following it closely and, sometimes, with apprehension”.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. *East of India, South of China: Sino-Indian Encounters in Southeast Asia*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- AFRICAN-ASIAN CONFERENCE BULLETIN. Jakarta: The Ministry of Foreign Affairs, Republic of Indonesia, n.1-10, 1955a-1955j.
- AHMAD, Dohra. *Landscapes of Hope: Anti-Colonial Utopianism in America*. New York: Oxford University Press, 2009.
- ASIAN-AFRICAN CONFERENCE OF BANDUNG, 1955, Bandung. *Final Communiqué (24 de abril de 1955)*. Jakarta: The Ministry of Foreign Affairs, Republic of Indonesia, 1955. p. 161-169.
- BAYLY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy; SEED, Patricia A.H.R. Conversation: On Transnational History. *American Historical Review*, Washington, DC, v. 111, n. 5, p. 1440-1464, 2006.
- CIA Memorandum: Brief by Ambassador Malik on Bandung Conference, 6 de junho de 1955c, Freedom of Information Act Electronic Reading Room – Central Intelligence Agency (CIA). Nº do documento: CIA-RDP80-01446R000100170001-8
- CIA Rapport - Bandung Conference Summary, 27 de abril de 1955b, Freedom of Information Act Electronic Reading Room – Central Intelligence Agency (CIA). Nº do documento: CIA-RDP80R01443R000300320012-2
- CIA Rapport - Bandung Summary, 27 de abril de 1955a, Freedom of Information Act Electronic Reading Room – Central Intelligence Agency (CIA). Nº do documento: CIA-RDP79R00890A000500040039-6
- DEVETAK, Richard; DUNNE, Tim; NURHAYATI, Ririn Tri. Bandung 60 Years on: Revolt and Resilience in International Society. *Australian Journal of International Affairs*, Canberra, v. 70, n. 4, p. 358-373, 2016.
- DUBE, Saurabh. *Enchantments of Modernity: Empire, Nation, Globalization*. London: Routledge, 2009.
- EMBAIXADA BRITÂNICA EM JACARTA. Telegrama n. 39 (1071/230/55). 26/04/1955. The National Archives of the United Kingdom. Disponível em: http://www.cvce.eu/obj/summary_of_the_introductions_speeches_at_the_bandung_conference_18_19_april_1955-en-831656d3-62e4-4978-a44f-c043c8fb9011.html. Acesso em: 15 jan. 2019.
- FARID, Hilmar. Rethinking the Legacies of Bandung. *Inter-Asia Cultural Studies*, Dumaguete, v. 1, n. 17, p. 12-18, 2016.
- FRASER, Cary. An American Dilemma: Race and Realpolitik in the American Response to the Bandung Conference, 1955. In: PLUMMER, Brenda Gayle (ed.).



Window on Freedom: Race, Civil Rights, and Foreign Affairs, 1945–1988. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003. p. 115-140.

GERITS, Frank. Bandung as the Call for a Better Development Project: US, British, French and Gold Coast Perceptions of the Afro-Asian Conference (1955). *Cold War History*, v. 16, n. 3, p. 255-272, 2016.

HERNANDEZ, Leila. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HONGO, Joseph. The Asian-African Conference (Bandung) and Pan-africanism: The Challenge of Reconciling Continental Solidarity with National Sovereignty. *Australian Journal of International Affairs*, Canberra, v. 70, n. 4, p. 374-390, 2016.

HORTA, José da Silva. Entre história europeia e história africana, um objeto de carneira: as representações. In: COLÓQUIO “CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA”, 1994, Lisboa. *Actas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 189-200.

KHOSLA, Madhav (ed.) *Letters for a Nation from Jawaharlal Nehru to His Chief Ministers, 1947-1963*. New York: Penguin, 2014.

LEE, Christopher. *Making a World After Empire: The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Athens, OH: Ohio University Press, 2010.

MAHLER, Anne Garland. *From the Tricontinental to the Global South: Race, radicalism, and transnational solidarity*. Duhan/London: Duke University Press, 2018.

MAHLER, Anne Garland. The Global South in the Belly of the Beast: Viewing African American Civil Rights through a Tricontinental Lens. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 50, n. 1, p. 95-116, 2015.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo afro-asiático*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960.

PRASHAD, Vijay. Bandung Is Done: Passages in Afro Asian Epistemology. In: HERNANDEZ, Heike Raphael; STEEN, Shannon (ed.). *AfroAsian Encounters, Culture, History, Politics*. New York: New York University Press, 2006. p. XI-XXIII.

PRÉSENCE AFRICAINE. Paris: Éditions Présence Africaine, n. 3, ago./set. 1955.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON INTERNATIONAL ORGANIZATION. *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. São Francisco: United Nations, 1945.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. New York: Cambridge University Press, 2005.

WRIGHT, Richard. *The Color Curtain: A Report on the Bandung Conference*. Oxford: Banner Books; University Press of Mississippi/Jackson, 1995.



NOTAS

AUTORIA

Raissa Brescia dos Reis: Doutora. Pesquisadora autônoma, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Taciana Almeida Garrido Resende: Mestre. Professora do ensino básico técnico e tecnológico, Instituto Federal de Minas Gerais, Ipatinga, MG, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Raissa Brescia dos Reis. Rua Manganês, 140, 31140-250, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído, em parte, da tese de doutoramento de Raissa Brescia dos Reis – África imaginada: história intelectual, pan-africanismo, nação e unidade africana na *Présence Africaine* (1947-1966), apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e à *École doctorale* de l'Université de Bordeaux-Montaigne, em 2018, e, em parte, da pesquisa de doutorado de Taciana Almeida Garrido Resende – Pelo futuro da África: atuações africanas nas conferências de Bandung, Addis Abeba e Havana, iniciada em 2016 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e interrompida em 2018.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 30 de janeiro de 2019

Aprovado em: 15 de abril de 2019

Como citar: REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Bandung, 1955: ponto de encontro global. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019.



MISSÕES DA COMPANHIA DE JESUS NA ÍNDIA: UMA LEITURA SOBRE O PERÍODO DE FRANCISCO XAVIER (1542-1552)

Missions of the Society of Jesus in India: A Reading of the Period of
Francisco Xavier (1542-1552)

Felipe Augusto Fernandes Borges^a

 <https://orcid.org/0000-0002-4812-9992>
E-mail: felipe.afb@hotmail.com

Célio Juvenal Costa^b

 <https://orcid.org/0000-0003-1226-7805>
E-mail: celiojuvenalcosta@gmail.com

Sezinando Luiz Menezes^c

 <https://orcid.org/0000-0002-1518-0783>
E-mail: sl.menezes@uol.com.br

^a Instituto Federal do Paraná, Pitanga, PR, Brasil

^b Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Fundamentos da Educação, Maringá, PR, Brasil

^c Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História, Maringá, PR, Brasil

RESUMO

Este artigo trata da trajetória e do trabalho do padre Francisco Xavier, primeiro jesuíta a chegar à Índia sob as missões do Padroado Português. O objetivo do texto é apresentar estratégias e ações capitaneadas por Xavier no Oriente, mostrando que tais ações, comunicadas por cartas aos demais membros da Companhia de Jesus, influenciaram a formação dos métodos gerais de trabalho da nascente ordem. As fontes usadas são as *Obras completas de São Francisco Xavier*, organizadas pelo jesuíta Francisco de Sales Baptista. O recorte temporal abrange o período entre 1542, com a chegada de Xavier a Goa, até 1552, ano de sua morte. Concluímos que aquilo que, no período delimitado, Xavier pôs em prática foi, conseqüentemente, acompanhado por seus seguidores, bem como lido e praticado por outros tantos membros da Companhia de Jesus em outras missões.

PALAVRAS-CHAVE

Francisco Xavier. Companhia de Jesus. Índia.

ABSTRACT

This article deals with the trajectory and work of the Jesuit priest Francisco Xavier, the first Jesuit to arrive in India under the missions of the Portuguese Padroado. The purpose of this text is to present the strategies and actions led by Xavier in the East, showing that such actions, shared through letters with the other members of the Society of Jesus, influenced the formation of the general work methods of the nascent order. The sources used are *Obras Completas de São Francisco Xavier*, organized by the Jesuit Francisco de Sales Baptista. The time frame covers the period from 1542, with the arrival of Xavier in Goa, until 1552, the year of his death. We conclude that, what Xavier established in the referred period was, consequently, adopted by his followers and also read and practiced by many members of the Society of Jesus in other missions.

KEYWORDS

Francisco Xavier. Society of Jesus. India.

Este artigo tenta destacar, de forma especial, a figura do padre Francisco Xavier, retomando sua biografia e os principais fatos e datas que envolveram seus anos de trabalho no Oriente, sob a Companhia de Jesus e o Padroado Português, no período que se estendeu desde sua chegada a Goa, em 1542, até sua morte, em 1552. As fontes utilizadas para a elaboração do texto pertencem às *Obras completas de São Francisco Xavier*, traduzidas e organizadas pelo jesuíta Francisco de Sales Baptista. Este estudo toma relevância quando considerado o fato de que Xavier foi o primeiro jesuíta a desembarcar na Índia e, até sua morte, o superior daquelas missões, tendo recebido inclusive a dignidade de Provincial daquelas partes.

O padre jesuíta Mário Martins inicia sua introdução geral às *Obras completas de Francisco Xavier* da seguinte maneira: “Na História de Deus, S. Francisco Xavier foi o maior conquistador do Oriente, embora não fosse o primeiro” (MARTINS *apud* XAVIER, 2006, p. 17). O peso histórico da pessoa de Francisco Xavier é inegável, assim como a influência de sua atividade sobre seus pares durante os anos de sua peregrinação no Oriente e mesmo depois de sua morte.

Francisco Xavier exerceu suas atividades missionárias no Oriente de influência portuguesa, que à época recebia, pelos lusitanos, a denominação de “Estado da Índia”. Tal conceito, segundo análise de Thomaz, não se referia à noção de Estado como “espaço geográfico bem definido”, e sim ao conjunto de territórios, estabelecimentos (feitorias, fortalezas...), bens, pessoas, interesses, comércio e Igreja, todos administrados pela Coroa Portuguesa, nos espaços de “Oceano Índico e mares adjacentes, ou nos territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão” (THOMAZ, 1994, p. 207).

Thomaz defende a ideia de que o Estado da Índia, diferentemente de outras formas de organização política, não foi estruturado com base em “espaços geográficos”, e sim como uma “rede” (THOMAZ, 1994, p. 208). O caráter de rede do Estado da Índia leva em conta o conceito de “sistema de comunicação entre vários espaços”, portanto maior que os próprios sítios geográficos por ela interligados.

As lacunas abrangidas por essas grandes redes necessitaram, ao longo do tempo, também de elementos aglutinadores, culturais, econômicos e religiosos que fizessem com que os indivíduos participantes dessas redes se sentissem, de certa forma, unidos num propósito comum. Não é demais afirmar que a religião sempre prestou importante papel nesse sentido. Como afirma novamente Thomaz: “Ao longo dessas redes, produziram-se [...] fenômenos de difusão, nivelamento e uniformização cultural [...]. As grandes religiões de espírito universalista e cariz igualitário [...] desempenharam, frequentemente, essa função: [entre outras] o cristianismo, na expansão portuguesa” (THOMAZ, 1994, p. 208-209).

Vemos na expansão portuguesa que, desde seus primórdios, padres, soldados e mercadores dividiram os conveses dos mesmos navios. No enclave português do Oriente, a religião cristã seria igualmente importante para atração de nativos para a órbita de influência lusitana.

Nessa esteira, vemos, a partir de 1538, o início de uma relação muito próxima entre a Coroa Portuguesa e a recém-formada Companhia de Jesus (COSTA, 2004; MANSO, 2009; TAVARES, 2004). Em 1538, Diogo de Gouveia, então embaixador português em Paris, enviou uma carta a D. João III informando o monarca sobre os padres da nova ordem que se formava, indicando-os ao rei inclusive como possibilidade de reforçar o trabalho das missões no Ultramar português. O embaixador, então,

contatou Inácio de Loiola e o papa, trazendo do rei português a solicitação de padres da Companhia de Jesus para as missões portuguesas.

Paulo de Assunção faz uma análise apurada da atuação e, sobretudo, das finanças da Companhia de Jesus. O autor afirma que a Coroa Portuguesa, durante o reinado de D. João III, enxergou nos jesuítas um poderoso instrumento de “efetivação do projeto civilizador e expansionista da nação portuguesa”. Assunção continua sua análise mostrando que o apoio da Coroa Portuguesa foi também acrescido de amplo suporte financeiro no que tangia a despesas dos jesuítas nas missões, “marcando o início de uma política amistosa do poder real com os jesuítas, e que seria bem acolhida pelos sucessores do trono durante a dinastia de Avis” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 92).

Conforme Costa (2004), após tais tratativas, duas frentes de trabalho foram inauguradas: Francisco Xavier foi para a Índia, levando consigo um conceito e uma prática diferenciado de missão, e o padre Simão Rodrigues foi para Portugal, estruturando lá o trabalho da Companhia em parceria com a Coroa lusa. Segundo interpretação corrente na historiografia (BOXER, 2002, 2013; COSTA, 2004; MANSO, 2009; TAVARES, 2004), Francisco Xavier e a Companhia de Jesus operaram certa mudança no que tangia ao cotidiano, aos métodos e ao alcance das missões catequéticas orientais.

É importante, ainda, destacar que a historiografia aqui mencionada não tem uma posição única sobre o assunto, mas, em menor ou maior grau, os autores concordam com a premissa principal evocada, ou seja, a diferenciação das missões orientais sob a Companhia de Jesus. Enquanto Xavier se ocupou do Oriente, Simão Rodrigues se ocupou do reino, estruturando a Companhia de Jesus em Portugal, ganhando cada vez mais apoio na Corte — tanto político quanto financeiro.

Olhar a missão da Companhia de Jesus no Oriente é essencial para compreender seu desenvolvimento como um todo. Há discussões na historiografia que corroboram essa visão (COSTA, 2004; MANSO, 2009, 2011, 2005, 2010; MANSO; SEABRA, 2012; SOUZA, 2000; TAVARES, 2004, 2007). Consideramos que um olhar mais especial para a trajetória de Francisco Xavier é importante porque, como Provincial da Companhia no Oriente, o agir e pensar de Xavier se configura como modelo orientador de conduta e atuação de seus subordinados.

Além disso, na Europa e em outros territórios de atuação jesuítica, a imagem de Xavier era respeitada e vista por seus pares como “padrão” de trabalho e serviço a Deus. Dessa forma, acreditamos que as cartas de Xavier, quando extrapolavam a barreira do continente asiático a chegavam à Europa, levavam consigo a imagem de um modelo de trabalho cristão a ser seguido. Devemos ainda adicionar o fato de que a missão indiana foi a primeira da Companhia de Jesus como um todo, o primeiro terreno de missões catequéticas da nova ordem. Certamente, nos momentos iniciais, não se havia sistematizado ainda um “agir” ou “pensar” institucional jesuítico. Tais características tiveram seu desenvolvimento conforme as missões se desenrolaram. Olhar para Xavier e para as missões orientais como um todo é olhar para a gênese, para a formação dos modos de trabalho da Companhia de Jesus.

Compreendemos que as concepções e as formas de trabalho expressas nas cartas de Xavier não são fruto único de seu intelecto ou de ideais individuais. Essas situações e concepções expressam o meio político, religioso e social em que o missionário estava inserido. Como membro de uma instituição lusitana, o Padroado

Real Português¹ era também submisso à Coroa. Xavier, portanto, estava assim impulsionado e, ao mesmo tempo, limitado ao raio de ação portuguesa.

FRANCISCO XAVIER, A COMPANHIA DE JESUS E A MISSÃO NA ÍNDIA

Francisco Xavier era espanhol, nascido em 7 de abril de 1506, no castelo de Javier, ainda reino de Navarra. Entre 1525 e 1530, esteve envolvido nos estudos de Filosofia no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, à época dirigido pelo português Diogo de Gouveia. Nesse período, Xavier conheceu Inácio de Loyola e se juntou a ele e aos demais irmãos,² formando o cerne de fundação da Companhia de Jesus. Em 1534, eles fizeram seus votos em Montmartre. Juntamente com o grupo inicial da Companhia, Xavier foi ordenado padre em 24 de junho de 1537, em Veneza (ETAPAS, 2002, p. 15-31).

Impedidos de fazer a travessia para Jerusalém por conta de sinais de guerra entre venezianos e turcos, o grupo de Loyola e Xavier não conseguiu cumprir seu objetivo inicial: a reconquista da Terra Santa. Dessa forma, em 1538, seguiram para Roma, onde se colocaram à disposição do papa. Na época, havia tempos o monarca português, d. João III, pedia ao Sumo Pontífice o envio de missionários, no intuito de evangelizar as terras dominadas pelos portugueses, sobretudo no Oriente. Nesse sentido, foi aconselhado por Diogo de Gouveia, diretor do Colégio de Santa Bárbara, a pedir para tais missões os padres na nova Companhia, ou seja, da Companhia de Jesus.

Após o contato do embaixador português com Inácio de Loyola e a posterior autorização papal, os padres da Companhia de Jesus foram designados para as missões orientais do Padroado Português. Nesse movimento é que Xavier acabou por ser escolhido, junto com Simão Rodrigues, como os primeiros jesuítas incorporados às missões lusas (COSTA, 2004).

Em sua atuação no Oriente, Xavier adquiriu grande destaque nos meios religiosos, nas Cortes europeias e na própria Companhia de Jesus. Lemos em Londoño (2002, p. 22) que,

a partir de sua atuação na Índia, em diversas partes da Ásia até chegar ao Japão em 1549 e morrer em 1552, Francisco Xavier passou a encarnar o missionário, o apóstolo jesuíta por excelência. Essa imagem de Francisco, que serviria de modelo a todos os outros missionários da ordem, começou a ser construída ainda em Lisboa com a distinção que ele logo alcançou na corte, recolhida na correspondência dos primeiros jesuítas portugueses e nas suas próprias cartas. [...] A figura do dedicado e incansável missionário e dos frutos que produzia no anúncio da Fé católica foi se cristalizando no modelo de edificação que se podia extrair das missões entre infiéis, para ser espalhado nas cortes de Europa e entre os jesuítas. Ao

¹ O Padroado Real Português pode ser vagamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa Portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, na Ásia e no Brasil (BOXER, 2013, p. 99).

² Pedro Fabro, Alfonso Salmerón, Diego Laynez, Nicolau de Bobadilla e Simão Rodrigues.

mesmo tempo Xavier se constituiu no primeiro referencial para a definição de um método de atuação da companhia entre infiéis.

Todo o trabalho do missionário, como menciona Lodoño, se cristalizou por meio de cartas, de suas correspondências. O epistolário jesuítico era uma importante ferramenta para que isso acontecesse. As cartas eram usadas, ao mesmo tempo, como meio de orientação local e de comunicação global entre os inicianos. Por meio delas, podemos ter uma visão ao menos panorâmica dos anos de atividade do padre Xavier no Oriente, compreendendo, assim, a dinâmica do dia a dia das missões.

É importante aqui fazer um hiato, a fim de afirmar a consciência com respeito às fontes a que temos acesso. As fontes utilizadas neste trabalho constituem uma coletânea organizada e comentada por um padre jesuíta. Além disso, são documentos e cartas produzidos também por religiosos, sobretudo Xavier. Na esteira dessas reflexões, dois trabalhos também devem ser mencionados como condutores de nosso processo de análise das fontes. O primeiro é o de Pécora (2008); o segundo, já citado, é o de Lodoño (2002).

Em seu artigo, Pécora faz uma análise dos cinco momentos formais que compõem as cartas dos padres da Companhia de Jesus. Baseados na “*ars dictaminis*”, ou seja, na “arte de escrever cartas”, os inicianos, segundo Pécora, tinham claros os cinco momentos principais delas: “*salutatio, captatio benevolentiae, narratio, petitio e conclusio*” (2008, p. 39-40). Toda essa metalinguagem, implícita nas cartas jesuíticas, tinha como objetivo principal captar a atenção do leitor para a missão religiosa. Fossem os leitores leigos ou mesmo superiores religiosos, o intuito das cartas era despertar o desejo de fazer o possível para auxiliar nas missões.

O trabalho de Pécora é importante para nós porque, sob sua interpretação, podemos compreender que a metodologia de escrever cartas aplicada pela Companhia de Jesus fez destas mais do que meros instrumentos de comunicação; fê-las também objetos de proselitismo. Tal visão precisa acompanhar o leitor de cartas jesuítas e de quaisquer documentos históricos.

Lodoño analisa as cartas jesuíticas mostrando, sobretudo, o caráter de intencionalidade delas. O autor afirma que

uma boa parte das cartas teria sido produzida com o propósito claro de edificar, na expressão ascética da época, que apontava para as ações que serviam para manifestar a presença divina, estimular a Fé do próximo e infundir piedade. As cartas estavam determinadas pela sua função, seus destinatários e objetivos particulares (LODOÑO, 2002, p. 12).

O autor continua nos mostrando como os jesuítas, por sua formação e doutrina, tinham clara consciência de que todas as suas atividades, por menores que fossem, estavam orientadas por um “princípio e fundamento”. Na concepção da Companhia de Jesus, todas as atividades e ações do indivíduo eram subordinadas ao “serviço de Deus”, o que não era diferente com a obrigação de escrever cartas.

Em sua escrita, ainda que subjetivamente, o jesuíta expressava tal princípio, o que se traduzia “nas expressões, nos assuntos e nos episódios referidos” (LODOÑO, 2002, p. 13). Há ainda o fato de que as cartas eram escritas de forma a serem reproduzidas e dispersas pela Europa, a fim de “edificar” leigos europeus, possíveis

benfeitores da Companhia, assim como pelos locais de missão, para irmãos, missionários e padres distantes, sempre com o objetivo da edificação.

Em repercussão por toda a Europa e adjacências, “[a]s cartas serviam para montar a imagem geral da Companhia, portanto nada melhor que os feitos dos irmãos pela dispersão do evangelho, usados para ‘edificar’” (LODOÑO, 2002, p. 17-18).

Célia Tavares complementa o que foi trazido por Lodoño ao nos mostrar que, “em 1541, Inácio de Loyola instituiu a *hijuela*, em que determinava que os problemas enfrentados pelos jesuítas deveriam ser escritos em folha separada da carta que informava os feitos edificantes e exemplares” (TAVARES, 2004, p. 114).

Todos esses posicionamentos e advertências com relação às cartas jesuítas devem permear nosso olhar sobre elas. Além disso, entendemos ser importante estender tais cuidados a quaisquer fontes, mesmo que não originárias de membros da Companhia de Jesus. Tendo tudo isso em vista, podemos continuar nossa exposição e análise.

Xavier chegou a Lisboa ainda no mês de junho de 1540, ficou algum tempo na corte e partiu efetivamente para a Índia em 7 de abril de 1541. Chegou a Goa apenas em 6 de maio de 1542, onde iniciou logo seus trabalhos. Cabe lembrar que Xavier parte de Lisboa com mais dois companheiros jesuítas: o padre Paulo Camerino, chamado de Micer Paulo na documentação, e o irmão Francisco Mansilhas. Estes chegaram a Goa apenas no mês de outubro daquele ano, pois ficaram à espera de outra nau em Moçambique, onde ficaram mais tempo que Xavier.

Francisco Xavier ficou em Goa até fins de setembro de 1542, de onde embarcou para o sul da Índia para cumprir os objetivos de missão a que havia se proposto. Datada de 20 de setembro de 1542, temos uma carta destinada aos companheiros em Roma em que Xavier descreve o início das atividades missionárias em Goa e as primeiras viagens que empreendeu. Vemos que, sobre Goa propriamente dita, o missionário nos dá a impressão de que, naquela cidade, não havia muito o que fazer ou muitas pessoas para evangelizar.

Há quatro meses e mais que chegámos à Índia, a Goa, que é uma cidade toda de cristãos, coisa para ver. Há um mosteiro de muitos frades da Ordem de S. Francisco e uma Sé muito honrada e de muitos cónegos, e outras muitas igrejas. Coisa é para dar muitas graças a Deus Nosso Senhor em ver que o nome de Cristo tanto floresce em tão longínquas terras e entre tantos infiéis (XAVIER, 2006, p. 106-107).

Vendo Goa dessa forma, com uma cristandade já formada, sacerdotes e igrejas, Xavier voltou seus interesses para outros lugares, embarcando para o cabo de Comorim, correspondente ao sul da Índia – a costa da Pescaria no lado oriental e a costa de Travancor no lado ocidental. Vemos menção a tal viagem ainda nesta carta de 1542:

Agora me manda o senhor Governador para uma terra, onde todos dizem que tenho a fazer muitos cristãos. [...] Creio que havemos de fazer muito serviço a Deus Nosso Senhor. Em vindo Micer Paulo e Francisco de Mansilhas de Moçambique, disse-me o senhor Governador que logo os mandaria para onde eu vou [agora], que é a 200 léguas de Goa. Chama-se, a terra para

onde vou, o Cabo de Comorim. Há-de prazer a Deus Nosso Senhor que, com o favor e ajuda das vossas devotas orações, não olhando Deus Nosso Senhor aos meus infinitos pecados, dar-me sua santíssima graça para que cá, nestas partes, muito o sirva (XAVIER, 2006, p. 112).

A expectativa de Xavier quanto àquilo que estava por encontrar se mostra grande. Os relatos sobre a quantidade de pessoas “por fazer cristãos” animaram o missionário, ao mesmo tempo que se impõe como desafio para ele. Entretanto, vemos que Xavier não pensava nessas conversões e nesses trabalhos como tarefas fáceis. O missionário tinha consciência das dificuldades e da resistência que enfrentaria não apenas no que dizia respeito à pregação e às conversões, mas também às adaptações necessárias com relação às viagens, aos perigos, às doenças, ao clima etc. Tanto é assim que, em carta ao Superior Geral da Companhia, Inácio de Loyola, ainda em 1542, o padre pedia mais missionários e dava ao superior uma descrição das características que os enviados deveriam ter. Segundo ele, seria preferível enviar missionários mais jovens. Se velhos, que fossem saudáveis, pois terra e mar os poriam “à prova”.

Certo estou de que, os que hão-de vir da nossa Companhia, hão-de ser pessoa ou pessoas em quem vós muito confieis [...]. Hão-de passar muitos trabalhos, pois os desta terra são grandes, tanto ela debilita os que não são criados nela. Pensai numa coisa: que tanto o mar como a terra os hão-de provar para quanto são. Não é esta terra senão para homens de grande compleição e não de muita idade. Mais é para mancebos que para velhos, embora para velhos saudáveis seja boa. [...]. Hão-de ser muito importunados para muitas confissões, Exercícios Espirituais e pregações (XAVIER, 2006, p. 118).

Na mesma missiva, Xavier pedia novos missionários. Mesmo sem ainda ter feito as primeiras viagens pela Índia, o padre já obtivera informações variadas a respeito de territórios e populações ali existentes. Tanto é assim que, ao longo dos anos, a cada carta enviada à Europa, o pedido por missionários aumentava, na medida em que cresciam sua visão e seu conhecimento a respeito das possibilidades de evangelização no Oriente

Em outra carta, aos companheiros de Roma, datada de 15 de janeiro de 1544, descreveu sua primeira experiência de encontro e disputa com brâmanes. No relato, o padre acusou os brâmanes de se aproveitarem da simplicidade e da ignorância dos nativos para arrancar deles, como se fossem para seus deuses – os quais Xavier chama de “ídolos” – as dádivas que desejavam para si mesmos. Assim ele os descreve:

Há nestas partes, entre os gentios, uma classe a que chamam brâmanes: estes mantêm toda a gentilidade. Têm o encargo das casas onde estão os ídolos: é a gente mais perversa do mundo. [...] É gente que nunca diz a verdade. Está sempre a pensar como há-de subtilmente mentir e enganar os pobres simples e ignorantes, dizendo que os ídolos pedem que lhes levem, para oferecer, certas coisas; mas estas não são outras senão as que os brâmanes fingem e querem para manter as

suas mulheres, filhos e casas. Fazem crer à gente simples que os ídolos comem; e há muitas pessoas que, mesmo que não alcemem nem jantem, oferecem certa moeda para o ídolo. Duas vezes ao dia, com grande festa de atabales, comem, dando a entender aos pobres que são ídolos que estão a comer. Quando começa a faltar o necessário aos brâmanes, dizem ao povo que os ídolos estão muito zangados com ele, porque não lhes leva as coisas que, por eles, lhes mandam pedir; e que, se não lhas fornecem, tenham cuidado com eles, pois os hão-de matar, ou dar-lhes doenças, ou lhes hão-de mandar os demónios a suas casas. E os tristes simples, crendo que será assim, de medo que os ídolos lhes façam mal, fazem o que os brâmanes querem (XAVIER, 2006, p. 142-143).

A visão do missionário sobre os religiosos nativos que encontrou era essa que lemos no relato. Podemos inferir que, além de escrever aos seus confrades, Xavier usou os argumentos citados para sua pregação aos nativos. Certamente, a desqualificação daquilo que os nativos acreditavam — seus ídolos, deuses e sacerdotes — faria parte da estratégia para que deixassem sua religião e se fizessem cristãos. A respeito de “desmascarar” os brâmanes perante os nativos, o padre conta que,

aos tristes simples que, por puro medo, são seus devotos [dos brâmanes], manifesto-lhes os seus enganos e burlas, até cansar. Muitos, pelo que lhes digo, perdem a devoção ao demónio e fazem-se cristãos. Se não houvesse brâmanes, todos os gentios se converteriam à nossa fé (XAVIER, 2006, p. 144).

As estratégias jesuíticas sempre partem do princípio das lideranças, que, ao chegarem a uma localidade, procuravam converter e batizar chefes, reis e governadores. Acreditava-se que, com base no exemplo dos líderes, mais facilmente os comuns se converteriam e aceitariam a fé. Na margem da desqualificação, vemos o mesmo: mais força há em desqualificar os sacerdotes que os seguidores comuns de determinada religião. Ao atacar os brâmanes e “manifestar seus enganos”, Xavier procurava implantar a desilusão nos nativos hindus, de forma que estes abandonassem o hinduísmo e viessem ao cristianismo, ou, nas palavras do missionário, abandonassem os enganos do demónio. O cristianismo se assenta, como sabemos, em crer-se como única e verdadeira religião, considerando tudo aquilo que não faz parte da sua crença um erro, engano ou obra do Diabo.

Diferentemente de outros clérigos, os jesuítas se esforçaram por conhecer ao menos os fundamentos das religiões orientais. A observação de Xavier sobre os costumes locais é exemplo disso. Porém, o conhecimento dessas religiões nem de longe implicou aceitação; pelo contrário, eram artifícios usados como instrumento de refutação. Ainda que a adaptação jesuítica por vezes tenha envolvido a apropriação de costumes ou características que lembravam as religiões orientais, isso era feito de modo a não ferir nem contradizer os princípios básicos do cristianismo.

No seu relato, Xavier sugeriu que os brâmanes enganavam deliberadamente seus seguidores. Segundo ele, esses sacerdotes sabiam que aquilo que diziam era mentira, mas o faziam para angariar sustento próprio. São acusações fortes, no claro desejo de desqualificar a crença do Outro. O padre relata que os brâmanes da costa do

Comorim ficavam muito preocupados com a possibilidade de o missionário “descobrir” seus enganos e lhe diziam crer na existência de um só Deus.

Aos brâmanes desta Costa onde ando, pesa-lhes muito que eu nunca outra coisa faça senão descobrir as suas maldades. Eles confessam-me a verdade, quando estamos a sós, de como enganam o povo: confessam-me, em segredo, que não têm outro património senão aqueles ídolos de pedra, dos quais vivem, fingindo mentiras.

[...] Tudo isto fazem, para que eu não descubra os seus segredos, dizendo-me que eles bem sabem que não há senão um Deus, e que eles rezarão por mim (XAVIER, 2006, p. 143-144).

Considerando os propósitos das cartas jesuíticas, esse é um relato que pode ser visto, no mínimo, como exagerado. Sabemos que os escritos destinados aos companheiros na Europa normalmente tendiam a exaltar mais os sucessos do que as dificuldades das missões. Por vezes, os relatos foram “aumentados” no intuito de atrair mais voluntários e doadores para as atividades missionárias do Oriente. Quanto ao trecho acima, é difícil imaginar um grupo de sacerdotes de uma religião qualquer confessando a um sacerdote de outra religião os enganos e as mentiras que supostamente usavam para enganar seus fiéis seguidores.

Não fazemos aqui juízo de valor sobre o relato do missionário, mas olhamos para ele com a devida desconfiança, que, nesse caso, se faz necessária. As conversas com os brâmanes da costa existiram, mas talvez a confissão do engano não tenha sido tão clara quanto sugere o relato.

Além desse, Xavier expõe na mesma carta outro contato com brâmanes, num pagode onde havia, segundo ele, mais de duzentos desses sacerdotes. A conversa, dessa vez, teria sido mais doutrinária, e o padre os inquiriu a respeito do paraíso e do que os deuses deles requeriam para que os homens fossem para lá.

Ao visitar os lugares de cristãos, passo por muitos pagodes. Uma vez passei por um, onde havia mais de duzentos brâmanes, e vieram-me ver. Entre outras muitas coisas de que falamos, pus-lhes uma questão, e era: que me dissessem que é que os seus deuses e ídolos, a quem adoravam, lhes mandavam fazer para ir para a glória. Foi grande a contenda entre eles sobre quem me responderia. Disseram a um dos mais antigos que respondesse. O velho, que tinha mais de oitenta anos, disse-me que lhe dissesse eu primeiro o que mandava o Deus dos cristãos fazer. Eu, percebendo a sua ruindade, não quis dizer coisa alguma antes de ser ele a dizer. Então foi-lhe forçado manifestar as suas ignorâncias. Respondeu-me que duas coisas lhes mandavam fazer os seus deuses para ir para onde eles estão: a primeira era não matar vacas, as quais eles adoram; e a segunda era dar esmolas, e estas aos brâmanes que servem os pagodes. Ouvida esta resposta, com pena de os demónios escravizarem os nossos próximos de tamanha maneira, a ponto de em lugar de Deus se fazerem adorar deles, levantei-me, dizendo aos brâmanes que ficassem sentados e, a grandes vozes, disse o Credo e os Mandamentos da lei na língua deles, fazendo alguma detenção

em cada Mandamento. Acabados os mandamentos, fiz-lhes uma exortação na língua deles, explicando-lhes que coisa é paraíso e que coisa é inferno, e dizendo-lhes quem vai para um e quem para outro. Depois de acabada esta prática, levantaram-se todos os brâmanes e deram-me grandes abraços, dizendo-me que verdadeiramente o Deus dos cristãos é o verdadeiro Deus, pois os seus Mandamentos são tão conformes a toda a razão natural (XAVIER, 2006, p. 144-145).

Salientamos a observação de que Francisco Xavier fez a declaração do Credo e dos Mandamentos na língua nativa, bem como sua posterior exposição sobre o cristianismo. Consideramos o uso das línguas nativas na pregação – um dos diferenciais da metodologia de trabalho dos jesuítas na Índia – um fator de grande importância, haja vista que os sacerdotes, naquele exato instante, tiveram um contato simplificado com as doutrinas cristãs. Sem necessitar de um tradutor que o repetisse, o próprio missionário dispunha da instrumentalização linguística necessária para transmitir sua prédica na língua local. Esse costume, iniciado na Companhia por Xavier e depois estendido aos demais missionários, facilitou a penetração do Evangelho e da catequese nos povos do Oriente.

O excerto também nos chama a atenção por conta da resumida forma com que o religioso descreveu a resposta que obteve do velho brâmane. Sabe-se que o hinduísmo é bem mais complexo do que as duas regras que ele transcreve na carta. Podemos imaginar que talvez a conversa tenha sido mais complexa do que a relatada, mas ao missionário interessava apenas descrever o sucesso e a vitória que teria obtido. Há, de forma geral, uma simplificação de crenças e religiões orientais, talvez por considerarem sem importância descrevê-las a fundo, por certa indiferença que, consciente ou inconscientemente, influenciava a escrita dos missionários, inclusive de Xavier.

No fim do fragmento reproduzido, temos o relato de que os brâmanes, mais de duzentos, teriam a um só coro declarado ser o Deus dos cristãos o verdadeiro Deus. O sucesso é tão grande que, mais uma vez, nos colocamos a perguntar sobre a totalidade do relatado. Ao lermos o excerto isolado, poderíamos mesmo pensar que mais de duzentos sacerdotes hindus se converteram imediatamente ao cristianismo sob a ação de Xavier, o que seria um incrível prodígio. Porém, na continuação de seus relatos, o próprio missionário informou que as coisas não aconteceram exatamente assim:

A todas as perguntas que me fizeram os satisfiz, a parecer deles. Mas, quando com eles chegava a conclusão de que se fizessem cristãos, pois já conheciam a verdade, respondiam o que muitos entre nós costumam responder: Que dirá o mundo de nós, se esta mudança de estado fazemos no nosso modo de viver? E outras tentações em pensar que lhes venha a faltar o necessário (XAVIER, 2006, p. 144-145).

Antes de descrever o que foi citado, Xavier contou como os brâmanes ainda o inquiriram sobre a imortalidade da alma, assim como a cor da pele de Deus. Ele teria para tudo lhes dado respostas, segundo seu relato. No entanto, mesmo após a pregação, nenhum brâmane se converteu ao cristianismo, embora, segundo o padre,

tenham confessado ser verdadeira a religião cristã. Nesses e em outros pontos é que se torna necessário pensar os limites impostos pelas fontes históricas que utilizamos – no caso, as cartas jesuíticas. Elas nos mostram, como vemos, não os acontecimentos puros e imparciais, mas a visão de quem está contando uma história. Podemos, por meio delas, conhecer a ação missionária daqueles padres, com o cuidado de ler criticamente o conteúdo a que temos acesso.

Após sua temporada de missões na costa do Comorim, Xavier partiu, em agosto de 1545, para Malaca, aonde chegou no mês de setembro. Dessa vez, passou em missão pelas ilhas Molucas, Amboina, Termate e Moro. Nutria já desejos de ir à China (ETAPAS, 2002, p. 15-31). Nessa expedição, gastou pouco mais de dois anos, em intensa atividade registrada nas suas correspondências.

Escrevendo sobre as ilhas Molucas, em carta aos jesuítas da Europa datada de 10 de maio de 1546, disse-lhes que muitos habitantes que haviam se convertido deixavam de ser cristãos: “[Os seus habitantes], por falta de quem lhes requeira que sejam cristãos, deixam de o ser” (XAVIER, 2006, p. 271). Essa afirmação retrata, de forma implícita, o problema da falta de missionários que houve desde o início das missões de catequese na Índia. Muitas localidades receberam missionários itinerantes e tiveram certo número de conversões. Mas, deixados por padres ou irmãos que operaram tais conversões, os convertidos logo voltavam às antigas religiões, ou, mesmo que não voltassem a elas, não mais praticavam o cristianismo.

Quanto a essa situação, Xavier mostrou, nessa carta de maio de 1546, uma breve descrição geral das ilhas. Escreveu sobre mouros e gentios, sugerindo que deveria haver missionários que vivessem naquelas partes, a fim de instruir e zelar por aquelas pessoas. Ele escreveu aos companheiros na Europa que, mesmo os que não servissem para a Companhia, se tivessem o desejo e a vontade de servir a Deus naquelas partes, teriam a possibilidade de viver com aquelas gentes e, assim, trabalhar pela salvação daquelas almas. O missionário diz que, em uma comparação, os gentios daquelas partes preferiam ser cristãos a muçulmanos.

Os gentios, nestas partes de Maluco, são mais que os mouros. Querem-se mal os gentios e os mouros. Os mouros querem que os gentios ou se façam mouros ou sejam seus cativos, e os gentios não querem nem ser mouros nem menos ser seus cativos. Se houvesse quem lhes pregasse a verdade, todos se fariam cristãos, porque mais querem os gentios ser cristãos que mouros. [...] Estes mouros, o melhor que têm é que não sabem coisa nenhuma da sua seita perversa. Por falta de quem lhes pregue a verdade, deixam estes mouros de ser cristãos.

Esta conta vos dou, tão particular, para que tenhais especial sentimento e memória de tanta perdição de almas, quantas se perdem por falta de espiritual socorro. Os que não tiverem letras e talento para ser da Companhia, sobrar-lhes-á o saber e talento para estas partes, se tiverem vontade de vir para viver e morrer com esta gente. Se, destes, viessem todos os anos uma dezena, em pouco tempo se destruiria esta má seita de Maoma e se fariam todos cristãos (XAVIER, 2006, p. 271-273).

Em contrapartida dessas informações, o padre contou também a respeito de práticas canibais em algumas daquelas ilhas, descrevendo situações em que

certos grupos realizavam a antropofagia. Evidentemente, o missionário se mostrou estupefocado com tais práticas, que foram caracterizadas por ele como “abomináveis”.

Outra comparação interessante foi sobre manifestações da natureza nas Ilhas Molucas. Ao descrever a geografia local, contou aos companheiros a ocorrência de tremores em terra e mar, ou seja, terremotos e maremotos. Ao que parece, pelo relato, as ilhas também tinham atividade vulcânica, da qual Xavier deve ter tido notícia, pois não mencionou ter presenciado. Ao escrever sobre as atividades vulcânicas, sugeriu que tais catástrofes eram como “castigos divinos” pelo pecado e pelo engano com que, na visão cristã, se vivia naquelas partes. Essa ideia nos mostra um pouco da visão cristã que ele nutria acerca de Deus e do pecado, acreditando que este usava de castigos para alertar as pessoas daqueles locais ou mostrar o erro delas. Leiamos o que escreveu o missionário:

Muitas destas ilhas deitam fogo de si, com um ruído tão grande que não há tiro de artilharia, por mais grande que seja, que faça tanto ruído. Pelas partes donde sai aquele fogo, com o ímpeto grande com que vem, traz consigo pedras muito grandes. Por falta de quem pregue nestas ilhas os tormentos do inferno, permite Deus que se abram os infernos, para confusão destes infiéis e dos seus abomináveis pecados (XAVIER, 2006, p. 275).

Além disso, descreveu também, ao fim da missiva, uma dificuldade: a variedade de línguas na região. Segundo ele, cada ilha tinha uma língua diferente, o que se impunha como obstáculo à comunicação. Não obstante, identificou qual seria a língua mais geral daquelas ilhas, fazendo uma tradução do Credo e de algumas orações, seguindo a estratégia de traduzir o Credo os Mandamentos e as orações para as línguas nativas.

Cada uma destas ilhas tem língua para si. Há ilha que, quase cada lugar dela, tem fala diferente. A língua malaia, que é a que se fala em Malaca, é muito geral por estas partes. Nesta língua malaia [no tempo que eu estive em Malaca] com muito trabalho traduzi o Credo com uma explicação sobre os artigos, a Confissão geral, Pai-nosso, Ave-Maria, Salve-Rainha e os Mandamentos da lei, para que me entendam quando lhes falo em coisas de importância (XAVIER, 2006, p. 275).

A utilização das línguas nativas para catequese e pregação foi, de certa forma, uma das marcas dos jesuítas. Podemos entender como revolucionária essa atividade, muito usada na Índia. Depois, essa diretriz foi usada também na catequização dos índios no Brasil, onde o padre José de Anchieta chega a elaborar a primeira gramática da língua geral falada pelos nativos da terra, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, utilizada para auxiliar os padres que chegavam à missão a apropriar-se do idioma local.

No Oriente, a tradução e o ensino das doutrinas cristãs nas línguas nativas surtiu um interessante efeito, levando em consideração as narrativas das cartas. O uso das línguas nativas permitia uma aproximação do cristianismo com a realidade daqueles povos a quem se queria evangelizar (BORGES, 2015).



Outra faceta para aproximar as atuações jesuítas na Índia e no Brasil é a importância dada pelos padres da Companhia ao ensino, à doutrina e ao batismo das crianças. Xavier, em suas cartas, é abundante nas orientações e nos cuidados que ordenava aos missionários que tivessem com relação às crianças. Em busca de cristãos “melhores” e de resultados missionários mais duradouros, a Companhia de Jesus percebeu na formação das crianças a chance de inculcar, desde cedo, os ideais da religião cristã, bem como a cultura que desejavam desenvolver nos convertidos indianos.

Em cartas e documentações da missão jesuítica na Índia, vemos relatos de padres pesarosos pelo fato de que muitos adultos, mesmo depois de evangelizados e catequizados, retornavam às suas antigas religiões e práticas, consideradas “pagãs” pelos missionários. As crianças representavam, assim, a esperança de que uma formação dada em tenra idade facilitaria o trabalho, uma vez que não estariam tão ligadas às religiões e aos costumes locais quanto seus pais. Nesse sentido é que Xavier e outros jesuítas deram especial atenção ao denominado “ensino dos meninos”.

Além do ensino, vemos que, na concepção jesuítica, era muito importante batizar as crianças assim que nascessem, pois, considerada a alta mortalidade infantil, ao menos aquelas pequenas almas, se batizadas, iriam direto para o paraíso. Como escreveria várias vezes Xavier, o batismo dessas pequeninas crianças era “muito serviço de Deus” (BORGES, 2015).

A catequese infantil tem outra faceta interessante de abordarmos. Paiva denomina o fenômeno como “instrumentalização dos meninos pregadores” (PAIVA, 2006, p. 71-73). Tal estratégia consiste em instrumentalizar os meninos que iam à doutrina como pequenos pregadores, dispersores dos ensinamentos cristãos por vilas e aldeias. Instruídas pelos jesuítas, essas crianças deveriam repassar a seus pais, servos, vizinhos e outras crianças aquilo que aprendiam sobre o cristianismo, sobre a doutrina, os costumes. Era uma verdadeira maximização de pregadores. São inúmeros os relatos de meninos fazendo orações nas casas, ensinando outras crianças ou mesmo os adultos, além dos eventos públicos que as envolviam, como as grandes procissões que aconteciam em Goa.

Essa é, acreditamos, mais uma forma estratégica de disseminação da religião cristã e da cultura repassada dos jesuítas a esses pequenos, que, por sua vez, as replicavam à frente, sucessivamente criando uma grande rede de pessoas em contato com os ensinamentos da religião cristã. Reside aí também uma das explicações para a importância dada pelos jesuítas às escolas, aos colégios e aos seminários, centros privilegiados de ação, evangelização e doutrina cristã. No Brasil, tal estratégia foi empregada pensando na educação dos “curumins” (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2000).

Ao fim de sua carta, Xavier escreveu a respeito da China. Nessa missiva, já demonstrava curiosidade sobre esse país, seus habitantes e sua religião. O missionário vislumbrava nessas conversas a possibilidade de evangelização naquelas partes:

Encontrei em Malaca um mercador português, o qual vinha de uma terra de grande trato [comercial], a qual se chama China. [...] De Malaca, vão todos os anos muitos navios de portugueses aos portos da China. Eu tenho encomendado a muitos, para que saibam dessa gente, pedindo-lhes que se informem muito das cerimônias e costumes que entre eles se guardam, para por elas se poder saber se são cristãos ou judeus. [...] Se souber coisa certa, [eu vo-la escreverei para o ano que vem: escrever-vos-

-ei o que por experiência destas partes tiver visto e conhecido] (XAVIER, 2006, p. 276-277).

Xavier não chegou a alcançar a China, mas, durante parte de sua vida, nutriu o desejo de ir para lá. De certa forma, podemos dizer que quase chegou ao país. Mas, como veremos ainda neste texto, encontrou a morte antes que pudesse atravessar as fronteiras.

MISSÃO NO JAPÃO

Enquanto planejava sua ida à China, Xavier rompeu as barreiras fronteiriças da Índia rumo ao Japão, localidade que também foi alvo de sua ação missionária. Vemos o início desse projeto quando, ainda sobre as ilhas Molucas, escreveu novamente aos companheiros em Roma, no dia 20 de janeiro de 1548 (XAVIER, 2006, p. 303). Dessa vez, relatou as atividades pastorais que teve antes de regressar à Índia, além de compartilhar informações que recebera a respeito do Japão.

Estando nesta cidade de Malaca me deram grandes novas, uns mercadores portugueses, homens de muito crédito, de umas ilhas muito grandes, de pouco tempo a esta parte descobertas, as quais se chamam as ilhas de Japão. Nelas, segundo parecer deles, se faria muito fruto em acrescentar a nossa santa fé: mais que em nenhuma das outras partes da Índia, por [a de lá] ser uma gente desejosa de saber em grande maneira, o que não têm estes gentios da Índia (XAVIER, 2006, p. 315-316).

Em Malaca, o padre conheceu Anjirô, um japonês nascido em Kagoshima que, convertido ao cristianismo, foi batizado em 1548 com o nome de Paulo de Santa Fé, em referência ao Seminário de Santa Fé, instituição dos jesuítas em Goa em que foi catequizado e batizado. Em 1549, Anjirô, ou Paulo de Santa Fé, acompanhou o sacerdote em sua viagem ao Japão. Por intermédio dele, Xavier recebeu muitas informações a respeito do Japão, da cultura e da religião locais. Impressionou-se com Anjirô, sua curiosidade e a forma como abraçou a religião cristã. Enalteceu isso na carta supracitada e o usou como argumento para imaginar que talvez fossem os japoneses todos desejosos de conhecimento como Anjirô. Na realidade, o encontro com esse japonês serviu para instigar ainda mais o missionário no seu desejo de ir ao Japão conhecer, evangelizar e converter naquelas partes.

Se assim são todos os japoneses, tão curiosos de saber como Angirô, parece-me que é a gente mais curiosa de quantas terras são descobertas. Este Angirô escrevia os artigos da fé, quando vinha à doutrina cristã. Ia muitas vezes à igreja a rezar. Fazia-me muitas perguntas. É homem muito desejoso de saber, o que é sinal de um homem se aproveitar muito e de vir em pouco tempo em conhecimento da verdade (XAVIER, 2006, p. 316-317).

Em sequência, escreveu sobre uma conversa com Anjirô em que lhe inquiriu a respeito das possibilidades de conversão em sua terra. Perguntou-lhe se seria possível que os japoneses, após ouvirem o Evangelho, se tornassem cristãos. A resposta que



descreveu na missiva teria sido positiva, sendo que Anjirô lhe apresentou algumas condições para que isso ocorresse:

Perguntei a Angirô – se eu fosse com ele à sua terra – se se fariam cristãos os de Japão. Respondeu-me que os da sua terra não se fariam cristãos logo, dizendo-me que primeiro me fariam muitas perguntas e veriam o que lhes responderia e o que eu sabia e, sobretudo, se vivia conforme ao que falava. Se fizesse duas coisas – falar bem e responder às suas perguntas, e viver sem que me achassem em que me repreender – que, em meio ano depois que tivessem experiência de mim, o rei e a gente nobre e toda a outra gente de distinção se fariam cristãos, dizendo que eles não são gente que se regem sem razão (XAVIER, 2006, p. 317).

Certo é que, no momento em que escrevia a carta, Xavier já tinha fixo em seus planos uma ida ao Japão, sua ou de outro jesuíta. Ainda escreveu: “Parece-me, pelo que vou sentindo dentro em minha alma, que eu ou algum da Companhia, antes de dois anos, iremos ao Japão” (XAVIER, 2006, p. 317-318). Ao ler essa pequena afirmação, podemos entender os planos que eram feitos pelo missionário, os quais, sabemos, não demoraram a se solidificar como realidade.

Costa (2004) afirma que as informações recebidas sobre o Japão fizeram despertar em Xavier uma euforia por aquele lugar e pelas possibilidades de conversão e salvação de almas que ali se vislumbrava. As características do lugar e das pessoas de que recebeu notícia formavam na mente do missionário a imagem de um local promissor, onde se poderia fazer “muito fruto”.

[...] pode-se afirmar que as informações que Xavier recebeu a respeito do Japão e dos japoneses despertaram nele uma euforia que não somente tocou sua alma de missionário, mas também, e principalmente, sua inteligência. Os japoneses seriam pessoas racionais, que julgariam com sabedoria qual religião seria a verdadeira – se a dos bonzos, que eram os sacerdotes do budismo e do xintoísmo, ou a dos padres cristãos; teriam uma universidade na qual os sacerdotes eram formados, mais ou menos à moda das universidades ocidentais; teriam um Rei que mandava no país todo, tal qual os reis ocidentais (COSTA, 2004, p. 172).

Vemos assim que os relatos a respeito do Japão muito animaram Xavier a respeito da possibilidade de ir até lá. Além disso, Costa (2004) nos mostra que, a essas promissoras informações recebidas sobre as terras japonesas se somou um lento e paulatino desânimo que o missionário desenvolveu com os anos de missões na Índia. Costa aponta que ele teria se abatido muito, principalmente com o sincretismo ritual que os cristãos da Índia praticavam, em consonância com a religião dos brâmanes.

Segundo o mesmo autor, Xavier se decepcionou muito com algo que já era objeto de queixas desde as cartas dos primeiros padres das missões indianas: os maus costumes e exemplos que os próprios portugueses davam como cristãos na Índia. Ele constatou que capitães, comandantes e gente de autoridade portuguesa não se portavam como cristãos naquelas paragens, além de não agirem com os gentios da maneira que o missionário considerava realmente cristã.

O padre, aos poucos, tomou ciência de que, ao contrário de influenciarem positivamente os nativos no sentido de que adotassem a fé cristã, “muitos dos ‘péssimos’ costumes daqueles povos, como o concubinato, tinham sido absorvidos pelos portugueses”, e que, “pela riqueza adquirida, muitos deles viviam com todo o conforto, fazendo de muitos gentios escravos domésticos” (COSTA, 2004, p. 171). Costa destaca a informação de que Xavier chegou, por tais motivos, a advertir o próprio rei d. João III a respeito daquilo que considerava um mau andamento das missões da Índia.

Frente a tudo isso, em janeiro de 1548, chegou a Cochim e iniciou uma jornada para passar novamente nas missões. As viagens em retorno às missões já feitas duraram até 1549, quando partiu para o Japão com Anjirô, em 24 de julho, chegando a Kagoshima 22 dias depois.

O apostolado de Xavier no Japão diferiu bastante das situações experimentadas por ele nos tempos de missão na Índia. A cultura encontrada no Japão exigiu do missionário formas de adaptação maiores do que aquelas usadas na Índia. Além disso, a pregação e a catequese demandaram, para além da explicação da religião por fé e por emoção, a inserção de métodos racionais, de ciência propriamente dita. Não obstante, o Estado Português da Índia não se fazia presente no Japão. Dessa forma, o poderio militar da Coroa Portuguesa também não se fazia presente para proteger o missionário, ou mesmo para exigir – como era feito em Goa desde 1540 (TAVARES, 2004) – o culto cristão, proibindo os cultos locais. Nessas condições, impossibilitado de impor sua religião, o missionário jesuíta necessitava com mais premência modular e adaptar sua pregação aos costumes e à realidade local.

Muitas das expectativas que o missionário havia construído com base nos relatos que ouviu sobre o Japão seriam frustradas. Entre elas, estava a existência de um rei com poder absoluto, o que, com o passar do tempo, ele percebeu não existir no Japão. As informações a respeito das universidades de formação dos sacerdotes japoneses também se mostraram inconsistentes, além do que a suposta racionalidade da religião dos bonzos se mostrou não tão sólida (COSTA, 2004).

Na verdade, em sua missão no Japão, acabou se dando conta de que a cultura e a religião daquele povo eram influenciadas por outra, vinda de um império maior e mais sólido: a China. Ele percebeu aos poucos que as informações que recebeu estavam, de certa forma, distorcidas. Costa resume o quadro da seguinte forma:

As informações que [Xavier] tinha antes da chegada foram, aos poucos, se desfazendo. A religião dos bonzos era muito forte, impregnada na vida do povo, mas pouco racional; a universidade, tal qual imaginou, não existia, pois as verdadeiras e ocultas bases racionais da religião e da cultura daquele povo vinha da China, um império maior, mais forte, mais rico e mais fechado que o japonês; o Rei, à maneira clássica feudal ocidental, não tinha poder nenhum, não havendo uma corte real sólida e centralizada (COSTA, 2004, p. 173).

Tais constatações fizeram com que o missionário mudasse o foco inicial de sua estratégia. Não havia um rei com tanta autoridade que, convertido, influenciasse seu povo. Então, o objetivo deveria ser o próprio povo e os líderes locais. Nesse sentido é que o missionário traçou as estratégias para aproximação e conversão dos

japoneses. Sobre suas primeiras impressões a respeito do Japão, escreveu uma carta aos jesuítas de Goa, em 5 de novembro de 1549. Ainda sem total conhecimento a respeito do lugar, devido ao pouco tempo que lá estava, o missionário já reconhecia que o local seria, a seu ver, frutuoso para fé. Além disso, apontou qual seria o primeiro e principal instrumento para o sucesso de seu trabalho, ou seja, o domínio da língua japonesa.

Uma coisa vos faço saber para que deis muitas graças a Deus Nosso Senhor: que esta ilha do Japão está muito disposta para nela se acrescentar muito a nossa santa fé. Se nós soubéssemos falar a língua, não ponho dúvida nenhuma em crer que se fariam muitos cristãos. Provera a Deus Nosso Senhor que a aprendêssemos em breve, porque já começámos a gostar dela e declarámos os dez mandamentos em quarenta dias que nos demos a aprendê-la (XAVIER, 2006, p. 513).

Mais à frente, reiterou a necessidade de aprender e usar o idioma local, dando como exemplo a conversão da família de Anjirô, ou, como fora batizado, Paulo de Santa Fé:

Crede uma coisa e dela dai graças a Deus: que se abre caminho para onde os vossos desejos se podem executar. Se nós soubéssemos falar, já teríamos feito muito fruto. Deu-se Paulo tanta pressa com muitos dos seus parentes e amigos, pregando-lhes de dia e de noite, que foi causa de sua mãe, mulher e filha e muitos dos seus parentes, assim homens como mulheres, e amigos, se fazerem cristãos. Cá não estranham, até agora, o fazer-se cristãos e, como grande parte deles sabem ler e escrever, depressa aprendem as orações.

Prouvera a Deus Nosso Senhor dar-nos línguas [tradutores] para podermos falar das coisas de Deus, porque então faríamos muito fruto com a sua ajuda e graça e favor. Agora estamos como estátuas entre eles, vendo-os falar e conversar de nós muitas coisas, e nós, por não entender a sua língua, calamo-nos (XAVIER, 2006, p. 522).

É interessante perceber e pensar na angústia de Xavier ao desejar falar, comunicar a fé e o cristianismo, mas sentindo-se, como ele próprio relata, “uma estátua”, ainda impotente diante da situação. Como visto desde sua estada e missão na Índia, o domínio da língua local seria primordial para a missão no Japão.

Além do domínio da língua, com o passar do tempo, chegou à conclusão de que, para essa cultura particular, seria necessário aliar explicações mais racionais e científicas aos conteúdos cristãos. No Japão, para sucesso da missão e para atrair a atenção e o respeito das pessoas, os jesuítas teriam de ser mais do que catequistas. Teriam de ser sábios, doutores (COSTA, 2004). Tanto é que, quando escreveu a Inácio de Loiola em 9 de abril de 1552 (XAVIER, 2006, p. 646-652), momento em que pediu missionários para o Japão, abandonou a tese com a qual pedia missionários para a Índia. Diversas vezes, ao pedir missionários para as terras

indianas, salientava que não seriam necessários homens de muitas letras, o que, agora, tornava-se mais necessário.

Os jesuítas a serem enviados para o Japão deveriam ser letrados, ensinados e capazes de resistir a dificuldades climáticas, privações alimentares, perigos com ladrões e salteadores. O mais importante: deveriam ser capazes de responder às diversas perguntas constantemente feitas pelos japoneses e discutir à altura com os sacerdotes locais, os bonzos. Assim, o próprio Xavier descreveu a Loiola o perfil dos missionários jesuítas necessários ao Japão:

Pela experiência que tenho do Japão, aos Padres que hão-de ir para lá frutificar nas almas, principalmente os que hão-de ir às Universidades, são-lhes necessárias duas coisas: a primeira, que tenham sido muito provados e perseguidos no mundo e [tenham] muitas experiências e grande conhecimento interior de si mesmos, porque hão-de ser mais perseguidos no Japão do que nunca porventura o foram na Europa. É terra fria e de pouca roupa. Não dormem em camas, porque não as há. É estéril de mantimentos. [...]

Também é necessário que tenham letras, para responder às muitas perguntas que fazem os japoneses. Seria bom que fossem bons artistas;³ e não perderiam nada que fossem sofistas⁴ para, nas disputas, apanhar os japoneses em contradição; que soubessem alguma coisa da esfera, porque folgam em grande maneira os japoneses em saber os movimentos do céu, os eclipses do sol, [o] minguar e crescer a lua, como se gera a água da chuva, a neve e o granizo, os trovões e relâmpagos, os cometas e outras coisas assim naturais. Muito aproveita a explicação destas coisas para ganhar a vontade do povo. Esta informação sobre a gente do Japão me pareceu ser coisa conveniente a escrever a Vossa Santa Caridade, para que esteja ao cabo das virtudes que hão-de ter os Padres que para lá hão-de ir (XAVIER, 2006, p. 648-649).

Além das qualificações necessárias aos novos missionários que Xavier pediu a Inácio de Loiola, houve outras mudanças de comportamento do missionário na sua missão japonesa. Foram necessárias, segundo Costa (2004), uma inculturação dos jesuítas nos costumes japoneses e mudanças de hábitos do próprio Xavier, visto que a insistência ou relutância em alterar alguns hábitos poderia ser causa de fracasso na pregação.

Uma das transformações significativas foi quanto à postura de humildade carregada por ele e pelos jesuítas em geral. Xavier percebeu que a humildade exacerbada no Japão era própria das pessoas mais pobres, daqueles que não

³ O organizador da coletânea que ora utilizamos, padre Francisco de Sales Baptista, explica em nota que, aqui, o termo “artista” refere-se a filósofos, pois a formação universitária em filosofia, à época, chamava-se Artes (XAVIER, 2006, p. 581, nota).

⁴ Baptista explica também a utilização do termo “sofistas”, que aqui significa “bons dialéticos”, ou seja, padres que, numa discussão, pudessem colocar os sacerdotes bonzos em contradição com suas próprias afirmações (XAVIER, 2006, p. 581, nota).

mereciam o respeito da sociedade. As pessoas de destaque, ricos ou sábios, portavam-se com certa altivez e orgulho, o que foi logo incorporado à sua forma de apresentar-se àquela sociedade. “Na visão de Xavier e dos outros, essa postura, aparentemente contraditória com as virtudes evangélicas, facilitava o caminho das conversões, que era o objetivo deles” (COSTA, 2004, p. 176).

Foi adotada, assim, a postura mais ativa e orgulhosa, usada por ele e pelos missionários a fim de mostrar sua importância, bem como o merecimento de atenção e respeito das pessoas. Essa nova postura interna não condizia com a aparência externa de Xavier e dos missionários. Percebeu-se ainda que as túnicas que os jesuítas usavam, feitas de linhão preto, eram também próprias dos mais pobres daquelas terras. Vestidos daquela forma, os missionários jamais ganhariam o respeito que pretendiam. O modo humilde de Xavier trajar, nessa situação, longe de potencializar o respeito daquela sociedade, o colocava ainda mais distante dele. Com grande polêmica na Igreja e mesmo entre os jesuítas, decidiu adotar a seda como tecido das túnicas usadas pelos inicianos no Japão (COSTA, 2004).

O uso da seda no vestuário dos jesuítas combinado ao padrão mais altivo de comportamento trouxe resultados positivos ao trabalho missionário no Japão, pois, dessa forma, os padres se aproximavam daquilo que os japoneses consideravam o padrão de comportamento de sábios e eruditos, passando os nativos a darem mais importância aos jesuítas e aos seus ensinamentos. Assim, lemos novamente em Costa (2004, p. 176) que, “[a]o usarem os hábitos de seda e se comportarem com altivez, os jesuítas, liderados por seu Provincial para todo o Oriente, notaram que adquiriram mais respeito das pessoas e conseguiram abreviar a difícil tarefa das conversões”.

Xavier passou pouco mais de dois anos no Japão, entre agosto de 1549 e novembro de 1551 (ETAPAS, 2002). Observamos que foi um período muito produtivo para o missionário, apesar das desilusões mencionadas; período no qual muito se entusiasmou por conhecer e pregar aos japoneses e ter contato com a cultura que os influenciava, ou seja, a chinesa.

DE VOLTA À ÍNDIA E O DESEJO DE IR À CHINA: PLANEJAMENTOS E FRUSTRAÇÕES

Em 27 de dezembro de 1551, Xavier chegou a Malaca, onde recebeu, oficialmente, o cargo de Superior Provincial dos jesuítas no Oriente. Em 30 de dezembro do mesmo ano embarcou com destino à Índia, fazendo escala na cidade de Cochim, em fins de janeiro de 1552. Lá, encontrou-se com o novo governador da Índia, d. Afonso de Noronha, obtendo dele o apoio para levar uma embaixada portuguesa à China. Chegou a Goa em meados de fevereiro de 1552 (ETAPAS, 2002).

Em carta a d. João III, em 8 de abril de 1552, escreveu sobre a expedição à China, que já estava organizada para partir, dizendo ao rei que “[...] estava determinado a ir à China, pela muita disposição, que me dizem todos, que há naquelas partes para acrescentar-se nossa santa fé” (XAVIER, 2006, p. 642).

Com essa intenção, partiu de Goa com a embaixada em 17 de abril de 1552, chegando a Malaca em 31 de maio. A expedição da embaixada à China estava autorizada pelo vice-rei e pelo bispo de Goa, tendo todas as prerrogativas civis e religiosas necessárias para ser realizada. No entanto, não se sabe exatamente o motivo, foi impedida pelo capitão-mor da fortaleza de Malaca, d. Álvaro de Ataíde.



Como capitão-mor do mar, d. Álvaro tinha jurisdição sobre o porto e a marinha e, de posse dessa autoridade, aprisionou a nau *Santa Cruz*, de Diogo Pereira, no porto de Malaca, impedindo sua partida à China (XAVIER, 2006, p. 709).

Xavier apelou para sua autoridade como Núncio Apostólico, não obtendo sucesso. Em documento (“Libelo Suplicatório”) ao padre João Soares, vigário de Malaca, em junho de 1552 (XAVIER, 2006, p. 708), Xavier apontou todas as autoridades que d. Álvaro estava negligenciando e às quais estava se opondo. No documento, mostrou que o capitão opunha-se à autoridade de um prelado religioso com jurisdição espiritual sobre todo o Oriente, ou seja, o bispo de Goa. Ainda na esfera religiosa, impedia o livre exercício de Xavier, Núncio Apostólico, oposição que, segundo lembra no documento, poderia gerar sua excomunhão. Opunha-se, ademais, à superior autoridade civil portuguesa no Oriente, representante do poder real, o vice-rei.

Mesmo fundamentando todo o documento e usando de todos os argumentos possíveis, não conseguiu desembargar a embaixada à China. O missionário resolveu, mesmo sem a embaixada, seguir para lá. Assim, em 17 de julho, parte de Malaca rumo à China, acompanhado pelo irmão Álvaro Ferreira, o intérprete chinês António China e Cristóvão, um criado indiano (ETAPAS, 2002).

Em fins de agosto, chegou a Sanchão, onde esperava encontrar algum mercador que o levasse até Cantão, na província chinesa de Kwangtung. Após algumas tentativas frustradas de negociação para tal fim, Xavier encontrou um comerciante chinês que concordou em levá-lo clandestinamente em sua embarcação (ETAPAS, 2002). Sobre isso, escreveu em sua carta à Malaca, ao padre Francisco Pérez, em 22 de outubro de 1552:

Este porto de Sanchão está a trinta léguas de Cantão. Acodem muitos mercadores da cidade de Cantão a este Sanchão, a fazer fazenda com os portugueses. [Trataram diligentemente com eles os portugueses] para ver se algum mercador de Cantão me queria levar. Todos se escusaram, dizendo que punham suas vidas e fazendas em grande risco, se o governador de Cantão soubesse que me levavam. Por esta causa, por nenhum preço me queriam levar em seus navios a Cantão.

Aprove a Deus Nosso Senhor que se oferecesse um homem honrado, morador de Cantão, a me levar, por 200 cruzados, em uma embarcação pequena onde não houvesse outros marinheiros senão seus filhos e moços, para não vir a saber o governador de Cantão, pelos marinheiros, qual era o mercador que me levava. E [a] mais se ofereceu: de me meter em sua casa escondido três ou quatro dias e, daí, pôr-me um dia ante-manhã à porta da cidade, com meus livros e outro fatinho, para daí ir logo a casa do governador e dizer-lhe como vínhamos para irmos onde está o rei da China, mostrando a carta, que do Senhor Bispo levamos, para o rei da China, declarando-lhe como somos mandados de Sua Alteza para declarar a lei de Deus (XAVIER, 2006, p. 737-738).

Nem tudo, entretanto, era tão simples como sugere o trecho acima, pois incorreria em perigo ao entrar sem autorização prévia em solo chinês. Também corria grande perigo, como mostrado no relato acima, o comerciante que, clandestinamente,



introduzisse um estrangeiro na China, o que justifica a negativa de tantos outros mercadores. Xavier esperou algum tempo pelo mercador chinês, que não apareceu para realizar o combinado. Em cartas, declarou repetidamente o grande desejo de ir à China, mesmo que para isso fosse necessário entrar por Sião, ou ainda ser cativo.

Ele continuou no Sanchão rezando missas e fazendo trabalhos pastorais até novembro de 1552, quando, no dia 21, perdeu os sentidos após uma missa. Permaneceu doente, com febres e delírios, até o dia 25. Passou bem até o dia 27, mas ao 28 perdeu totalmente a fala e o conhecimento, não podendo sequer comer. Em 1º de dezembro recuperou a fala e o conhecimento. No dia 3 de dezembro de 1552, às duas da madrugada, morreu ao lado de seu criado Cristóvão e de Antônio China, sem ter concluído seu intento de ir à China (ETAPAS, 2002).

CONCLUSÃO

Evidentemente, muitos fatos relevantes das missões da Companhia de Jesus na Índia e mesmo da vida de Francisco Xavier não foram aqui descritos e analisados. O recorte que fazemos e ora apresentamos tem como objetivo nos situar a respeito de formas, maneiras e estratégias de trabalho desse missionário. O objetivo deste texto foi pontuar as experiências da primeira missão jesuítica do além-mar, que foi a presença e a permanência nas missões do Padroado Português do Oriente.

Acreditamos que aquilo que nesse período foi posto em prática por Xavier foi, conseqüentemente, acompanhado por seus seguidores e lido e praticado por outros tantos membros da Companhia de Jesus em outras missões. Portanto, analisar a vida e as realizações de Xavier foi, de certa forma, uma forma de analisar a gênese do pensamento, do trabalho e do agir jesuítico. Além disso, tal exercício é um modo de pensar como, na expansão portuguesa do século XVI, houve a intenção e a tentativa de utilização do cristianismo como elemento aglutinador, como conformador social. Tal esforço visava fazer povos conquistados se sentirem parte do “Império português”, súditos do rei de Portugal, servos do Deus dos cristãos. A Companhia de Jesus, nesse contexto, teve importante papel e participação.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463, set./dez. 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/960/934>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BORGES, Felipe Augusto Fernandes. *Educação e catequese: missionários religiosos a serviço de Portugal no Estado da Índia (1499 a 1552)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. 6ª ed. Lisboa: Edições 70, 2013.



BOXER, Charles Ralph. *O Império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império português (1540-1599)*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

ETAPAS da vida de Xavier. *In: São Francisco Xavier: 450 anos de sua morte (1552-2002)*. Braga: Editorial A.O., 2002.

LODOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10908.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

MANSO, Maria de Deus Beites. *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): Atividades religiosas, poderes e contactos culturais*. Évora: Universidade de Évora; Macau: Universidade de Macau, 2009.

MANSO, Maria de Deus Beites. Contexto histórico-cultural das missões na Índia: séc. XVI-XVII. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 406-416, set./dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.08/608>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MANSO, Maria de Deus Beites. Convergências e divergências: o ensino nos colégios jesuítas de Goa e Cochim durante os séculos XVI-XVII. *In: CAROLINO, L. M.; CAMENIETZKI, C. Z. (coord.). Jesuítas, ensino e ciência: sécs. XVI-XVIII*. Lisboa: Ed. Caleidoscópio, 2005. p. 163-181.

MANSO, Maria de Deus Beites. Os colégios jesuítas de Goa e Cochim: séculos XVI-XVIII. *In: NICPRI.UE – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais – Publicações de Carácter Pedagógico*. [S.l.]: Universidade de Macau, 2010. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/3445>. Acesso em: nov. 2016.

MANSO, Maria de Deus Beites; SEABRA, Leonor. *Ensino e missão jesuíta no Oriente*. [S.l.]: Editora Universitária UFPE, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/8852>. Acesso em: nov. 2016.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e catequese*. São Paulo: Arké, 2006.

PÉCORA, Alcir. Epistolografia jesuítica no Brasil, Grão-Pará e Maranhão. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. III, n. 1, p. 39-46, 2008. Disponível em: www.ufpa.br/historia/Pecora_Cardoso.pdf. Acesso em: dez. 2016.

SOUZA, Teotónio R. de. O ensino e a missão jesuíta na Índia. *In: GONÇALVES, Nuno da Silva. A Companhia de Jesus e a missão no Oriente: Actas do Colóquio Internacional promovido pela Fundação Oriente e pela Revista Brotéria*. Lisboa: Brotéria – Revista de Cultura & Fundação Oriente, 2000. p. 117-132.



TAVARES, Célia Cristina da Silva. Francisco Xavier e o Colégio de Goa. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 78, p. 121-134, dez. 2007. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2213/2182>. Acesso em: fev. 2016.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*. Lisboa: Roma Editora, 2004.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.

XAVIER, São Francisco. *Obras completas*. Tradução de Francisco de Sales Baptista, S. J. São Paulo: Edições Loyola; Braga: Editorial A.O., 2006.

NOTAS

AUTORIA

Felipe Augusto Fernandes Borges: Doutor. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Instituto Federal do Paraná, Colegiado de Pedagogia, Pitanga, PR, Brasil.

Célio Juvenal Costa: Doutor. Professor Associado, Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Maringá, PR, Brasil.

Sezinando Luiz Menezes: Doutor. Professor Associado, Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Maringá, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Felipe Augusto Fernandes Borges. Rua José de Alencar, 1080, Vila Planalto, 85200-000, Pitanga, PR, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da dissertação – Educação e catequese: missionários religiosos a serviço de Portugal no Estado da Índia (1499 a 1552), apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, em 2015.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 14 de junho de 2018
Aprovado em: 10 de outubro de 2018

Como citar: BORGES, Felipe Augusto Fernandes; COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. Missões da companhia de Jesus na Índia: uma leitura sobre o período de Francisco Xavier (1542-1552). *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 333-357, maio/ago. 2019.





PRELÚDIOS LITERÁRIOS DE LIMA BARRETO (1881-1922)

Literary Preludes of Lima Barreto (1881-1922)

Jochin Azevedo Neto^a

 <https://orcid.org/0000-0001-9880-8988>
E-mail: joaquimmelo@msn.com

^aUniversidade de Pernambuco, Colegiado de História, Petrolina, PE, Brasil

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar textos pouco conhecidos e até inéditos do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto. Por meio de pesquisas nos arquivos da Fundação Biblioteca Nacional, foi possível encontrar manuscritos nos quais o autor remete a episódios que fizeram parte da sua formação intelectual e crônicas assinadas com os pseudônimos de Philéas Fogg e S. Holmes que circularam na revista *Fon-Fon*, órgão de destaque na imprensa carioca do começo do século XX. Desse modo, busca-se aqui também compreender as implicações históricas das polêmicas entre os intelectuais da *Belle Époque* tropical.

PALAVRAS-CHAVE

Lima Barreto. História dos intelectuais. Modernismo.

ABSTRACT

This article aims to analyze little-known and even unpublished texts of the Brazilian writer Afonso Henriques de Lima Barreto. Through research in the archives of the Fundação Biblioteca Nacional, it was possible to find manuscripts in which the author refers to episodes that were part of his intellectual formation and chronicles signed with the pseudonyms Philéas Fogg and S. Holmes in the *Fon-Fon* magazine, an important publication in the Carioca press in the early twentieth century. Thus, we also seek to understand the historical implications of the polemic issues among the intellectuals of the Tropical *Belle Époque*.

KEYWORDS

Lima Barreto. Intellectual history. Modernism.

Um cânone costuma ser revisitado diversas vezes. Ao longo dessas incursões, pesquisadores podem trazer à tona aspectos pouco discutidos das ideias de um escritor ou inserir a análise de suas obras em uma série documental mais ampla. No que diz respeito a Lima Barreto, o conjunto de suas obras até então tornado público atendeu ao interesse editorial, que visou consolidar a imagem pronta e acabada do literato completamente desajustado ou injustiçado. Porém, um olhar mais demorado em torno de leituras e textos desse autor, antes da imagem do grande maldito ter sido consolidada, é fundamental para reflexões sobre as várias fases do processo de formação intelectual do carioca Afonso Henriques.

Recorro aqui a um aporte fundamentado no diálogo entre a história dos livros e das ideias. Robert Darnton esclarece que esses campos podem ser relacionados na medida em que têm a finalidade comum de “entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade” (1990, p. 109). De acordo com o historiador norte-americano, investigar fontes impressas não faz muito sentido se elas não forem articuladas com as chamadas materialidades da escrita e as práticas de leitura exercidas por atores sociais concretos.

Assim, a história dos livros não abrange apenas a confecção das obras literárias. É uma área voltada também à pesquisa dos processos de editoração desses textos e dos estágios da leitura. Em linhas gerais, essas reflexões interessam aqui porque estimulam a compreensão de “como a palavra impressa moldou as tentativas dos homens de compreender a condição humana” (DARNTON, 1990, p. 130).

Gostaria de dar continuidade a este artigo abordando o teor de um manuscrito de Lima Barreto que não consta entre os volumes que constituem as obras completas do autor lançadas pela Editora Brasiliense, em 1956. Na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, é possível encontrar um breve texto intitulado “O peso da ciência”. Esse conto se encontra no verso de um documento da Secretaria de Guerra, o que atesta que o escritor exercitava o labor literário na repartição pública, na qual era amanuense, como válvula de escape para o tédio e os problemas pessoais.¹

Essas anotações não foram elaboradas para serem publicadas ou se tornarem pósteras, dado o caráter inacabado e experimental do manuscrito. Nelas, o escritor carioca fez uma digressão para recordar os tempos de estudante:

De todos os meus professores – e os tive muitos – só dois deixaram sob minha alma uma impressão indelével. A minha professora primária. Uma moça clara, de olhos azuis, de quem emprestei alguma timidez e o meu professor de história universal. Os dois juntos, nas minhas impressões de meninice, se completam, entretanto as suas figuras vivas são disparatadas. Era meu professor de história um preto, um negro, diga-se, alto, magro, picado de bexigas. Tinha de tal forma a pele negra, que

¹ No *Diário Íntimo*, o escritor carioca deixou diversos registros da atmosfera opressora que pairava em seu ambiente de trabalho. Porém, mais do que os preconceitos ou a empáfia dos oficiais do Exército que por lá desfilavam, o que mais aborrecia o autor era ter suas aspirações artísticas menosprezadas pelos colegas de repartição. Em uma nota de 31 de janeiro de 1905, grafou o seguinte: “Agita-me a vontade de escrever já, mas nessa secretaria de filisteus, em que me debocham por causa de minha pretensão literária, não me animo a fazê-lo” (Cf. BARRETO, 1956b, p. 97).

o apuro da sua roupa branca e o asseio de seu corpo, mais realçavam a sua cor lustrosa. De mais, uma dor contida dá-lhe ao semblante um não sei o quê de doido que instintivamente me levou a simpatizar com ele (BARRETO, [19--], p. 1).

O autor acentua o caráter excêntrico desse historiador ao descrever os agasalhos que usava, mesmo “com um grande sol alto, quente e olímpico” no céu. Sua metodologia de ensino é assim narrada: “Antes de começar a lição citava um caso, embrulhava com reminiscência sua, e acabava pessimisticamente com *remarques* à República, ao Brasil, às suas coisas e aos seus homens”. Desse modo, “pela quarta ou quinta lição”, Lima Barreto ficou fascinado por esse professor. Segundo o narrador, “tratava-se da divisão de raça” (BARRETO, 19--, p. 2). Pareceu-me ser, portanto, um texto emblemático desse literato para constar em uma reflexão sobre sua formação como homem de letras.

Além de ferir dolorosamente a tecla do racismo, essa narrativa é um reconhecimento da dívida do escritor com alguns dos sujeitos que fizeram parte do seu letramento. Carrega também o sinal do típico estilo, tão marcado por essa forma de lucidez crítica e sombria, que tanto caracteriza a escrita barretiana.

O processo de maturação intelectual de Lima Barreto não foi linear ou livre de contradições. Não são poucas, porém, as referências em seus diários, artigos, contos, romances e correspondências ao universo dos impressos. Privilegiando a análise desse aspecto de sua trajetória histórica, espero evitar enquadramentos como o do sociólogo Machado Neto (1973, p. 45-49), que, em nome do “juramento de neutralidade axiológica da ciência a que ela está presa”, afirmou:

O comportamento social dos intelectuais permitiria diversos modos de classificá-los. Aqui reduziremos essa gama ao mais essencial, distinguindo entre os bem-comportados, bons pais de família e incansáveis trabalhadores, e, do outro lado, os boêmios. Esses, por sua vez, poderiam ser subdivididos conforme integrassem o grupo maldito dos boêmios marginais, pobres, ébrios, caspentos, tal um Lima Barreto.

Escrito na década de 1970, o trabalho de Machado Neto reproduz, de modo conservador, alguns dos rótulos que projetaram uma imagem negativa do ator histórico Lima Barreto como álibi para que sua produção artística fosse assim também desprezada. A pecha de boêmio foi uma das principais estratégias usadas pelos altos medalhões das letras do Rio de Janeiro para não reconhecer os méritos da ficção e da atuação barretiana no panorama intelectual da *Belle Époque* carioca (Cf. FREIRE, 2005). Um bom método para evitar essa perspectiva reducionista sobre as singularidades de Lima Barreto é analisar sua relação com os impressos e seus intermediadores nos quadros da Primeira República.

O historiador Francisco de Assis Barbosa, em sua criteriosa biografia sobre Lima Barreto, sugere que, por ter sido oriundo de uma família modesta e negra, mas familiarizada com as letras – o pai, João Henriques, era tipógrafo do jornal monarquista *Tribuna Livre*, e a mãe, Amália Augusta, era professora de português –, Lima Barreto foi bastante incentivado no ambiente doméstico a se dedicar aos estudos (BARBOSA, 1959, p. 59-103).

O diário do escritor, editado e publicado depois de muita resistência por parte de um dos organizadores da coleção “Obras completas de Lima Barreto”,² pode ser lido como uma fonte preciosa que trata não apenas dos seus dramas íntimos, mas também de seu processo de letramento e aprendizado em torno do emprego adequado dos signos que compõem a linguagem literária. Quando começa a escrever seu diário, em 1900, com 19 anos, após ter passado por uma série de estudos preparatórios em internatos e morando em pensionatos, exercita sua linguagem literária com base na observação das conversas e dos comportamentos dos colegas da Escola Politécnica. Assim descreve as rodas de conversa formadas pelos estudantes da instituição:

Os positivistas são inflexíveis. Contrapõem, à dialética dos metafísicos, algumas fórmulas esotéricas da doutrina, e declamam contra a anarquia mental e os sofistas antissociais. Há porém os euclidianos ortodoxos, positivistas ou não, que, por vezes, se opõem com vantagem aos paradoxos impetuosos. Quando se contempla – iluminados pelo sol vitorioso de março, que esbraseia as telhas do edifício e vem dar, aos descorados arbustos do jardinzito do pátio, um beijo escaldante de vida – quando se contempla aquela porção de rapazes, cujas inteligências moças ainda, no indivíduo e na raça, surge-nos aquela quadra espiritual da Europa pelo XII século, quando chegou às suas universidades a *Enciclopédia* de Aristóteles traduzida. As palavras com que Taine nos dá esse quadro remoto, poderiam ser empregadas para descrever esse contemporâneo. É com a mesma sofreguidão, é com a mesma teima sombria, é com o mesmo tropel bárbaro que aqueles moços invadem, tomam de assalto, e varam as muralhas das difíceis abstrações e das fugitivas filigranas da metafísica europeia. Talvez, no XII século, daquele trabalho encarniçado, nenhuma ideia nova se venha juntar ao patrimônio humano (BARRETO, 1956b, p. 29-30).

É interessante perceber como o escritor vai burilando seu estilo ao longo do diário. Nas primeiras anotações, recorre ao uso de um fraseado mais preciosista. Com o passar dos anos, começa a se valer da técnica de escrever de modo mais coloquial e acessível, que tanto lhe é cara. Aqui é importante destacar que o então jovem escritor frequentou um círculo bem constituído de positivistas que debatiam o pensamento de Comte com fervor. Como salienta a historiadora Emília Viotti da Costa, na época, as ideias desse filósofo francês foram amplamente divulgadas, mas a influência do “Apostolado Positivista” na sociedade carioca teve uma dimensão restrita.

Um dos leitores mais assíduos do pensador francês foi Licínio Atanásio Cardoso, matemático e lente da Escola Politécnica. Existiam também “muitos positivistas mais ou menos heterodoxos, como Silva Jardim ou Benjamin Constant” (COSTA, 1999, p. 416). Toda essa geração se mostrou fascinada “pela ação dos grandes homens” e “pelo culto dos heróis” (COSTA, 1999, p. 416-417).

² Na “Nota prévia” que abre o *Diário Íntimo* de Lima Barreto, publicado pela Editora Brasiliense em 1956, Francisco de Assis Barbosa esclarece que o poeta A. J. Pereira da Silva, quando começou a ler o teor das memórias do literato carioca, recuou sobre a decisão de publicar os manuscritos. Barbosa tomou então à frente do projeto e optou pela impressão dessas memórias.

Ao que tudo indica, os dogmas ideológicos dessa doutrina, travestidos de científicos, foram logo percebidos pelo literato, e tal fato motivou seu gradual afastamento dessa corrente de ideias. Além do gosto pelos debates filosóficos, a música parece ter sido também uma paixão nutrida pelo estudante Afonso. Em 1º de dezembro de 1900, ele publica a crônica “Francisco Braga: concertos sinfônicos” no periódico independente *A Lanterna*. Esse jornal foi fundado por estudantes da Escola Politécnica, entre os quais Júlio Albuquerque e Bastos Tigre. Típico texto de jornalismo cultural, esse escrito coloca o leitor em face de um Lima Barreto jovem, mas bem atento aos bastidores da cultura chamada convencionalmente de erudita:

Vimos domingo último, pela centésima vez, um magnífico e interessante concerto sinfônico, tendo um auditório ínfimo para esta cidade de oitocentos mil habitantes [...]. Um programa inteligente e de gosto, o desse primeiro concerto. Peças sinfônicas dos grandes Beethoven, Mozart e Liszt, ainda não ouvidas entre nós, aumentavam o atrativo da primeira audição de *Marabá*, *Cauchemar*, *Pro Patria* e do *Episódio sinfônico*, quatro excelentes páginas do aclamado sinfonista brasileiro. [...] Eis o característico notável da música de F. Braga: harmonia rica, brilhante; melodia sóbria, leve, tímida, sem arroubos, perfeitamente ao gosto da escola francesa (BARRETO, 2004, p. 59-60).

Lima Barreto foi atraído ainda, durante essa fase de sua vida, pela figura enigmática de um místico mineiro, descendente de islandeses, chamado Magnus Sondahl. O pensamento ecumênico desse teólogo englobava elementos de maçonaria, positivismo, catolicismo e até uma pitada de anarquismo. Nas memórias do historiador Luís Edmundo, ele é descrito, de forma aspérrima, como um sujeito “longo, feio, que usa *pince-nez* de cordão [...] e de quem se diz que pratica o nudismo e o amor livre nas praias ermas da cidade, longe da vista da polícia” (2003, p. 445). De acordo com o autor de *O Rio de Janeiro de meu tempo*, Magnus estava sempre a discutir “Hermetismo, o Ocultismo da Índia, o Cabalismo egípcio, o Esoterismo, a teosofia Ocidental e até o Mefistofelismo” (EDMUNDO, 2003, p. 445) pelas livrarias cariocas.

Criador de uma religião chamada ortologia, Sondahl recebe uma carta não datada – mas que possivelmente foi escrita em 15 de março de 1903 – de Lima Barreto, na qual o literato afirma que

tendo lido o seu catecismo ortológico e me arrastando o espírito para o estudo da ortologia, tomo a liberdade por intermédio desta perder-vos [sic] que, se não vos é impossível, o favor de remeter-me algumas mais publicações, que esclareça o meu espírito e que também contribuam para a minha completa iniciação na ortologia (BARRETO, 1956a, p. 36).

A missiva foi assinada pelo escritor carioca com o pseudônimo de Afonso Mem de Muniz e remetida da Ilha do Governador.

O místico Sondahl pode ser compreendido como um tributário do decadentismo finissecular na *Belle Époque* carioca. Esses intelectuais assumiram uma grande dívida com as ideias estéticas e o dandismo do poeta francês Baudelaire. Ser um dândi não

era questão apenas de circular pelas ruas bem-vestido, mas também de ostentar uma postura refinada, aristocrática e contestadora em relação à moralidade difundida pelo “século do trabalho” fabril.

Como salienta Marcus Salgado, em *A vida vertiginosa dos signos: recepção do idioleto decadista na Belle Époque tropical*, a trajetória biográfica de Huysmans, autor de *Às avessas*, se torna bastante emblemática para brasileiros como Elysio de Carvalho, João do Rio e Medeiros e Albuquerque. O escritor francês passou a viver como monge em 1900. A indiferença dos setores oficiais da Igreja Católica francesa diante da adesão do autor de *Às avessas* e de Verlaine aos seus dogmas pode ser interpretada como um sinal de que esses literatos aderiram ao cristianismo de um modo nada ortodoxo (Cf. SALGADO, 2006).

O misticismo foi um fenômeno intelectual muito peculiar da mentalidade do *fin-de-siècle* com fortes ramificações na *Belle Époque*. Assim, apesar dos apodos de Luís Edmundo, o fascínio que homens como Sondahl exerceram entre jovens aspirantes ao mundo das letras, como Afonso Henriques, merece ser mais investigado.

Sondahl envia, como resposta, uma carta atenciosa para Lima Barreto, datada de 17 de março de 1903. Resume sistematicamente os principais aspectos de sua doutrina, pautada em uma “reforma intelectual” como “a base, *sine qua non*, da remodelação social”. Essa sociedade ortológica, almejando atingir o uso lógico e verdadeiro da razão, instituiria uma “Plutometria” ou “medida justa de Produção e do Consumo” (SONDAHL *apud* BARRETO, 1956a, p. 38).

O pensamento de Magnus Sondahl se aproxima um pouco do anarquismo ao propor a “extinção do direito e privilégio imoral da ‘emissão fictícia’ [do dinheiro oficial]. Cada um deve ter a liberdade e a faculdade de emitir sobre aquilo que possui e aquilo que produzir” (SONDAHL *apud* BARRETO, 1956a, p. 38). Para realizar essa empreitada, propõe que seus simpatizantes fundem “Arcontados” locais, em oposição às “maltas e patulérias [sic] políticas e eleitorais”, buscando exercer cargos influentes “no comércio e na indústria” (SONDAHL *apud* BARRETO, 1956a, p. 38).

Lima Barreto, ao assinar essa troca de correspondência com um pseudônimo, talvez estivesse mais curioso a respeito das ideias de Sondahl do que entusiasmado com elas. O começo da década de 1900 foi um período de estudos intensos para o literato, bem como de fortalecimento de laços com os confrades com os quais tinha mais afinidade. Foi uma época marcada também pelas suas colaborações com impressos, que, atualmente, se tornam obscuras para pesquisadores que desejam travar contato com esses textos em razão das dificuldades de encontrar tais fontes. Além de *A Lanterna*, Lima Barreto escreveu textos, muitos dos quais assinados com nomes fictícios, para *A Quinzena Alegre*, *Tagarela*, *O Diabo* e a *Revista da Época*.

Sobre a *Revista da Época*, o autor de *Numa e a ninfa* conheceu Carlos Viana, o editor do periódico, nos tempos em que eram alunos da Escola Politécnica. Infelizmente, os exemplares dessa publicação que se encontram nos arquivos da Fundação Biblioteca Nacional estão muito deteriorados pela ação do tempo e desfalcados da colaboração de Lima Barreto. A principal característica da publicação era tecer louvores aos mandarins da política republicana. Adotando essa estratégia, Viana conseguia levantar fundos para manter seus negócios e cavar empregos. Chegou a se tornar representante do governo brasileiro na Europa.

Para os leitores mais acostumados com as críticas frequentes feitas por Lima Barreto aos desfechos das reformas urbanas, constatar que, no começo da carreira, ele teve o nome associado a um impresso que fazia uma apologética dessa

empreitada é algo até inusitado. Em carta enviada por Lima Barreto para Carlos Viana, em 1904, todavia, já se pode notar a incompatibilidade entre os propósitos dos dois atores históricos:

Vou precipitar a narração, pois já me invade a preguiça, e o Balzac (*Lys dans la vallée*) espera amorosamente os meus olhos sôfregos. [...] Não sou teu empregado, não recebo ordenado, portanto coisa alguma me obriga a escrever artigos; mas como camarada, eu te devo falar francamente, não achas? Retornando ao assunto: assim é que não querendo eu mais que oscilações do meu amor a esta ou aquela personagem política retardem de qualquer maneira o sucesso da tua empresa, declaro-te firmemente que não sou mais secretário do teu periódico e como tal só me cabe agradecer os inestimáveis favores que mereci da tua bondade, entre as quais se acha o de me fazeres secretário da *Revista da Época* (BARRETO, 1956a, p. 51).

Em seu diário, em 18 de janeiro de 1905, o próprio Lima Barreto tece afirmações contundentes, mas esclarecedoras, sobre o fundador da *Revista da Época*:

Vim de trem com o Viana, pai e filho, neta e irmã. É um tipo curioso de aventureiro esse Viana. Fundou um jornal, a *Revista da Época*, do qual, por lábias sábias, obrigou-me por três números a ser secretário, do que me descartei a muito custo. A revista dele é uma espécie de retratos de varões obscuros. Quando lhe escasseiam os recursos, ele publica um número e, no dia seguinte, corre aos retratados para buscar dinheiro. Anda agora de gorro com um russo. Curioso vagabundo que busca fortuna. Saltou no cais Pharoux, arranjou um título universitário, é doutor, assim como, se saltasse na *gare* de Orléans, seria conde ou marquês (BARRETO, 1956b, p. 88).

Em uma breve epístola enviada para Lima Barreto, não datada, mas que se deduz que seja de 1908, Viana fornece os indícios de que essa descrição barretiana sobre seu caráter arrivista não é tão exagerada assim:

Hoje, peço-te que escrevas três ou quatro linguados a respeito do nosso portenhoso Nilo Pessanha e umas cinco tiras sobre o Marechal Hermes. Além disso, se estiveres de maré faze uma crônica alegre sobre as festas de 15 de novembro, fazendo umas considerações amáveis acerca do prazer da novidade que nos trazem os quinze de novembro de quatro em quatro anos. Até logo. Um abraço do teu, *Carlos* (VIANA *apud* BARRETO, 1956a, p. 53).

Não foi encontrada nenhuma resposta na documentação dos arquivos consultados nem pistas, na bibliografia especializada sobre a literatura barretiana,

de que o escritor carioca tenha aceitado tal proposta. Entretanto, a edição de *O Paiz*³ datada de 13 de agosto de 1908 traz, na seção “Notas diversas”, a seguinte notícia:

Está publicado o primeiro número da “Exposição Nacional”, edição especial da *Revista da Época*, dirigida por Carlos Viana e Lima Barreto, com a colaboração fotográfica de Augusto Malta. Tem na capa uma série de aspectos e “instantâneos” da exposição e nas páginas interiores, além de um texto interessante, várias fotografias dos edifícios do grande *certâmen* e retratos dos Drs. Sampaio Correia e Arlindo Fragoso, delegado da Bahia. Miliano Palhares assina um bom trabalho sobre a Carta Régia que abriu os portos do Brasil às nações amigas (O PAIZ, 1908, p. 4).

A postura de Carlos Viana revela bastante sobre as ambições de muitos dos que se aventuraram no ofício de editor e jornalista na *Belle Époque* carioca. Quanto ao autor de *Isaiás Caminha*, pode-se perceber que estudar sua trajetória intelectual com base em uma imagem pronta e acabada de escritor maldito é algo problemático. Seja pelo desejo imensamente humano, seja por reconhecimento ou pelas próprias dificuldades financeiras que enfrentou, a documentação aqui abordada aponta que, em algumas situações, Afonso Henriques teve que abrir mão de certas convicções mais arraigadas.

Vale mencionar também a atuação de Lima Barreto no periódico *Tagarela – semanário crítico, humorístico, ilustrado e de propaganda comercial*, em 1903, sob a direção de Peres Júnior e propriedade de Raul Pederneiras. Na primeira edição, o folheto ressalta, bem na capa, que conta com “colaboração variada e escolhida”, como a dos desenhistas “Raul, Falstaff, Calixto e outros conhecidos artistas” (p. 1). No editorial do primeiro exemplar, datado de 1º de março de 1902, um texto anônimo tenta transmitir entusiasmo aos leitores: “A apatia lava nosso povo e o nosso pobre povo precisa rir, rir às escancaras: e um quarto de hora de bom humor, disfarça ou minora toda essa carrancuda máscara de todos os dias, cheia de vicissitudes e mágoas” (p. 2).

O *Tagarela* era um jornal de diagramação modesta, repleto de caricaturas que representavam personalidades de destaque na política brasileira da época e anúncios dos mais diversos, desde cigarros até elixires. Os sonetos e os artiguetes, assinados por pseudônimos, disputavam a visibilidade com ilustrações que tinham um posto fundamental no semanário.

Como sugere Carmem Lúcia de Figueiredo (1995, p. 39-40), as imagens que abundavam nessas revistas e nesses folhetos independentes tinham uma finalidade crítica muito marcante:

³ O jornal *O Paiz* foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1884 e fechado em 1930. Teve como *slogan* a frase: “A folha de maior circulação e tiragem da América do Sul.” De propriedade do imigrante português João Reis Júnior, teve redatores de grande projeção, como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, o principal líder do Partido Republicano. Periódico matutino que veiculou amplamente as ideias liberais e as diretrizes do abolicionismo durante toda a duração da Primeira República, teve um fim controverso quando sua sede foi destruída por um incêndio. Cogita-se que esse incidente tenha sido intencional e motivado pelo fato de a cúpula do impresso não ter apoiado a chamada Revolução de 1930.

Pela caricatura, portanto, acentuam-se os traços do rebaixamento grotesco, transferindo a capacidade de liderança e inteligência à bruta irracionalidade animal. Ou, no sentido inverso, o autoritarismo a eleger a fraqueza e a submissão para compor seu séquito de vassallos.

Em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*, Beatriz Resende pontua que essas charges tinham como função política veicular “sátiras picantes e severas aos governantes” (1993, p. 84). Ainda de acordo com a autora, Lima Barreto publicou nesse periódico, em 1903, escritos assinados pela alcunha de Rui de Pina. No arquivo da Fundação Biblioteca Nacional, deparei com 43 exemplares do *Tagarela* correspondentes ao citado ano. O elenco de nomes extravagantes é vasto: “Nós Todos”, “Incrédulo”, “L. Senior”, “Gypsi”, “Jass”, “Annaiv”, entre muitos outros (1903, p. 1-16). No entanto, não localizei nenhum texto que, seguramente, possa comprovar ser de autoria barretiana.

REFINAMENTOS E POLÊMICAS MODERNISTAS

Em *História & modernismo*, Mônica Pimenta Velloso, ao discutir a consolidação das correntes modernistas não só na literatura, mas também em artes visuais, música e imprensa, salienta que os pseudônimos/heterônimos foram muito comuns entre artistas europeus, brasileiros e hispânicos desde o século XIX. Baudelaire, na França, e Gonzaga Duque, no Brasil, se valeram dessa tática para defender o trabalho dos caricaturistas, por exemplo, em seus respectivos países.

Endosso aqui a tese da autora de que é necessário substituir o confuso termo “pré-modernismo”, destinado a consagrar vanguardas e intelectuais conservadores que protagonizaram a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, pela ideia de “modernismos”. Esse conceito é assim detalhado por Mônica Pimenta Velloso (2010, p. 83):

Na realidade há distintas correntes fundadoras da modernidade. A primeira delas fundamenta-se no ideal iluminista do conhecimento, devotando encanto às conquistas da racionalidade e da ciência. O futuro é a sua meta, e o rigor científico, a via para alcançá-lo. A segunda vertente retoma fundamentos românticos de tradições civilizadoras anticapitalistas. Dissidente, antiburguesa, ela traduz o mal-estar da civilização. Os simbolistas integraram esse grupo que se posicionou de maneira cética e irônica frente aos avanços do progresso. É importante entender a atuação dessa contracorrente. Basta nos reportarmos à ideia do Modernismo como um conjunto de movimentos que percorreu os séculos XIX e XX. Não se trata de uma trajetória linear apontando rumos e ideias definidos. Desde Baudelaire, a modernidade fora alvo de críticas profundas, mesclando ceticismo histórico, pessimismo e utopia. A cultura brasileira retomou em grande parte esse polo dissidente. Caricaturistas e cronistas apontaram as ambiguidades do moderno, seja em atitude de denúncia, seja recorrendo ao viés irônico e coloquial. A exclusão social do regime, o seu aspecto

autoritário, corrupto e desumano além do mal-estar intelectual destacaram-se como os temas mais discutidos.

Em termos de contexto latino-americano, bem como na Europa, as querelas/diatribes eram constantes, e os heterônimos ocultavam a identidade real do autor e evitavam até, em casos extremos, confrontos físicos: duelos, agressões, rugas. Nessa perspectiva, os pseudônimos são um fenômeno comum no âmbito das práticas dos artistas, desde épocas mais remotas até o contemporâneo. Pode-se pensar, seguindo os rastros do estudo de Mônica Pimenta Velloso, em uma cultura da polêmica bem consolidada e inseparável da história global dos intelectuais. O uso de nomes falsos e cifrados é constante nos mais variados debates, disputas políticas e manifestações estéticas firmadas nesse campo.

Lima Barreto vivenciou, nessa época, um processo de refinamento ou educação dos sentidos, de contato com os produtos culturais consumidos pelas elites cariocas, para depois se posicionar em sua trincheira de escritor militante. Após frequentar concertos, teatros e bibliotecas, discutir ideias políticas com liberais, anarquistas e monarquistas, bem como tomar conhecimento da literatura estrangeira e nacional produzida em sua época, é que o sentimento de desajuste com os ditames do *establishment* vai aflorando e sendo cultivado.

O autor sofreu uma grande pressão por parte do pai, antes de este ser acometido por sérios problemas mentais, para se tornar engenheiro e receber o título de doutor. Essa aspiração naufragou quando o literato desistiu do curso após sucessivas reprovações nas disciplinas de cálculo ministradas por Licínio Cardoso e acabou prestando concurso para o modesto cargo público de amanuense na Secretaria de Guerra, em 1903 (BARBOSA, 1959, p. 103-186).⁴

Ainda nesse mesmo ano, o autor fez algumas anotações em uma caderneta com capa de couro, uma agenda trimestral. Essa documentação está entre seus manuscritos e foi incorporada ao *Diário íntimo* pelos seus editores. Nela, Lima fez um esboço de um plano de estudos individual:

Curso de filosofia feito por Afonso Henriques de Lima Barreto para Afonso Henriques de Lima Barreto, segundo artigos da *Grande Encyclopédie Française du Siécle XIX*, outros dicionários e livros fáceis de se obter.

O curso será feito segundo a história do pensamento filosófico, devendo cada época ser representada pela opinião dos seus mais notáveis filósofos. Na passagem de uma época para outra, constituirá o grande objetivo do curso estabelecer a ligação dos dous pensamentos, as suas modificações e o que se eliminou de um e porque essa eliminação foi feita. Dessa maneira, o curso será dividido em quatro partes:

1ª) Filosofia geral. Modo antigo de entendê-la e modo moderno de encará-la. Definição. Divisões. Lógica. Metafísica. Teodicéia (sic). Filosofias particulares das ciências e das artes. O lugar que

⁴ Segundo Francisco de Assis Barbosa, no capítulo “Mocidade” de *A vida de Lima Barreto*, as provas para o concurso de amanuense, nessa época, englobavam conhecimentos em português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, direito, redação oficial e caligrafia.

lhes compete. Fim da filosofia. Utilidade (2 lições).
2ª) Filosofia antiga.
Filosofia grega (3 lições);
Filosofia alexandrina (2 lições);
Filosofia romana (2 lições);
Pensamento antigo.
3ª) Filosofia da Idade Média. Filosofia árabe. Escolástica.
Pensamento medieval (4 lições).
4ª) Filosofia moderna. Escolas. Filosofia (5 lições).
5ª) Filosofia contemporânea. Sociologia. Estudo das raças.
Teorias (4 lições). Pensamento atual (1 lição).
6ª) Filosofia chinesa (1 lição).
7ª) Filosofia hindu (1 lição).
8ª) Religiões. Crenças religiosas. Animismo. Fetichismo.
Politeísmo e monoteísmo. Panteísmo e materialismo (3 lições)
(BARRETO, 1956b, p. 35-6).

É impossível afirmar com toda a certeza se o literato realizou toda essa gama de leituras ao longo de sua breve e atribulada vida. Apesar de ser um curso geral de filosofia muito bem estruturado, condizente com o perfil de um leitor que almejava ter um entendimento universal da trajetória humana, esse plano de estudos está mais para um projeto de letramento de longa duração do que algo fácil de ser realizado de modo linear.

Lima Barreto (1956b, p. 38) postula ainda que a filosofia se aproxima do saber científico ao se valer da “abstração, da determinação, da síntese e da análise, da indução e da dedução”, porém o uso da inteligência filosófica pode se apropriar de sensibilidades “que o cientista não admite, nem emprega, o sentimento, a intuição”.

Pode-se conjecturar aqui, portanto, que o saber reflexivo ou crítico apresentava mais atrativos do que o conhecimento positivista para o jovem Lima Barreto. Ao longo da sua trajetória, lidar com o artesanato literário foi o meio encontrado pelo escritor para canalizar essas inquietações. A rotina de leituras complexas e os encontros, em cafés e confeitarias pelas adjacências da Avenida Central, com colegas de repartição e amigos, com os quais dividia afinidades, funcionaram como forma de esquecer seus dramas domésticos. Essa fase de sua vida foi bem marcada pela disparidade entre as duas realidades pelas quais transitava. A despeito de levar uma vida simples com a família no modesto subúrbio de Todos os Santos, o escritor conhecia bem o universo particular das rodas de conversa literárias protagonizadas pelos “elegantes” do Rio.

Em suas memórias, Luís Edmundo descreveu o ambiente do Café Papagaio, situado no centro da urbe carioca, ao lado da Confeitaria Colombo. Por volta de 1903, o local era frequentado por caricaturistas de revistas como *Kosmos*, *Fon-Fon* e *Tagarela*, entre os quais Calixto e Raul. Apesar de não ter citado o nome do autor de *Isaiás Caminha* – intencionalmente – entre as novas hostes da literatura no Rio de Janeiro de seu tempo, o historiador menciona a presença do escritor entre as confrarias literárias que se firmavam naquele espaço.

De acordo com o Luís Edmundo, “eram frequentadores do café, entre outros, o Estevão de Resende, tipo belo, forte, chicoteador de mariolas, [...] o poeta Peres Júnior, Silva Marques, Navarro da Costa, Lima Barreto, [...] Figueiredo Lima e Bastos Tigre” (EDMUNDO, 2003, p. 338). Também circulavam pelo Café Papagaio Gonzaga Duque, autor do romance *Mocidade morta*, e o poeta Mário Pederneiras.

Em seu diário, meditando sobre esses universos díspares, Lima Barreto desabafou: “A minha casa ainda [...] é um mosaico tétrico de dor e de tolice. [...] Meu pai, ambulante, leva a vida imerso na sua insânia. Meu irmão, furta livros e pequenos objetos para vender”. Referiu-se ainda à amasia de João Henriques como uma pessoa “sem a distinção da cultura nossa, sem o refinamento que já conhecíamos” (BARRETO, 1956b, p. 41).

Ainda sobre o letramento de Lima Barreto, é interessante destacar seus esforços para adquirir impressos. A fim de poder realizar seus estudos e fundamentar melhor seus postulados, o escritor começa a angariar livros que contemplem as temáticas que desejava aprofundar. Em algumas situações, recorreu aos amigos mais abastados que estavam em viagem pela Europa para lhe trazerem impressos. É o que uma carta de julho de 1905, enviada a Mário Galvão,⁵ indica. O correspondente foi colega do autor de *Clara dos Anjos* ainda no Colégio Paula Freitas e, posteriormente, de ofício na Secretaria de Guerra.

Na missiva mencionada, Lima lhe faz o seguinte pedido:

Tenciono fazer-te uma encomenda. Livros, sabes. Sei que vais sair de Paris até o dia 20 [...]. É para a casa Félix Alcan; e são todas as obras de Schopenhauer, traduzidas para o francês, e uma monografia sobre a filosofia do mesmo, pelo Ribot.

Nisso não há insinuações: é um modo de encher a carta. Peço-te que passes por lá e indagues o preço certo. Uma outra coisa também te peço: se vires alguma coisa interessante sobre literatura, artes, história, manda-me dizer. Aí há publicações baratas e preciosas, a esse respeito.

Quando voltares para Paris, escreve-me.

Vistes já o Louvre? As antiguidades assírias e egípcias? O escriba sentado? E o que te parece a pintura, a escultura? Um delírio – não é? [...] Já viste o Brunetiére? [...] e o Anatole France? [...] Foste à *Comédie*, à *Opéra*, aos concertos? (BARRETO, 1956a, p. 135).

Essa correspondência expõe um Lima Barreto erudito, atento às obras dos grandes expoentes do pensamento em voga na Europa e que ganharam visibilidade internacional no fim do século XIX. Sobre os livros e a influência europeia na intelectualidade brasileira, é ainda Luís Edmundo quem pode fornecer aqui uma boa caracterização desse dado histórico, ao afirmar que “no começo do século lemos bastante, lemos; pena, entretanto, que o livro, em espessa maioria, continue a nos vir, sempre, de fora. Como tudo, afinal, que nos instrui”. Nesse panorama, “o prestígio do livro francês, porém, continua imoderado e incondicional” (EDMUNDO, 2003, p. 431).

As mostras de arte do Louvre eram descritas com entusiasmo por aqueles que viajaram pelo Velho Mundo e retornaram para o Rio de Janeiro com relatos sobre as últimas novidades dos países tidos como as grandes vitrines mundiais do bom gosto, da civilização. Também se tem esboçadas nessa carta as inquietações de um leitor bastante exigente e sofisticado.

⁵ Consta também que Mário Galvão, nascido no Paraná, em 1882, atuou na imprensa como jornalista do periódico *Diário do Comércio*, dirigido por Mário Cataruzza, e foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao lado Gustavo Lacerda, em 1908.

Na *Belle Époque*, mesmo em um país europeu que contava com um público leitor mais vasto, como Portugal, os livros eram considerados verdadeiros artigos de luxo. Daí a considerável circulação de revistas que abarcavam temas que iam desde reportagens, passando por poesia e artes em geral, até discussões acadêmicas e que pretendiam, inclusive, disputar o mercado com a literatura.

Semanários e jornais brasileiros copiaram esse padrão editorial. Como destaca Mônica Pimenta Velloso (2008, p. 227), periódicos cariocas, entre os quais *O Malho*, *Fon-Fon* e *Mercúrio*, traziam propagandas que exaltavam suas vantagens no tocante aos livros: “Ler revistas significava, então, gastar menos tempo e obter mais informações”. Nesse contexto, o talento do jovem escritor carioca atraiu a atenção da imprensa burguesa, conforme indicam as reportagens sobre o “bota-abaixo” do governo municipal de Pereira Passos e sua atuação na *Revista da Época*. Sua colaboração com o *Correio da Manhã* inicia com uma detalhada descrição do trabalho das equipes de demolição da prefeitura e culmina em uma digressão romanesca ao passado do Rio colonial.

Vale destacar também aqui sua ligeira atuação na revista *Fon-Fon*. Em *A vida de Lima Barreto*, Francisco de Assis Barbosa registra que o literato colaborou com esse impresso, no primeiro semestre de 1907, se valendo dos pseudônimos de Philéas Fogg e S. Holmes. O primeiro é um dos personagens do romance *A volta ao mundo em oitenta dias*, do francês Júlio Verne, descrito como econômico nas palavras e frio no comportamento. O segundo se refere ao famoso detetive criado pelo inglês Conan Doyle.

Esses breves textos, assinados por Fogg e Holmes, não aparecem na meticulosa antologia que reúne todas as crônicas do escritor carioca organizada por Beatriz Resende e Rachel Valença. Na documentação encontrada, temos a estreia de Philéas Fogg quase concomitante à do próprio semanário *Fon-Fon*. Em uma nota veiculada em *O Paiz*, em 13 de abril de 1907, para divulgar a estreia da revista, o nome do autor de *Policarpo Quaresma* ganha destaque em meio ao time de redatores da revista ilustrada.

Um repórter anônimo de *O Paiz* ressalta que o periódico *Fon-Fon* contava com um excelente acabamento gráfico, publicidade de prestígio e muito humor nas suas páginas. O nome de Jorge Schimidt, editor da publicação, é ovacionado, bem como o leque de jornalistas e desenhistas que a revista abarcava. Assim, “o texto e as gravuras em que andam a pena de Raul, Emílio, Calixto, Lima Barreto, Leal de Souza, o magnífico poeta revelado pelos *Annaes*, e outros que se escondem em reserva discreta, é excelente” (*O PAIZ*, 1907, p. 2).

Nesses termos, considero importante explorar esses escritos, pois sugerem que a atuação jornalística de Lima Barreto foi bastante multifacetada e que seu talento com as letras não era completamente desprezado nesse período. Em 20 de abril de 1907, na crônica-conto “Falsificações”, o escritor faz um tipo de comédia sobre o suposto refinamento das novas elites ao comentar o comércio de víveres adulterados:

Por parte dos consumidores o uso de gêneros perfeitamente puros tem encontrado grande resistência. O hábito é uma segunda natureza. Toda a gente sabe disso, e também que alguns viventes, para prova desse acerto, acostumaram-se a não comer e vão passando magnificamente como se ingerissem opíparos jantares.

Com os gêneros alimentícios, a sentença verificou-se absolutamente. Há dias, no Meyer, jantando em uma casa amiga, frequentada por certa beleza, que não descrevo, porque os mais poetas ainda não se resolveram a catalogá-la – jantando, no Meyer, dizia, a filha do dono observou:

– Papai, não gosto desse café. O Sr. por que não traz o falsificado? É o hábito, como veem, agindo como um ditador (PHILÉAS FOGG, 1907, p. 31).

Existe uma grande tensão entre a inclinação barretiana voltada ao uso da sátira e da ironia como ferramentas de contestação do *status quo* e a preocupação em amortecer o poder de impacto dessas críticas, pois muitos dos leitores da *Fon-Fon* integravam os quadros das elites cariocas. O deboche do narrador passa da alimentação para os símbolos de distinção ostentados pelas elites que transitavam pela Avenida Central.

Ainda sobre as falsificações:

Contudo, os artigos de luxo também o são.

Nos arredores do Rio, há um curtume de peles de cães, as quais, depois de preparadas, são mandadas para as grandes fábricas de luvas da Europa.

Pouca gente talvez saiba que boa parte do aumento de renda da Prefeitura, na gestão Passos, proveio da venda de cães apanhados pela carrocinha nas ruas. Não sabiam? Pois foi.

A tal respeito, conta-se que Mme. Z, num baile do Casino, ao ter notícia disso, desmaiou...

Pobre senhora! Imaginou que as suas luvas podiam ter sido feitas com a pele de seu totó, que desapareceu [...]. Os falsificadores são terríveis... (PHILÉAS FOGG, 1907, p. 31).

Apesar de a crônica ter circulado em um periódico vinculado à grande imprensa, supor que a administração municipal não havia poupado nem os animais domésticos abandonados em sua ânsia para obter lucros é uma refinada denúncia moral e política. O texto dividido em duas colunas ocupa uma página do periódico e divide o espaço com uma fotografia na qual duas mulheres em trajes bastante elegantes, mãe e filha, saem da igreja João Batista. Talvez uma estratégia editorial para que o leitor se debruce sobre a fotografia e não se incomode tanto com o humor ferino de Fogg.

Na edição 5 da *Fon-Fon*, datada de 11 de maio de 1907, Lima Barreto assinou uma crônica intitulada “O fio da linha” com o pseudônimo de S. Holmes. Antes da expressão “colocar atrás das grades” significar prender alguém, no Rio de Janeiro se usava a gíria “colocar atrás das linhas”. Desse modo, o jornalista faz uma série de trocadilhos com a expressão e a desdobra em analogias com a conjuntura militar. O delegado poderia ser chamado de “carretel”; o xadrez, de “croché”; e o soldado de baixa patente receberia a alcunha de “fiapo”. É interessante perceber como termina esse breve artigo:

É possível que os puristas lá deles protestem contra essa violenta introdução de neologismos; mas como tal gente não possui Senado nem Código Civil, o protesto não tomará importância, não passando de uma insignificante impertinência de gramáticos.

A sociedade que rouba, naturalmente, procurará salvaguardar-se dos perigos que, contra a sua existência, vem oferecer essa moderna descoberta policial.

Gatuno algum deixará mais em suas vestes ou em seu corpo, o furo ou orifício por onde se possa introduzir a linha policial. Vão ter corpos hermeticamente fechados...

E se à coletividade de malfeitores, o novo expediente policial vai levar essas modificações, à que só faz bem, a uma, a normal, também trará desarranjo.

No mínimo, o que poderá acontecer será o emaranhamento das linhas férreas policiais com as de telefone, de telégrafo e as de estrada de ferro, causando desarranjo ao comércio e à indústria (S. HOLMES, 1907, p. 24).

Acima da crônica barretiana, temos uma charge que faz alusão ao novo automóvel adquirido pelo governo estadual. Nesse caso, de modo muito depurado, temos uma narrativa na qual alguns dos ícones do progresso técnico da capital republicana são associados diretamente ao recrudescimento das estratégias de controle social.

CONCLUSÃO

Poder-se-ia dizer que, no campo intelectual brasileiro, existia uma cultura da polêmica, com suas diatribes, réplicas e tréplicas. Os confrontos literários entre diversas gerações da Academia Brasileiras de Letras foram reunidos e publicados em uma volumosa edição intitulada *Duelos no serpentário*, graças à insídia verbal característica desses escritores. De acordo com as análises dos críticos George Ermakoff e Alexei Bueno (2005), organizadores dessa edição,

a passagem do século XIX para o século XX no Brasil, o que poderíamos chamar de a nossa Belle-Époque, foi marcada por certos modismos literários de grande popularidade, especialmente as polêmicas, e, um pouco mais tarde, as conferências. Se ambas perseveraram, em seus numerosos avatares, o que elas grandemente perderam foi a sua característica de gênero literário. [...] a polêmica nesse seu período áureo vivia como duelo de verve e de inteligência verbal, contenda virtuosística, apreciada mais pelos meios do que pelos fins, despertando uma atenção quase esportiva por parte dos leitores, o que sem dúvida, como fenômeno social, desapareceu.

Conforme já foi dito, o uso de pseudônimos pelos colaboradores das revistas ilustradas do Rio era muito comum. Ocultar o nome verdadeiro era uma tática bastante apropriada para provocar polêmicas.

Sobre as razões que levaram Lima Barreto a se desligar do corpo editorial da *Fon-Fon*, temos uma carta enviada pelo escritor diretamente ao fundador do periódico:

o poeta Mário Pederneiras.⁶ Na missiva, datada de 20 de junho de 1907, o literato alegou o seguinte:

Não me gabo de ser lá grande escritor, muito menos que o seja para proprietários da lindíssima *Cosmos*; entretanto, tenho feito esforços, neste e naquele gênero, para os agradar. Fantasio, imagino, faço química, escrevo pilhérias... não há meio! Demais, vejo que as coisas minhas não agradam, ficam à espera enquanto as de vocês nem sequer são lidas, vão logo para a composição. Não há ciúme, nem despeito, mesmo que os houvesse era justo que perdoasses esse assomo d'alma, pois que de há muito venho me resignando; entretanto, não há... [...] Induzi também que é a tua bondade que me mantém lá – o que agradeço de coração – mas que o meu orgulho não aceita (BARRETO, 1956a, p. 162-63).

Certamente, o estilo de sátira de Lima Barreto destoava bastante daquelas que eram veiculadas pela maioria dos colaboradores desse impresso. Sua dedução de que os editores submetiam seus textos a um crivo mais atencioso e silenciador não foi gratuita. As sutis denúncias sociais de Philéas Fogg e S. Holmes combinam com a ironia presente em crônicas como “Um *five o'clock*”, típica expressão que ilustra bem o cosmopolitismo agressivo exaltado na *Belle Époque* tropical, assinada pelo misterioso barão de Sumaret, outro heterônimo barretiano.⁷

Na *Fon-Fon* de 20 de abril de 1907, esse autor narra quanto ficou embasbacado ao receber um “clássico bilhete de grande dama: róseo, perfumado, escrito num estilo nervoso e com a caligrafia irrepreensível das moças de alta educação!” (p. 8).

A solução encontrada pelo autor de *Policarpo Quaresma* para provocar polêmicas e incitar o debate sobre a função da literatura na *Belle Époque* carioca foi, portanto, fundar o próprio periódico, com o apoio de amigos que o acompanhavam desde a época dos internatos, da Escola Politécnica e das reuniões nos cafés. Sem recorrer a pseudônimos, Lima Barreto fundou a *Floreal*, pois já estava convencido da inutilidade do seu esforço de procurar ser reconhecido pela grande imprensa. No entanto, esse é outro capítulo da história intelectual do carioca Afonso Henriques.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

⁶ Além de proprietário da *Fon-Fon*, Mário Pederneiras foi também sócio e fundador da *Kosmos* e do *Tagarela*.

⁷ As reformas urbanas inspiradas na Paris de Eugène Haussmann implicaram no estabelecimento também de novos hábitos na sociedade carioca, imitados de uma cultura que não era genuinamente brasileira. Questionando a eficácia desta incorporação cultural, Lima percebeu que as elites cariocas constituíam um tipo de nobreza sem costumes, tradições ou qualidades louváveis. O barão de Sumarai adaptou seu sobrenome de origem indígena para o afrancesado Sumaret. Provavelmente, por meio deste pseudônimo, Lima estava tripudiando um dos principais defensores das diretrizes eugenistas do governo: o barão do Rio Branco.

BARRETO, Lima (Barão de Sumaret). Um five o'clock. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, abr. 1907.

BARRETO, Lima (Philéas Fogg). Falsificações. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, abr. 1907.

BARRETO, Lima (S. Holmes). O fio da linha. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, ano I, n. 5, mai. 1907.

BARRETO, Lima. *Correspondência: ativa e passiva*. t. I. Prefácio de Antônio Noronha Santos. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

BARRETO, Lima. *Diário íntimo: memórias*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

BARRETO, Lima. O peso da ciência. [S.l.: s.n.]: [19--]. (Escrito em folha de rascunho do Ministério dos Negócios da Guerra.)

BARRETO, Lima. *Toda crônica*. v. 1. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

ERMAKOFF, George; BUENO, Alexei (org.). *Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 1973.

NOTAS DIVERSAS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 8715, ago. 1908.

O PAIZ. Rio de Janeiro: ano XXIII, n. 8227, abr. 1907.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.



SALGADO, Marcus. *A vida vertiginosa dos signos: recepção do idioleto decadista na Belle Époque tropical*. 2006. 170 p. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TAGARELA. Rio de Janeiro: ano I, n. 1, mar. 1902.

TAGARELA. Rio de Janeiro: ano II, n. 90, nov. 1903.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *História & modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 211-230.

NOTAS

AUTORIA

Joachin Azevedo Neto. Doutor. Professor adjunto, Universidade de Pernambuco, Colegiado de História, Petrolina, PE, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rodovia BR 203, Km 2, s/n, Vila Eduardo, 56328-900, Petrolina, PE, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese – Vida literária e desencantos: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922), apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pelas contribuições de Maria de Fátima Fontes Piazza, Bernardete Ramos Flores, Denilson Botelho, Letícia Borges Nedel, Tânia Regina Oliveira Ramos e Maria Teresa Santos Cunha.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



EDITORES

Alex Degan

Beatriz Mamigonian

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Tiago Kramer de Oliveira

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 2 de dezembro de 2017

Aprovado em: 21 de fevereiro de 2019

Como citar: AZEVEDO NETO, Joachin. Prelúdios literários de Lima Barreto (1881-1922). *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 358-377, maio/ago. 2019.





UMA SÍLABA REBELDE NO CORAÇÃO DO IMPÉRIO: TENSÕES POLÍTICAS E DE GÊNERO NO PRINCIPADO DE DOMICIANO

**A Rebel Syllable in the Heart of the Empire: Political and Gender
Tensions in Domitian's Principate**

Benedito Inácio Ribeiro Junior^a

 <https://orcid.org/0000-0002-4874-6835>

E-mail: beneditoinacioribeiro@gmail.com

^a Universidade Estadual Paulista em Assis, Faculdade de Ciências e Letras de Assis,
Departamento de História, Assis, SP, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é evidenciar as tensões políticas e de gênero durante o principado de Domiciano (81-96 d.C.) por meio das representações do eunuco Earino construídas nos poemas de Estácio e Marcial. Mais especificamente, buscou-se, com o auxílio dos estudos de gênero e *queer*, analisar essa figura emblemática que serviu para a construção de imagens acerca das medidas empreendidas pelo imperador Domiciano tanto no campo político quanto no literário, bem como nas regulações de gênero e sexualidade. Dessa forma, percebeu-se que as tensões políticas e de gênero que rondavam a corte domicianiana estavam entrelaçadas e buscavam, na representação de uma identidade rebelde, não fixa ou homogênea, reforçar performances de gênero.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero. Eunucos. Literatura.

ABSTRACT

The aim of this article is to highlight the political and gender tensions during Domitian's principate (81-96 AD) through the representations of the eunuch Earinus created in poems by Statius and Martial. More specifically, we sought, based on gender and queer studies, to analyse this emblematic figure that helped the construction of images of the measures taken by the Domitian emperor, both in the political and literary fields, as well as in the ambit of gender and sexuality regulations. Hence, it was perceived that the political and gender tensions that surrounded Domitian's court were intertwined and sought to reinforce gender performances through the representation of a rebellious, not fixed or homogeneous identity.

KEYWORDS

Gender. Eunuchs. Literature.

A literatura sempre foi uma fonte profícua para o estudo da história da Antiguidade Clássica romana. Mesmo em momentos nos quais a disciplina histórica se afastou da literatura em busca de modelos explicativos próximos aos das ciências duras, priorizando a busca pela verdade em vestígios do passado e colocando os documentos literários no campo da fantasia e da imaginação, terrenos antagônicos ao que era considerado a realidade, a história antiga nunca abriu mão de tais testemunhos para compreender o passado, uma vez que o especialista nessa área não contava com outros documentos além de dados arqueológicos e algumas atas do Senado romano (GUARINELLO, 2013).

A literatura, utilizada em inúmeros estudos sobre temas tradicionais da história de Roma, como a política e a religião, também se mostra fonte frutífera para entender as relações sociais e os costumes romanos, bem como representações e práticas sexuais e de gênero. Neste artigo, buscam-se as conexões que a literatura pode estabelecer entre os terrenos tradicionalmente vistos como separados da política e das relações de gênero.

Entende-se que, pelas reflexões tecidas a seguir, a literatura se tornou ferramenta importante na política imperial de Domiciano e transformou questões delicadas, como seu possível relacionamento com o garoto Earino, em fontes de divulgação de sua própria administração e governo. Gênero, sexualidade, propaganda política e manutenção do império são amalgamados pelas linhas escritas pelos poetas Marcial e Estácio, e um dos elementos centrais desse amálgama é o eunuco Earino.

Segundo as informações literárias, o garoto foi escravo de Domiciano. É provável que o imperador tenha castrado Earino e o empregado na sua corte como copeiro, mantendo com ele relações eróticas e afetivas. Trataremos aqui de representações, construções discursivas que não necessariamente narram eventos que de fato ocorreram. Estácio, no poema 4 do seu terceiro livro d'*As Silvas*, "Capilli Flavi Earini",¹ e Marcial, em alguns poemas do seu nono livro de epigramas (11, 12, 13, 16, 17 e 36), foram os escritores latinos que mais construíram representações acerca do eunuco Earino.

Há também uma ligeira referência a Earino na *História de Roma*, de Dion Cássio, quando explica por que Domiciano teria proibido, entre 82 e 83 d.C, a castração de homens no território do império romano. Para Dion Cássio, tratava-se apenas de uma provocação de Domiciano ao irmão Tito, imperador que o antecedeu e que era muito afeito aos eunucos (Dion Cássio, *História de Roma*, 67 2.3).

As obras de Estácio e Marcial são importantes para estudar não apenas eventos ligados a Earino, mas, do mesmo modo, questões relacionadas à corte imperial domiciana, às práticas político-ideológicas de seu principado e a tensões e papéis de gênero que a cercavam. Pretende-se refletir sobre as representações construídas pelos dois poetas sobre Earino, seu corpo e sua castração, considerando também como tais representações criam uma imagem com significados diversos e, por vezes, contraditórios acerca dos eunucos, da corte imperial e das identidades de gênero em voga no referido período.

¹ Este título não é original. Não se sabe o título que Estácio teria atribuído ao poema nem se o autor o fez. O título aqui mencionado foi atribuído por algum copista medieval desconhecido e, em tradução livre, pode ser lido em português como *Os cabelos de Earino*.

As obras de Estácio, Marcial e Dion Cássio são as únicas que trazem dados sobre uma possível narrativa acerca de Earino. Enfrentando tal biografia por meio de construções literárias, as informações sobre a origem do garoto, sua castração, idade e relações com Domiciano são viáveis de reconstrução, ainda que de forma bastante fragmentada. Por isso, acredita-se que, durante a análise dos textos clássicos, esses dados biográficos serão esclarecidos.

Os seis epigramas de Marcial sobre Earino dissertam sobre três assuntos: 9.11, 9.12 e 9.13 celebram o nome do eunuco; 9.16 e 9.17 narram a oferta e o envio dos cabelos de Earino ao templo de Esculápio, em Pérgamo; e, em 9.36, o garoto e Domiciano são comparados àqueles que seriam seus correspondentes celestiais: Ganimedes e Júpiter, respectivamente.

Os cinco primeiros epigramas teriam sido apresentados a Earino e a Domiciano em forma de libelo. Somente o 9.36 não teria sido mostrado ao imperador e ao eunuco, sendo inserido no livro 9 apenas quando Marcial o organizou para publicação, na década de 90 d.C. (HENRIKSÉN, 1998).

As *Silvas* 3.4 também trabalha quase com os mesmos temas que Marcial abordou nos seus epigramas, tendo sido publicada no mesmo período, entre 92 e 95 d.C. De acordo com estudiosos como David Vessey (1973) e Gabriel Laguna Mariscal (1992), o poema de Estácio pode ser dividido em três partes, cada uma delas com assuntos específicos e transições entre tempo e espaço.

A primeira parte acontece em Roma, no tempo presente, e compreende os versos 1 a 20, nos quais Estácio faz três invocações: a primeira sobre o cabelo de Earino (1-5), a segunda sobre o deus Esculápio (6-11) e a última a respeito de Pérgamo, terra natal de Earino (12-20). Esse “prefácio” ainda termina com uma grande referência enaltecida de Domiciano.

Na segunda parte do poema (versos 21 a 77), Estácio faz um tipo de descrição etiológica. Desloca-se para o passado a fim de narrar a trajetória de Earino, desde quando é encontrado por Vênus em Pérgamo (21-46), trazido por ela para Roma e introduzido no palácio de Domiciano (46-64), até sua emasculação, feita por Esculápio e auxiliada por Vênus (65-77).

A última parte da narrativa (versos 78 a 106) retorna ao presente e à cidade de Roma. É nesse trecho que acontece o corte dos cabelos do *puer* e o envio ao templo de Esculápio em Pérgamo (78-98), finalizando o poema com uma prece de Earino a Esculápio para que conceda eterna juventude a Domiciano (99-106).

Laguna Mariscal afirma que essa estrutura é uma técnica comumente usada em todo o decorrer d’*As Silvas*, nas quais o início e o fim dos poemas versam sobre temas contemporâneos e o trecho central faz uma digressão ao passado em forma de relato etiológico e mitológico: “Remonta ao passado e se caracteriza por um importante componente fantástico, frente a certo realismo da descrição do presente” (1992, p. 306).

As páginas d’*As Silvas* indicam que foi o próprio Earino que encomendou o poema para Estácio:

Além disso, Earino, liberto de nosso Domiciano, sabe quanto tempo eu adiei o pedido dele, quando ele me pediu para dedicar em versos o cabelo que ele estava enviando a Esculápio em

Pérgamo juntamente com uma caixa decorada com joias e um espelho (Estácio, *As Silvas*, 3.pref. 17-20).²

Em contrapartida, não se tem nenhuma informação sobre se Marcial recebeu algum pedido desse tipo para escrever seus epigramas. Henriksén (1997) afirma que há a possibilidade de Earino ter pedido obras a ambos os poetas, mas também Marcial poderia ter se sentido compelido a escrever os poemas sobre o eunuco quando descobriu que Estácio estava escrevendo o poema dele. Isso parece provável, já que escrever sobre o relacionamento entre o garoto e Domiciano seria uma grande oportunidade de bajular o imperador, seja pelo pedido do *puer*, seja por iniciativa própria. Assim, o epigramatista poderia ter visto nesse evento a oportunidade de compor alguns versos e se aproximar dos acontecimentos do palácio e da família imperial.

Como Caroline Vout (2007) afirma, o prefácio do terceiro livro das *Silvas* sugere que o poema é destinado tanto a Domiciano e sua atuação como imperador quanto a Earino, pois a motivação para a escrita seria inspirada nos dois. Vout também defende que os epigramas de Marcial seguem a mesma proposta: elogiar o *puer delicatus* do *princeps* era uma forma de elogiar o próprio *princeps*. Assim, “se a oferta de Earino foi tão notável quanto podemos imaginar, logo, parece provável que os poetas contemporâneos colaborariam espontaneamente para celebrá-lo” (HENRIKSÉN, 1997, p. 292).

A análise que se segue procura entender como essa literatura, financiada pelo próprio Domiciano, colaborou para narrar e enaltecer seu governo, valendo-se de recursos para apaziguar as possíveis tensões políticas que a relação entre o eunuco e o imperador pudesse acarretar. Assim, tais tensões, ao mesmo tempo que as contradizem, se retroalimentam das relações de gênero estabelecidas pela aristocracia romana e pela corte domiciana – são usadas por Estácio e Marcial com o intuito de elaborar e propagar o que Carole Newlands chamou de ideologia imperial (NEWLANDS, 2002).³

Antes de adentrar a análise, um esclarecimento se faz necessário: o conceito de gênero aqui utilizado se afina com as formulações dos estudos *queer*, em especial aquelas encontradas nas obras de Judith Butler (2001, 2003, 2014). Dessa forma, gênero é entendido como *performance*, ou seja, atos e discursos que reificam regras reguladoras sobre o comportamento, os corpos e as identidades sexuais. Logo, numa perspectiva *queer*, não é possível alguém pertencer a um gênero ou ter guardada dentro de si uma identidade de gênero. O gênero é o próprio aparato de poder que regula as relações entre indivíduos, suas identidades e seus corpos.

Nessa esteira, um olhar *queer* sobre a Antiguidade romana buscaria reconhecer performatividades ou regulações de gênero em uma ordem cultural que produzia efeitos de coerência e continuidade entre as noções de sexo (anatômico, homem

² No original: “Earino praeterea, Germanici nostri libertus, scit quam diu desiderium eius moratus sim, cum petisset ut capillos suos, quos cum gemmala pyxide et speculo ad Permenum Asclepium mittebat, versibus dedicarem.” A tradução do prefácio do terceiro livro d’*As Silvas*, bem como do poema 3.4, foi feita pelo autor deste artigo com base na versão editada e traduzida do latim para o inglês por D.R. Shackleton Bayle, publicada em 2003. A tradução se deu por meio da comparação com o original em latim. Todos os epigramas de Marcial citados aqui em língua portuguesa foram retirados de MARCIAL, 2001.

³ O conceito de *ideologia imperial*, como Newlands o entende, será esclarecido adiante, assim que se mostrar necessário.

ou mulher), gênero (masculino ou feminino), sexualidade (hétero ou homossexual)⁴ e prática sexual (ativo ou passivo). Mais interessante do que isso, seria olhar para os sujeitos que tenham potencial de provocar tensões nesse sistema de discursos e práticas reguladoras, expondo sua fabricação discursiva e histórica como algo coerente. Parece que o eunuco Earino tem esse potencial, como se mostrará a seguir.

ENTRE-LUGARES NOS TEXTOS, CORPOS NO ENTRE-LUGAR: A REPRESENTAÇÃO DE EARINO

Estácio e Marcial se preocuparam com a seleção de termos e expressões que podem nos ajudar a compreender o olhar da sociedade romana acerca do corpo dos eunucos e os problemas de gênero que carregam. Entretanto, as imagens de Earino apresentam características muito diferentes das representações mais comuns sobre os castrados romanos. Marcial, por exemplo, utiliza a figura dos eunucos para desqualificar comportamentos e personagens por ele descritos.⁵

Caroline Vout acrescenta que, por diversas vezes, os eunucos eram considerados criaturas hediondas (2007). Escrever sobre o *puer delicatus* de Domiciano, sendo ele castrado ou não, implica lidar com um assunto espinhoso: não poder fazer as críticas que tais escritores achavam cabíveis ao garoto. Em se tratando de Estácio e Marcial, isso era ainda mais emblemático porque eles dependiam de suas poesias para sobreviver, muitas delas encomendadas pelo próprio imperador (CITRONI *et al.*, 2006). Contudo, não deixaram de escrever, como puderam, seus versos mordazes sobre a relação entre o *princeps* e o garoto.

As tensões de gênero acerca de Earino e seu corpo foram um tema comum para os dois autores-fonte. Algumas palavras usadas por Estácio e por Marcial podem explicar melhor tais tensões. Nos epigramas 9.11-13, as ambiguidades de gênero aparecem. Neles, há elogio ao nome de Earino, baseado na proximidade do nome do menino com termo grego *ear* (ἔαρ) e sua transliteração para o latim como *verna* (em português, *primavera*). Eis o primeiro epigrama:

O nome, com violetas e rosas nascido,
com que se nomeia do ano a melhor parte,
que tem o sabor do Hibla e de áticas flores,
que tem o odor do ninho da ave soberana;
nome mais doce que o néctar divino,
apelido que mais quereria o efebo de Cíbele
e o que faz a mistura nas taças do Tonante,

⁴ Aqui é preciso salientar que os conceitos de hétero e homossexualidade, bem como de sexualidade, não têm valor epistemológico para compreender relações, representações e práticas sexuais anteriores ao século XIX, como já evidenciado por Michel Foucault (1988). De acordo com Paul Veyne (2008), os conceitos de passividade e atividade seriam mais adequados para pensar as relações sexo-afetivas tanto entre pessoas do mesmo sexo quanto entre homens e mulheres na Antiguidade greco-romana. Desse modo, ao adequar as reflexões *queer* para o passado romano, seria mais frutífero eliminar desse esquema a categoria de sexualidade e analisar as regulações de gênero apenas com base na tríade sexo, gênero e prática sexual.

⁵ É o que pode ser percebido nos epigramas 2.45; 2.86; 3.24; 3.71, 3.81; 5.41; 9.2; 11.74; 13.63 e 13.64, para citar apenas alguns.

ao qual, se entoadado no átrio parrásio,
 respondem as Vénus e os Cupidos;
 nome nobre, terno, delicado,
 com versos não rudes eu o queria cantar,
 mas tu, teimosa sílaba, rebelde te mostras.
 Pronunciam Eiarino, todavia, poetas,
 mas só os gregos, a quem nada se proíbe
 e se permitem cantar Ἄρεξ Ἄρεξ:
 não nos é lícito tamanho atrevimento,
 pois cultivamos Musas muito rigorosas
 (*Epigramas*, 9.11).⁶

Nesse epigrama, Marcial dá um senso de feminilidade ao nome do eunuco no décimo verso: “*nomen nobile, molle, delicatum*”. Enquanto a palavra *nobile* (nobre) conecta Earino ao contexto da corte de Domiciano, como aponta Christer Henriksén (1998), *molle* e *delicatum* são usados para ligar o *puer* e seu nome aos estereótipos elitistas de delicadeza e ternura associados à feminilidade ou efeminação, como escreveu Caroline Vout (2007).

De acordo com Craig A. Williams (2010), termos como *molle* e *mollitia*, empregados para descrever um homem nesse contexto literário romano podem sugerir que um indivíduo não é completamente masculino ou que tal masculinidade não atenderia aos requisitos exigidos pelos estratos sociais mais elevados, como seria o caso do círculo de Domiciano.

As *Silvas* 3.4 também apresentam esses termos. Nos dois primeiros versos do poema Estácio já os usa:

Vá, mecha de cabelo, rápida, eu rogo, através do mar calmo
 vá, *deitado delicadamente sobre a grinalda de ouro, vá!*
 (Estácio, *As Silvas*, 3.4.1-2, grifo nosso).⁷

No verso em destaque, o autor relata que as mechas de cabelo foram enviadas para Pérgamo acompanhada de joias. Estácio usa, não por acaso, *molliter* ao lado de *auro*, o que pode significar duas coisas: por um lado, como defende Gabriel Laguna Mariscal (1992), *molliter* pode aludir à “moleza” de Earino ou à sua efeminação devido à castração, em contraste com a dureza de *auro* (ouro); por outro, as duas palavras no mesmo verso sugerem a intensificação da feminilidade do menino, uma vez que *auro* poderia estar ligado aos ornamentos tradicionalmente associados às mulheres romanas. Também é possível ver a ocorrência das duas palavras no mesmo verso novamente quando Estácio está narrando a viagem de Earino para Roma, acompanhado por Vênus:

⁶ No original: “Nomen cum violis rosisque natum,/quo pars optima naminatur anni,/Hyblam quod sapit Atticosque flores,/quod nidos olet alitis superbae;/nomen nectare dulcius beato,/quo mallet Cibeles puer vocari/et qui pocula temperat Tonanti,/quod si Parrhasia sonas in aula,/respondent Veneres Cupidinesque;/nomen nobile, molle, delicatum/versu dicere non rudi volebam;/sed tu, syllaba contumax, rebellas./dicunt Eairinon tamen poetae,/sed Graeci, quibus est nihil negatum/et quos Ἄρεξ Ἄρεξ decet sonare:/nobis non licet esse tam disertis,/qui Musas colimus severiores”.

⁷ No original: “Ite, comae, facilemque, precor, transcurrere pontum,/ite coronato recubantes molliter auro, ite”.

Disse como a Venus dourada estava dirigindo
seus delicados cisnes dos altos de Eryx para os bosques idálicos
(Estácio, *As Silvas*, 3.4.21-22).⁸

Versos depois, Estácio relata a chegada de Earino ao palácio de Domiciano, conduzido por Vênus. O acontecimento é narrado como um casamento, porém fica clara sua vinculação com a efeminação do garoto, sendo ele considerado a noiva do *princeps*:

ela [Vênus] se aproxima para melhor arrumar os seus cabelos,
que vestido seria melhor para acender seu rosto rosado,
que ouro é o mais digno em seus dedos e em seu pescoço.
Bem, ela conhecia os olhos celestes do líder [Domiciano]
ela juntou as tochas de casamento e lhe deu sua noiva
generosamente
(Estácio, *As Silvas*, 3.4.50-54).⁹

Como defende Laguna Mariscal, não se pode imaginar que tais descrições se restrinjam só ao acontecimento, mas a escolha das palavras no poema de Estácio intensificam a caracterização de Earino como um indivíduo que confunde, com seu corpo e suas práticas, os papéis de gênero: “*molles* retoma o motivo da *mollitia*, recorrente nesta *Silva* e provavelmente alusivo ao efeminamento de Earino (recorde-se que *mulier* compartilha da raiz de *mollis*; e que *mollis* pode significar ‘feminino’ em Estácio)” (1992, p. 319, tradução nossa).¹⁰

Seguindo essa ideia, pode-se entender que a representação de Earino como afeminado se deve à sua castração. *Mollire* é usado precisamente quando Estácio narra a emasculação do menino: “[...] *haud ulli puerum mollire potestas*”, “a ninguém menos foi confiado o poder de suavizar o rapaz” (Estácio, *As Silvas*, 3.4.69, grifo nosso). Levando-se em conta as afirmações de Laguna Mariscal (1992) expostas aqui, poder-se-ia traduzir *mollire*, nesse contexto, como *efeminar* ou *tornar mulher*.

Também é possível, porém, que a efeminação de Earino, tanto n’*As Silvas* quanto em *Epigramas*, se deva ao seu relacionamento amoroso com Domiciano. O termo *puer*, geralmente empregado para descrever o garoto que ocupa papel passivo nas relações entre homens, é largamente usado pelos dois autores. Todavia, *puer* não necessariamente significa amante ou efeminado, mas pode sugerir que o indivíduo em questão era apenas um escravo, tal qual esclarece Williams (2010, p. 83, tradução nossa):

Mas enquanto tais gostos entre os romanos devem ter sido influenciados, em certa medida, por tradições pederásticas gregas, eles devem também ser entendidos no contexto

⁸ No original: “Dicitur Idalios Erycis de vertice lucos/dum petit et molles agit Venus aurea cyncos.”

⁹ No original: “tunc prior iam cura deae, quae forma capillis/optima, quae vestis roseos accendere vultus/apta, quod in digitis, collo quod dignius aurum./Norat caelestes oculos ducis ipsaque taedas/iunxerat et plena dederat conubia dextra”.

¹⁰ No original: “[...] *molles* retoma el motivo de la *mollitia*, recorrente en esta *Silva* y probablemente alusivo al efeminamiento de Earino (recuérdese que *mulier* comparte raíz con *mollis*; y que *mollis* suele significar ‘femenino’ en Estacio”.

romano de valorização da juventude e dos corpos jovens ligados a uma preferência estética por barbas e rostos macios; afinal de contas, ambos *puella* (“menina”) e *puer* (“menino”) poderiam ser usados para se referir ao objeto sexual de um homem, independentemente da idade dele ou dela, e também ao seu escravo.¹¹

Em alguns trechos dos epigramas de Marcial e d’*As Silvas*, porém, é comum ver a imagem de Earino associada a castração, efeminação e seu relacionamento com Domiciano por meio do termo *puer*. Por exemplo, nos versos a seguir, Marcial usa *puer* para relacionar Earino a outros dois personagens míticos: Átis e Ganimedes.

[...] apelido que mais quereria o efebo de Cibele [Átis]
e o que faz a mistura nas taças do Tonante [Ganimedes]
(Marcial, *Epigramas*, 9.11.6-7, tradução nossa, grifo nosso).¹²

As análises abordadas denotam a intenção dos autores de explorar a efeminação do menino Earino, principalmente por meio de termos e expressões que o vinculavam ao papel de esposa ou de amante, bem como sua caracterização com elementos da indumentária e do sexo feminino. Mas as representações não param por aí. Ganimedes e Átis, amantes de seres divinos, entraram em jogo na criação da imagem de Earino. Começemos por Átis.

AMANTES MUTILADOS: RELAÇÕES ENTRE ÁTIS E EARINO

A comparação de Earino com Átis e Ganimedes pode informar que a relação entre o garoto e o imperador era afetiva e sexual. Átis era o amante de Cibele, deusa de origem oriental introduzida nos cultos religiosos romanos durante as Guerras Púnicas (264-146 a.C). A história mítica do casal e, principalmente, a imagem de Átis serviram de modelo para Marcial e Estácio caracterizarem seus eunucos, em especial Earino. Deixemos a figura de Ganimedes para ser discutida mais adiante.

As histórias de Átis, namorado da deusa Cibele, e de sua castração são representadas em diversos textos latinos, sendo os mais conhecidos aqueles de Ovídio (*Fast.*, 4.223) e Catulo (*Cat.*, 63). Segundo esses autores latinos, graças ao fato de Átis ser um jovem de extrema beleza, Cibele se apaixona por ele e exige dele um voto de castidade. O rapaz quebra esse voto e trai a deusa com uma ninfa. Cibele, por sua vez, ao saber da traição, assassina a ninfa, o que faz Átis entrar em estado de loucura. Ele acaba cortando o próprio pênis e morrendo por causa do sangue que se esvaiu da ferida aberta com uma faca. A história de Átis conta ainda que, sobre o local onde se concentrou o sangue dele, um jardim de violetas floresceu.

¹¹ No original: “But while such tastes among Romans must have been influenced to some extent by Greek pederastic traditions, they must also be understood in the context of a Roman valorization of youth and young bodies connected with an aesthetic preference for smooth bodies and faces; after all, both *puella* (“girl”) and *puer* (“boy”) could be used to refer to a man’s sexual object regardless of his or her age, and also to his slave”.

¹² No original: “[...] quo mallet *Cibeles puer* vocari/ et qui pocula temperat Tonan”.

O culto a Cibele foi integrado ao calendário oficial romano. Ela recebeu um templo próprio, e a festa em sua honra e à de Átis foi estabelecida entre os dias 15 e 27 de março. De acordo com Amanda Giacon Parra (2010), no primeiro dia aconteciam as preparações para o início das celebrações. Os seis dias seguintes eram ocupados pelo então chamado *castus matris deus*, um período de abstinência que requeria restrições alimentares e proibição de práticas sexuais, momento em que todos os participantes representavam ritualmente a dor de Cibele por ter perdido seu companheiro Átis.

No dia 22, a cerimônia *intra arbor* era realizada. Nela, os participantes carregavam até o santuário da deusa alguns instrumentos próprios dos rituais: a siringe, um tipo de flauta feita com caule de cana, também conhecida na Antiguidade como flauta de Pã; a verga, uma vara flexível de madeira ou metal; címbalos; tímpanos e flautas duplas amarradas a pequenos galhos. No dia 24, o *dies sanguinis*, os homens que se consagrariam à deusa eram castrados, tornando-se *galli*, e,

seguindo o exemplo de Átis, os fiéis se flagelavam ao som dos instrumentos rituais. A alegria voltava a reinar nas festividades somente no dia 25, quando Átis ritualmente voltava a viver. O dia 26 era um dia de repouso chamado *requietio*. E dia 27 havia a cerimônia da *lavatio* (PARRA, 2010, p. 38).

As comparações feitas por Estácio e Marcial não se encerram em Átis, mas os próprios *galli* são muitas vezes lembrados quando tratam de Earino.¹³ No que diz respeito às comparações a Átis, no epigrama 9.11 Marcial também traz algumas delas. Isso pode ser visto logo no primeiro verso: “*nomen cum violis rosisque natum*” (“o nome, com violetas e rosas nascido”).

Como escreve Henriksén (1998), na literatura latina as violetas eram consideradas as mensageiras da primavera porque eram as primeiras flores a aparecer em Roma nesse período do ano. Isso, ainda de acordo com Henriksén, pode ser inferido porque em outros textos latinos, como os de Arnóbio e Ovídio, a violeta é uma metáfora para Átis. Como mencionado, no solo em que se depositou o sangue esvaído pela autocastração de Átis nasceu um campo de violetas. Isso pode ser confirmado no sexto verso do mesmo epigrama, quando Marcial faz menção direta a Átis: “*quo mallet Cibeles puer vocari*” (“apelido que mais quereria o efebo de Cibele”).

A menção às rosas também se dá pelo fato de que, em Roma, tais flores eram as que desabrochavam já no fim da primavera. Há que se mencionar ainda que o epigramatista já denuncia, antes mesmo de citar o nome de Earino (algo feito apenas no décimo terceiro verso), que se tratava de um eunuco. Talvez aqui encontremos uma ironia nos versos de Marcial. Diversos de seus poemas, ao tratar dos *galli* e de Átis, caracterizam-nos como seres monstruosos, ridículos e dignos de pena. A menção do amante de Cibele neste verso pode não ser simplesmente elogiosa, mas também uma forma de o poeta lembrar o horror que ronda a história de Átis.

¹³ Para reflexões mais profundas acerca das representações dos *galli* e de Átis construídas pelo epigramatista Marcial, consultar Ribeiro Junior (2016). Além disso, para ter acesso a um texto que se dedicou especialmente ao tema, conferir Ribeiro Junior (2014).

Estácio também faz conexões entre os dois castrados em seu poema. Para descrever a beleza de Earino, a deusa Vênus o comparou e o considerou superior a quatro outros *pueri*: Átis, Hilas, Endimião e Narciso.

Nada tão doce em todo o mundo
Que tenha visto ou dado à luz, eu confesso
Os meninos do Latmos [Endimião] e do *Sangarius* [Átis] darão
livremente a você
e aquele que a vã imagem em uma fonte e um amor estéril
consumiram [Narciso]
As Naiades azul-celeste teriam preferido você e carregado a
sua urna
Com um punho mais forte para arrastá-lo para baixo [Hilas]
Menino, você está além de todos eles;
mais bonito que ele somente a quem você deve ser dado
[Domiciano]
(*As Silvas*, 3.5. 39-45, grifo nosso).¹⁴

Sangarius era um rio da antiga Frígia, hoje denominado Sakarya e localizado na atual Turquia. De acordo com Laguna Mariscal (1992), a citação do rio no excerto apresentado é uma metonímia para *puer* frígio – em outras palavras, Átis. Vout (2007) observa que alguns *galli*, pela ocasião da aposentadoria de um de seus companheiros sacerdotes e para agradecer aos trabalhos de Cibele, fizeram também uma oferta de mechas de cabelos e as enviaram para o Sangarius, acompanhadas de alguns ornamentos e acessórios usados nos rituais em honra à deusa.

A informação fornecida por Vout corrobora o argumento de Laguna Mariscal de que o trecho do poema em destaque é uma referência ao culto de Cibele e seu namorado. Igualmente, deve-se levar em conta que a manumissão dos escravos obedecia a um ritual parecido: no momento que o mestre libertava um de seus servos, este fazia um corte de cabelo para representar sua liberdade.

Quase no fim do poema, Estácio descreve o envio dos cabelos do eunuco para o templo de Esculápio, o que lembra o episódio mencionado por Caroline Vout:

[...] em seguida, eles [cupidos de Vênus] cortaram as mechas com as setas ligadas e colocaram-nas sobre ouro e pedras preciosas. A Mãe Vênus pega à medida que elas caem e unge-as, mais uma vez com suas essências secretas. Em seguida, falou um menino da multidão que tinha por acaso que carregar, nas mãos viradas, o espelho resplandecente ornamentado com ouro: “Deixe-nos dar isso também. Nenhum presente será mais bem-vindo a esse templo nativo; ele será mais potente que o próprio ouro. Basta você fixar o olhar nele e deixar o seu para sempre lá.”

¹⁴ No original: “nil ego, nil, fateor, toto tam dulce orbe/aut vidi aut genui. cede tibi Latmanius ultro/*Sangariusque puer*, quemque irrita fontis imago/Et sterilis consumpsit amor. te caerula Nais/mallet et apprensa traxisset fortius urna./tu, puer, ante omnes; solus formosior ille/cui daberis”.

Assim falou e fechou o espelho, capturando a imagem
(Estácio, *As Silvas*, 3.4. 90-98).¹⁵

O tema do corte e da oferta de cabelos está presente nos dois poetas. Marcial escreveu dois epigramas sobre o assunto, nos quais menciona, do mesmo modo, a oferta das mechas acompanhadas de ornamentos. O primeiro está reproduzido a seguir:

Um espelho, conselheiro da beleza, e doces cabelos,
como sacros, ao deus de Pérgamo ofereceu
o menino que ao seu senhor é grato mais que a corte inteira,
e que assinala com seu nome o tempo primaveril.
Afortunada a terra honrada de tal presente!
Nem de Ganimedes preferia ter a cabeleira
(*Epigramas*, 9.16).¹⁶

O poema subsequente continua relatando o mesmo episódio:

Venerando neto de Latona, que com ervas gentis
refreias a trama e os velozes fusos das Parcas,
estes cabelos, do senhor louvados, para ti ex-voto raro,
da Urbe do Lácio tos envia aquele teu jovem patrício;
e, com os divinos cabelos, um disco espelhante,
que foi juiz constante da ventura do seu rosto.
Guarda-lhe a juvenil graça, para mais belo não ser
de longos cabelos que de cabeleira aparada
(*Marcial, Epigramas*, 9.17).¹⁷

Os excertos de Estácio e Marcial, se comparados às observações de Vout já mencionadas, podem reforçar a ideia de que o garoto tinha desejos de deixar os serviços de seu mestre. No caso, esse mestre seria Domiciano. Se aliarmos também isso aos apontamentos de Williams (2010), que afirmam que, quando os *pueri* deixavam de servir sexual e afetivamente aos seus senhores, tinha lugar o primeiro aparo de suas barbas e seus cabelos, o argumento ganha ainda mais força. Entretanto, tal ideia pode ser abalada, uma vez que nem Estácio nem Marcial mencionam como e quando se deu a manumissão de Earino ao longo de seus textos.

¹⁵ No original: "[...] tunc iunctis crinem incidere sagittis/atque auro gemmisque locant; rapit ipsa cadentem/mater et arcanos iterat Cytherea liquores./tunc puer e turba, manibus qui forte supinis/nobile gemmato speculum portaverat auro,/hoc quoque demus' ait 'patriis nec gratius ullum/munus erit templis, ipsoque potentius auro,/tu modo fige aciem et vultus hic usque relinque.' sic ait et speculum seclisut imagine rapta".

¹⁶ No original: "Consilium formae speculum dulcisque capillos/Pergameo possuit dona sacrata deo/ille puer tota domino gratissimus aula,/nomine qui signat tempora verna suo./felix quae tali censetur munere tellus!/nec Ganymedes mallet habere comas".

¹⁷ No original: "Latoniae venerande nepos, qui mitibus herbis/Parcarum exoras pensa brevesque colos,/hos tibi laudatos domino, rata vota, capillos/ille tuus Latia misit ab urbe puer;/addidit et nitidum sacratis crinibus orbem,/quo Felix fácies iudice tuta fuit./tu iuvenale decus serva, ne pulchrior ille/in longa fuerit quam brevior coma".

Se Estácio escreveu o prefácio do terceiro livro das *Silvas* quando Earino já não era mais escravo de Domiciano,¹⁸ não menciona que isso aconteceu na ocasião do corte dos cabelos de Earino. De uma forma ou de outra, transparece aí uma possibilidade de o garoto estar infeliz com sua condição. Ou, o que é mais provável, Estácio e Marcial enaltecem esse evento da história do *puer* de Domiciano ao mesmo tempo que relatam, implicitamente, sua reprovação às práticas sexuais e afetivas do imperador.

A menção ao templo de Esculápio em Pérgamo, local para onde foi enviado o cabelo de Earino, também pode ser uma referência à história do casal divino da Frígia, já que, na Antiguidade, Pérgamo era um grande centro do culto de Cibele e Átis (VOUT, 2007).

Assim, pode-se provavelmente inferir que a relação entre Earino, Átis e a aposentadoria de um *gallus* enfoca também noções sobre o relacionamento do menino com o imperador, o vínculo afetivo-sexual entre estes e a recusa do garoto em continuar nessa união. Para compreender a complexa relação entre *puer* e *dominus*, cabe colocar outro amante em cena: Ganimedes.

ENTRE OS CÉUS E A TERRA: A IDEOLOGIA IMPERIAL E AS REPRESENTAÇÕES DE EARINO COMO GANIMEDES

Ganimedes sempre foi um personagem comum nos epigramas de Marcial para descrever garotos escravos que serviam aos interesses sexuais de seus donos. Isso pode ser visto quando se atenta para os epigramas 2.43; 3.39; 5.55; 10.98 e 11.104. Estácio também usou a figura do *puer* de Júpiter em suas obras, como a *Aquileida*, mas *As Silvas* 3.4 são um caso especial.

O que se deve mencionar é que as comparações feitas entre esses dois *pueri* por Estácio e Marcial não se deram ao acaso ou para conferir mais matizes às suas construções de papéis de gênero, mas obedecem à ideologia imperial estabelecida por Domiciano. Segundo Carole Newlands (2002), tal ideologia se valeu dos poetas que viviam à custa dos seus patronos para construir uma imagem enaltecedora de Domiciano e suas políticas em relação a Roma e ao império.

Em todos os cinco livros d'*As Silvas*, mesmo quando Estácio não se refere ao imperador, veem-se presentes construções literárias para criar uma figura do *princeps* como bom governante, marido e homem público. Marcial também usa seus epigramas para elaborar representações positivas acerca de Domiciano e sua corte. Dessa maneira, elementos mitológicos e, acima de tudo, a corte imperial são evocados constantemente sob o pretexto de propagandear o governo de Domiciano.

Além disso, mas de forma alguma menos importante, questões referentes às sexualidades e aos papéis de gênero são utilizadas e combinadas com temas religiosos para criar uma representação positiva de alguns eventos que poderiam desqualificar a imagem imperial de Domiciano e, conseqüentemente, sua autoridade e seu poder. É nessa última observação que se ligam Earino e Ganimedes. A castração de Earino ocupa um lugar paradoxalmente importante no contexto da construção da ideologia imperial de Domiciano.

¹⁸ “Earino praeterea, Germani nostri libertus”; “Earino, liberto de nosso Domiciano” (Estácio, *As Silvas* 3.4.17).

Por um lado, como já se tem problematizado neste texto, o corpo emasculado de Earino é um empecilho para os autores antigos conseguirem criar e manter uma imagem séria e coerente da corte imperial e das normas regulatórias de gênero esperadas dos romanos e, especialmente, do casal imperial: Domiciano e Domícia. Por outro, Earino se torna uma ferramenta fundamental e um personagem central para aumentar e legitimar o poder de Domiciano. Earino e seu corpo-problema saem de uma zona de abjeção tanto das hierarquias políticas romanas quanto das hierarquias dos gêneros para ocupar um lugar entre os deuses – Marcial e Estácio construíram paralelos entre Earino e Ganimedes.

Nessa comparação, todavia, Estácio e Marcial produzem uma imagem do eunuco que obedece à ideologia de divinização de Domiciano. Em tal ideologia, Domiciano é representado como Júpiter, e a imperatriz Domícia, como Juno. Earino é colocado como o copeiro do casal imperial, o que o eleva ao nível divino de Ganimedes. Newlands (2002) defende que representar Earino como Ganimedes era tão importante quanto associar Domiciano a Júpiter, uma questão central para a divinização do imperador ainda vivo.

David Vessey (1973) explica que a aproximação entre Earino e Ganimedes é extremamente significativa para dar ao casal imperial uma imagem de divindades. Além de tudo, era crucial criar uma aura harmônica entre o trio, para esconder ou pelo menos amenizar a aberração que poderia parecer o triângulo (amoroso?) composto por Earino, Domiciano e Domícia.

Estácio representa o casamento de Domiciano e Domícia com harmonia, diferentemente do mito no qual a deusa Juno, muito ofendida com o relacionamento entre Ganimedes e seu esposo Júpiter, se torna ciumenta e agressiva. O excerto a seguir, extraído dos versos das *Silvas*, mostra a intenção de Estácio em representar Domícia não só como a versão terrena de Juno, mas como superior à deusa, uma vez que aprovaria o romance entre o imperador e o eunuco.

Pérgamo, de longe mais afortunado que as folhas dos pinheiros de Ida,
Embora Ida se orgulhe sobre as nuvens de um abuso divino
(Com certeza ele deu o menino [Ganimedes] aos deuses superiores
A quem Juno sempre olha com desconfiança, recuando sua mão e recusando o néctar)
Mas você tem o auxílio dos deuses, especialmente elogiado por seu justo curandeiro.
Você enviou ao Lácio um servo cujo Júpiter ausônio [Domiciano]
e a Juno romana [Domícia] respeitam gentilmente, ambos aprovando;
E, com a aprovação dos deuses,
o senhor da terra [Domiciano] está tão satisfeito
(*As Silvas*, 3.4.12-20).¹⁹

¹⁹ No original: "Pergame, pinifera multum feliciores Ida, illa licet sacrae placeat sibi nube rapinae/(nempe dedit superis illum quem turbida semper/luno uidet refugitque manum nectarque recusat),/at tu grata deis pulchroque insignis alumno/misisti Latio placida quem fronte ministrum/luppiter Ausonius pariter Romanaque luno/aspiciunt et uterque probant. nec tanta potenti/terrorum domino diuum sine mente uoluptas".

Nesse excerto, nota-se que, quando levado de Pérgamo para Roma, Earino é aceito tanto por Domiciano quanto por Domícia. Sabe-se que, na história divina, Juno reprova veementemente o relacionamento de Júpiter com Ganimedes. Na história de Estácio, Domícia é representada como superior à própria deusa, uma vez que não desaprova o relacionamento entre Earino e Domiciano. Isso também fundamenta a representação da imperatriz como a esposa que respeita as decisões de seu marido e age com gentileza para preservar a harmonia do casal, reforçando papéis e performances de gênero idealizados pela elite romana.

Estácio menciona no verso 15 que Juno sempre olhou com desconfiança para o *puer* e que ela recusava seu néctar. Nesse verso, o autor está se referindo à função de copeiro desempenhada por Ganimedes, que o incumbia de servir a mesa do casal divino com vinho. Porém, a palavra usada por Estácio é *nectar*, com traduções para o português como *néctar* ou *mel*. Gabriel Laguna Mariscal (1992) esclarece que o uso da palavra *nectar* denuncia, quando se trata da literatura latina desse período, um contexto erótico da cena representada. Assim, pode-se entender que Juno, além de estar enraivecida com a presença do menino, também se recusa a compartilhar das experiências erótico-afetivas entre o deus e Ganimedes.

Se o imperador corresponde a Júpiter n'As *Silvas* e na formulação e propagação de sua ideologia imperial, precisa ter um copeiro, assim como seu correspondente celeste: "O relacionamento entre Earino e Domiciano é sugestivamente sexualizado; Earino é descrito por Vênus como 'um escravo para o amor palatino' (*Palatine famulus amori*; 38)" (NEWLANDS, 2002, p. 107, tradução nossa).²⁰ Desse modo, o relacionamento sexual entre o imperador e o eunuco, segundo Carole Newlands, é o ponto central de todas as tensões no poema: Ocidente e Oriente, passado e presente, moral tradicional e contemporânea, masculino e feminino, poder e, ao mesmo tempo, submissão de Earino.

Os demais relatos latinos, no entanto, não retratam o comportamento de Domícia como esposa solícita ou passiva em seu casamento com Domiciano, como foram os casos de Suetônio e Dion Cassio. Marcial, no seu último epigrama dedicado ao eunuco, é um dos autores que representam a imperatriz de modo diferente ao de Estácio, especialmente em relação a Earino:

Ao ver o escanção ausônio de cabelo cortado ao todo [Earino],
disse o jovem frígio, no enlevo do outro Jove [Jupiter]:
"Estás a ver o que o teu César permitiu ao favorito;
permite-o também ao teu, ó supremo senhor.
Já a longa cabeleira me oculta a penugem primeira,
já de mim troça a tua Juno e másculo me chama."
"Ó rapazinho dulcíssimo", lhe respondeu o pai celeste,
"não sou eu, é a situação a recusar o que pedes:
escanções iguais a ti tem o nosso César mil
e o grande palácio mal abarca os jovens celestiais,
mas se o corte do cabelo te der um rosto viril,

²⁰ No original: "[...] the relationship between Earinus and Domitian is suggestively represented as a sexual one; Earinus is described by Venus as 'a slave to Palatine love'" (*Palatine famulus amori*, 38).

que o outro me restará para misturar o néctar?”
(Marcial, *Epigramas*, 9.36).²¹

Aqui, Marcial representa o ciúme de Juno como uma metáfora e a razão para o corte dos cabelos de Earino. Garthwaite (1994) sugere que, no epigrama reproduzido, Domícia ridiculariza Earino porque ele mascara, com seus longos cabelos, sua masculinidade e a entrada na adolescência, representada pelo aparecimento da barba. A barba poderia indicar que o menino estava se tornando um homem, e assim as relações homoeróticas com seu senhor deveriam ter um fim. Garthwaite defende que aqui há um ponto muito diferente no namoro entre Earino e Domiciano, uma vez que Júpiter não emascula Ganimedes para continuar seu relacionamento sexual com o garoto.

No caso de Estácio, ele não expõe diretamente a diferença entre as duas histórias. Como anota Caroline Vout (2007), Estácio faz uso de uma ferramenta muito mais ardilosa, provavelmente temendo o perigo da exposição de suas (talvez) reais concepções sobre o relacionamento entre o menino e o imperador. Ele coloca lado a lado as duas versões, a de Juno enraivecida e a de Domícia calma e passiva. Mesmo que não tenha feito como Marcial, Estácio deixa claro aos seus leitores a diferença entre tais relacionamentos, ficando para os receptores de seu poema a função de pensar quão estranho era o relacionamento de Domiciano e Earino, bem como, conseqüentemente, a reação de Domícia (VOUT, 2007).

“CORPOS CASTRADOS”: O IMPERADOR, O ESCRAVO E OS AUTORES

Sobre o processo de castração de Earino, é Estácio quem oferece a única informação que se tem:

Uma vez o deus da sua terra também deixou a grandiosa Pérgamo para atravessar o mar para que a primeira barba não desfigurasse suas bochechas brilhantes e escurecesse as alegrias de sua beleza.
A ninguém menos foi confiado o poder de suavizar o rapaz, do que à habilidade silenciosa filho de Febo [Esculápio] que gentilmente pediu a este corpo para deixar o seu sexo, não sendo ferido com qualquer corte
No entanto, Vênus está atormentada pela preocupação, temendo que o garoto pudesse sofrer.
Ainda não havia começado a clemência do nosso nobre líder para manter os meninos intactos desde o nascimento.
Agora é proibido suavizar o sexo e mudar a masculinidade; a natureza se regozija em ver apenas aqueles que ela criou.
Nunca mais uma lei perversa fará as mães de escravos

²¹ No original: “Viderat Ausonium posito crine ministrum/Phryx puer, alterius gaudia nota Iovis:/quod tuus ecce suo Caesar permisit ephebo,/tu permitte tuo, maxime rector’ ait;/’iam mihi prima latet longis lanugo capillis,/iam tua me ridet Iuno vocatque virum./’cui pater aetherius ‘puer o dulcissime’, dixit,/’non ego quod poscis, res negat ipsa tibi:/Caesar habet noster similis tibi mille ministros/tantaque sideros vix capit aula mares;/at tibi si dederit vultus coma tonsa viriles,/quis mihi qui néctar misceat alter erit ?”.

temerem suportar o fardo dos filhos.
(Estácio, *As Silvas*, 3.4.65-77).²²

Para Henriksén (1997), o verso 70, “*leniter haud ullo concussum vulnere corpus*”, “não sendo ferido com qualquer corte”, indica que a castração de Earino teria ocorrido pelo método de esmagamento, e não de excisão.²³ Se a afirmação de Henriksén estiver correta, tal forma de narrar a castração pode ter sido escolhida por Estácio para fazer com que o episódio parecesse menos agressivo aos olhos dos leitores.

Não muito afeitos à prática da emasculação, os romanos se horrorizavam com o relato de Catulo sobre a castração de Átis – violenta, sangrenta e que o levou à morte. Carole Newlands (2002) explica que esse não é o único ponto instigante da narrativa do excerto que merece atenção. Esculápio, cultuado no Oriente como deus da medicina, sendo seu culto conhecido em Roma e seguido por diversos sujeitos, sobretudo nos grupos menos elitistas, é o responsável pela supressão dos testículos de Earino. O poeta invoca as habilidades cirúrgicas do deus da medicina para criar a impressão de que o processo foi realizado com cuidado e perícia, sem causar maiores danos ao corpo do menino.

Assim, a castração de Earino foi, em primeiro plano, gentilmente executada, sem nenhum aspecto estranho ou monstruoso. Da mesma forma, Estácio faz questão de se referir a uma divindade de origem estrangeira, afastando esse tipo de procedimento do cotidiano e das práticas religiosas romanas.²⁴

Além disso, Laguna Mariscal (1992) pontua que a palavra *olim*, que inicia o trecho do poema que tratará justamente da castração, é uma marca lexical que introduz uma fábula, uma história fantasiosa e imaginária. Tal palavra é correspondente à expressão que inicia a maioria dos contos de fadas modernos: *era uma vez*. Isso coloca o relato da emasculação de Earino longe do universo real, distanciando mais uma vez o episódio do cotidiano romano.

Outro fator que se deve considerar na análise desse fragmento do poema 3.4 é o problema de lidar com um assunto delicado como a castração, uma vez que os poemas de Estácio e Marcial tinham a obrigação de bajular o eunuco de seu patrono, Domiciano. Isso se dá por dois motivos. Primeiro, o tema já era espinhoso em si, pois as representações dos eunucos na literatura latina, como se tem visto aqui, são todas

²² No original: “*olim etiam, ne prima genas lanugo nitentes/carperet et pulchrae fuscaret gaudia formae,/ ipse deus patriae celsam trans equora liquit/Pergamon. haud ulli puerum mollire potestas/credita, sed tática iuvenis Phoebeius arte/leniter haud ullo concussum vulnere corpus/de sexu transite iubet. tamen anxia curis/mordetur puerique timet Cytherea dolores./nondum pulchra ducis clementia coeperat ortu/intactos servare mares; nunc frangere sexum/atque hominen mutare nefas, gavisaque solos/quos genuit Natura videt, nec lege sinistra/ferre timent famulae natorum pondera matres*”.

²³ Shackleton Bailey, numa nota de rodapé de sua tradução d’*As Silvas* (STATIUS, 2003), escreve que esses versos provam que Earino não teria sido castrado. É difícil confirmar esse raciocínio, uma vez que Bailey não oferece outro dado. Tanto na literatura especializada quanto na documentação antiga consultada para escrever este artigo não se encontrou nenhum outro autor, clássico ou moderno, que endossasse esse argumento.

²⁴ A relação entre o imperador Nero e outro eunuco, Esporo, nos faz lembrar essa passagem de Estácio. Suetônio narra o relacionamento e o casamento de Nero e Esporo como um acontecimento estranho às normas romanas de gênero, buscando vinculá-lo às práticas pederásticas gregas. Parece, assim, que a “estrangeirização” de práticas sexuais e de gênero indesejadas pode ser uma tentativa de afastá-las da cultura romana. Ver, em RIBEIRO JUNIOR, 2016, uma reflexão aprofundada sobre a relação entre Nero e Esporo.

jocosas e desqualificam a experiência deles. Segundo, Marcial e Estácio tinham que lidar com o fato de que precisavam bajular o *puer delicatus* castrado de Domiciano, que havia proibido a castração mais ou menos uma década antes da escrita dos textos. As incoerências e as tensões de gênero nos textos acompanham as tensões políticas que perpassam o governo de Domiciano.

No fim do trecho que narra a castração, Estácio faz questão de deixar explícita a lei de Domiciano contra a emasculação (versos 73 a 77), como maneira de provar que Earino era um caso excepcional e que o imperador não tinha nenhuma ligação com o que aconteceu com o garoto. Além disso, frisa que, a partir da criação da lei, nenhum outro menino teria que deixar sua masculinidade ou suavizar seu sexo e que a castração só foi possível porque acontecera antes da clemência de Domiciano reconhecer tal prática como crime.

De acordo com Henriksén (1997), se Earino foi castrado pelo método de esmagamento, isso deve ter acontecido por volta dos dois ou três anos de idade. Para que o *princeps* não desobedecesse à própria lei, antes de 82-83 d.C. Todavia, Ombretto Pederzani (1992) explica que, mesmo depois da proibição, os eunucos ainda eram comuns em Roma e as castrações não deixaram de existir, sendo difundidas em todo o território do império. O que pode confundir qualquer interpretação é que Estácio narra a castração do menino logo após a chegada dele ao palácio de Domiciano no Palatino. De qualquer maneira, Estácio coloca a castração de Earino num contexto mítico: a emasculação só foi realizada graças ao desejo de Vênus e pelas mãos de Esculápio.

Sobre a influência de Vênus nesse processo, a deusa do amor é colocada, alguns versos antes do relato da emasculação, como a responsável por ele, visto que a divindade ficou maravilhada com a beleza pueril de Earino e, para mantê-la intacta, o entregou aos cuidados de Esculápio. Os versos 21-25 encontrados n'As *Silvas* 3.4 relatam a chegada de Vênus ao templo de Esculápio em Pérgamo, onde a divindade depara com o garoto e se dá o seguinte:

Ela vê um menino, brilhando com a estrela beleza inigualável,
brincando diante do altar do próprio deus.
Enganada à primeira vista por um breve momento,
ela crê que ele é um dos seus filhos;
mas ele não tinha nenhum arco e nem tons radiantes saltando
de seus ombros.
Ela pergunta a sua graça juvenil, olhando para seu rosto e cabelo
e diz "Irás para as torres ausônias negligenciado por Vênus?
Terás uma habitação desprezível e um jugo de comum servidão?
Longe! Eu devo dar esta beleza ao senhor que a merece.
Venha agora comigo, menino, venha!
Eu voarei com você através das estrelas
na minha carruagem alada até o líder, um presente de dádivas.
Nenhuma servidão comum espera por você
você está destinado a servir com dignidade no Palatino"
(As *Silvas*, 3.4.26-38).²⁵

²⁵ No original: "hic puerum egregiae praeclarum sidere formae/ipsius ante dei ludentem conspicit aras./ ac primum subita paulum decepta figura/natorum de plebe putat; sed non erat illi/arcus et ex umeris

Como se vê, o relacionamento de Domiciano e Earino começa pelas bênçãos de Vênus, deusa que escolhe o garoto para servir ao imperador. Em outras palavras, como Perderzani (1992) mostra, Estácio não representa o imperador como agente da castração, mas que apenas recebeu o *puer* com sua divina compreensão, dentro de sua própria casa, dedicando a ele seu amor e sua família.

Essa questão poderia ser agravada pela lei existente contra a castração de meninos e escravos, promulgada pelo próprio Domiciano. Tal lei é, provavelmente, do ano 82 ou 83 d.C. e vem acompanhada da reedição de outra antiga lei que também fixa rígidos papéis de gênero: a *Lex Scatinia*, que foi

criada em 227 a.C. com o objetivo de punir com a morte todo aquele que submetesse um cidadão ao estupro violento. No final da República e início do Principado, a lei era aplicada apenas nos casos de tentativas e/ou estupros de rapazes livres (*stupro cum pueri*), incidindo sobre o adulto responsável pelo estupro e sobre o cidadão romano que assume o papel passivo. Em ambos, a penalidade era o pagamento de dez mil sestércios, o que leva Cantarella a afirmar que a *Lex Scatinia* “no era absolutamente respeitada” (FEITOSA, 2014, p. 68).

Na reedição de Domiciano, tornou-se mais severa a punição também para matronas que cometessem adultério. Assim, o principado de Domiciano se caracteriza pela tentativa de regular condutas corporais e de gênero por meio de atos legislativos. Porém, tais medidas, não só as de Domiciano, não tiveram um efeito prático:

A castração tinha sido há muito tempo uma marca física de escravidão (de escravos trazidos de fora do império) e de devoção religiosa nos então chamados cultos orientais. Embora Domiciano e Nerva tivessem banido a castração dentro das fronteiras do império e Adriano tivesse feito dela um crime capital para o castrador e o castrado, as leis evidentemente não se aplicavam àqueles que castravam a si mesmos, e a prática continuou, como tinha sido por centenas de anos, entre os *galli*, sacerdotes e devotos de Cibele (*Magna Mater*), Atargatis e a deusa cítica (CANER, 1997, p. 398-399, tradução nossa).²⁶

Como se mencionou no início desta seção, a proibição da emasculação é citada tanto por Dion Cássio (*História de Roma*, 67.2.3) quanto por Suetônio (*Dom*, 7). Nas obras de Marcial e de Estácio, essa lei domicianiana é trazida à tona em

nullae fulgentibus umbrae./miratur puerile decus, uultumque comasque/aspiciens ‘tunc Ausonias’ ait
 ‘ibis ad arces/neglectus Veneri? Tu sordida tecta iugumque/seruitti uulgare ferēs? Procul absit: ego
 isti/quem meruit formae dominum dabo. uade age mecum,/uade, puer: ducam uolucris per sidera curru/
 donum immane duci; nec te plebeia manebunt/iura: Palatino famulus deberis armori”.

²⁶ No original: “Castration had long been the physical mark of slavery (of slaves brought in from outside the empire) and of religious devotion in the so-called oriental cults. Although Domitian and Nerva had banned castration within the borders of the empire and Hadrian had made it a capital offense for both castrator and castrated, the laws evidently did not apply to those who had castrated themselves, and the practice continued, as it had for hundreds of years, among the “Galli” priests and devotees of Cybele (Magna Mater), Atargatis and the Scythian goddess”.

lugares estratégicos. Para Sullivan (1991), o fato de Marcial não a mencionar até as proximidades do ano de 94, provavelmente o mesmo ano em que Earino envia seus cabelos a Pérgamo, pode indicar certa crítica ao imperador e seu relacionamento com um eunuco, à contradição de suas medidas e ao fato de transgredir normas sociais e regulatórias de gênero vigentes à época.

Há ainda outro interessante argumento defendido por Garthwaite (1994). No epigrama 9.2, não por acaso, Marcial introduz o assunto da castração. É narrada a prece de Lupo – um patrono que não dispensa a devida atenção aos seus dependentes e aos seus clientes – a Cibele para não castrar seus jovens acólitos. Marcial encerra o epigrama dizendo que é o próprio Lupo que merece ser castrado. Garthwaite se pergunta se esse fim é uma metáfora para Domiciano que desconsidera seus clientes – que poderiam ser poetas próximos à corte, como Marcial e Estácio –, suas próprias leis, e emascula um jovem menino com a intenção de mantê-lo como *puer delicatus*.

No fim d'As *Silvas* 3.4, pode-se ver um caso parecido. Quando Earino envia seus cabelos ao templo em Pérgamo, o menino faz uma prece a Esculápio para preservar a eterna juventude de Domiciano.

Mas o incomparável garoto, estendendo suas mãos às estrelas
“Em troca desses presentes, doce protetor da humanidade,
Que você queira, se eu tenho tanto para merecer,
Renovar a juventude do nosso senhor e preservá-lo para o mundo.
As estrelas pedem isso junto a mim, e as águas as terras também.
Deixe-o, eu peço, passar pelos anos Ilian e Pylían,
regozijando-se de sua própria casa e o templo Tarpeian envelhecerem junto com ele.”
Assim falou, e Pergamo imaginou que os altares tremeram
(As *Silvas*, 3.4.99-106).²⁷

Tal trecho remete a outro do poema. Antes de narrar a emasculação de Earino, Estácio relata que o menino teria sido castrado para preservar a beleza e os traços jovens:

Garoto querido dos supremos, escolhido para saborear
primeiro o néctar venerado e tocar tantas vezes aquela
poderosa mão,
a mão do Getae procura conhecer persas e armênios, os índios
para tocar
Oh, nascido sob uma estrela da sorte, os deuses têm preferido você
Uma vez também o próprio deus de sua terra
Deixou a grandiosa Pérgamo para atravessar o mar
para que a primeira barba não estrague suas bochechas

²⁷ No original: “At puer egrerius tendens ad sidera palmas,/his mihi pro donis, hominum renovare iuventa/atque orbi servare velis. hoc sidera mecum/hoc undae terraeque rogant eat, oro, per anos/Iliacos Pylíosque simul, propriosque penates/Gaudeat et secum Tarpeia senescere templa/Sic ait, et motas miratur Pergamos aras”.

brilhantes e escureça alegrias da sua beleza
(*As Silvas*, 3.4.60-67).²⁸

Laguna Mariscal (1992) afirma que Estácio, por meio da prece de Earino, sugere que Domiciano também merecia ser castrado, como uma espécie de crítica às ações do imperador, e que o poeta poderia ter sido forçado a retornar a Nápoles por ordens de Domiciano. N'As *Silvas* 3.5, o poema seguinte ao de Earino, escrito em forma de carta para convencer sua esposa a morar com ele em Nápoles, Estácio não confirma tal evento, mas também não deixa claros os motivos que o fizeram sair de Roma.

Tais representações de Earino nos textos de Marcial e Estácio tornam evidente que escrever sobre o menino castrado que era amante do imperador era um grande desafio. Como se pode ver, as imagens de Earino são contraditórias, haja vista que os poemas enaltecem alguns aspectos de sua história e de seu relacionamento com Domiciano, mas também elaboram críticas irônicas em relação a esses acontecimentos.

Essa variação nas representações, ora bajulando, ora criticando, pode ser entendida como uma prática já muito mais antiga que os textos de Estácio e Marcial: a crítica segura. Para Frederick Ahl, o *safe criticism* era usado pelos gregos desde o século V a.C., e, em Roma, principalmente no período aqui trabalhado, a crítica segura nada mais era do que a propriedade dos autores “se expressarem com relativa segurança” diante de seus patronos e financiadores (1984, p. 207, tradução nossa).

Deve-se levar em conta que Domiciano tratou seus opositores – poetas, filósofos ou oradores – com mãos firmes. O exílio e a perseguição eram práticas comuns no principado domiciano. Caroline Vout (2007) defende que essa combinação entre a extrema bajulação e as críticas implícitas era uma característica intrínseca do gênero panegírico, especialmente nos autores satíricos e nos poemas de ocasião. A autora afirma que não se trata de simpatizar ou não com o objeto representado ou com quem encomendou o texto, e sim de uma questão estilística muito em voga nesse momento, pois a escrita de Marcial e Estácio “sugere que a poesia deles não é sobre a autenticidade do sentimento. É uma performance virtuosa em excelência literária” (2007, p. 201, tradução nossa).²⁹

Assim, as representações aqui analisadas podem sugerir o incômodo em ter que tratar de um tema difícil – a emasculação – quando se é financiado pelo próprio imperador, que, apesar de suas proibições às práticas de castração, mantém relacionamento íntimo com um eunuco. Vout (2007, p. 169, tradução nossa) nos aponta tal problemática:

Isso levanta a questão do que pode significar desejar um corpo castrado e um eunuco exibir desejo. Isso, por sua vez, torna possível uma reavaliação das maneiras pelas quais o corpo do eunuco ou um corpo masculino mutilado, que exibem permanentemente sua falta de potência masculina, ou sua

²⁸ No original: “Care puer superis, qui praelibare verendum/nectar et ingentem totiens contingere dextram/electus, quam nosse Getae, quam tangere Persae/Armeniique Indique petunt! o sidere dextro/edite, multa tibi divum indulgentia favit./olim etiam, ne prima genas lanugo ninentes/carperet et pulchrae fuscaret gaudia formae./ipse deus patriae celsam trans aequora liquit”.

²⁹ No original: “[...] suggests that their poetry is not about authenticity of feeling. It is a virtuoso performance in literary excellence”.

masculinidade comprometida, podem funcionar como uma metáfora para a própria situação dos poetas em ter que prostituir seus princípios e escrever para agradar seus patronos.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A SÍLABA REBELDE

sed tu, syllaba contumax, rebellas.
mas tu, teimosa sílaba, rebelde te mostras
(Marcial, *Epigramas*, 9.11,12).

Entende-se, com base nas análises exploradas, que as representações de Earino fabricadas por Marcial e Estácio expressam a identidade de gênero do eunuco sempre em mudança. Num momento, é divinizada e assexuada, comparada à figura celestial de Ganimedes; noutro, é desqualificada e sexualizada, pela sua castração e sua relação com Domiciano. A identidade do *puer* não é fixa, mas constantemente reelaborada nos discursos que narram e enaltecem os eventos da corte imperial.

Dessa maneira, a imagem de Earino, como vista em Marcial e Estácio, pode ser pensada como uma crítica às próprias condições nas quais os autores se encontravam, já que sua sobrevivência dependia do trabalho como escritores e clientes do imperador. As tensões políticas apresentadas pelo relacionamento de Domiciano e Earino também acompanham aquelas de gênero. Elas se imbricam num “casamento” que ao mesmo tempo reforça e coloca em tensão tais questões.

Por fim, é necessário esclarecer que um dos problemas encontrados nessa documentação foi justamente não tentar reificar as identidades masculinas e femininas já tão citadas e reiteradas por Estácio, Marcial e todos os outros autores latinos. O maior intento foi visibilizar as experiências/representações do eunuco Earino, não numa tentativa de pensar um terceiro gênero ou uma identidade para os eunucos, pois isso nada mais seria do que uma terceira essencialização. O potencial *queer* de Earino reside exatamente em ser dissidência, ser uma descontinuidade em relação aos modelos de homem e mulher.

O corpo eunuco, esse corpo sem lugar e estranho, se torna fonte de assombro para os poetas, para as performances e papéis de gênero e para a política imperial. A malha discursiva aqui analisada mostra como esse corpo incômodo foi manejado para reificar as posturas políticas e os papéis de gênero. Como escreveu Marcial sobre o nome de Earino, acredita-se que os eunucos fossem justamente a sílaba rebelde que teimava em desobedecer às narrativas normalizadoras na Antiguidade, sejam literárias, sejam de caráter sexual e de gênero.

³⁰ No original: “It raises the question of what it might mean to desire a castrated body and for a eunuch to exhibit desire. This in turn makes possible a reassessment of the ways in which the body of the eunuch or wounded male body, which permanently display its lack of masculine potency or compromised manhood, can function as a metaphor for the poet’s own situation in having potentially to prostitute his principles and write to please his patron”.

REFERÊNCIAS

AHL, Frederick. The Art of Safe Criticism in Greece and Rome. *American Journal of Philology*, Baltimore, v. 105, p. 174-208, 1984.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

CANER, Daniel F. The Practice and Prohibition of Self-Castration in Early Christianity *Vigiliae Christianae*, Leiden, v. 51, n. 4, p. 398-399, 1997.

CATULLE. *Poiesis*. Tradução de Georges Lafaye. Paris: Les Belles Lettres, 1923.

CITRONI, Mário et al. *Literatura de Roma Antiga*. Tradução de Margarida Miranda, Isaías Hipólito e Walter de Souza Medeiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

DIO CASSIUS. *Roman History*. v. LXIII. Tradução para o inglês de Earnest Cary, com base na versão de Herbert Baldwin Foster. (Loeb Classical Library.) Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 1993.

FEITOSA, Lourdes Conde. O amor entre iguais: o universo masculino na sociedade romana. In: ESTEVES, Anderson Martins; AZEVEDO, Kátia Teonia; FROHWEIN, Fábio (org.). *Homoerotismo na Antiguidade Clássica*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas da UFRJ, 2014. p. 141-167.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GARTHWAITE, John. The Panegyrics of Domitian in Martial Book 9. *Ramus*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 78-102, 1994.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HENRIKSÉN, Christer. Earinus: An Imperial Eunuch in the Light of the Poems of Martial and Statius. *Mnemosyne*, Leiden, Fourth Series, v. 50, n. 3, p. 281-294, 1997.

HENRIKSÉN, Christer. *Martial, Book IX: A Commentary*. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 1998.



LAGUNA MARISCAL, Gabriel. *Estacio, Silvas III*. Introdução, edição crítica, tradução e comentário. Madri: Fundación Pastor de los Estudios Clásicos, 1992.

MARCIAL. *Epigramas*. Lisboa: Edições 70, 2001. v. 3.

MARCIAL. *Epigrams*. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. (Loeb Classical Library.) Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1993. v. 2.

NEWLANDS, Carole. *Statius' Silvae and the Poetics of Empire*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.

PARRA, Amanda Giacon. *As religiões em Roma no principado: Petrônio e Marcial*. 2010. 148 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2010.

PEDERZANI, Ombretto. L'imperatore e l'eunuco: note di commento a Stat. *Silv.* 3,4. *Athenaeum*, Pavia, v. 80, n.1, p. 79-95, 1992.

RIBEIRO JUNIOR, Benedito Inácio. Estudos *queer* e antiguidade: o caso dos *galli* de Cibele representados por Marcial. In: CICLO DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 10.; JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 13.; JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 5., 2014, Londrina. *Anais [...]*. Londrina, UEL, 2014. p. 75-88.

RIBEIRO JUNIOR, Benedito Inácio. *Para além da heteronormatividade: uma análise dos eunucos representados por Estácio, Marcial e Suetônio (Roma, 80-121 d. C)*. 2016. 196 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2016.

STATIUS, P. P. *Silvae*. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. (Loeb Classical Library.) Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2003.

STATIUS, P. P. *Silvae*. New York: Oxford University Press, 1990.

SUETÔNIO. *A vida dos doze cézares*. Tradução de Safady-Garibaldi. 3. ed. São Paulo: Athena, 1959.

SULLIVAN, J. P. *Martial: The Unexpected Classic – A Literary and Historical Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

VESSEY, David. *Statius and the Thebaid*. London: Cambridge University Press, 1973.

VEYNE, Paul. *Sexo e poder em Roma*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



VOUT, Caroline. *Power and Eroticism in Imperial Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WILLIAMS, Craig Arthur. *Roman Homosexuality: Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

NOTAS

AUTORIA

Benedito Inácio Ribeiro Junior: Mestre. Professor Assistente I, Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Cruz do Rio Pardo, SP, Brasil. Doutorando, Universidade Estadual Paulista em Assis, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História, Assis, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Otto Ribeiro, 1754, apart. 201, 19800-300, Assis, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da dissertação – Para além da heteronormatividade: uma análise dos eunucos representados por Estácio, Marcial e Suetônio (80-121 d.C.), apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista em Assis, em 2016. As ideias aqui apresentadas também são resultado de um estágio de pesquisa realizado na Faculty of Classics da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, sob a supervisão de Christopher Lyall Whitton.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que financiou a pesquisa que deu origem a este artigo. Sou grato também ao professor Chris Whitton, que orientou a minha pesquisa nos quatro meses que estive na Universidade de Cambridge e que me ensinou um pouco mais sobre a academia e a vida na Inglaterra. Por fim, agradeço ao Núcleo de Estudos Antigos e Medievais da UNESP – Assis (NEAM) e a todos os seus integrantes, que debateram incansavelmente a minha pesquisa de mestrado, em especial, à minha orientadora Dra. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2013/26304-6, e com Bolsa de Estágio e Pesquisa no Exterior (BEPE) da FAPESP, processo 2015/00869-2.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 3 de julho de 2018
Aprovado em: 10 de dezembro de 2018

Como citar: RIBEIRO JUNIOR, Benedito Inácio. Uma sílaba rebelde no coração do Império: tensões políticas e de gênero no principado de Domiciano. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 378-403, maio/ago. 2019.





O “ALASCA BRASILEIRO”: DEBATES SOBRE A AUTONOMIA DO ACRE NA IMPRENSA E NO CONGRESSO NACIONAL EM 1909

The “Brazilian Alaska”: Debates on the Autonomy of Acre in the Press
and the National Congress in 1909

André Vasques Vital^a

 <http://orcid.org/0000-0002-6959-3196>
E-mail: vasques_hist@yahoo.com.br

^aCentro Universitário de Anápolis, Anápolis, GO, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os debates frente à situação jurídica do Território Federal do Acre e as reivindicações locais por autonomia econômica e política no início do século XX. Para tanto, foi analisada uma polêmica envolvendo a imprensa carioca e o deputado federal Justiniano José de Serpa (1852-1923). Em 22 de novembro de 1909, Serpa proferiu um discurso na Câmara federal traçando uma ampla comparação entre o Território Federal do Acre e o então Distrito do Alasca para repudiar a possibilidade de elevação do Acre a estado da Federação. Este artigo sugere que a imagem do Acre como o “Alasca brasileiro” adquiriu diferentes significados e converteu-se, sobretudo, em instrumento de pressão dos autonomistas do Acre pela conquista de mais direitos políticos e recursos do governo federal em paridade com as medidas adotadas pelos EUA em suas terras no Ártico.

PALAVRAS-CHAVE

Acre. Alasca. Território Federal.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the debates about the legal situation of the Federal Territory of Acre and the local demands for economic autonomy in the beginning of the twentieth century. To this end, the controversy involving the press in Rio de Janeiro and the federal deputy Justiniano José de Serpa (1852-1923) will be analyzed. On November 22, 1909, Serpa gave a speech in the Federal Assembly drawing a broad comparison between the Federal Territory of Acre and the then so-called District of Alaska in order to repudiate the possibility of the Acre state joining the federation. The article suggests that the image of Acre as the “Brazilian Alaska” acquired different meanings and became, moreover, an instrument of pressure from the autonomists of Acre to have more political rights and resources from the federal government on par with the measures adopted by the United States in their lands in the Arctic.

KEYWORDS

Acre. Alaska. Federal Territory.

A região banhada pela parte alta das bacias dos rios Purus e Juruá era pertencente à Bolívia desde o Tratado de Ayacucho de 1867, mas foi ocupada por brasileiros vindos do interior dos estados do Nordeste, afetados pela seca, nas décadas seguintes. Esses brasileiros subiram os rios, cruzando a fronteira boliviana, buscando a *Hevea brasiliensis*, árvore de onde era extraído o látex para suprir a crescente demanda internacional por borracha (MACHADO, 1997; DEAN, 1989; TOCANTINS, 1979a). Essa ocupação gerou uma série de conflitos armados na região e tornou-se uma questão diplomática, a partir de 1895. O litígio envolveu, principalmente, o Brasil, o Peru, a Bolívia e um consórcio de empresas norte-americanas, o Bolivian Syndicate, para quem o governo boliviano arrendou a área. O conflito terminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, pelo qual o território em disputa foi anexado ao Brasil. Em troca, o governo brasileiro pagou uma indenização de dois milhões de libras esterlinas para a Bolívia e construiu uma estrada de ferro ligando os rios Madeira e Mamoré (TOCANTINS, 1979b; BANDEIRA, 2000; BUENO, 2003).

Logo após a anexação da área ao Brasil, o Acre foi elevado à categoria de “território federal” pelo decreto nº 5. 188, de 7 de abril de 1904, ficando o regime administrativo a cargo do governo federal. O então Território Federal do Acre foi dividido em três unidades administrativas independentes governadas por prefeitos nomeados pelo presidente da República: Departamentos do Alto Acre (com sede em Empresa), do Alto Juruá (com sede em Cruzeiro do Sul) e do Alto Purus (com sede em Sena Madureira) (TOCANTINS, 1979b, p. 316-318).

Os primeiros anos de formação do Território Federal do Acre foram marcados pela constante reivindicação das elites seringalistas locais por autonomia política e econômica. Entretanto, ainda são raros os trabalhos que analisam esse aspecto da história acreana no início do século XX. O historiador Francisco Pereira Costa, por exemplo, abordou a emergência dos movimentos autonomistas ao analisar a formação do Poder Judiciário no Território do Acre. Segundo ele, a proposta de transformação do Acre em território federal inspirava-se na constituição dos Estados Unidos da América, mais precisamente no artigo 4º, que instituía que áreas anexadas ao território norte-americano deveriam primeiramente ficar sob a jurisdição federal, não gozando de autonomia política e jurídica. O Território Federal do Acre nascia como uma anomalia, pois a sua configuração jurídica não estava prevista e nem regulamentada na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891 (COSTA, 2005, p. 91-92).

Antônio José Souto Loureiro também aborda o problema das reivindicações locais e dos movimentos autonomistas, a partir dos acontecimentos políticos ocorridos no âmbito do Departamento do Alto Purus nas duas primeiras décadas do século XX. Para Loureiro, contudo, as elites seringalistas compartilhavam diferentes métodos de como atingir a autonomia política do Acre, o que levou a conflitos internos na região. As repetidas e distintas reivindicações das elites seringalistas junto ao governo federal por autonomia estadual culminaram em várias rebeliões, sendo as revoltas autonomistas do Alto Juruá, em 1910, e do Alto Purus, em 1912, as de maiores proporções (LOUREIRO, 2004).

Diferente dos demais trabalhos sobre o tema, no presente artigo será dada prioridade a relação dos autonomistas com o Congresso Nacional, onde eram votadas as leis que poderiam alterar a condição jurídica do Território. A polêmica comparação entre o então Território do Acre e o Distrito do Alasca é seguida nesse trabalho, a partir do discurso do deputado Justiniano de Serpa, localizando sua emergência na imprensa carioca e suas consequências para as reivindicações autonomistas.

Na primeira parte do artigo, será analisada a postura do Congresso Nacional, especialmente da Câmara federal, frente às reivindicações por autonomia no Território Federal do Acre a partir de alguns dos principais discursos proferidos entre 1905 e 1909. Na segunda parte, será analisado o discurso do deputado Justiniano de Serpa em resposta a um manifesto enviado à Câmara pelos seringalistas do Alto Juruá em 1909, quando teceu comparações entre o Acre e o Alasca. Por último, serão analisadas as repercussões de curto e longo prazo dessas comparações. Serão abordadas brevemente as similaridades e diferenças políticas e de luta por autonomia no Acre e no Alasca nas primeiras décadas do século XX, buscando entender o que levou os autonomistas a utilizarem a imagem do Acre como o “Alasca brasileiro”.

O TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE NO CONGRESSO NACIONAL

A ideia inicial de transformar as partes altas das bacias dos rios Purus e Juruá, provisoriamente, em um território federal foi de Joaquim Francisco de Assis Brasil, então embaixador brasileiro nos EUA. O plano foi defendido junto ao barão do Rio Branco que, por sua vez, o apresentou para o Executivo federal e submeteu o projeto para apreciação do Congresso Nacional. Essa proposta foi rapidamente aprovada na Câmara e no Senado diante do acirramento das tensões com o Peru, país que não reconheceu o Tratado de Petrópolis e reclamava para si o Alto Juruá (TOCANTINS, 1979b, p. 312-313).

O Acre foi incorporado como um ente estranho na comunhão nacional. Em termos constitucionais, a situação jurídica do então Território Federal do Acre encontrava semelhança distante apenas com dois casos, que constituíam os artigos 2º e 3º da Constituição de 1891: o do Distrito Federal e o da área de 14.400 km² no planalto central que, no futuro, viria a ser demarcada para a construção da nova capital. Ainda assim, o artigo 3º possui um parágrafo único que destaca: “efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um estado” (BRASIL, 2012, p. 69-70). Entretanto, o então Distrito Federal poderia alistar eleitores e eleger quatro cadeiras na Câmara e três no Senado. Já a condição jurídica do Território Federal do Acre não permitia o alistamento de eleitores, não autorizava qualquer representação na Câmara ou no Senado e seus habitantes não poderiam escolher os chefes do Executivo nos departamentos, nem votar em presidente e vice-presidente. As elites locais foram autorizadas apenas a tornarem-se membros da Guarda Nacional. Em termos econômicos, era de competência única e exclusiva do governo federal arrecadar impostos sobre a borracha e repassar uma parte para as prefeituras. A quantia repassada, no entanto, dependia de aprovação do orçamento anual da União pela Câmara e pelo Senado.

No Congresso, as bancadas dos estados do Amazonas, Ceará e Pará tinham particular interesse no que acontecia no Território do Acre e nas decisões envolvendo a área ao longo dos anos 1900 e 1910. No Amazonas, a oligarquia Nery não aceitou facilmente a emergência do Território Federal do Acre, que, na prática, representou um duro golpe nas finanças do estado, devido à borracha acriana ser, antes da anexação, responsável por um terço das exportações amazonenses. Os deputados do Amazonas fizeram oposição ao projeto de transformação do Acre em território federal já na Câmara (TOCANTINS, 1979b, p. 312-313). Contudo, diante da derrota

tanto na Câmara quanto no Senado, o governador Antônio Constantino Nery (1904-1908) contratou o jurista Rui Barbosa para reivindicar no Supremo Tribunal Federal a anexação do “Acre Setentrional” ao Amazonas (FERREIRA, 2007, p. 221). Ao longo das décadas de 1900 e 1910, os deputados do Amazonas pressionavam, de um lado, pela anexação do Acre ao seu estado e, de outro, travariam os debates sobre a reorganização política do Território pela situação *sub judice* da área.

Os Accioly, no Ceará, por sua vez, demonstravam simpatia com a possibilidade do Território do Acre ser transformado em estado da Federação, devido à grande quantidade de cearenses que migraram para a região. Membros do partido autonomista de Antônio Antunes de Alencar, no Alto Acre, por exemplo, mantinham fortes ligações com os Accioly.¹ Por outro lado, a bancada paraense também protagonizava as discussões na Câmara e no Senado sobre a reorganização administrativa, jurídica e econômica do Território. A preocupação do Pará girava em torno dos interesses comerciais sobre a exportação da borracha em Belém e de sua guerra fiscal com Manaus. Esse conflito foi intensificado com a Lei Estadual de Beneficiamento da Borracha de 1900, aprovada pelo então governador amazonense Silvério Nery, que causou fortes prejuízos em Belém.² A atuação da bancada paraense se dava em função de criar embaraços aos interesses de anexação do Acre ao Amazonas, o que se traduziu em uma política visando a consolidação do domínio da União sobre a área.

Houve iniciativas individuais de deputados que chamaram atenção para a organização política do Acre e para a forma como o Território era sitiado pelos interesses do estado do Amazonas e da própria União. Germano Hasslocher, deputado pelo Rio Grande do Sul, por exemplo, subiu à tribuna em 8 de dezembro de 1905 para discursar contra o projeto de lei da bancada amazonense que aumentava de 18% para 23% o imposto federal sobre a exportação da borracha do Território. De acordo com Hasslocher, os acrianos eram uma “raça desprezada, sem direito sequer a comiserção, explorados, espoliados” pelo governo federal, e defendeu a elevação do Território do Acre a estado, com autonomia política e econômica (NA CÂMARA..., 9 dez. 1905, p. 1). A proposta foi enfaticamente aceita pelo deputado cearense Francisco Sá, mas recusada veementemente pela bancada amazonense (O ACRE..., 12 dez. 1905, p. 4).

Outro caso foi o do deputado paraense Justiniano de Serpa, que apoiava mudanças na organização administrativa, judiciária e financeira do Acre, reforçando a presença do Estado na região e mitigando alguns dos problemas lá existentes. Em 1908, Serpa discursou na Câmara enfatizando o completo estado de abandono dos departamentos do Território do Acre, onde faltavam direitos básicos como justiça e políticas de saúde. Segundo o deputado, os habitantes do Acre só eram brasileiros “para o pagamento de impostos e defesa do território nacional, quando ameaçados de invasão” (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p.

¹ Era o caso do médico Esperidião de Queiroz Lima, um dos líderes do partido autonomista do Alto Acre e próximo aos Accioly (LIMA, 1966, p. 11).

² A lei estadual nº 449 de 8 de outubro de 1900, chamada de Lei de Beneficiamento da Borracha, instituiu que toda a borracha transportada pelos rios do estado do Amazonas tinha que passar pela Praça de Manaus para pesagem e exportação. Nesse processo, os volumes ganhavam selos declarando serem produtos de procedência amazonense. Essa medida incentivou o estabelecimento de casas de exportação em Manaus e o deslocamento do volume de negócios de Belém para a capital do Amazonas, trazendo efeitos negativos ao comércio em Belém (FERREIRA, 2007, p. 213-214).

3084). Justiniano de Serpa denunciava que o governo federal só se fazia presente no Acre por meio da cobrança de impostos e pela distribuição de patentes da Guarda Nacional. Ele defendia, assim, o aumento da presença do Estado na região por meio da promoção de políticas públicas de saúde, de uma reforma na organização judiciária e de um aumento dos repasses financeiros da União para os departamentos.

No Senado, algumas vozes também se ergueram em relação à aplicação das rendas do imposto sobre a borracha. Foi o caso do senador pelo Mato Grosso, Joaquim Murtinho, ex-ministro da Fazenda do governo Campos Sales (1898-1902), que ao *Jornal do Commercio* declarou que “a esse propósito, o que se tem feito até agora com o Acre é uma indignidade” e defendeu que “ao menos, metade da renda, que ele produzir, deve ser aplicada nos melhoramentos de que necessita” (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3084). As palavras de Murtinho repercutiram dentro da Câmara dos Deputados, fortalecendo a posição dos que cobravam urgentes mudanças. O Legislativo, contudo, era majoritariamente contrário à transformação do Território do Acre em estado, embora fosse um discurso recorrente o da necessidade de uma nova lei que contemplasse mais recursos destinados à região e mais direitos políticos.

O PROJETO DE LEI, O MANIFESTO E O POLÊMICO DISCURSO DE JUSTINIANO DE SERPA

Os governos Affonso Penna (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910) foram sensíveis às demandas por direitos políticos no Território do Acre. Em 21 de outubro de 1909, o Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apresentou uma proposta de lei dividindo o Território Federal do Acre em municípios autônomos com capacidade de alistamento eleitoral para a escolha de representantes na Câmara e no Senado e de votar para presidente e vice-presidente. O Acre permaneceria Território Federal, e a União continuaria dispoindo dos impostos sobre a borracha, podendo legislar e nomear um governador-geral que ficaria em Sena Madureira, capital do território unificado. Essa medida, na prática, tornaria o *status* do Território do Acre similar ao do Distrito Federal (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3084-3094).

Dias depois, em 18 de novembro, o deputado Justiniano de Serpa apresentou na Câmara dos deputados um documento chamado *Manifesto do Povo Acreano pela Autonomia*, redigido por alguns dos principais líderes autonomistas do Departamento do Alto Juruá. O manifesto vinha em nome dos seringalistas do departamento e com uma lista de apoiadores contendo oito mil assinaturas, pedindo ao Congresso a transformação do Território Federal do Acre em estado (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 21 nov. 1909, p. 3023-3025).

O documento continha diversos apontamentos sobre os problemas jurídicos, políticos e econômicos da manutenção do Acre como território federal e os motivos que levavam as elites locais a pedirem pela autonomia estadual. A começar pela inconstitucionalidade da existência de um território federal na comunhão nacional. O manifesto mantinha em destaque que a Constituição de 1891 não previa a aquisição de territórios e sua manutenção sob controle da União. O texto enfatizava também que o Acre era territorialmente maior que vários estados do Brasil e países da Europa, além de possuir em torno de 70 mil habitantes, população “quase igual” a de Mato Grosso, e

ter densidade demográfica superior aos estados do Pará e Goiás. Sobre as rendas do Acre, apontava que, só no ano de 1907, a União arrecadou 14.125:000\$ em impostos, receita maior que a de 16 estados do Brasil, representando também um terço de toda a produção da região Norte. Apesar da alta arrecadação, as prefeituras recebiam em troca apenas 250:000\$ anuais, verba insuficiente para a construção e manutenção de escolas, estradas e infraestrutura que viesse a melhorar as condições de vida na região (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 21 nov. 1909, p. 3023).

O manifesto ainda continha cálculos sobre os gastos do governo brasileiro com a aquisição do Acre junto à Bolívia e comparações com o que o governo federal arrecadou em impostos desde a anexação:

O Governo da União, pela reivindicação do Acre, indenizou a Bolívia com dois milhões esterlinos, ou sejam 32.000:000\$000. As alfândegas de Manaus e Belém já arrecadaram, proveniente do Acre para a União, de 1903 a 1907, a soma de 41.635:429\$003, o que demonstra que do próprio trabalho do acreano resultou a indenização dos encargos acarretados para a Nação pela reivindicação diplomática deste Território (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 21 nov. 1909, p. 3023).

O documento finalizava com o apelo:

Somos brasileiros, mas dentro do país é como se estrangeiros fôssemos; somos republicanos, muitos de nós têm história política nos seus estados, a República não nos deve negar os benefícios da democracia; somos civilizados, nossos irmãos não nos devem olhar como selvagens, indignos de intervir na direção da nossa pátria. Conquistamos para a Nação, ao índio, pela nossa tenacidade, e ao estrangeiro, pela efusão do nosso sangue, esta terra magnífica e desconhecida; fomos os primeiros portadores da civilização ao ponto mais ocidental do Brasil, e nessa cruzada poderosa continuamos a lidar; é justo, é lógico que, no convívio da Federação Brasileira, tenhamos o nosso lugar (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 21 nov. 1909, p. 3024).

A proposta do Executivo para a reorganização administrativa do Território do Acre foi apreciada pela Comissão de Legislação e Justiça da Câmara, sob a liderança do deputado Frederico Borges (Ceará) e relatoria de Justiniano de Serpa (Pará) em 22 de novembro de 1909. A análise do relator foi feita confrontando a Constituição brasileira com a dos EUA e a interpretação de juristas brasileiros e americanos sobre a anexação e conformação de territórios federais. Serpa aproveitou o momento para dar uma resposta aos seringalistas, aos comerciantes e às populações do Departamento do Alto Juruá que assinaram o manifesto enviado à Câmara (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3084-3094).

Para Justiniano de Serpa, o Território do Acre não poderia tornar-se autônomo devido ao perigo que essa condição representava para os interesses do país e para a paz e o progresso da própria região. Serpa iniciou seu discurso respondendo a acusação de que a existência do Território Federal do Acre era incompatível com a

Constituição brasileira. Citando o jurista Clóvis Beviláqua, que teria lançado uma série de artigos no *Jornal do Commercio* na época da anexação do Acre ao Brasil, ele concordou que a Constituição não previa a incorporação e formação de territórios federais. Entretanto, ainda utilizando dos argumentos de Beviláqua, Serpa observou que não havia problemas em forçar o texto constitucional de modo a conformar uma unidade político-administrativa diretamente subordinada à União durante as repercussões internacionais do litígio com a Bolívia e com o Peru. Para Beviláqua, era lícito transformar o território em estado, contanto que houvessem “elementos econômicos, morais e culturais suficientes para servirem de base a essa construção política” (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3084). Esses elementos econômicos, morais e culturais estavam diretamente ligados às atividades produtivas que fixassem as famílias na terra e à criação de um sentimento de unidade e pertencimento ao lugar.

O deputado foi mais adiante na defesa da legitimidade do território federal e na prerrogativa do Congresso sobre o destino do Acre, ao comparar o caso brasileiro com o dos EUA. Citando a obra *The General Principles of Constitutional Law in the United States of America* (1898), do jurista norte-americano Thomas M. Cooley, Serpa defendeu que o governo dos EUA era soberano, independente das disposições do texto constitucional, nas suas decisões de compra e anexação de territórios. Essa era uma prerrogativa similar a de estabelecimentos de tratados internacionais e de declarações de guerra. E citando as ideias do também jurista americano John Marshall, Serpa uma vez mais reforçou que era competência do governo federal decretar leis e regulamentos que vigorassem no território (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3084-3085). Desse modo, Justiniano de Serpa apontava que não havia disparidades jurídicas entre a forma como os EUA geriam seus territórios federais e a maneira como o Brasil geria o Território do Acre.

Após essa análise, Justiniano de Serpa teceu considerações sobre o Acre atender às condições consideradas mínimas, sejam econômicas ou culturais, para tornar-se estado da Federação. A começar pelo problema demográfico. Segundo o deputado, por mais que o Território Federal do Acre possuísse em torno de 70 mil habitantes, tratava-se de uma população de retirantes de estados do Nordeste assolados pela seca e, por essa razão, não levavam consigo as suas famílias. Assim, essa população não se fixava na terra e era marcada pela condição de nomadismo. Serpa asseverou também que uma população de 70 mil habitantes era pouco para uma área tão grande quanto a do Acre (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3085).

O relator apontou que, além de nômade, a maioria dos habitantes do território era “inculta”, não podendo exercer adequadamente seus direitos políticos. Para dar suporte a essas considerações, Serpa citou as palavras do ex-presidente dos EUA Benjamin Harrison (1889-1893), que enfatizava a importância do governo norte-americano avaliar sempre a “qualidade” da população dos territórios em paridade com a “quantidade” antes de elevá-los a estados. Por fim, o deputado ressaltou a falta de estradas, vias regulares de comunicação, indústria e comércio, condição fundamental, segundo ele, para o território tornar-se apto a ser incorporado como estado da Federação (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3085).

O deputado então passou a analisar a dita prosperidade econômica do Território Federal do Acre frente a outros estados do Brasil, levantada no manifesto. Serpa faria

mais uma comparação com os EUA, traçando finalmente o polêmico paralelo entre o Território do Acre e o Alasca, região do Ártico comprada pelo governo norte-americano aos russos em 1867.

Embora Justiniano de Serpa concordasse que o Acre produzia mais riquezas com a borracha do que vários estados brasileiros, o deputado desqualificou a pressão dos autonomistas acrianos ao traçar um paralelo com o Alasca. Para ele, “rico é o Alasca, nos Estados Unidos, e apesar de adquirido em 1867 e ter uma população de 60.000 habitantes, além de 8.000 índios, nem território é” (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3085). Segundo Serpa, o Alasca era demograficamente e economicamente superior ao Acre, pois sua população de aproximadamente 68 mil habitantes era fixa à terra e as riquezas que gerava eram exponencialmente maiores devido às exportações de ouro, prata, cobre e pescado. Utilizando-se de dados contidos em um artigo publicado no *Jornal do Commercio* dias antes, o deputado apontou que o Alasca exportou o equivalente a 272.000:000\$000 em pescado e 461.000:000\$000 em ouro desde que os EUA estabeleceram um governo local. Entre 1904 e 1907, o Alasca também teria exportado 8,7 milhões de libras em cobre e possuía vastos depósitos de carvão e petróleo, prontos para serem explorados (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3085).

Apesar do volume das exportações, Serpa sublinhou que o Alasca era apenas um distrito subordinado a Washington, sem assembleias locais e com apenas um governador nomeado pela União. Somente três anos antes o Congresso norte-americano aprovara a participação de um representante local, que podia discutir projetos de lei mas não tinha direito a voto. O deputado finalizou discursando que, embora os alasquianos tivessem apenas um representante no Congresso dos EUA, sem direito a voto, eles supostamente repudiavam a ideia do *self-government* estadual, “preferindo muito o benigno governo de Washington ao de qualquer congresso local dos em toda parte, temíveis *politicians*” (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 25 nov. 1909, p. 3085).

O discurso de Justiniano de Serpa abordou, em seguida, a proposta de reorganização do Território Federal do Acre enviada pelo Executivo. A parte em que compara a condição do Acre à do Alasca é pequena frente ao discurso completo. Contudo, foi essa parte que repercutiu muito mais do que qualquer outro momento do seu discurso, permanecendo por anos nas reivindicações dos acrianos por autonomia política.

TÃO LONGE, TÃO PERTO: O DISTRITO DO ALASCA E O TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Praticamente todo o discurso de Justiniano de Serpa comparando o Território Federal do Acre ao então Distrito do Alasca teve como base um editorial lançado pelo *Jornal do Commercio* dias antes, em 3 de novembro de 1909, chamado “A questão do Acre” (A QUESTÃO..., 3 nov. 1909, p. 2). Embora o artigo começasse com uma declaração de simpatia a uma reorganização política do Território do Acre, o texto rebatia o manifesto entregue ao Congresso, que, segundo o autor, apresentava contornos de ultimato ao governo federal.

O editorial inicia com breves comparações entre a situação do Acre e das colônias britânicas e francesas nas ilhas do Caribe, analisando a atuação dos

governos metropolitanos e o grau de autonomia dos protetorados. Entretanto, o artigo focou principalmente na forma como os EUA administravam territórios e admitiam a existência de novos estados, devido à inspiração norte-americana na formulação da Constituição brasileira de 1891 e na organização administrativa do Acre.

O texto cita primeiramente o caso da Louisiana e os nove anos em que permaneceu como território federal. Na época, importantes democratas, como Thomas Jefferson e James Madison, defendiam que os territórios deveriam ser administrados como “verdadeiras colônias, que o Congresso governava como entendia, regulando-lhe o comércio sem referência à Constituição” (A QUESTÃO..., 3 nov. 1909, p. 2). Os casos de Utah, Missouri e Nevada são aludidos brevemente para exemplificar que o Congresso norte-americano tinha total prerrogativa para criar territórios e elevá-los à categoria de estados, decisão política que independia do período de tempo transcorrido e da situação demográfica da área. O caso de Porto Rico também é lembrado, devido a um acalorado debate sobre a aprovação de impostos alfandegários pelo Congresso em 1900, que eram inconstitucionais e estranhos aos estados americanos. Nesse sentido, o editorial apontou que a Suprema Corte Federal, em 1901, declarou que Porto Rico não era parte dos EUA, mas uma “propriedade pertencente” à União, e, por essa razão, a Constituição não se aplicava à ilha. Seguindo a tese de um professor de Direito da Universidade de Indiana, o artigo sublinhava que Porto Rico estava completamente sujeito às decisões do Poder Legislativo, pois seus habitantes não eram cidadãos americanos, mas vassalos (A QUESTÃO..., 3 nov. 1909, p. 2).

O editorial indicava que o Acre, juridicamente, estava mais próximo de ser uma colônia brasileira, assim como Porto Rico o era dos EUA. Mas o Alasca ganha destaque no texto devido a supostas semelhanças de ordem demográfica, econômica e territorial. O texto contém um breve histórico da compra do Alasca pelos EUA, da estrutura político-administrativa dada à nova possessão e da construção de infraestruturas de comunicação na área após a descoberta de ouro no rio Yukon. Coloca em destaque o fato de o Alasca ser uma possessão norte-americana há 32 anos e ainda não ser território federal e nem possuir um poder legislativo. As únicas vantagens políticas em relação ao Acre seriam que os habitantes do Alasca podiam eleger nos municípios os “seus próprios vereadores e os diretores do ensino” e poderiam também “levantar impostos municipais” (A QUESTÃO..., 3 nov. 1909, p. 2).

Os demais argumentos de ordem econômica e demográfica comparando o Acre com o Alasca são idênticos aos utilizados pelo deputado Justiniano de Serpa em sua fala na Câmara. Diante do argumento do *Jornal do Commercio*, o Acre deveria esperar, e muito, até que sua condição jurídica fosse modificada para a de um estado da Federação. O artigo é concluído indicando, contudo, que o Legislativo brasileiro tinha o dever de assegurar aos acrianos a liberdade, a segurança pessoal e o direito à propriedade, valores considerados universais de acordo com a Constituição dos EUA. Para isso, o governo federal deveria olhar com mais seriedade para o Acre, dotando a área de um conjunto de leis reunidas em uma “carta constitucional” própria, e investindo em saúde, obras públicas, policiamento e justiça (A QUESTÃO..., 3 nov. 1909, p. 2).

Não era a primeira vez que a imprensa carioca associava o Território do Acre a alguma região remota do Ártico. O historiador Francisco Bento da Silva analisa, em alguns dos seus trabalhos, como o extremo oeste da Amazônia era considerado pelo governo brasileiro e pela imprensa carioca uma região remota, distante, vazia e sem civilização. Essa região era apontada como uma “Sibéria tropical” ou lugar ideal para a prática do desterro em momentos de estado de sítio. Assim como a Sibéria para os

russos, o Acre era para os brasileiros a terra dos desterrados: bandidos, revoltosos, desordeiros e outros foram enviados para lá de navio durante a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910). E a imprensa no Distrito Federal reforçava a associação do Acre com a Sibéria por meio de piadas e charges (SILVA, 2011; 2013).

Também não era a primeira vez que políticos ilustres teciam comparações envolvendo o Acre e os territórios federais dos EUA na imprensa carioca. O próprio barão do Rio Branco, em dezembro de 1903, utilizou dados relativos à compra de territórios pelo governo norte-americano ao longo do século XIX para defender a posição do governo brasileiro no Tratado de Petrópolis. A compra do Alasca foi, inclusive, citada nesses artigos (TOCANTINS, 1979b, p. 300-303). Entretanto, quase seis anos depois, não só a condição política dos territórios federais dos EUA, mas do próprio Distrito do Alasca, eram utilizadas para reforçar os argumentos contrários à incorporação do Acre como estado da Federação. E foi o uso desses exemplos que acirrou a polêmica em torno da questão autonomista na imprensa.

No dia seguinte à publicação do editorial no *Jornal do Commercio*, o jornal *O Paiz* publicou uma reação, classificando as comparações feitas entre o Acre, as colônias europeias e os territórios norte-americanos como “sem fundamento e aplicação ao caso”. O artigo destacava que as colônias francesas e inglesas eram habitadas por indígenas “mais ou menos bárbaros”, carentes de civilização. Já o Acre era povoado por médicos, bacharéis, engenheiros, lavradores, brasileiros migrados de outras regiões do país e que tinham direitos políticos em seus estados de origem. Não fazia sentido que essas pessoas não pudessem dispor dos seus direitos políticos no Acre: “Que espécie de constitucionalismo parcial é este, que permite a brasileiros o direito de ser eleitor em todo o Brasil, e não ser eleitor no Acre?” (A QUESTÃO..., 5 nov. 1909, p. 8).

O artigo do jornal *O Paiz* refutava principalmente as comparações feitas com o Alasca. Segundo os editores, o Alasca não era economicamente superior ao Acre, já que os números apresentados pelo *Jornal do Commercio* eram referentes a 42 anos de exploração econômica da área. Dividindo as exportações totais do Alasca por 42, o jornal apontou que o distrito gerava anualmente em torno de 19.047:619\$000 de renda, enquanto o Brasil arrecadou em 1908 o montante de 54.246:816\$000 com a borracha do Acre. Mesmo assim, o autor enfatizou que “o caso não é de mais ou de menos produção. O caso é de mais ou de menos — direitos políticos — que se procura negar a brasileiros tão bons quanto nós”. O artigo finalizava com o apontamento de que, em pleno século XX, não se deveria tolerar a existência de protetorados, colônias e administrações provisórias, defendendo, assim, uma reorganização profunda do Território do Acre (A QUESTÃO..., 5 nov. 1909, p. 8).

No Acre, mais precisamente no Departamento do Alto Juruá, o chefe autonomista Carlos Vasconcellos deplorou em artigo o discurso de Justiniano de Serpa e as comparações feitas pelo *Jornal do Commercio*. O jornal *Diário do Norte*, de Manaus, publicou na íntegra a réplica de Vasconcellos em sua primeira página em 22 de maio de 1910. Para o autonomista, o Alasca ainda não era estado devido à área não ser contígua ao território americano e por ter sido comprado com o simples objetivo de gerar rendas a partir da exploração econômica. O Acre, ao contrário, foi adquirido pelo Brasil por já estar completamente sob o domínio privado de brasileiros que se insurgiram contra o domínio estrangeiro. Vasconcellos, contudo, aproveitou a comparação entre o Acre e o Alasca para tentar inverter o argumento do *Jornal do*

Commercio, acusando o governo brasileiro de negligência para com as necessidades do Acre e reiterando a necessidade de autonomia política do território.

Demais, se o governo americano não cogita de fazer do Alasca um estado federado, tolce é supor que assim esteja a infligir à população, em vias de radicar-se ao solo, as mesmas injustiças e inconstitucionalidades pesadas sobre o Acre. O governo de Washington é o primeiro a demandar dos *alascans* [sic] os seus desejos: age de acordo consigo ao revés do [governo] do Rio, que ouve os emissários do Acre com o propósito de contrariá-los em tudo.

Desde que a população do Alasca teme os *politicians* e prefere o “benigno governo de Washington” ao *self-government* estadual, seria tão ilícito negar-lhe a tutela quanto é odioso impô-la aos acreanos. Em qualquer das hipóteses haveria uma contrariedade imposta à força, a populações livres... tal se coaduna com o culto da injustiça de nosso governo e não com os sentimentos de equidade dos americanos (VASCONCELLOS, 1910, p. 1).

O artigo de Vasconcellos converteu-se em comparações entre a forma como o governo dos EUA administrava o Alasca e a maneira como o governo brasileiro lidava com o Acre. Washington, supostamente, deliberava sobre o futuro do Alasca de acordo com a vontade das populações locais, produzia exposições, construía telégrafo, incentivava a navegação e cogitava estender sua malha ferroviária até o distrito, promovendo todo o conforto possível aos seus habitantes. Por outro lado, o Rio de Janeiro “mimoseava” o Acre com prefeitos que eram “defraudadores inescrupulosos”, com o “roubo” de suas rendas a partir de altos impostos e com o “desprezo” pelas necessidades dos seus habitantes. E concluía a comparação afirmando que “um, em suma, é o preceptor amigo; o outro é o algoz mesquinho” (VASCONCELLOS, 1910, p. 1).

O texto escrito por Vasconcellos terminou com uma ameaça ao governo federal. Alertou que os acrianos remeteriam uma constituição estadual para o Congresso Nacional e ela deveria ser aprovada para a entrada do Acre na Federação brasileira. “O Acre será em breve estado autônomo, porque os acrianos o querem, a natureza o favorece e a dignidade o impõe” (VASCONCELLOS, 1910, p. 1). De fato, menos de dois meses após a ameaça, explodiu uma revolta autonomista no Alto Juruá com a deposição do então prefeito João Cordeiro e a declaração do estado do Acre. O Governo Federal só retomaria o controle do Juruá em outubro de 1910, após conflitos internos no próprio movimento autonomista (COSTA, 2005, p. 284-285).

No auge da rebelião no Alto Juruá, mais precisamente em 26 de julho de 1910, os chefes da revolta enviaram uma carta para o deputado Justiniano de Serpa. Serpa, nesse momento, negociava uma rendição pacífica do movimento autonomista e o retorno das autoridades federais para a prefeitura do Juruá. O conteúdo da carta foi publicado no órgão oficial da prefeitura do Juruá, o jornal *O Cruzeiro do Sul*, durante o governo autonomista. Nessa carta, os líderes da rebelião retomaram a polêmica comparação entre o Acre e o Alasca ao reclamarem da insuficiência de verbas votadas na Câmara e no Senado para a manutenção das escolas do departamento no ano de 1910. A dotação de 400:000\$000 naquele ano era insuficiente para manter o funcionamento das 36 escolas primárias e o Liceu Affonso Penna, única instituição secundária do Território do Acre. O baixo valor dos recursos destinados ao Juruá,

aprovado pelo Congresso naquele ano, seria uma das provas do descaso do governo federal para com os habitantes do território e para com a educação dos filhos dos proprietários seringalistas, os “maiores contribuintes do mundo”, segundo a carta (CARVALHO *et al.*, 1910, p. 2). De acordo com os chefes da rebelião, o Legislativo norte-americano não era “capaz de recusar a Alasca ou a qualquer das suas possessões os benefícios da instrução!” (CARVALHO *et al.*, 1910, p. 2).

As comparações entre o Acre e o Alasca diminuíram na capital federal, ainda em fins do ano de 1909. No Território do Acre, entretanto, o Alasca passou a ser uma referência dos autonomistas sobre a forma como os EUA eram supostamente mais cuidadosos com as suas possessões do que o governo brasileiro. Em 1914, o mesmo jornal, *O Cruzeiro do Sul*, já sob a direção de um prefeito nomeado pelo governo federal, publicaria os comentários do seringalista Miguel Teixeira da Costa sobre uma nota publicada no jornal *New York Herald* em 15 de janeiro daquele ano (COSTA, 1914). Segundo a nota, um importante seringalista, cujo nome não foi revelado, teria dito que as elites locais estavam dispostas a fazer com que o Acre voltasse a ser boliviano caso o governo brasileiro não desse incentivos a indústria da borracha, que passava por uma grande crise naquele momento. Costa ridicularizou a notícia, dizendo que, se fosse o caso, era preferível ver o Acre como um protetorado norte-americano, inglês ou alemão. Em seguida, ele apontou que o mesmo jornal trazia a notícia de que o Legislativo norte-americano havia aprovado a liberação de um crédito de seis milhões de dólares, o equivalente a 142 mil contos de réis, para a construção de uma ferrovia no Alasca. Para chefiar a obra foi convidado o ilustre coronel George W. Goethals, um dos chefes da construção do Canal do Panamá. Em seguida, o pequeno artigo lança uma provocação: “É interessante fazermos um estudo entre o Território do Alasca e o do Acre, qual mais rico, o que oferece melhor aclimatação, e o que é mais aquinhoado pelos governos — de Washington e o da nossa Capital Federal” (COSTA, 1914, p. 3)

A grande controvérsia que subjaz as comparações do Território do Acre com o Distrito do Alasca é sobre a materialidade do *status* político e jurídico do Acre e quais as obrigações do Estado para com o Território Federal. O *Jornal do Commercio* mobilizou a situação jurídica e política do Distrito do Alasca, colocando-a em condições de similaridade com a do Território do Acre. A suposta vantagem demográfica, superioridade econômica e submissão das elites do Alasca ao domínio do Congresso norte-americano foram enfatizadas para desqualificar as reivindicações das elites seringalistas do Juruá por autonomia política. O argumento foi sedutor a ponto do deputado Justiniano de Serpa o mobilizar em seu discurso na Câmara dos deputados, para justificar a rejeição das oligarquias em incorporar o Acre como estado da Federação. Por outro lado, os autonomistas do Juruá viram na comparação uma possibilidade de legitimar sua luta, aludindo às concessões feitas pelos congressistas em Washington ao Alasca e denunciando a postura do governo brasileiro com o Acre. No pano de fundo, percebe-se a incerteza sobre o que o Acre efetivamente era para a República, se uma colônia, um distrito (nos moldes do Alasca) ou um território federal. O debate vai se extinguir, mas essa incerteza vai perdurar.

A imagem do Território do Acre como o “Alasca brasileiro” ganhou muita força nesse momento. Entretanto é preciso ressaltar que as visões sobre o Distrito do Alasca, em todos os lados da controvérsia, eram superficiais e mesmo distorcidas. Confrontando a historiografia atual sobre o Alasca, percebe-se que a situação demográfica dessa região no início do século XX era muito similar a do Acre. Além disso, está longe da realidade a noção de que os alasquianos rejeitavam a possibilidade de

self-government. Por fim, as visões presentes nos artigos e discursos aqui analisados exageram a imagem de solicitude de Washington em relação às reivindicações locais.

Devido a questões de ordem econômica, sobretudo geopolítica, o Império Russo vendeu a América Russa para os Estados Unidos em 1867, ano em que a área foi rebatizada com o nome Alasca (HAYCOX, 2002a, p. 148-155). Os invernos muito severos e o inicial desinteresse do governo e de investidores concorreram para uma migração norte-americana inicialmente muito lenta. Entre 1869 e 1884 o Alasca era apenas um distrito militar, situação que mudou com as descobertas das grandes jazidas de ouro em Treadwell, na área costeira, e em Klondike, no alto rio Yukon, dando início a um grande *boom* econômico e demográfico (HAYCOX, 2002a; NASKE; SLOTNICK, 1987).

Segundo o historiador Stephen Haycox, a maioria dos milhares de habitantes não nativos do Alasca no início do século XX migrou sem as suas famílias, tendo como objetivo fazer fortuna e voltar para os seus estados de origem. Além disso, os trabalhadores da atividade pesqueira e mineradora atuavam no Alasca apenas no verão, retornando, em sua maioria, para a Califórnia e o noroeste do Pacífico durante o inverno (HAYCOX, 2002b, p. 29). A situação demográfica da região guardava, assim, semelhanças importantes com o que acontecia no Acre, onde os seringueiros migravam, geralmente sem as suas famílias, fugindo da seca, mas com perspectiva de ganhos com a borracha. Quando tinham saldo junto ao patrão, o seringueiro retornava ao seu estado de origem ou ia para a cidade mais próxima durante o período de cheia dos rios, quando as estradas de seringa inundavam, impossibilitando a extração da borracha (TOCANTINS, 1961, p. 198; DEAN, 1989, p. 72-73).

No Alasca, já na década de 1880, havia um forte movimento em torno do *self-government*, especialmente na imprensa local. Muitos acreditavam que o governo militar atentava contra a noção de “governo com consentimento dos governados”, princípio básico da cultura política norte-americana. Em 1881, empresários das cidades de Juneau, Sitka e Wrangell formaram uma convenção e elegeram um delegado para levar até Washington uma petição exigindo um governo civil e a elevação da área a território federal. Graças, em grande parte, ao lobby do reverendo presbiteriano Sheldon Jackson, que ansiava por criar um sistema de ensino no Alasca, visando à catequese das populações nativas, o Congresso aprovou a organização de um governo civil em 1884. Contudo, o Alasca foi classificado como “distrito subordinado a Washington”, ou seja, possuindo direitos políticos bastante restritos. Como “distrito”, os habitantes do Alasca não tinham direito a voto e não podiam organizar um legislativo local. O Executivo nacional tinha direito exclusivo de nomear os governadores, autoridades e juízes locais, que deveriam passar pela aprovação do Senado (HAYCOX, 2002a, p. 163; NASKE; SLOTNICK, 1987, p. 72-73).

A elevação do Alasca a distrito provocou muitos protestos locais dos que esperavam um sinal mais claro do Congresso sobre aprovar a concessão do *self-government* no futuro próximo. Embora o governo tenha destinado recursos para a organização da instrução pública, a educação, assim como os serviços de saúde, continuou sendo ofertada majoritariamente pelas grandes empresas que atuavam na mineração e na indústria da pesca (NASKE; SLOTNICK, 1987, p. 73). Por outro lado, essas grandes empresas atuaram no Congresso de modo a evitar que o Alasca fosse dotado de qualquer organização política que pudesse ameaçar a liberdade de atuação empresarial na área (HAYCOX, 2002a, p. 167). Mesmo assim, pequenos empresários e autoridades locais nomeadas pelo governo pressionaram Washington, objetivando

uma progressiva autonomia política. E essas pressões tiveram efeito positivo. Em 1900, o Congresso transferiu a capital de Sitka para Juneau e autorizou a criação de um código civil e criminal. Em 1906, foi aprovada a eleição bial de um delegado alasciano para o Congresso, sem direito a voto. Em 1912, finalmente o Alasca foi elevado à categoria de território federal, com poder legislativo próprio, eleito de dois em dois anos (HAYCOX, 2002b, p. 37-38).

Diferente de como a imprensa carioca e juruaense expuseram, os alascianos lutaram pela elevação do Alasca a estado federado. A diferença em relação ao Acre é que os investidores externos e as grandes corporações que atuavam no distrito rejeitavam a possibilidade de *self-government* e intervenções de qualquer tipo emanadas de Washington. Essa diferença se deve a especificidades históricas e políticas que não cabem ser exploradas nesse artigo. Contudo, mesmo com a pressão de grandes corporações por menor intervenção no Alasca, o Congresso norte-americano mostrou-se sensível aos interesses locais. E o maior exemplo dessa sensibilidade foi justamente a construção da ferrovia no Alasca, citada pelo seringalista Miguel Teixeira da Costa em 1914. Essa estrada de ferro foi construída entre 1915 e 1918 e ficou sob o controle do governo norte-americano. Segundo Haycox, essa estrada foi uma resposta a reivindicações do representante alasciano James Wickersham contra os planos de monopólio comercial do Alaska Syndicate, grupo de empresas mineradoras que controlava o transporte de mercadorias via construção de rodovias, ferrovias e investimento em navegação marítima e fluvial (HAYCOX, 2002b, p. 40).

Entretanto, havia forte resistência do Congresso norte-americano à incorporação do Alasca como estado, em condição similar a que existia no Legislativo brasileiro em relação ao Acre. A baixa densidade demográfica, a população em condição de nomadismo, a inexistência de agricultura e a pequena quantidade de vias regulares de comunicação tiveram peso na manutenção do território sob a tutela de Washington no início do século XX. Ainda assim, a imagem do Acre como “Alasca brasileiro” foi positiva para os movimentos autonomistas do Juruá pela facilidade de mobilização nos momentos de reivindicação, seja por mais direitos políticos ou mesmo por maiores investimentos do governo federal em infraestrutura, educação, saúde e na economia da borracha. Essa mobilização ocorreu porque havia o entendimento de que o governo norte-americano investia mais recursos no Alasca e também concedia maiores direitos políticos aos alascianos, se comparado ao governo brasileiro em relação aos acrianos.

Os autonomistas imaginavam o Acre como uma colônia, embora fosse politicamente categorizada como território federal, e, por essa razão, também comparavam a administração brasileira com a forma que a França e a Inglaterra administravam suas possessões. Em 1928 — ou seja, 19 anos após o polêmico editorial do *Jornal do Commercio* e sua chancela pelo deputado Justiniano de Serpa —, o Território do Acre foi novamente comparado ao Território do Alasca. Contudo, outros territórios e colônias entraram na comparação em um novo manifesto de seringalistas e comerciantes do Acre pedindo por autonomia (CONSIDERAÇÕES..., 9 set. 1928, p. 1). O Acre, embora área contígua ao Brasil e povoado majoritariamente por brasileiros, continuava a ser tratado pelo Congresso Nacional, segundo o manifesto, como uma colônia. A reorganização administrativa e judiciária aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 1920, que unificou os departamentos do Território do Acre com sede na cidade de Rio Branco, não promoveu mudanças concretas do ponto de vista da autonomia política e econômica.

Prolongamento da pátria, com grande capacidade produtiva, com extensa superfície e população que se eleva a mais de 100.000 almas, o Acre está na humilde e revoltante condição de colônia, em grau de inferioridade a certas possessões estrangeiras que gozam de amplas prerrogativas políticas. Jamaica, Barbados, possessões da Inglaterra; Guadalupe, Martinica, Reunião, colônias de França; Territórios do Alasca e Novo México, sob o domínio dos Estados Unidos, tem duas assembleias locais e elegem deputados aos parlamentos dos países, a cuja dominação estão sujeitos.

O que é mais lamentável para os acrianos é que os habitantes das colônias, a que nos referimos, são povos estranhos às nacionalidades atrás mencionadas, quando o Acre é solo brasileiro e habitado por brasileiros, vindos, em sua maioria, dos nossos estados, onde gozam de direitos que aqui são negados (CONSIDERAÇÕES..., 9 set. 1928, p. 1).

Ironicamente, o desfecho das lutas políticas pela autonomia do Acre e do Alasca ocorreram praticamente no mesmo período. Apesar das reivindicações locais, o Acre só foi elevado à categoria de estado da Federação em 1962. Três anos antes, em janeiro de 1959, o Alasca conquistava a sua autonomia estadual, garantindo o seu lugar nos Estados Unidos como o 49º estado da Federação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um polêmico discurso ocorrido em fins de 1909, esse artigo procurou qualificar parte dos debates relativos à autonomia política do Território Federal do Acre no Congresso Nacional nos primeiros anos após a anexação da área ao Brasil. Era o Congresso Nacional que delimitava a condição política, jurídica e econômica da área por meio da cobrança de impostos, concentrando também os debates sobre o futuro da região. A incorporação do Acre à comunhão nacional como um estado da Federação dependia da vontade das oligarquias reunidas na Câmara e no Senado. Assim, a maior parte das tensões envolvendo os movimentos autonomistas e o governo federal guardavam relação com as decisões e discursos emanados do Congresso. E foi justamente em um momento de maior tensão envolvendo as oligarquias e os movimentos autonomistas no Acre que emergiu a imagem do “Alasca brasileiro”, pinçada de um artigo na imprensa e potencializada na tribuna da Câmara.

Mais do que uma comparação pontual, ela se tornou uma imagem que passou a ser mobilizada de diferentes maneiras. Serviu para as oligarquias desqualificarem as reivindicações acrianas por autonomia política. O Alasca era mais rico, com população mais fixa à terra e que supostamente rejeitava o *self-government*. Para os acrianos, o distante território gelado serviu como uma poderosa imagem para denunciar a maneira como o governo brasileiro negligenciava a vontade dos habitantes do Acre. De acordo com os autonomistas, o Congresso norte-americano garantia mais direitos políticos e recursos ao Distrito do Alasca do que o Congresso brasileiro garantia ao Território do Acre.

O “Alasca brasileiro”, para além da controvérsia, revela as incertezas jurídicas e políticas inerentes a uma região anexada tardiamente à comunhão nacional. Por

outro lado, revela também as formas de resistência de uma elite econômica que permaneceu às margens da república oligárquica. As idealizadas visões sobre o Alasca, os alaskianos e o Congresso norte-americano mantiveram-se vivos no discurso autonomista por vários anos. Tão longe, mas, ao mesmo tempo, tão perto, o Alasca virou um ideal que povoou as visões pró e contra a autonomia do Acre no início do século XX.

REFERÊNCIAS

A QUESTÃO do Acre e o “Jornal do Commercio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, DF, p. 8, 5 nov. 1909.

A QUESTÃO do Acre. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, DF, p. 2, 3 nov. 1909.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). In: BALEEIRO, Aliomar. *Constituições brasileiras: 1891*. 3. ed. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. p. 65-90.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu – 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARVALHO, Francisco Freire de *et al.* Carta ao delegado do Juruá no Rio de Janeiro. *O Cruzeiro do Sul*, Cruzeiro do Sul, AC, p. 2, 31 jul. 1910.

CONSIDERAÇÕES sobre o Acre. *A Reforma*, Cidade Seabra, AC, p. 1, 09 set. 1928.

COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, patrões e justiça no Acre Federal (1904-1918)*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

COSTA, Miguel Teixeira da. Blague. *O Cruzeiro do Sul*, Cruzeiro do Sul, AC, p. 3, 29 mar. 1914.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

FERREIRA, Sylvio Mario Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Manaus: EDUA, 2007.

HAYCOX, Stephen W. *Alaska: An American Colony*. Seattle: University of Washington Press, 2002a.

HAYCOX, Stephen W. *Frigid Embrace: Politics, Economics, and Environment in Alaska*. Corvallis: Oregon State University Press, 2002b.

LIMA, Esperidião de Queiroz. *11 Anos na Amazônia (1904-1915)*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Brazil Acreano: cenas de uma epocha*. Manaus: Gráfica Lorena, 2004.

MACHADO, Lia Osório. O controle intermitente do território amazônico. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-32, 1997.

NA CÂMARA: a borracha do Acre. *O Paiz*, Rio de Janeiro, DF, p. 1, 9 dez. 1905.

NASKE, Claus-M.; SLOTNICK, Herman E. *Alaska: A History of the 49th State*. 2. ed. Norman: University of Oklahoma Press, 1987.

O ACRE e os acreanos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, DF, p. 4, 12 dez. 1905.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Discurso pronunciado na sessão de 18 de novembro de 1909: documento a que se refere o sr. Justiniano de Serpa. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, DF, p. 3023-3025, 21 nov. 1909.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Projeto N. 322 – 1909: reorganiza o Território do Acre; com emendas dos srs. Pedro Moacyr e Álvaro de Carvalho, votos em separado dos mesmos e do sr. Paulino de Souza. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, DF, p. 3084-3094, 25 nov. 1909.

SILVA, Francisco Bento da. *Acre, a Sibéria tropical: destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Francisco Bento da. Do Rio de Janeiro para a Sibéria tropical: prisões e destierros para o Acre nos anos 1904 e 1910. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 161-179, 2011.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. v 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Conselho Federal de Cultura; Governo do Estado do Acre, 1979a.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. v 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Conselho Federal de Cultura; Governo do Estado do Acre, 1979b.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

VASCONCELLOS, Carlos de. Contra os vícios do país. *Diário do Norte*, Manaus, AM, p. 1, 22 maio 1910.

NOTAS

AUTORIA

André Vasques Vital: Doutor. Pós-doutorando, Centro Universitário de Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Anápolis, GO, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Universitária, Km 3,5, Bloco B2, 5 Piso, Sala 501, Cidade Universitária, 75083-515, Anápolis, GO, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Análise inédita inspirada no quinto capítulo da tese – Política e saúde pública no cativeiro dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, em 2016.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece à professora Rachael Ball da University of Alaska at Anchorage pelas indicações de bibliografia sobre movimentos autonomistas no Alasca.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 12 de junho de 2018
Aprovado em: 10 de dezembro de 2018

Como citar: VITAL, André Vasques. O “Alasca brasileiro”: debates sobre a autonomia do Acre na imprensa e no Congresso Nacional em 1909. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 404-422, maio/ago. 2019.



POLÍTICA INDUSTRIAL E SETOR AUTOMOTIVO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS LANÇADAS PELO BRASIL E PELA CHINA NA DÉCADA DE 1990

Industrial Policy and the Automotive Sector: a Comparison Between
the Policies Launched by Brazil and China in the 1990s

Fernando Marcus Nascimento Vianini^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8566-3326>

E-mail: fernandomvianini@gmail.com

^a Pesquisador autônomo, Juiz de Fora, MG, Brasil

RESUMO

Significativas transformações ocorreram no setor automotivo mundial a partir da década de 1970, afetando sobremaneira a realização das políticas. Neste trabalho, voltamo-nos para o desenvolvimento e a comparação das políticas destinadas ao setor automotivo no Brasil e na China. Para o caso brasileiro, ressaltamos as políticas engendradas entre os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, entre 1990 e 2002, que incidiram sobre um setor internacionalizado, num contexto de forte fluxo de investimentos estrangeiros, e que tiveram resultados limitados na promoção das empresas fornecedoras de capital nacional. Já no caso chinês, destacamos a opção pelas *joint ventures* em 1979 e as políticas de 1988 e 1994 e suas consequências até 2001. Por fim, evidenciamos os dilemas deixados para os governos e as políticas posteriores e para o desenvolvimento das empresas. Ao comparar ambos os casos, observamos que no Brasil houve o descumprimento das metas das políticas e a desnacionalização do setor fornecedor, enquanto a China, aprendendo com seus erros e mesmo num contexto de forte fluxo de capital externo, fortaleceu o desenvolvimento do setor fornecedor de capital nacional, refletindo, sobretudo, na ampliação da produção e do desenvolvimento tecnológico.

PALAVRAS-CHAVE

Setor automotivo. Brasil. China.

ABSTRACT

Significant transformations have occurred in the global automotive sector since the 1970s, greatly affecting the implementation of policies. In this work, we focus on the development and comparison of policies for the automotive sector in Brazil and China. In the Brazilian case, we highlight the policies developed between the governments of Fernando Collor and Fernando Henrique Cardoso, between 1990 and 2002, which focused on an internationalized sector, in a context with a great flow of foreign investment, and which had limited results in the promotion of companies that supply national capital. As for the Chinese case, we highlight the choice for joint ventures in 1979 and the policies of 1988 and 1994 and their consequences until 2001. Finally, we emphasize the dilemmas left for the next governments and policies and for the development of companies. When comparing both cases, we observed that in Brazil there were noncompliance with the policy goals and denationalization of the supplier sector, while China, learning from its mistakes and also in a context of strong flow of external capital, strengthened the development of the national suppliers, with repercussions, above all, on the expansion of production and technological development.

KEYWORDS

Automotive sector. Brazil. China.

A partir da década de 1970, importantes transformações ocorreram na indústria e, como consequência, no setor automotivo. No mercado mundial, o avanço das montadoras japonesas e a revolução tecnológica transformaram as estratégias das grandes empresas da área. Durante a década de 1980, as multinacionais norte-americanas e europeias se voltaram para a defesa de seus mercados originários, enquanto adotavam e adaptavam os principais paradigmas das firmas japonesas para se manterem competitivas. Já na década seguinte ocorreu a saturação dos mercados desenvolvidos, resultando na disponibilidade de capitais que provocou uma onda de investimentos nos países em desenvolvimento.¹

Nesse novo contexto, as montadoras lançaram veículos com melhor *design* e baseados no conceito de famílias de carro, que pressupunha a possibilidade de lançar versões alternativas de um modelo com a mesma base mecânica. Ao mesmo tempo, as grandes montadoras passaram a assumir maiores gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para as fornecedoras (CRISSIUMA, 1986, p. 35-39). Assim, apenas as fornecedoras de maior porte e com capacidade de investimento em P&D conseguiram responder ao novo desafio, estabelecendo relações mais profundas com as montadoras.

Fusões e aquisições levaram à criação das primeiras mega-fornecedoras, como a Delphi e a Visteon, responsáveis pelo *design* de sistemas completos para veículos, capazes de entregar nas mais distintas regiões e encarregadas da administração das demais fornecedoras. Assim surgiram as sistemistas globais, fornecedoras de primeiro nível, com capacidade de inovação e que normalmente acompanhavam o investimento das montadoras no exterior (HUMPHREY; MEMEDOVIC, 2003, p. 2-3).

Por outro lado, às empresas menores e limitadas em investimento em P&D foi relegada a produção de peças e componentes mais simples ou de menor valor agregado – isso quando não entraram em processo de falência –, causando uma transformação nas relações entre as empresas e na hierarquia das fornecedoras.²

Tais alterações, tanto no interior quanto no exterior do campo de produção de veículos, impactaram profundamente as políticas para o setor automotivo do Brasil e da China nas décadas de 1980 e 1990, objeto deste trabalho.

O Brasil, apesar da estrutura automotiva internacionalizada desde sua efetiva instalação no governo de Juscelino Kubitschek, manteve um conjunto consistente de empresas fornecedoras de capital nacional. Na década de 1990, foram realizadas políticas que coincidiram com o ideário neoliberal, preconizando a redução de tarifas, a abertura econômica e o aumento da competitividade, num contexto de forte ingresso de capitais estrangeiros.

Na China, o governo de Mao Tsé-Tung legou um setor automotivo de propriedade estatal, disperso pelo território nacional, com baixas economias de escala, produção, e defasado tecnologicamente. As políticas ensaiadas pelo governo de Deng Xiaoping,

¹ Para os desdobramentos ocorridos no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, ver Dreifuss (1996) e os capítulos finais de Netto e Braz (2006). Os artigos de Wilson Cano, José Carlos Miranda e Maria da Conceição Tavares, contidos no livro organizado por José Luís Fiori (1999), também trazem reflexões sobre o assunto.

² Essas questões foram abordadas por Almeida, Cario, Mercês e Guerra (2006). O artigo de Anne Posthuma (1997) analisa as transformações que ocorreram no setor fornecedor brasileiro desde sua instalação.

desde o fim da década de 1970, procuraram reverter esse diagnóstico no setor, utilizando o investimento externo.

Dessa maneira, o objetivo deste texto é ressaltar as políticas do Brasil e da China para o setor automotivo entre as décadas de 1980 e 1990, descrevendo como elas incidiram sobre o legado anterior e se combinaram ao novo contexto de maior abertura econômica e competitividade. Por fim, destacam-se seus principais resultados e consequências sob uma perspectiva neoschumpeteriana.

A comparação entre os dois países nos revela os meios pelos quais eles adotaram estratégias de desenvolvimento distintas como tentativas de equiparação com os países centrais. Para tal, utilizamos como fontes uma ampla gama de documentos. Para o Brasil, consultamos as fontes das políticas, a legislação e os documentos das associações das empresas montadoras e das fornecedoras – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), respectivamente. No caso chinês, voltamos para os documentos do Estado e a legislação pertinente. Para ambos os casos, usamos como fontes secundárias estudos de historiadores, sociólogos, economistas e demais pesquisadores que lançaram luzes sobre o desenvolvimento do setor automotivo entre as décadas de 1980 e 1990.

Além desta breve introdução, o presente texto é composto de três partes. Na primeira, ressaltamos os desdobramentos do caso brasileiro, demonstrando como as políticas dos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, isto é, os três acordos das Câmaras Setoriais da Cadeia Automotiva e o Novo Regime Automotivo, impactaram o desenvolvimento do setor, priorizando as montadoras multinacionais, em detrimento do capital nacional presente na área fornecedora.

Na segunda parte, voltamos para o caso chinês, em que o governo central, mediante intensa experimentação e inúmeras falhas, aos poucos manejou um modo de orientar o comportamento dos governos locais, das empresas estatais e do capital estrangeiro em função de seus objetivos. Optando pelas *joint ventures* para a atualização tecnológica, o governo chinês progressivamente atualizou suas políticas a fim de favorecer o aprendizado das empresas de capital domésticas e a transferência de tecnologia pelas empresas multinacionais até 2001, ano em que a China obteve acesso à Organização Mundial de Comércio (OMC), alterando, assim, as regras para as políticas do país.

Por fim, na terceira parte, destacamos e comparamos os principais resultados de tais políticas para o Brasil e a China, ressaltando os desafios futuros para os governos, as políticas e as empresas.

CASO BRASILEIRO

Desde sua instalação no Brasil, o setor automotivo recebeu uma atenção especial do Estado, como no governo de Juscelino Kubitschek, com o Grupo Executivo da Indústria Automobilística, e na Ditadura Militar, com o Proálcool. No entanto, entre as décadas de 1970 e 1980, profundos questionamentos foram feitos acerca dos limites da intervenção estatal. Ao Estado foi atribuída a responsabilidade pelas taxas de crescimento menores e pelo aumento do desemprego e da inflação, sendo prescritas reformas pelas agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e

o Banco Mundial, que propunham a redução do papel do Estado e maior participação do mercado (DINIZ, 1996, p. 14).

Segundo John Williamson (1990), eram recomendadas aos países em desenvolvimento disciplina fiscal, reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização do setor financeiro e comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização das estatais, desregulamentação econômica e proteção aos direitos de propriedade intelectual. Nessa concepção, por meio do prosseguimento dessas regras básicas, qualquer país poderia rapidamente se tornar competitivo na economia capitalista globalizada e se desenvolver.

O Brasil, por seu turno, enfrentava no período dois grandes desafios: a inflação e a crise da dívida (MODIANO, 2014, p. 281). No governo de Fernando Collor (1990-1992), foram dirigidos planos de estabilização que convergiram nas propostas neoliberais, contendo políticas de abertura econômica e privatização para incentivar a competitividade (CANO; SILVA, 2010, p. 4).

Para o setor automotivo, tais medidas refletiram na permissão da importação de veículos, padronizando tarifas e extinguindo cotas e subsídios, de modo a incentivar as empresas a se atualizarem e a investirem em tecnologia. Entretanto, as providências de abertura causaram um considerável impacto sobre as fornecedoras de capital nacional, por não preverem mecanismos de proteção ao segmento, que se encontrava despreparado diante do novo contexto (SHAPIRO, 1996).

Dando continuidade às reformas, durante o Plano Collor II, de 1991, o governo recorreu às Câmaras Setoriais, originais da era Sarney, para auxiliarem na estratégia de descongelamento dos preços.³ Redesenhadas após a Lei 8.178, as Câmaras tinham como objetivo analisar a estrutura de custos e preços em setores e cadeias produtivas para orientar os Ministérios da Economia, da Fazenda e do Planejamento no monitoramento da flexibilização de preços (BRASIL, 1991).

As Câmaras também foram redefinidas como campo de negociação tripartite entre Estado, indústria e trabalhadores, sendo a elas atribuídas as funções de elaboração de políticas industriais e de busca de soluções e estratégias de reestruturação dos setores industriais (ANDERSON, 1999, p. 3-4).

Na Câmara Setorial do Setor Automotivo, foram construídos três acordos. O primeiro teve vigência durante o governo Collor, enquanto o segundo ocorreu na gestão de Itamar e o terceiro durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Antes da análise de cada um, seria interessante notarmos que, nesse período de maior profusão do ideário neoliberal, os três acordos tiveram forte inspiração desenvolvimentista, com a inclusão de metas de investimento, produção e geração de empregos (SAKER, 2006, p. 62; VIANINI, 2017, p. 118).

Consolidado ao longo de reuniões em dezembro de 1991, o primeiro acordo definiu as atribuições do governo, das empresas e dos trabalhadores para a recuperação do setor automotivo. O acordo duraria de 27 de março a 30 de junho de 1992, com

³ Durante o governo Sarney (1985-1990), procurou-se abrir canais de negociação entre o governo e os setores produtivos, originando as Câmaras Setoriais, ideia consolidada no Decreto nº 96.056 (BRASIL, 1988). Inicialmente com o objetivo de formular políticas industriais, as Câmaras foram reduzidas ao papel de mecanismos de controle de preços dentro dos planos econômicos de combate à inflação, relegando a um papel secundário as políticas industriais. Ver De Toni (2013).

as seguintes metas: diminuição em 22% do preço dos automóveis e dos veículos comerciais leves, sendo 12% obtidos com a redução de impostos (ICMS e IPI) e 10% refletindo a redução da margem de lucros da cadeia produtiva; permanência do número de empregos até 30 de junho de 1992, prazo posteriormente prorrogado para 31 de julho; relançamento dos consórcios para carros de passeio; novo programa de financiamento para veículos pesados, entre outras medidas (ANDERSON, 1999, p. 16).

O segundo acordo foi lançado em 15 de fevereiro de 1993, reforçando as diretrizes anteriores e trazendo novas medidas. Tal qual no primeiro, foi estabelecida a redução média do preço dos veículos em 10%, sendo 6% por parte do governo e seus impostos e 4% conseguidos pela redução das margens de lucro das empresas. Além disso, foram estabelecidas metas de produção crescentes: 1,2 milhão em 1993, 1,5 milhão em 1995 e 2 milhões em 2000.

Entre outras medidas importantes, destacam-se o estabelecimento da meta de investimento de 20 bilhões de dólares em toda a cadeia produtiva – para os quais as montadoras contribuiriam com 10 bilhões e as fornecedoras, com 6 bilhões –, a prorrogação dos prazos para a realização de consórcios, a manutenção dos empregos e a criação de 91 mil postos de trabalho, sendo 4 mil apenas nas montadoras (ANDERSON, 1999, p. 19).

Apesar dos dois acordos, contudo, as relações entre o governo e as empresas se deterioraram. Em setembro de 1994, de forma unilateral, o governo federal decidiu adiantar o cronograma da Tarifa Externa Comum do Mercosul, modificando o imposto de importação, que foi fixado em 20%. Como consequência direta dessa medida, as importações aumentaram (ANDERSON, 1999, p. 22). Nesse contexto, a Câmara do Setor Automotivo se reuniu para discutir a velocidade da abertura econômica e negociar um cronograma mais gradual de redução da alíquota de importação.

Em 6 de fevereiro de 1995, foi articulado o terceiro acordo, estabelecendo novos prazos para a redução gradual do imposto de importação, sendo este de 32% em 1995, 30% em 1996, 28% em 1997, 26% em 1998, 24% em 1999, 22% em 2000 e 20% em 2001. Nas medidas desse acordo estavam ainda estabelecidas a revisão da estrutura do IPI sobre automóveis e a definição de uma política comum do regime automotivo em todo o Mercosul.

De todo modo, em 1995, por meio do Decreto 1.391, o imposto de importação de veículos foi elevado para 32%, seguindo o novo cronograma estabelecido pelo terceiro acordo (BRASIL, 1995a; VIANINI, 2017, p. 119).

Segundo as análises dos resultados dos acordos das Câmaras do Setor Automotivo, a renúncia fiscal do Estado foi compensada pelo aumento da produção. Porém, as metas de produção, assim como as de geração de empregos e reajuste salarial, não foram atingidas.⁴ De acordo com Shapiro, os acordos foram um fiasco para os trabalhadores, uma vez que a produção cresceu cerca de 80%, empregando 11% a menos. Ademais, além de não haver o aumento no número de empregos, as empresas não atenderam ao aumento do salário real (SHAPIRO, 1996; VIANINI, 2017, p. 119).

Os dados da Anfavea e do Sindipeças acerca do número de empregos no segmento montador e fornecedor corroboram o não cumprimento das metas de geração de empregos (ANFAVEA, 2015; SINDIPEÇAS, 2013). O setor montador tinha

⁴ Sobre a renúncia fiscal, consultar Anderson (1999).

como meta a geração de 4 mil empregos, porém foram cortadas 11 mil vagas entre 1994 e 1996. Na área fornecedora, observamos resultado similar, com a redução de 60 mil postos de trabalho entre 1991 e 1996. Ademais, a meta de produção de veículos para o ano de 2000 não foi atingida. Rogério Werneck (2014) atestou que as montadoras ainda remeteram boa parte do lucro obtido para o exterior, o que se configurou como transferência de capital.

Desse modo, não obstante a participação de trabalhadores e empresários nas negociações, a política das Câmaras privilegiou o setor montador em detrimento do fornecedor. Enquanto o primeiro passou a gozar de altas tarifas para a importação de automóveis, o segundo sofreu com tarifas de importação de peças e componentes especialmente baixas. A própria Anfavea (2006, p. 73) reconheceu que o setor fornecedor não estava preparado para a abertura econômica engendrada na década de 1990, afirmando que “empresas brasileiras tradicionais, como Metal Leve, fundada em 1949, e Cofap, criada em 1950, acabaram sob controle de companhias estrangeiras”.

Consequentemente, o capital internacional se tornou predominante e o segmento ficou marcado pela entrada das sistemistas globais, que relegaram à maioria das empresas nacionais um papel de subordinação aos grandes grupos de fornecedoras. Por fim, os acordos não conseguiram reverter o aumento das importações, em especial de peças e componentes.

De todo modo, logo após o estabelecimento do terceiro acordo, as discussões na Câmara Setorial foram encerradas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na esteira do sucesso do Plano Real, FHC conquistou sua eleição como presidente e optou pela continuidade das reformas neoliberais e da abertura econômica.⁵

Para o setor automotivo, alguns desdobramentos da era FHC tiveram importância considerável. Em primeiro lugar, a consolidação do Mercosul desde 1994 alterou as estratégias das montadoras, que procuraram ampliar a complementação das linhas de produção presentes nos países do bloco comercial, eliminando a duplicação da produção de determinados veículos (BEDÊ, 1997, p. 370). Em segundo lugar, a saturação dos mercados desenvolvidos, a ampliação dos custos de produção e o excesso de concorrência, citado anteriormente, causaram a disponibilidade de grandes volumes de capital externo para investimentos em países com mercados onde a produção era mais barata e com maior potencial de consumo (DULCI, 2015, p. 127).

Combinados num contexto de abertura econômica e de desregularização dos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), esses fatores tornaram o Brasil um dos alvos preferenciais de IDE, que se dirigiu para os setores nos quais as empresas multinacionais tinham maior presença, como o automotivo. Assim, ocorreu a ampliação do número de plantas montadoras entre 1994 e 2000, enquanto no caso do setor fornecedor, o IDE ocorreu principalmente por meio de compra ou de fusões de empresas já estabelecidas, em especial as de capital nacional em dificuldades (ARBIX, 2000).

⁵ Entre os principais pontos de aprofundamento das reformas, estavam medidas de desregulamentação dos fluxos de capitais; novas privatizações em setores como telecomunicação e gás; permissão da entrada de capital externo em setores estratégicos, como petróleo, telecomunicação e energia elétrica; alteração da Constituição de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 6, garantindo o fim da distinção entre o capital nacional e o estrangeiro, o que implicou habilitar as empresas estrangeiras a receberem incentivos e subsídios das agências de fomento do governo e possibilitou seu acesso a diversos setores da economia. Essas questões se encontram também em Dulci (2015).

Ainda durante o primeiro ano do governo FHC, houve o lançamento do Novo Regime Automotivo Brasileiro (NRA), o qual surgiu como resposta à criação de um regime automotivo pela Argentina, que poderia atrair mais investimentos que o Brasil. Desse modo, temendo ser superado pelo país vizinho, o governo brasileiro procurou a conformação de um regime automotivo nacional. Entre os objetivos do NRA estavam a atração de investimento estrangeiro, a utilização das montadoras como meio de modernização industrial e a produção de 2,5 milhões de veículos em 2000 (ARBIX, 2000).

A Lei 9.449 e o Decreto 1.863 regulamentaram o NRA. A primeira teve origem na Medida Provisória nº 1235 de 1995, que reduziu em 90% o imposto de importação sobre máquinas, equipamentos, moldes, instrumentos de controle de qualidade, matérias-primas, componentes, peças, conjuntos e pneumáticos além de em até 50% o imposto sobre a importação de veículos completos, peças, componentes e conjuntos (BRASIL, 1995b). Posteriormente, a medida provisória foi consolidada na Lei nº 9.449 (BRASIL, 1997b).

Já o Decreto nº 1.761, de 26 de dezembro de 1995, regulou a participação das empresas nessas operações de importação com tarifas reduzidas. As companhias beneficiárias seriam as produtoras de veículos e as fornecedoras de peças, componentes e conjuntos instaladas no país ou as que viessem a se instalar aqui (chamadas de *newcomers*).

Para a importação de bens de capital, a redução definida era de 90% do imposto. Para insumos, seria de 85% em 1996, 70% em 1997, 55% em 1998 e 40% em 1999, prazo limite do programa. O decreto estabelecia que, para cada bem de capital produzido no país, a empresa poderia importar um bem de capital com redução de imposto até 31 de dezembro de 1997. Após essa data, para cada um bem e meio de capital produzido no Brasil, seria liberada a importação de um bem de capital com redução de imposto.

Já para a aquisição de matérias-primas, a proporção deveria ser de uma produzida para uma importada. Para as *newcomers*, as proporções seriam calculadas com base num período de três anos, contendo um índice mínimo de nacionalização de 60% e considerando os insumos originários do Mercosul como nacionais para a apuração desse valor. Em seguida, o governo promulgou o Decreto nº 1.863, em 16 de abril de 1996, que nada mais era do que uma reedição do Decreto nº 1.761 (BRASIL, 1996).

Em paralelo a tais regulações, os governos estaduais se valeram de medidas distintas – como fornecimento de crédito subsidiado, investimento em infraestrutura e redução de impostos estaduais e municipais – na tentativa de criar diferenciais para a atração dos incentivos privados. As justificativas para atrair as empresas do setor automotivo incluíam desde a diminuição das desigualdades regionais e da pobreza até a ampliação da oferta de empregos, a geração de efeitos de encadeamento na economia local e a modernização do país por meio da tecnologia estrangeira (LOPES, 2006, p. 125).

Desse modo, os diversos estados deflagraram a chamada “guerra fiscal”. Segundo o conceito de Maria Alves (2001, p. 16), guerra fiscal foi o processo pelo qual os governos estaduais procuraram intervir no procedimento privado de alocação espacial, seja no deslocamento de plantas existentes, seja na instalação de novas unidades. No setor automotivo, essa questão atingiu uma escala maior na mídia, que

pode ser explicada pelo montante dos investimentos e das concessões estaduais.⁶ Sobretudo graças à ausência de um Estado central coordenador ou de uma estratégia de desenvolvimento, os governos estaduais e municipais subordinaram suas políticas de desenvolvimento a interesses e estratégias privados (IBÁÑEZ, 2005).

O sociólogo Glauco Arbix (2002, p. 119) identificou quatro fases distintas na evolução dos incentivos oferecidos pelos governos locais às empresas, sendo as três primeiras uma escalada de oferta de incentivos por parte dos governos municipais e estaduais, enquanto a quarta atinge o governo federal.

A primeira consistiu na proposta de incentivos locais para favorecer o deslocamento industrial, como nos casos da Volkswagen em Resende e da Mercedes em Juiz de Fora. Neste, por exemplo, a empresa se comprometeu a investir 845 milhões de reais entre 1996 e 2000 e a empregar mão de obra local, gerando 1.500 empregos diretos.

No acordo, como contrapartida dos governos municipal e estadual, ficaram estabelecidas a doação de um terreno no valor estimado de 50,5 milhões de reais, a responsabilidade do Estado na criação da infraestrutura necessária – licenças ambientais e jurídicas, pavimentação, coleta de lixo, fornecimento de água, energia, gás e telefone –, a isenção de impostos municipais por dez anos e a disponibilidade de recursos do Fundo de Incentivo à Industrialização (Find) e do Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (Fundiest) para a empresa.

A segunda fase foi inaugurada com o avanço das concessões dadas pelo estado do Paraná às montadoras. Os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) paranaense foram utilizados para qualificar os trabalhadores, e o estado participou diretamente como investidor do empreendimento automotivo.⁷

Já a terceira fase ficou marcada pelo aprofundamento das contrapartidas do estado, tendo como exemplo o caso do Rio Grande do Sul, que ofereceu 310 milhões de dólares à GM a título de capital de giro, além da doação de terrenos, de toda a infraestrutura, de uma área exclusiva no porto e do financiamento de até 35% dos investimentos das fornecedoras de peças e componentes, bem como de incentivos fiscais, isenção de impostos – como IPTU e taxa de iluminação pública –, entre outros benefícios.

A quarta fase, por fim, ocorreu quando a Bahia, governada por Antônio Carlos Magalhães, incluiu benefícios fiscais federais entre os incentivos. A Ford já havia se acertado com o governo gaúcho, mas cancelou o acordo quando o novo governo estadual procurou rever os termos. A Bahia aproveitou a janela de oportunidade e ofereceu maiores incentivos à empresa. A bancada baiana no Congresso pressionou para que o governo federal prorrogasse a validade da Lei 9.440, que concedia benefícios adicionais para a instalação de plantas no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste (BRASIL, 1997a). Recebendo, portanto, benefícios municipais, estaduais e federais, a Ford se mudou para Camaçari.

⁶ Ainda para Maria Alves (2001), o processo de guerra fiscal é tido como permanente, na medida em que existe desde a década de 1960, mesmo que os incentivos tenham variado de acordo com o período, e não se restringe ao setor automotivo.

⁷ Somente no acordo com a Renault, além dos incentivos dados à empresa, como terrenos, investimentos na infraestrutura, créditos, isenções e incentivos fiscais, o governo estadual investiu 140 milhões de reais. Ver Oliveira (2003).

Entre os resultados do NRA estão o crescimento do investimento de empresas, a introdução de processos de reestruturação produtiva e organizacional e a ampliação da mecanização. De acordo com os dados da Anfavea (2015), após o lançamento do NRA, o volume de investimentos no setor automotivo saltou de 1,3 bilhão de dólares em 1994 para 2,4 bilhões em 1996, 2,1 bilhões em 1997 e 2,4 bilhões em 1998, declinando em seguida.

As medidas da política, todavia, resultaram em predação do público pelo privado. Nos acordos entre montadoras e governos locais, ocorreu um processo de total subordinação dos governos estaduais às empresas. Os governos não tinham referências precisas sobre o impacto na arrecadação de impostos nem estabeleceram o número de empregos gerados ou a forma de transferência de tecnologia. Otávio Dulci (2002, p. 106) afirmou que, uma vez que o Brasil já fora escolhido como destino para os investimentos, não havia a necessidade de estados e municípios disputarem entre si, e a guerra fiscal significou um desperdício de recursos para todo o país. Tal postura crítica foi acompanhada por Glauco Arbix, Pablo Ibañez e Ademil Lopes, para ficarmos em alguns exemplos.

Como resultado, as montadoras multinacionais saíram como as verdadeiras vencedoras da guerra fiscal e das políticas da década de 1990. Tomado como um dos exemplos dessas políticas, o NRA não estimulou a capacitação de mão de obra, não foi capaz de promover a P&D, não especificou a participação do setor produtor ou da comunidade científica locais nos projetos das empresas e ainda permitiu às empresas aumentarem as economias de escala combinando a produção doméstica com as importações, sobretudo de peças e componentes que tornaram o segmento fornecedor deficitário a partir de 1997 (SINDIPEÇAS, 2013).

O NRA também não atingiu sua meta quantitativa de 2,5 milhões de veículos em 2000, fracasso cujas razões podem ser encontradas nas crises do fim da década de 1990, na sobrevalorização do real, no baixo crescimento econômico e na queda da demanda em virtude do desemprego.

As políticas e a guerra fiscal entre os governos estaduais, em conjunto com as reestruturações que ocorreram no setor automotivo em termos de P&D e as relações entre montadoras e fornecedoras, impactaram de forma contundente a estrutura de empresas fornecedoras do Brasil. As firmas de primeira linha se tornaram predominantemente de capital externo, enquanto as de segundo nível e do mercado de reposição mantiveram parte do capital nacional.

Em geral formado por pequenas e médias companhias, o setor fornecedor nacional não tinha acesso ao mercado de capitais e estava defasado tecnologicamente. Ademais, a carga tributária era maldistribuída, onerando as pequenas e médias empresas (LOPES, 2006, p. 131). As políticas do governo focaram na modernização das montadoras, cujos centros decisórios nem se encontravam no país, e grande parte – senão a totalidade – do desenvolvimento científico não era produzido localmente, significando, portanto, a consolidação dos interesses de montadoras e fornecedoras estrangeiras em detrimento do setor fornecedor nacional e à custa do bem público.

As políticas também facilitaram a importação de peças e componentes, prejudicando as fornecedoras nacionais. Se em 1994 a propriedade nacional representava 51,9% do setor fornecedor, tal participação caiu para 37,9% em 1998 e para 22,8% em 2001 (ANFAVEA, 2015). Já a respeito dos trabalhadores, os novos investimentos foram em plantas altamente modularizadas, com novas tecnologias e

técnicas organizacionais, voltadas para reduzir o investimento em P&D e concebidas exatamente para empregar o menor número de pessoas possível (SINDIPEÇAS, 2013).

CASO CHINÊS

No caso da China, antes de analisarmos a entrada das multinacionais, é preciso nos atentarmos para a formação de um setor automotivo de capital estatal durante a Era Mao, entre 1949 e 1976. Nesse período, organizou-se uma forma de elaboração e implantação de políticas chamada de *guerrilla policy style*, na qual o governo local adaptava as diretrizes centrais de acordo com sua realidade e as políticas já eram concebidas como sujeitas a mudanças, improvisação e ajustes, sendo mais baseadas na experiência prática (HEILMANN; PERRY, 2011, p. 14). Em paralelo, foram adotados os planos quinquenais, que continham diretrizes e metas básicas para os setores econômicos, regendo ainda a relação entre o Estado e as empresas (MIDDLESWORTH, 2013, p. 20).

Assim, o desenvolvimento do setor automotivo chinês obedeceu aos desígnios de Mao. Inicialmente, foi instalada a First Auto Works (FAW) no noroeste chinês, uma localização estratégica por causa do fácil acesso ao exterior, da infraestrutura desenvolvida durante a ocupação japonesa – que deixou como legado uma base industrial utilizada como suporte para o desenvolvimento econômico –, da proximidade com a União Soviética e da presença de minério de ferro para a produção de aço (MIDDLESWORTH, 2013, p. 22).

Em seguida, foram instaladas plantas nas grandes cidades costeiras pelos governos municipais e provinciais, como Xangai e Pequim (CHINA, 2007). Em geral, essas plantas eram responsáveis pela produção de todos os componentes, dos mais rudimentares à montagem final. Assim, a produção se verticalizava, ainda que comprometendo o desenvolvimento de uma base fornecedora, e, com o governo como único consumidor, era reduzida a necessidade de considerar custos de produção e margem de lucro (THUN, 2006).

Por fim, na década de 1960, o governo se voltou para a instalação de plantas no interior do país, temendo que uma invasão estrangeira prejudicasse a produção, inaugurando empresas como a Second Auto Works (SAW). Desse modo, durante a Era Mao, instalou-se um setor automotivo caracterizado por propriedade estatal, dispersão geográfica, baixa produção, atraso tecnológico e foco em caminhões para o trabalho em minas e indústrias.

Após um processo conturbado de sucessão, Deng Xiaoping chegou ao poder em 1978. Deng e sua coalizão propuseram reformas econômicas focadas na agricultura, na indústria, na defesa nacional e na ciência e tecnologia (SAICH, 2001, p. 64). Tais reformas conseguiram apoio dentro do Partido Comunista Chinês (PCC), que identificou que, para manter sua legitimidade, era preciso entregar bens de consumo e melhorar a vida da população (CHINA, 2015).

Foram adotadas estratégias e políticas de cunho mais gradual, procurando criar consenso em cada aspecto, envolvendo desde a produção agrária até as grandes empresas estatais.⁸ Foi também iniciado um processo de descentralização

⁸ As empresas estatais passaram por um choque de competitividade, em que os preços foram gradualmente redefinidos pelo mercado e novas regulações passaram a definir a falência de empresas, os planos de investimento e os meios de demissão de trabalhadores. Ver Naughton (2006).

do poder, ampliando responsabilidades e atribuições dos governos locais. Enquanto isso, o setor automotivo foi eleito pelo governo central como um pilar da indústria nacional, sendo destinadas medidas e políticas para fomentar seu desenvolvimento (TAN, 2013, p. 151-152).

Em 1979, foi promulgada a Lei da Equidade nas *joint ventures* chinesa-estrangeiras, que permitiu o estabelecimento de *joint ventures* entre uma empresa chinesa e uma internacional. Seus objetivos eram ampliar a cooperação econômica internacional e a transferência de tecnologia, isto é, trocar o acesso ao mercado chinês por tecnologia de ponta. Na *joint venture*, a parte chinesa deveria ter o controle de pelo menos metade da empresa, enquanto a participação estrangeira não poderia ser menor do que 25% (CHINA, 1979).

Cada parceira poderia contribuir com capital, instalações, máquinas, equipamentos, propriedade industrial e tecnológica, conforme o acordado entre as partes. Para o setor automotivo, havia a expectativa de que as *joint ventures* produzissem veículos e peças a serem exportados, por meio dos quais gerariam moeda estrangeira para o pagamento das peças importadas, trazendo a tecnologia necessária para o avanço da China na cadeia global de valor.

Posteriormente, o governo combinou essa estratégia com a elevação de tarifas e o cumprimento de taxas gradativas de conteúdo local, de modo a desenvolver o setor fornecedor (MIDDLESWORTH, 2013, p. 17).

Para Eric Harwit (2001, p. 665), a estratégia de *joint ventures* também pretendia contornar os problemas da balança de pagamentos. Durante três décadas, o setor de carros de passeio foi uma parte menor da indústria automotiva chinesa. Na década de 1980, as importações de veículos aumentaram graças à reforma, a certo grau de abertura econômica e à incapacidade da produção local de atender à demanda. A partir de 1982, a importação de veículos cresceu de 16 mil para 353 mil em 1985 — de 1949 a 1980, foram importados cerca de 420 mil veículos (CHINA, 2007).

Como resposta, o governo central erigiu altas taxas de importação de veículos, que giraram em torno de 200% a 300% na década de 1980 e de 100% a 200% na década seguinte, de modo que a forma mais competitiva de entrada no mercado chinês, para as multinacionais, era via *joint ventures* (HOLWEG; LUO; OLIVER, 2009, p. 23-24).

Ao interesse do governo central pelo desenvolvimento do setor automotivo, somou-se a disposição dos governos locais. Empenhados em expandir a economia e incentivados pela descentralização engendrada pelas reformas, 24 das 31 províncias chinesas elegeram o setor automotivo como pilar de sua indústria, criando fornecedoras e montadoras locais (WEDEMAN, 2011, p. 81).

Na década de 1980, o interesse das autoridades chinesas era atrair as empresas japonesas, cujas marcas eram as mais importadas e conhecidas do mercado consumidor nacional em formação. Entretanto, as medidas propostas pelo governo não foram eficazes para atraí-las. Foram então formadas três *joint ventures*, sendo que apenas uma obteve sucesso. Tanto a Beijing Jeep (BJ), formada em 1983 pela chinesa Beijing Automotive Industry Corporation (BAIC) e pela norte-americana American Motors Corporation (AMC), quanto a Guangzhou-Peugeot, formada pelas empresas homônimas, não prosperaram.

Segundo Gregory Chin (2010, p. 91-92), as multinacionais enfrentavam problemas diversos em seus mercados originais, utilizando a China como meio de alcançar um resultado positivo, mas culminando no sangramento de suas operações

no país e no fracasso das *joint ventures*. Essas companhias produziram veículos tecnologicamente defasados, que não suportaram a concorrência com os veículos importados – e contrabandeados – e não desenvolveram um setor fornecedor local.

O único caso de sucesso foi a SVW, formada entre a Shanghai Automotive Industry Corporation (SAIC) e a Volkswagen, em 1984. As empresas fornecedoras de Xangai, a SAIC, as autoridades centrais e locais e a VW tiveram um papel-chave no sucesso da *joint venture*, na construção da capacidade fornecedora e na coordenação e na institucionalização de todo esse processo. O governo central pressionou a VW a investir de modo a ir ao encontro dos objetivos nacionais, e a VW auxiliou as empresas chinesas no processo de localização de componentes, estabelecendo uma lista de prioridades e os passos para o processo.

O governo central — percebendo os interesses de longo prazo da VW e seu foco em treinamento da mão de obra, além de a empresa agir de acordo com as metas de desenvolvimento nacional, como realizando a transferência de tecnologia e *know-how* administrativo — passou a colaborar com a SVW, principalmente na questão da moeda estrangeira.

Enquanto, todavia, para Eric Thun (2006, p. 273) o fracasso das *joint ventures* ocorreu porque as autoridades locais negligenciaram o empreendimento, Gregory Chin (2010, p. 8) ressaltou que também houve negligência das parceiras estrangeiras, como AMC e Peugeot, que esperavam lucrar com modelos e tecnologias antigos num mercado chinês protegido. Essas empresas procuraram obter um *status* especial do governo e fizeram *lobby* com oficiais locais para ter favorecimentos, como taxas de importação reduzidas e disponibilidade de moeda estrangeira (CHIN, 2010, p. 99).

De todo modo, o governo central chinês reconheceu uma série de limites nessa estratégia de *joint ventures* e também no direcionamento dos governos locais no sentido da estratégia nacional, contornando o protecionismo local e o aumento do número de empresas. Embora regulasse o IDE, o governo central falhou em proibir a entrada de novos participantes nacionais, as economias de escala não foram ampliadas, as taxas de conteúdo local não foram atingidas (a exceção de Xangai) e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento de capacidade interna de inovação e desenvolvimento tecnológico não foi muito bem-sucedida.

Como aspectos positivos, a China expandiu consideravelmente sua produção de carros de passeio, e as empresas domésticas foram capazes de aumentar o caixa, com a venda dos veículos produzidos nas *joint ventures*, e adquiriram certo *know-how* em termos de produção e gerenciamento de empresas.

Percebendo esses dilemas, o governo reforçou as definições e as responsabilidades de cada parte nos contratos das *joint ventures*, reorganizou as empresas do setor automotivo em grandes grupos e lançou a Política de 1988. Com essa política, também chamada de “Três Grandes”, ficou definido que o governo iria priorizar o desenvolvimento de suas três maiores montadoras: a FAW, a Dongfeng (antiga SAW) e a SAIC, além de suas respectivas *joint ventures*. A ideia do governo central era contornar os problemas derivados da alta descentralização do setor, limitando a entrada e o número de empresas, formando maiores economias de escala e priorizando o desenvolvimento de campeões nacionais (LUO, 2005).

Se entre 1979 e 1987 prevaleceu a estratégia de desenvolvimento pela descentralização, de 1988 em diante o governo central reassumiria o controle sobre a alocação de recursos em setores estratégicos (TAN, 2013, p. 150). Por pressões da burocracia, dos governos locais e dos militares, a política expandiu seu escopo,

englobando as duas *joint ventures* já formadas pela BAIC e pela GAIC, a Tianjin Automotive Industry Corporation (TAIC), a Chang'an Automobile Co. Ltd. e a Guizhou Aviation Industry Corporation, sendo a partir de então conhecidas como “Três Grandes, três pequenas e duas minis” (WEDEMAN, 2011, p. 82).

Por fim, a política reforçou o respeito às taxas de conteúdo local pelas *joint ventures*. No primeiro ano, era exigida uma taxa de 40%; no segundo, de 60%; e no terceiro, de 80%. Quando a empresa atingisse o requisito de conteúdo local, receberia a permissão de importar peças e componentes, geralmente de alto valor tecnológico, com tarifas decrescentes de 37,5, 30 e 20%, respectivamente (MIDDLESWORTH, 2013).

Em 1994, o governo atualizou sua política para o setor automotivo, lançando a Política Formal sobre o Desenvolvimento da Indústria Automotiva. Como problemas, foram identificados a proliferação do número de empresas, o processo caótico de aprovação de projetos, a duplicação de projetos de importação de tecnologia e o desenvolvimento lento das empresas e do conteúdo local. Como objetivos, ela estabeleceu a formação de grandes grupos, o aprimoramento da indústria de componentes, a criação de capacidade independente de desenvolvimento de produtos e o encorajamento da propriedade privada de veículos (CHINA, 1994).

Em seus principais pontos, a Política de 1994 estabeleceu que o Estado iria guiar as empresas no bom uso dos fundos domésticos e do IDE, garantindo o controle do número de empresas, o aumento do consumo de veículos e a padronização da produção e das emissões nos moldes internacionais. Já ao mercado foi destinada a regulação dos preços e dos sistemas de marketing e pós-venda. Foram também estipuladas metas de produção de veículos, peças e componentes para que as empresas recebessem auxílio do governo para sua expansão (CHINA, 1994).

Para as *joint ventures*, essa política definiu novas regras e requisitos, como a necessidade de a parceira estrangeira ter direitos de propriedade e patentes sobre os produtos, capacidade de desenvolvimento tecnológico e de produção, canais de marketing internacionais independentes e uma capacidade financeira suficiente para o empreendimento. Foi mantido o limite de 50% para a propriedade estrangeira dentro da *joint venture*, assim como os requerimentos de transferência de tecnologia. Foram fornecidos mais detalhes sobre investimento, incentivos fiscais e tarifários, e houve a definição de taxas gradativas de conteúdo local para abatimento do imposto de importação. Por fim, nas *joint ventures* passou a ser exigida a instalação de um centro de P&D visando à construção de capacidades locais em tecnologia (CHINA, 1994).

Um dos aspectos mais interessantes nas novas regras para as *joint ventures* foi que as autoridades perceberam que era preciso permitir que as empresas domésticas fizessem acordos com mais de uma multinacional, ao mesmo tempo que limitava as multinacionais a duas *joint ventures*, garantindo a competição entre as multinacionais e evitando que um parceiro estrangeiro limitasse as transferências de tecnologia e *know-how* administrativo. Por exemplo, a VW, ao dominar o mercado chinês com o Santana, não tinha pressão para transferir tecnologia avançada para a SVW, tendo lucros enormes com a tecnologia antiga. Assim, a inauguração da SGM forçou a VW a investir um montante maior na China (CHIN, 2010, p. 135).

Por fim, no setor fornecedor, a Política de 1994 permitiu a existência de empresas de capital totalmente estrangeiro, preservando do capital externo apenas os setores de alta tecnologia e de maior valor agregado (*air bags*, *anti-lock braking system* e *engine-management system*), e estabeleceu uma lista de peças e componentes preferenciais

para fomentar a capacidade local de produção de componentes e o desenvolvimento de marcas nacionais de veículos.

Após a promulgação da Política de 1994, uma nova onda de formação de *joint ventures* teve início entre as montadoras, como as formadas entre a GM e a SAIC, Toyota e FAW e Ford e Chang'na. Houve também a formação de *joint ventures* entre empresas fornecedoras, principalmente em Xangai (CHIN, 2010, p. 138).

A Política de 1994, que deu continuidade à Política de 1988, teve resultados positivos e negativos. Em primeiro lugar, os requisitos de conteúdo local pressionaram as montadoras multinacionais a auxiliarem a formação de um setor fornecedor atualizado e competitivo, capaz de produzir peças e componentes aceitáveis internacionalmente e, a partir daí, exportá-los (GALLAGHER, 2006 *apud* CHIN, 2010). Depois, a política implicou no treinamento de mão de obra e na transferência de *know-how* administrativo e produtivo para as empresas chinesas, que também adquiriram experiência na produção automotiva moderna (HOLWEG; LUO; OLIVER, 2009, p. 45-46). Por últimos, a produção saltou de 185 mil unidades em 1979 para 2,3 milhões em 2001 (CHINA, 2007).

Como resultados negativos, a política deu origem a uma estrutura de *cross-share-holdings*, isto é, uma mesma empresa chinesa poderia ter *joint ventures* com empresas concorrentes no mercado mundial, causando então a limitação da transferência de tecnologia. Internamente à *joint venture*, sua estrutura relegou à parte chinesa as operações de montagem e à empresa estrangeira o *design* e a tecnologia de novos veículos, preservando para si a propriedade intelectual e a tecnologia de ponta, não havendo, portanto, a transferência de tecnologia pretendida pelo governo. Ademais, o mercado chinês passou a ser dominado pelas marcas estrangeiras, enquanto as estatais deixavam de produzir marcas próprias para focar na produção em *joint venture* (LUO, 2005, p. 36).

No mesmo sentido, as fusões promovidas pelos governos central e locais tiveram resultados efêmeros. Apesar de parecer criar grandes grupos corporativos, muitas vezes o Estado pretendia evitar o transtorno da falência de empresas inviáveis. Em sua maioria, eram operações de reorganização nominal ou superficial, que não visavam combater os problemas de economia de escala ou da duplicação da produção, e demonstrar aos dirigentes que a empresa estava seguindo as recomendações do governo central. A política também falhou no controle de entrada de novos agentes, especialmente no fim da década de 1990, tanto de novas empresas estatais, como a Chery, quanto de empresas privadas, como a Geely e a BYD, aprofundando a fragmentação do setor (EUN; LEE, 2002, p. 16).

A Política de 1994 acabou limitando a participação do capital privado nacional em favor do estatal e do multinacional envolvido nas *joint ventures*. Ao fim da política, a consolidação não avançou, as políticas protecionistas não foram suficientes para desenvolver as empresas domésticas, a qualidade dos carros permaneceu questionável e os preços continuaram altos. Por fim, as exportações de veículos continuaram tímidas (CHINA, 2007).

De acordo com Gregory Chin (2010), a Política de 1994 refletiu o processo de aprendizado, adaptação e ajustamento do Estado chinês ao produzir políticas industriais. Para o autor, em meados da década de 1990, o governo chinês parecia ter aprendido com as experiências anteriores a orientar o IDE e os governos locais a irem no sentido de seus objetivos, ainda que com falhas. Em suas palavras:

O Estado-partido chinês precisou de quase duas décadas para descobrir a estratégia ideal de utilização de investimento estrangeiro e colocar as peças institucionais no lugar, para efetivamente alavancar as multinacionais para os objetivos nacionais de desenvolvimento da China (2010, p. 32, tradução nossa).⁹

Assim, em primeiro lugar, o governo reconheceu as falhas da política, principalmente no que concerne ao desenvolvimento tecnológico. As empresas estatais não investiram em atividades de P&D em razão dos lucros obtidos em suas operações em *joint ventures* e gradualmente perderam o interesse nas operações independentes. Com a proteção do governo, as estatais acharam melhor não arriscar capital e confiar no *design* e na tecnologia estrangeiros. Em segundo lugar, o governo especificou melhor os requerimentos das *joint ventures* e obrigou a instalação de centros de P&D pelas multinacionais, colocando uma contra a outra para obter melhores termos em tecnologia e em administração, valendo-se do seu imenso mercado interno como isca (CHIN, 2010, p. 64).

O processo de entrada da GM na China, por exemplo, foi alvo de intensas negociações, envolvendo o governo central, o governo local, a SAIC e outras duas multinacionais interessadas, a Ford e a Toyota. A GM conseguiu autorização para a formação de uma *joint venture* com a SAIC após prometer a produção dos veículos da marca Buick e um centro de P&D em Xangai, o Pan Asia Technical Automotive Center (PATAC) (TANG, 2012, p. 12).

O exemplo da constituição da SGM demonstrou que o governo central havia aprendido a negociar com as multinacionais os melhores termos para a transferência de tecnologia e a atingir seus objetivos políticos.¹⁰

A VW por quase dez anos havia dominado o mercado chinês com o Santana da SVW, controlando cerca de 80% do mercado no início da década de 1990. Pressionada pela chegada da SGM, realizou reformas internas, de forma que as decisões a respeito dos novos modelos fossem tomadas na China, ao mesmo tempo que introduzia marcas e modelos modernos para o segmento de luxo e expandia suas instalações e investimentos. Contudo, perdeu sua posição de liderança para a SGM.

O setor fornecedor também se transformou. Em 1997, 30% das fornecedoras da SVW eram compostos por *joint ventures*. Seis anos depois, eram mais de 90%. Diversas fornecedoras de Xangai buscaram licenciar peças e componentes estrangeiros para atender à demanda da SVW e da SGM. A Delphi, por exemplo, entrou no mercado chinês em 1993, e a Bosch formou uma *joint venture* com uma filial da SAIC em 1995 (THUN, 2006, p. 278).

⁹ No original: "It took the Chinese Party-state almost two decades to figure out the optimal foreign investment utilization strategy, and put the institutional pieces in place, to effectively leverage MNCs for China's national developmental objectives."

¹⁰ O governo central concedeu para a Ford e a Toyota *joint ventures* com empresas chinesas do segundo escalão, a Chang'an e a Tianjin. Assim, as multinacionais se mantiveram em posições inferiores, como resultado do atraso em entrar no mercado chinês. Ver Luo (2005).

CONCLUSÕES

No contexto das décadas de 1980 e 1990, reforçaram-se as críticas neoliberais acerca da intervenção do Estado na economia e profundas alterações ocorreram nas políticas industriais e nas firmas. No setor automotivo também houve alterações, causando mudanças na configuração dos parques industriais instalados numa série de países.

Como vimos acima, apesar de um contexto mais crítico em relação às políticas, Brasil e China destinaram certa atenção ao desenvolvimento de seus setores automotivos. Enquanto o Brasil, optando pela abertura de mercado, lançou as Câmaras Setoriais e o Novo Regime Automotivo visando à atração de IDE, a China lançou duas políticas industriais, uma em 1988 e outra em 1994, em que regulava a entrada desse investimento, condicionado à parceria com uma empresa nacional em *joint venture* e à transferência de tecnologia.

Pelos resultados dos acordos das Câmaras Setoriais para o setor automotivo, percebemos que houve uma desconexão entre a política macroeconômica e as metas dos acordos, na medida em que a abertura e a facilitação das importações impactavam sobremaneira o setor produtivo. Apesar de o governo ter cumprido sua parte na redução dos tributos, as empresas nem sempre atingiram as metas acordadas, e nem por isso receberam constrangimentos por parte do Estado. Ademais, ocorreu um processo de desnacionalização do setor fornecedor por causa da ausência de uma instituição forte em termos de monitoramento e punição das empresas, ou de uma estratégia mais coesa do governo. Já no NRA, dilemas semelhantes se repetiram, ocorrendo a subordinação do Estado aos interesses privados, resultando também na redução do número de empregos, no aumento das importações, na desnacionalização do setor fornecedor e no descumprimento das metas de produção.

Desse modo, ambas as políticas foram favoráveis para as montadoras multinacionais, uma vez que permitiram a importação de bens de capital, peças e componentes para sua modernização, prejudicando consideravelmente o setor fornecedor instalado no país, onde havia presença de capital nacional e que não recebeu uma atenção, ou mesmo proteção, específica por parte do Estado.

As políticas falharam em fornecer instrumentos e mecanismos de coordenação, assim como foram incapazes de contornar os efeitos provocados pela abertura econômica sobre o capital nacional.

Na China, por seu turno, observamos dilemas distintos. A estratégia de *joint venture* foi formulada com base na formação de um mercado consumidor de carros de passeio e do crescimento rápido das importações no início da década de 1980, visando trocar o acesso ao mercado chinês por tecnologia estrangeira. Das três primeiras *joint ventures* formadas no setor automotivo, duas fracassaram, levando o governo à conclusão de que, embora tenham sido aumentados a produção, o *know-how* e a *expertise* administrativa, não se alterou a estrutura industrial, marcada pela dispersão geográfica, pela desorganização burocrática e pelas baixas economias de escala. Ademais, as *joint ventures* não transferiram a tecnologia pretendida pelo governo.

A Política de 1988 enfrentou as pressões de governos locais, burocratas e militares para a inclusão de suas empresas no pacote de benefícios, prejudicando, portanto, os objetivos de formação de economias de escala e a escolha de campeões nacionais nos moldes das políticas industriais clássicas de Japão, Coreia do Sul e Taiwan. O setor não foi concentrado, e o número de campeões teve que

ser ampliado para aplacar as demandas de outros setores do PCC e do governo, conseqüentemente refletindo na formação de economias de escala, apesar do aumento da produção. Também foram elevadas barreiras protecionistas internas e se ampliou o número de plantas.

Em 1994, o governo reeditou sua política anterior, visando incluir certos aprendizados. Nessa política, o governo central visou moldar o comportamento do IDE de acordo com os objetivos da nação, em especial o desenvolvimento das capacidades em *design* e tecnologia. Assim, o Estado interviria na expansão da capacidade produtiva das empresas em função das vendas e dos gastos em P&D, combinando o desempenho de mercado com os investimentos estatais. Também foram reeditadas as regras para a formação das *joint ventures*, refletindo o aprendizado anterior com os primeiros empreendimentos e colocando uma multinacional contra a outra tanto no mercado, forçando maiores transferências de tecnologia, quanto na formação de contratos com as empresas chinesas, buscando os melhores termos para o país.

A política chinesa fracassou em alguns pontos, como a consolidação, a formação de economias de escala e em relação ao desenvolvimento tecnológico, pois as montadoras estrangeiras se responsabilizaram pelos pontos de maior tecnologia e relegaram à parte chinesa apenas a montagem. A produção também esteve voltada para o mercado interno, não tendo alterações nas exportações, uma das metas da política. No entanto, a Política de 1988 e a de 1994 tiveram como consequência a formação de um forte setor fornecedor – principalmente em Xangai, ainda que tenham sido permitidas a entrada do IDE estrangeiro e a formação de *joint ventures* nesse segmento – e foram um importante mecanismo de aprendizado para o governo central sobre como coordenar os governos locais e o IDE rumo aos seus interesses, como exemplificado pela formação da SGM, em que o governo colocou multinacional contra multinacional para obter os melhores termos de transferência de tecnologia.

No Brasil, a produção total de veículos passou de 1,1 milhão em 1980 para 1,6 milhão em 2000, com recorde de produção em 1997 com 2 milhões de veículos produzidos. Na China, a produção passou de 222 mil unidades em 1980 para 2 milhões em 2000, superando a produção brasileira a partir de 1998. Em termos de exportações, o Brasil foi superior à China, exportando em média 270 mil unidades entre 1981 e 2000, enquanto a China exportou menos de 10 mil unidades anuais no mesmo período.¹¹ Outra diferença notável se deu em relação à proporção de carros de passeio produzidos em ambos os países. Enquanto no Brasil esse índice se manteve praticamente inalterado entre 1980 e 2000, com cerca de 80% da produção, na China a participação dos carros de passeio passou de 2,4% em 1980 para 29% em 2000.

Em comum, observamos como os dois países reagiram ao novo contexto de maior liberalização e seu comportamento diante dos fluxos de IDE para o setor automotivo. Enquanto no Brasil vimos uma subordinação do Estado ao capital estrangeiro, tendo como consequência a desnacionalização, a redução da participação do capital nacional e a diminuição do número de empregos, na China, ainda que com falhas, o Estado procurou coordenar a entrada do investimento externo, direcionando-o para a transferência de tecnologia, que seria utilizada, no futuro, para o desenvolvimento de capacidades independentes.

¹¹ Estes dados foram extraídos de Anfavea (2015), China (2007) e OICA (2013).

Apesar das diferenças de resultados das políticas, em ambos os países emergiram dilemas semelhantes na virada do século XXI. O crescimento das desigualdades regionais e sociais e dos problemas ambientais e de mobilidade urbana foi comum aos dois países, assim como a questão do desenvolvimento de tecnologia. Tais questões orientaram as políticas do século XXI para o setor automotivo, que incidiram sobre o legado ulterior.

A comparação entre os casos das estratégias de desenvolvimento e as políticas do Brasil e da China nos revela que não há uma fórmula pronta para o desenvolvimento, mas indica que a presença do Estado no estabelecimento de objetivos claros e no direcionamento dos atores e agentes é imprescindível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla *et al.* Indústria automobilística brasileira: conjuntura recente e estratégias de desenvolvimento. *Indicadores econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 135-152, 2006. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/indicadores/34_01/14_parte.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

ALVES, Maria Abadia da Silva. *Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo*. 2001. 122 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ANDERSON, Patrícia. *Câmaras setoriais: história e acordos firmados – 1991-1995*. Texto para discussão n° 667. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 1999. p. 3-4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0667.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

ANFAVEA. *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira - 2015*. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.virapagina.com.br/anfavea2015/files/assets/basic-html/page-I.html>. Acesso em: 7 jun. 2018.

ANFAVEA. *Indústria automobilística: 50 anos*. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.virapagina.com.br/anfavea_50anos/. Acesso em: 7 jun. 2018.

ARBIX, Glauco. Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000100001&script=sci_abstract&lng=es. Acesso em: 7 jun. 2018.

ARBIX, Glauco. Políticas do desperdício e assimetria entre o público e privado na indústria automobilística. *Revista Brasileira da Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, p.109-129, 2002.

BEDÊ, Marco Aurélio. A política automotiva nos anos 90. *In*: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (org.) *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

BRASIL. *Decreto nº 1.391, de 10 de fevereiro de 1995a*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1391.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 1.863, de 16 de abril de 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1863.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 96.056, de 19 de maio de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96056.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. *Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991*. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8178-1-marco-1991-365111-norma-365111-norma-atualizada-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8178-1-marco-1991-365111-norma-365111-norma-365111-norma-atualizada-pl.html). Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997a*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9440.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.449, de 14 de março de 1997b*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9449.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. *Medida provisória nº 1.235, de 14 de dezembro de 1995b*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/1235.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. *Política industrial no governo Lula*. Texto para Discussão nº 181. Campinas: IE/Unicamp, 2010. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1811&tp=a. Acesso em: 7 jun. 2018.

CHIN, Gregory T. *China's Automotive Modernization: The Party-State and Multinational Corporations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

CHINA. *China Business Guide: Auto Volume*. Economic Information Department – Council for the Promotion of International Trade, 2007.

CHINA. *Law of the People's Republic of China on Chinese-Foreign Equity Joint Ventures, 1979*. Disponível em: http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/13/content_1384083.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

CHINA. *Política formal sobre o desenvolvimento da Indústria Automotiva - 1994*. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/lawsdata/chineselaw/200211/20021100050498.html>. Acesso em: 7 jun. 2018.

CHINA. *The 5th Five Year Plan (1976-1980)*. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/MATERIAL/157615.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CRISSIUMA, Maria Cecília B. *Reestruturação e divisão internacional do trabalho na indústria automobilística: o caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Economia) – EAESP – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, São Paulo, 1986.

DE TONI, Jackson. *Novos arranjos institucionais na política industrial do governo Lula: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos*. 2013. 390 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DINIZ, Eli. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 13-26, 1996. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04_02.pdf. Acesso em: 7 jun. 2018.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DULCI, João Assis. *Desenvolvimento regional e mercado de trabalho em perspectiva comparada: Vale do Paraíba Fluminense e Camaçari (BA)*. 2015. 341 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 18, p. 95-107, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 jun. 2018.

EUN, Jong-Hak; LEE, Keun. Is an Industrial Policy Possible in China? The Case of the Automobile Industry. *Journal of International and Area Studies*, Oslo, v. 9, n. 2, p. 1-21 2002.

FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARWIT, Eric. The Impact of WTO Membership on the Automobile Industry in China. *The China Quarterly*, Cambridge, n. 167, p. 655-670, set. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3451065>. Acesso em: 7 jun. 2018.

HEILMANN, Sebastian; PERRY, Elizabeth. Embracing Uncertainty: Guerrilla Policy Style and Adaptive Governance in China. In: HEILMANN, Sebastian; PERRY, Elizabeth (ed.). *Mao's Invisible Hand: The Political Foundation of Adaptive Governance in China*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

HOLWEG, Matthias; LUO, Jian Xi; OLIVER, Nick. The Past, Present and Future of China's Automotive Industry: A Value Chain Perspective. *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, Genebra, v. 2, n. 1-2, p. 76-118, 2009. Disponível em: [https://www.research.ed.ac.uk/portal/en/publications/the-past-present-and-future-of-chinas-automotive-industry-a-value-chain-perspective\(26a252cc-4c3d-437f-a645-a086f5e70303\).html](https://www.research.ed.ac.uk/portal/en/publications/the-past-present-and-future-of-chinas-automotive-industry-a-value-chain-perspective(26a252cc-4c3d-437f-a645-a086f5e70303).html). Acesso em: 7 jun. 2018.

HUMPHREY, John; MEMEDOVIC, Olga. *The Global Automotive Industry Value Chain: What Prospects for Upgrading by Developing Countries*. (Sectoral Studies

Series.) Viena: UNIDO, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228238359_The_Global_Automotive_Industry_Value_Chain_What_Prospects_for_Upgrading_by_Developing_Countries. Acesso em: 7 jun. 2018.

IBAÑEZ, Pablo. Guerra fiscal e território brasileiro: o caso do setor automotivo. *In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. p. 6979-6998. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/24.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

LOPES, Ademil Lucio. A desconstrução da Indústria Automobilística Brasileira constituída no governo de JK pela política setorial do governo FHC. *Revista Unilara*, Araraquara, n. 17-18, 2006. Disponível em: <http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/271>. Acesso em: 7 jun. 2018.

LUO, Jiangxi. *The Growth of Independent Chinese Automotive Companies*. Second Draft for Discussion. International Motor Vehicle Program, MIT. 2005. Disponível em: <http://www.abc-shanghai.com/en/media/Chery%20Automobile%20Case%20Study.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MIDDLESWORTH, Huston. *Engines of Change: China's Rise and the Chinese Auto Industry*. 2013. 54 p. Senior Thesis. Claremont McKenna College, 2013. Disponível em: https://scholarship.claremont.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1772&context=cmc_theses. Acesso em: 7 jun. 2018.

MODIANO, Eduardo Marco. A ópera dos três cruzados, 1985-1990. *In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Cambridge: The MIT Press, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OICA. *World Vehicles in Use – 2013*. Disponível em: <http://www.oica.net/wp-content/uploads/total-inuse-2013.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

OLIVEIRA, Vladimir Luís. *A política industrial do setor automotivo e a crítica ao modo de regulação sob o desenvolvimentismo (1995-2002): o caso do Paraná*. 2003. 242 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2003.

POSTHUMA, Anne Caroline. Autopeças na encruzilhada: modernização desarticulada e desnacionalização. *In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (org.) De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

SAICH, Tony. *Governance and Politics of China*. New York: Plagrave Macmillan, 2001.

SAKER, Adriana Corrêa. *Pacto social no Brasil: os acordos tripartites do setor automotivo nos anos 90*. 2006. 93 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.

SHAPIRO, Helen. The Mechanics of Brazil's Auto Industry. *NACLA's Report on the Americas*, [s.l.], jan./fev. 1996. Disponível em: <http://www.hartford-hwp.com/archives/42/037.html>. Acesso em: 7 jun. 2018.

SINDIPEÇAS. *Desempenho do Setor de Autopeças - 2013*. São Paulo: Sindipeças, 2013. Disponível em: <http://www.virapagina.com.br/sindipecas--ponto---letra.html>. Acesso em: 7 jun. 2018.

TAN, Zhaotao. *The Development of the Chinese Automobile Industry Since 1949: The Role of the Government*. 2013. 305 p. Tese não publicada. Coventry University, Coventry. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30618009.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

TANG, Rachel. *China's Auto Sector Development and Policies: Issues and Implications*. CSR Report for Congress. U.S. Congressional Research Service, 2012. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=718658>. Acesso em: 7 jun. 2018.

THUN, Eric. *Changing Lines in China: Foreign Direct Investment, Local Governments, and Auto Sector Development*. New York: Cambridge University Press, 2006.

VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. Políticas industriais para o setor automotivo: uma comparação sobre o Brasil e a China entre as décadas de 1950 e 1990. *CSONline Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 25, p. 112-131, dez. 2017. Disponível em: <http://ojs2.ujf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/17518/8882>. Acesso em: 7 jun. 2018.

WEDEMAN, Andrew. Crossing the river by feeling for stones or carried across by the current? The transformation of the Chinese automotive sector. In: KENNEDY, Scott. *Beyond the Middle Kingdom: Comparative Perspectives on China's Capitalist transformation*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

WERNECK, Rogério L. F. Consolidação da estabilização e reconstrução institucional, 1995-2002. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WILLIAMSON, John. *The Progress of Policy Reform in Latin America*. Washington: Institute for International Economics, 1990.

NOTAS

AUTORIA

Fernando Marcus Nascimento Vianini. Doutor. Pesquisador autônomo, Juiz de Fora, MG, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário, São Pedro, 36036-900, Juiz de Fora, MG, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo foi extraído de considerações presentes na tese – Planejando a ultrapassagem: políticas industriais e setor automotivo no Brasil e na China, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2018.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesse.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan

Beatriz Mamigonian

Fábio Augusto Morales

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Tiago Kramer de Oliveira

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 8 de junho de 2018

Aprovado em: 10 de dezembro de 2018

Como citar: VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. Política industrial e setor automotivo: uma comparação entre as políticas lançadas pelo Brasil e pela China na década de 1990. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 423-446, maio/ago. 2019.



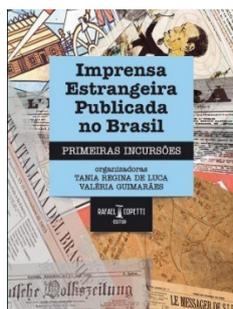
UM “ENTRE-LUGAR” NA HISTÓRIA DA IMPRENSA: PERIÓDICOS ESTRANGEIROS PUBLICADOS NO BRASIL

An “in-between place” in Press’ History: Foreign Periodicals Published in Brazil

Luciana Francisco^a

 <https://orcid.org/0000-0002-1809-2068>
E-mail: lucianafrancisco.lfr@gmail.com

^a Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil



LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017. 512 p.

PALAVRAS-CHAVE

Impressos estrangeiros. Imigração. História transnacional.

KEYWORDS

Foreign periodicals. Immigration. Transnational history.

A internet proporciona a interessante experiência de romper as barreiras espaciais e estar, mesmo que de maneira virtual, em mais de um lugar ao mesmo tempo. Portanto, permite o rápido acesso a notícias de países estrangeiros tanto no seu idioma original quanto na quase imediata tradução compartilhada por outros sites. Essa é uma conjuntura diferente daquela experimentada pelas comunidades imigrantes dos séculos XIX e XX, que, antes da agilidade e do alto alcance dos meios digitais, tinham na imprensa periódica uma importante ferramenta de comunicação e integração com seu país de origem, sem estar indiferentes às vivências numa nova comunidade. Assim, jornais e revistas publicados em língua estrangeira no país imigrante atuavam como um “entre-lugar” de povos em movimento entre experiências e culturas (LUCA; GUIMARÃES, 2017, p. 9).

Tendo como foco as particularidades dessa imprensa que se comunica em outro idioma, exceto o português, o livro *Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil*, sob organização das historiadoras Tania Regina de Luca e Valéria Guimarães, contribui para a composição de um quadro da história da imigração no Brasil por meio da análise de impressos em língua estrangeira que circularam no país e, ao mesmo tempo, proporciona um avanço nos estudos sobre o espaço da cultura midiática em perspectiva transnacional – debates proporcionados pela abordagem da história cultural que pensa conceitos de transferências culturais, agentes e mediadores.

Com o subtítulo de *Primeiras incursões*, a obra é resultado das pesquisas iniciais do projeto coletivo Transfopress-Brasil (Grupo de Estudos da Imprensa em Língua Estrangeira Publicada no Brasil),¹ sediado pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) sob a coordenação das pesquisadoras Tania e Valéria. Esse grupo se vincula à rede internacional de pesquisa Transfopress (Transnational Network for the Study of Foreign Language Press),² idealizada e coordenada pela pesquisadora Diana Cooper-Richet, do Centre d’Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines – Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines (CHCSC-UVSQ).

Ao partir da questão atual da mundialização, o projeto Transfopress tem como objetivo estimular os estudos de impressos em língua estrangeira numa óptica transnacional, opção teórico-metodológica que possibilita conceber uma história da globalização da imprensa. Tal tarefa é possível graças a esta rede de pesquisadores e instituições de diversos países que colaboram para compor esse amplo quadro. Paralela à divulgação das pesquisas pelos sites do projeto, dos congressos e das publicações de artigos e livros, foi criada uma base de dados que reúne uma série de jornais e revistas em língua estrangeira que circularam no Brasil, além de informar os acervos com a coleção dos títulos cadastrados.³

Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil é composta de um prefácio de autoria de Eliane de Freitas Dutra, uma introdução assinada pelas organizadoras e 14 artigos que abordam variadas línguas, períodos e temas. A obra segue a delimitação cronológica da história da grande imigração que vai dos primeiros grupos imigratórios em meados do século XIX até os debates políticos de imigração no século XX. É desse

¹ Mais informações sobre o projeto estão disponíveis no site: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/>. Acesso em: 7 fev. 2019.

² Para informações sobre o projeto em rede internacional, ver: <http://transfopresschcsc.wixsite.com/transfopress>. Acesso em: 7 fev. 2019.

³ Para consulta da base de dados: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/dspace/>. Acesso em: 7 fev. 2019.

período que o livro aborda, com base em distintos periódicos e línguas, o próprio desenvolvimento da imprensa no Brasil e a história da imigração.

Sob essa temporalidade, os artigos são ordenados e segmentados por idioma, com primeira ocorrência e maior quantidade os periódicos franceses. Embora, se comparada às outras nacionalidades, a imigração francesa tenha sido pouco significativa no Brasil, o predomínio se justifica pela presença fundamental dos franceses na formação de um mercado de impressos no período imperial, além do fato de essas publicações serem conservadas e mantidas por coleções, muito em razão do domínio da língua francesa pela diplomacia brasileira.

O artigo de Isabel Lustosa, “O papel dos franceses na imprensa do Primeiro Reinado”, acompanha o início da imigração francesa em 1816, pós-derrota napoleônica, e demonstra que a imprensa foi um importante fator de integração da comunidade francesa no Brasil. Ao destacar nomes como Jean-François Despas, Pierre Plancher, Jean-Baptiste Aymé de Loy, a autora apresenta a atuação desses jornalistas com intensa participação na política brasileira no Primeiro Reinado.

Já Priscila Renata Gimenez, partindo de uma análise sobre a materialidade dos impressos, demonstra, em seu artigo “As *Variétés* e a literatura nos jornais franceses do Rio de Janeiro nos anos de 1830”, como a imprensa brasileira se desenvolveu seguindo um modelo francês de imprensa “periódica, midiática e coletiva”, ao estudar as rubricas literárias e de entretenimento nos jornais franco-brasileiros *Le Messenger* e *L'Écho Français*. Gimenez tece análises a respeito dos espaços de experimentação editorial que orientaram o estabelecimento do gênero folhetim, fruto das trocas culturais de uma matriz francesa e as experimentações desses jornais franceses no Brasil.

Com um recorte mais extenso da imprensa franco-brasileira, Valéria Guimarães, em “Imprensa franco-brasileira e mediação: Rio de Janeiro e São Paulo, séculos XIX-XX”, revela a importância dos mediadores culturais (*passeurs culturels*) responsáveis pelas publicações periódicas em perspectiva transnacional, acompanhando a trajetória desses “homens duplos” (CHARLE, 1992) atuantes nessa “civilização do jornal” (KALIFA; RÉGNIER; THÉRENTY; VAILLANT, 2011), na qual agem na complexidade de instâncias que envolvem produção, circulação e recepção de periódicos na perspectiva transatlântica.

Ao fim do artigo, Valéria Guimarães compartilha, anexa, uma extensa tabela contendo um levantamento exaustivo dos periódicos franceses que circularam no Brasil no período de 1854-1924. Essa é uma importante contribuição do livro aos pesquisadores em geral interessados em estudar a imprensa franco-brasileira.

São dedicados dois artigos a respeito do estabelecimento do gênero humor nos periódicos franco-brasileiros no período dos Oitocentos. Monica Pimenta Velloso, em “Circulações do humor franco-brasileiro: a revista *Ba-Ta-Clan* (1867-1871) na imprensa carioca”, tece discussões a respeito das leituras do gênero humorístico no imaginário brasileiro e explica como a revista *Ba-Ta-Clan* se situa no campo do humor em sintonia com as demandas de modernização. Entre as questões levantadas por Monica, está a relação entre o humor e as polêmicas dispostas nessas páginas, algo que só pode ser compreendido no diálogo com outras publicações.

Nesse mesmo sentido, Tania Regina de Luca investiga, em “*Le Gil-Blas* (1877-1878): humor e política em prol do ideal republicano”, as conexões entre humor e política, bem como as polêmicas travadas no jornal, sobretudo do cenário francês,

embora também se dedique aos debates em torno de questões brasileiras, em especial sobre a defesa de um ideal republicano.

Em “Nota sobre os impressos periódicos em língua francesa”, Tania Regina de Luca e a bibliotecária Margaret Alves Antunes trazem uma generosa contribuição ao disponibilizar um levantamento dos exemplares que efetivamente sobreviveram à ação do tempo e indicar o local para seu acesso, sendo, assim, disponíveis para consulta de pesquisadores interessados em novas fontes de pesquisa. Esse incentivo aos estudos de periódicos na perspectiva transnacional é um dos propósitos do grupo Transfopress, e tal esforço é constantemente atualizado na base de dados de periódicos em língua estrangeira disponibilizado no site da Transfopress Brasil.

A respeito da imprensa anglófona, numericamente menos significativa e pouco estudada, os pesquisadores Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos e Dino Tsonis demonstram como os responsáveis por esses jornais estavam bem inseridos na sociedade brasileira, intervindo ativamente no debate político e cultural. Em “Imigração e a imprensa: jornais em inglês no Rio de Janeiro no século XIX”, os autores selecionaram duas publicações importantes e influentes nas questões de imigratórias e abolicionistas no Brasil: o *The Anglo Brazilian Times* (1865-1884), criado pelo jornalista e comerciante inglês William Scully; e o *The Rio News* (1874-1901), sob direção do britânico O. C. James e do norte-americano Andrew Jackson Lamoureux.

O periodismo ítalo-brasileiro foi abordado e explorado em várias vertentes no livro, já que essa imprensa é bastante expressiva no país e corresponde à também numerosa comunidade imigrante que aqui se estabeleceu. No capítulo “A escrita dialógica da imprensa libertária em italiano publicada em São Paulo no início do século XX”, Vera Chalmers analisa dois periódicos do jornalismo anarquista, o *Guerra Sociale* e *La Battaglia*, para demonstrar de que maneira editores, colaboradores e leitores desenvolveram uma estreita relação que conferiu à imprensa italiana a configuração de uma linguagem jornalista própria. Desta maneira, o jornalismo libertário se configura como um importante gestor de trocas intertextuais e transnacionais. Já Terciane Ângela Luchese, em “Educar para a catolicidade e a italianidade: o jornal *Il Corriere d'Italia*, RS, Brasil (1913-1927)”, reflete sobre o papel dos mediadores culturais na promoção de uma educação pautada nos ideais de catolicidade e italianidade.

Dois capítulos são dedicados à questão do fascismo na imprensa italiana no Brasil. Em “Até que o vendaval passe, ‘acreditar, obedecer, combater’: o *Fanfulla* e o Duce (1922-1941)”, Teresa Malatian discorre sobre a importância da imprensa como ferramenta na propagação de ideias e doutrinas, analisando um processo de “fascistização” da imprensa italiana que acaba por configurar uma nova conjuntura do jornalismo ítalo-brasileiro, adequado aos interesses de Mussolini no Brasil.

Embora o cenário brasileiro fosse favorável aos regimes autoritários do período, tal característica não reflete uma aceitação massiva dos ideais fascistas entre a comunidade imigrante, como afirma Ângelo Trento, no artigo “A imprensa antifascista no Brasil, 1922-1936”, ao demonstrar a presença de uma imprensa contrária à doutrina do Duce, ao mesmo tempo que estabelecia a idealização de um “exemplar italiano” que combate o fascismo sem negar a italianidade.

Ao tratar da imprensa e da imigração polonesa, a pesquisadora Maria Stephanou, numa linguagem que alia a sensibilidade da literatura, empresta duas expressões de Mia Couto para descrever o ofício do historiador e as dificuldades de acessar as opacidades do passado, principalmente quando o acesso às fontes e a má

conservação dos acervos se tornam obstáculos nessa jornada de “afinar silêncios” e conhecer o “Lado de Lá”. Dessa forma, além de contribuir para as análises a respeito da pouco debatida imigração e imprensa polonesa circulante no Brasil, o artigo “Afinar silêncios de uma imprensa quase invisível: impressos em língua polonesa no Brasil desde finais do século XIX” toca em questões importantes sobre a conservação e a manutenção de acervos públicos e privados.

A intensa e longeva imprensa de língua alemã publicada no Brasil foi importante no processo de adaptação da comunidade imigrante à nova terra, como demonstrado pelas autoras Isabel Cristina Arendt e Marluza Marques Harres, no capítulo “*Deutsches Volksblatt*: entre os jornais de língua alemã publicados no Rio Grande do Sul (1870 e 1940)”.

Ao contrário da imigração alemã, a oficial imigração japonesa ocorreu apenas no início do século XX, tema que encerra o volume com o texto de Monica Setuyo Okamoto, “Ultranacionalismo, educação e mídia: a atuação dos impressos nipo-brasileiros *Burajiru Jihô* e *Nippak Shimbun* (1916-1941)”. Num período de tensão da imigração asiática conhecida como “perigo amarelo” e a consolidação do Estado Novo, esses impressos acabaram por reforçar uma ideologia de “superioridade da raça” e “lealdade ao imperador”.

Os jornais em língua estrangeira ainda são publicados no Brasil, como no caso do *Jornal Chinês para a América do Sul*, que circula semanalmente na cidade de São Paulo, portanto é uma história em desenvolvimento que trará outros desafios aos pesquisadores, como os novos suportes eletrônicos.

A obra coletiva *Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil: primeiras incursões* traz uma relevante contribuição aos estudos sobre a imprensa ao apoiar-se numa perspectiva transnacional dos periódicos que, por circularem no país em língua estrangeira, foram relegados ao limbo pela tradicional historiografia nacionalista. Sendo esse o primeiro fruto destas pesquisas, o livro não tem a pretensão de estabelecer conclusões estanques, e sim abrir possibilidades de análises com outros arranjos e articulações. Dessa maneira, resta a expectativa de novos debates e abordagens despertadas pelo projeto Transfopress, em âmbito internacional e nacional.

REFERÊNCIAS

CHARLE, Christophe. Le temps des hommes doublés. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, Paris, v. 39, n. 1, p. 73-85, jan.-mar. 1992.

KALIFA, Dominique *et al.* *La civilisation du journal: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle*. Paris: Nouveau Monde éditions, 2011.

LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria. Introdução. In: LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017.



NOTAS

AUTORIA

Luciana Francisco: Graduada. Mestranda, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Dom Antônio, 2100, 19806-900, Assis, SP, Brasil.

FINANCIAMENTO

Esta resenha foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número do processo 2018/14554.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSE

Pesquisa de mestrado orientada pela Prof^a. Dr^a. Tania Regina de Luca.

LICENÇA DE USO

Esta resenha está licenciado sob a [Licencia Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 20 de fevereiro de 2019

Aprovado em: 17 de junho 2019

Como citar: FRANCISCO, Luciana. Um “entre-lugar” na história da imprensa: periódicos estrangeiros publicados no Brasil. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 447-452, maio/ago. 2019. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017. 512 p.

